

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA – PPGPSI

TESE

Representações sociais sobre o “cidadão de bem” em contexto de polarização política

Victor dos Santos Freitas Ditz

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O “CIDADÃO DE
BEM” EM CONTEXTO DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA**

VICTOR DOS SANTOS FREITAS DITZ

Sob a Orientação da Professora
Luciene Alves Miguez Naiff

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor em
Psicologia**, no Curso de Pós-Graduação
em Psicologia (PPGPSI-UFRRJ), Área
de Concentração em Psicologia.

Seropédica, RJ
Junho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D616r Ditz, Victor dos Santos Freitas, 1982-
Representações sociais sobre o "cidadão de bem" em
contexto de polarização política / Victor dos Santos
Freitas Ditz. - Rio de Janeiro, 2023.
191 f.

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Pós Graduação em Psicologia (PPGPSI), 2023.

1. Cidadão de bem. 2. Representações sociais. 3.
Polarização política. I. Naiff, Luciene Alves Miguez,
1969-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Pós Graduação em Psicologia (PPGPSI) III.
Título.


**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)**

VICTOR DOS SANTOS FREITAS DITZ

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Psicologia**, no Curso de Pós-Graduação em Psicologia, área de Concentração em Psicologia.

TESE APROVADA EM 15/06/2023

Orientadora:


Documento assinado digitalmente
 LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF
Data: 23/06/2023 15:03:11-0300
Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

**Prof.ª Dr.ª. Luciene Alves Miguez Naiff
(UFRRJ)**


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 SILVIA MARIA MELO GONCALVES
Data: 22/06/2023 16:05:31-0300
Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Silvia Maria Melo Gonçalves (UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
 INGRID FARIA GIANORDOLI NASCIMENTO
Data: 22/06/2023 13:23:17-0300
Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Prof.ª Dr.ª. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento (UFMG)

Documento assinado digitalmente
 SABRINA ARAUJO DE ALMEIDA
Data: 22/06/2023 14:16:38-0300
Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Prof.ª Dr.ª. Sabrina Araújo de Almeida (IFRJ)

Documento assinado digitalmente
 CRISTIANY ROCHA AZAMOR
Data: 22/06/2023 14:41:52-0300
Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Prof.ª Dr.ª. Cristiany Rocha Azamor (UNIFESO)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, *Gutemberg de Castro Freitas* e *Leila Maria dos Santos Freitas*,
Que faleceram em 2021 devido a Covid-19. A vacina chegou, mas a polarização política
conseguiu levar embora a vida daqueles que amamos.
Quem viveu a história sabe: Não foi apenas uma “gripezinha”.

Aos que ficaram
Minha esposa *Andreia Ditz* e meu filho *Arthur Ditz*,
Sem vocês esta Tese não seria possível. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar meus agradecimentos à imensa generosidade da Professora Dr^a. Luciene Alves Miguez Naiff, que me acompanha desde 2015 nesse projeto de tornar o mundo um lugar melhor para viver. Obrigado!

Um agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPSI). A disponibilidade e o trabalho incansável dos professores que produzem ciência no Brasil. Muito obrigado.

Aos professores Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff, Dr^a. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Dr^a. Sabrina Araújo de Almeida, Dr^a. Cristiany Rocha Azamor e Dr^a Silvia Maria Melo Gonçalves na avaliação e contribuições a este trabalho, obrigado de coração.

Aos demais pesquisadores, colegas, mestrandos e doutorandos do LAPPSO (Laboratório de Pesquisa em Psicologia Social) da UFRRJ que contribuíram para a construção desse trabalho.

Aos professores, mestres e doutores, do CEP UBM (Centro Universitário de Barra Mansa) pela apreciação ética da pesquisa, garantindo o respeito e a responsabilidade para com os participantes desta pesquisa. Muito obrigado pelas considerações.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.”

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

- Quadro 1:** Estrutura das representações sociais
- Quadro 2:** Terminologias em Psicologia Social
- Quadro 3:** Forma de ancoragem social das representações
- Quadro 4:** Instâncias de objetivação das representações
- Quadro 5:** Sistemas de comunicação de mídia
- Quadro 6:** Artigos científicos de revistas especializadas até o ano de 2018, em ordem cronológica
- Quadro 7:** Decreto-Lei n. 314/67 que define os crimes contra a segurança nacional
- Quadro 8:** Artigos científicos de revistas especializadas após as eleições de 2018
- Quadro 9:** Posicionamento Político de Direita
- Quadro 10:** Posicionamento Político de Esquerda
- Quadro 11:** Análise de conteúdo das evocações
- Quadro 12:** Resumo Comparativo sobre as práticas sociais
- Quadro 13:** Reportagens do Jornal da Cidade Online
- Quadro 14:** Reportagens do Jornal Pragmatismo Político
- Quadro 15:** Subcorpus dos textos gerados pela CHD – mídia de direita
- Quadro 16:** Subcorpus dos textos gerados pela CHD – mídia de esquerda
- Quadro 17:** Fake news sobre Jean Wyllys

- Figura 1:** Pôster do DeadKennedys no Brasil
- Figura 2:** Quadro de Quatro Casas
- Figura 3:** Análise de Similitude das evocações livres para a direita
- Figura 4:** Análise de Similitude das evocações livres para a esquerda
- Figura 5:** Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Mídia de Direita
- Figura 6:** Análise de Similitude – mídia de direita
- Figura 7:** Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Mídia de Esquerda
- Figura 8:** Análise de Similitude – mídia de esquerda
- Figura 9:** Reportagem sobre Jean Wyllys
- Figura 10:** Nuvem de Palavras de comentários sobre Jean Wyllys

- Tabela 1:** Participantes por idade e posicionamento político
- Tabela 2:** Participantes por gênero
- Tabela 3:** Participantes por escolaridade
- Tabela 4:** Participantes por religião
- Tabela 5:** Posse e porte de armas
- Tabela 6:** Pobreza
- Tabela 7:** Criminalidade
- Tabela 8:** Pena de morte
- Tabela 9:** Uso de drogas
- Tabela 10:** Homossexualidade
- Tabela 11:** Religiosidade
- Tabela 12:** Sindicato
- Tabela 13:** Maioridade penal
- Tabela 14:** Liberdade de expressão
- Tabela 15:** Categorias de reportagens sobre Jean Wyllys

RESUMO

DITZ, Victor dos Santos Freitas. **Representações sociais sobre o "cidadão de bem" em contexto de polarização política.** 2023. 191p Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

A presente pesquisa teve como objetivo descrever e comparar as representações sociais que dois grupos sociais possuem sobre a figura do “cidadão de bem”, a partir de seu posicionamento político declarado de direita e esquerda. Este fenômeno do “cidadão de bem” aponta para uma radicalização e polarização política do país, refletindo um alto grau de intolerância para opiniões divergentes em uma democracia. Em termos dinâmicos a polarização política nasce fruto da história política do país, muito influenciada pela história recente, onde temos como ponto de partida uma verdadeira convulsão social chamada de Jornadas de Junho de 2013. Associadas à uma grave crise econômica e escândalos de corrupção, a polarização política brasileira se desloca de uma polarização sobre ideias políticas e econômicas para uma polarização moral e espiritual, na forma de luta entre o bem e o mal. Partimos de uma análise psicossocial tendo como referência a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e a Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric, com o auxílio do software Iramuteq para as elucidações das representações sociais nestes estudos. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo. Para tanto, utilizamos uma triangulação de métodos, a partir de três fontes principais para descrição e investigação do fenômeno: o primeiro estudo consistiu numa tarefa de evocação livre com 208 participantes e um questionário com 10 questões sobre temas conflitantes do cotidiano, que denominamos de práticas sociais; o segundo estudo apresentou o resultado da análise de duas fontes jornalísticas a partir de mídias sociais marcadamente ideológicas para análise da construção social do “cidadão de bem” pelos distintos grupos políticos; a terceira pesquisa apresentou um estudo de caso sobre o ex-deputado Jean Wyllys analisando os conteúdos dos discursos de ódio nas redes sociais onde ocorrem a livre manifestação do pensamento político e suas consequências para o clima polarizado da sociedade brasileira. Como resultado da pesquisa as representações sociais do “cidadão de bem” para o grupo de direita consistiram nos cognemas “honesto, trabalhador e empatia” e revelam uma cidadania idealizada com características de traços religiosos como centralidade. Para o grupo de esquerda, os cognemas centrais foram: “honesto, hipocrisia e Bolsonaro”, realçando uma face mais politizada da cidadania. Nos estudos de mídia, a mídia de direita ancora o “cidadão de bem” na figura do Presidente Jair Bolsonaro, enquanto a mídia de esquerda explora a hipocrisia da relação entre o patriotismo e a cidadania. Por fim, o estudo de caso sobre o ex-deputado Jean Wyllys demonstrou a face mais violenta da política, que é impulsionada pelas redes sociais e violam diretamente os direitos humanos no país. Espera-se com esse trabalho contribuir para a compreensão do fenômeno da polarização política no cenário psicossocial brasileiro a partir do senso comum e de suas representações sociais, com vistas ao pleno exercício da cidadania no país com respeito aos posicionamentos políticos declarados.

Palavras-chave: Cidadão de Bem; Polarização Política; Representações Sociais.

ABSTRACT

DITZ, Victor dos Santos Freitas. **Social representations about the "good citizen" in the context of political polarization.** 2023. 191p Thesis (PhD in Psychology). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

This research aimed to describe and compare the social representations that two social groups have about the figure of the “good citizen”, based on their declared political position of right and left. This “good citizen” phenomenon points to a radicalization and political polarization in the country, reflecting a high degree of intolerance for divergent opinions in a democracy. In dynamic terms, political polarization is born out of the country's political history, greatly influenced by recent history, where we have as a starting point a true social upheaval called the Jornadas de Junho 2013. Associated with a serious economic crisis and corruption scandals, the Brazilian political polarization moves from a polarization on political and economic ideas to a moral and spiritual polarization, in the form of a struggle between good and evil. We started with a psychosocial analysis based on Serge Moscovici's Theory of Social Representations and Jean-Claude Abric's Theory of the Central Nucleus, with the help of the Iramuteq software for elucidating the social representations in these studies. This is a quantitative and qualitative research . For that, we used a triangulation of methods, from three main sources for the description and investigation of the phenomenon: the first study consisted of a free evocation task with 208 participants and a questionnaire with 10 questions about conflicting themes of everyday life, which we called practical social ; the second study presented the result of the analysis of two journalistic sources from markedly ideological social media for the analysis of the social construction of the “good citizen” by different political groups; the third research presented a case study on former deputy Jean Wyllys, analyzing the contents of hate speech on social networks where the free manifestation of political thought occurs and its consequences for the polarized climate of Brazilian society. As a result of the research, the social representations of the “good citizen” for the right-wing group consisted of the cognems “honest, hardworking and empathetic” and reveal an idealized citizenship with characteristics of religious traits such as centrality. For the left-wing group, the central cognems were: “honest, hypocrisy and Bolsonaro”, highlighting a more politicized face of citizenship. In media studies, the right-wing media anchors the “good citizen” in the figure of President Jair Bolsonaro, while the left-wing media explores the hypocrisy of the relationship between patriotism and citizenship. Finally, the case study on former deputy Jean Wyllys demonstrated the most violent face of politics, which is driven by social networks and directly violates human rights in the country. It is hoped that this work will contribute to the understanding of the phenomenon of political polarization in the Brazilian psychosocial scenario based on common sense and its social representations , with a view to the full exercise of citizenship in the country with respect to declared political positions.

Keywords: Good Citizen; Political Polarization; Social Representations.

RESÚMEN

DITZ, Víctor dos Santos Freitas. **Representaciones sociales sobre el "buen ciudadano" en el contexto de la polarización política.** 2023. Tesis 191p (Doctorado en Psicología). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

Esta investigación tuvo como objetivo describir y comparar las representaciones sociales que dos grupos sociales tienen sobre la figura del “buen ciudadano”, a partir de su posición política declarada de derecha e izquierda. Este fenómeno del “buen ciudadano” apunta a una radicalización y polarización política en el país, reflejando un alto grado de intolerancia a las opiniones divergentes en una democracia. En términos dinámicos, la polarización política nace de la historia política del país, muy influida por la historia reciente, donde tenemos como punto de partida una verdadera convulsión social denominada Jornadas de Junio de 2013. Asociada a una grave crisis económica y escándalos de corrupción, la polarización política brasileña pasa de una polarización de ideas políticas y económicas a una polarización moral y espiritual, en forma de lucha entre el bien y el mal. Partimos de un análisis psicosocial basado en la Teoría de las Representaciones Sociales de Serge Moscovici y la Teoría del Núcleo Central de Jean-Claude Abric, con la ayuda del software Iramuteq para dilucidar las representaciones sociales en estos estudios. Esta es una investigación cuantitativa y cualitativa. Para eso, utilizamos una triangulación de métodos, a partir de tres fuentes principales para la descripción e investigación del fenómeno: el primer estudio consistió en una tarea de evocación libre con 208 participantes y un cuestionario con 10 preguntas sobre temas conflictivos de la vida cotidiana, que llamamos prácticas sociales; el segundo estudio presentó el resultado del análisis de dos fuentes periodísticas de redes sociales marcadamente ideológicas para el análisis de la construcción social del “buen ciudadano” por parte de diferentes grupos políticos; la tercera investigación presentó un estudio de caso sobre el ex-diputado Jean Wyllys, analizando los contenidos del discurso de odio en las redes sociales donde ocurre la libre manifestación del pensamiento político y sus consecuencias para el clima polarizado de la sociedad brasileña. Como resultado de la investigación, las representaciones sociales del “buen ciudadano” para el grupo de derecha consistieron en los cognemas “*honesto, trabajador y empático*” y revelan una ciudadanía idealizada con características de rasgos religiosos como la centralidad. Para el grupo de izquierda, los cognemas centrales fueron: “*honestidad, hipocresía y Bolsonaro*”, destacando una cara más politizada de la ciudadanía. En los estudios de medios, los de derecha anclan al “buen ciudadano” en la figura del presidente Jair Bolsonaro, mientras que los de izquierda exploran la hipocresía de la relación entre patriotismo y ciudadanía. Finalmente, el estudio de caso sobre el ex-diputado Jean Wyllys demostró la cara más violenta de la política, que es impulsada por las redes sociales y viola directamente los derechos humanos en el país. Se espera que este trabajo contribuya a la comprensión del fenómeno de la polarización política en el escenario psicosocial brasileño a partir del sentido común y sus representaciones sociales, con miras al pleno ejercicio de la ciudadanía en el país con respecto a las posiciones políticas declaradas.

Palabras llave: Buen Ciudadano; Polarización Política; Representaciones Sociales.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	11
1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O ELO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE	15
1.1 A Teoria das Representações Sociais: chave de leitura para uma sociedade em movimento	15
1.2 Categorias de Análise em Representações Sociais: da política e sua relação com o senso comum	20
1.3 Difusão, Propagação e Propaganda e novas perspectivas em comunicações	29
2 O CIDADÃO DE BEM: PRIVILÉGIO OU MARTÍRIO?	35
2.1 O “cidadão de bem” até as eleições de 2018	36
2.2 O “cidadão de bem” após as eleições de 2018	42
2.3 A polarização política: conceito e contexto	47
3 MÉTODOS E PROCEDIMENTO DA PESQUISA	52
3.1 Objetivos	52
3.1.1 Objetivo Geral	52
3.1.2 Objetivos Específicos	52
3.2 A Metodologia de Pesquisa: A triangulação de métodos	53
3.2.1 Primeira Fonte de Dados: A Pesquisa de Campo	53
3.2.2 População e Amostra	53
3.2.3 Aspectos Éticos da Pesquisa	53
3.2.4 Instrumentos e Estratégia para Coleta de Dados	53
3.3 Segunda Fonte de Dados: Análise de mídia dos jornais ideológicos	54
3.4 Terceira Fonte de Dados: Estudo de caso sobre Jean Wyllys	55
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS PESQUISAS	56
4.1 Resultados	56
4.1.1 Primeira Fonte de Dados: A Pesquisa de Campo	56
4.1.2 Análise Prototípica e de Similitude para a Direita	60
4.1.3 Análise Prototípica e de Similitude para a Esquerda	64
4.1.4 Discussão sobre o estudo 1 – Pesquisa de Campo e Análise Prototípica	68
4.1.5 Práticas Sociais e o conhecimento no cotidiano	71
4.1.6. Discussão sobre o estudo 1 – Práticas Sociais	105
4.2 Segunda Fonte de Dados: Análise de mídia dos jornais com viés ideológico	107
4.2.1 Jornal da Cidade Online (Direita)	108
4.2.2 Jornal Pragmatismo Político (Esquerda)	109
4.2.3 Descrição e Análise do Jornal da Cidade Online – mídia de direita	110
4.2.4 Descrição e Análise do Jornal Pragmatismo Político - mídia de esquerda	113
4.2.5 Discussão sobre o estudo 2 – Mídia, política e representações sociais	117
4.3 Terceira Fonte de Dados: Estudo de caso sobre Jean Wyllys	121
4.3.1 Discussão sobre o estudo 3 – O caso Jean Wyllys	131

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	146
A - Dados da Pesquisa de Campo	
B – Acervo de reportagens de mídias com viés ideológico	
C - Comentários de reportagem sobre Jean Wyllys agrupados por categorias	

INTRODUÇÃO

Em uma descrição ímpar sobre o processo histórico da sociedade brasileira no livro *Cidadania no Brasil: O longo caminho*, o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho refaz o complexo percurso da construção da sociedade brasileira apontando os diversos percalços, avanços e retrocessos do que hoje conhecemos como Estado Democrático de Direito. Os mais de 500 anos de história desde o descobrimento do Brasil tornam o tema da cidadania complexo e historicamente definido. Segundo Carvalho (2008) é possível compreender a cidadania pela ótica dos direitos civis, políticos e sociais. Tais direitos e conquistas não emergiram na sociedade brasileira como uma ideia pronta, fixa, mas é fruto de um processo histórico e civilizatório, que classificaria os cidadãos como: pleno, aquele que fosse titular dos três direitos; cidadãos incompletos, aqueles que teriam garantido apenas alguns desses direitos; os não-cidadãos, aqueles que não se beneficiaram de nenhum destes direitos.

É possível a existência de um direito sem o outro, por exemplo, o exercício do direito civil (direito à vida, à liberdade, à propriedade, etc.) sem o exercício dos direitos políticos (participação no sistema de governo) ou sem o exercício dos direitos sociais (participação na riqueza da sociedade). Entretanto, as garantias destes direitos no país não aconteceram em ordem cronológica. Foram sendo constituídos a partir de avanços e retrocessos, de acordo com as necessidades da vida em sociedade e muito influenciada pelo desenvolvimento e expansão da educação popular.

Outra condição essencial para o entendimento da cidadania foi a noção de Estado-nação, fruto da Revolução Francesa em 1789 (CARVALHO, 2008). As lutas dos cidadãos franceses por seus direitos se definiram dentro de um determinado limite geográfico e político do Estado-nação, fazendo com que a construção da cidadania estivesse intimamente ligada às relações estabelecidas entre os cidadãos e o Estado. Esta relação se dava por lealdade ao Estado, constituindo-se no sentimento de identidade nacional e por uma lealdade do Estado, de acordo com o grau de participação política do cidadão.

O tamanho e o poder atribuído ao Estado sofrem influências até hoje de seu sistema econômico, trazendo para o cerne de sua existência o problema do capitalismo, da distribuição de riquezas, dos blocos econômicos mundiais e do quanto às influências externas de outros modelos políticos podem afetar a questão da identidade nacional de seus cidadãos.

Ao abordar os primeiros passos da cidadania no Brasil, Carvalho (2008) aponta para uma questão importante: dos 108 anos de história do país, do período do Império (1822-1889) até a Primeira República (1889-1930) o fato mais marcante foi a abolição da escravatura em 1888. A importação de escravos aconteceu paulatinamente até 1850, 28 anos após a independência e conta-se com a introdução de cerca de quatro milhões de escravos em todo este período. Não apenas os negros foram escravizados no Brasil, mas os indígenas também, aos milhares. Após a abolição da escravatura aos escravos foram garantidos alguns direitos civis, entretanto, sistematicamente negados seus direitos políticos e sociais.

Não se pode dizer que os senhores fossem cidadãos. Eram, sem dúvidas, livres, votavam e eram votados nas eleições municipais. Eram os "homens bons" do período colonial. Faltava-lhes, no entanto, o próprio sentido da cidadania, a noção da igualdade de todos perante a lei. Eram simples potentados que absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias. Em suas mãos, a justiça, que, como vimos, é a principal garantia dos direitos civis, tornava-se simples instrumento de poder pessoal. O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas (CARVALHO, 2008, p.20).

O fim do período colonial escancarou um grande problema social no país, uma enorme quantidade de pessoas excluídas de direitos civis e políticos e principalmente sem nenhum sentido de nacionalidade. A Constituição de 1824, à época, regulava o direito ao voto definindo quem poderia votar e ser votado. Note-se: para os padrões da época esta Constituição se apresentava como liberal, tornando obrigatório o voto aos maiores de 25 anos ou com renda superior a 100 mil-réis. Se o cidadão fosse chefe de família, a idade diminuía para 21 anos. Ficavam de fora as mulheres e os escravos. Foi preciso 164 anos, desde 1824 até a Constituição de 1988, para que o cidadão brasileiro fosse reconhecido como sujeito de direitos e colocado como ator principal na Constituição Cidadã.

O Brasil, desde o Império, raramente passou por momentos de tranquilidade política, institucional e social. Eleições indiretas, golpes, ditaduras, redemocratização, eleições diretas, o acesso do cidadão brasileiro comum ao que denominamos direitos humanos não está totalmente assegurado até os dias de hoje. Não a todos. A relação do brasileiro comum com o Estado brasileiro e com suas leis é mediada pela política. Em uma sociedade estratificada como a do Brasil e com índices alarmantes de desigualdade social, o posicionamento político do cidadão é fator preponderante em análises sobre o comportamento psicológico e social da sociedade brasileira.

Diante desta perspectiva de construção da cidadania no Brasil e de seu pleno exercício, esta pesquisa se propõe desenvolver um estudo psicossociológico a partir do referencial teórico da Teoria das Representações Sociais acerca do fenômeno do “cidadão de bem”. Como descreve Serge Moscovici, as representações estão em profunda e profusa união com o que há de mais “comum” na sociedade, no cotidiano que é compartilhado entre os membros desta sociedade, seja por contato direto – pessoa a pessoa – ou mediado por tecnologias de informação, a saber:

As representações sociais que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. **Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico humano**, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta com a heterogeneidade e a flutuação dos sistemas unificadores - **as ciências, religiões e ideologias oficiais** - e com as mudanças que elas devem sofrer para penetrar a vida cotidiana e se tornar **parte da realidade comum**.

Os meios de comunicação de massa aceleraram essa tendência, multiplicaram tais mudanças e aumentaram a necessidade de um elo entre, de uma parte, nossas ciências e crenças gerais puramente abstratas e, de outra parte, nossas atividades concretas como indivíduos sociais. Em outras palavras, existe uma necessidade contínua de **re-constituir o “senso comum”** ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, **sem a qual nenhuma coletividade pode operar**.

Do mesmo modo, nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não se criassem representações sociais baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre pessoas que, então, passam a constituir uma categoria de fenômenos à parte. E a característica específica dessas representações é precisamente a de que elas “corporificam ideias” em experiências coletivas e interações em comportamento, que podem, com mais vantagem, ser comparadas a obras de arte do que a reações mecânicas (MOSCOVICI, 2007, p.48, grifo nosso).

No capítulo 1 abordamos a Teoria das Representações Sociais e seu percurso teórico-metodológico, no sentido de estabelecer as chaves para a leitura da realidade atual brasileira.

Esta teoria permite a articulação do saber psicológico e sociológico, no que se propõe a ser uma psicossociologia do conhecimento. A que conhecimento nos referimos? Ao conhecimento do senso-comum, no modo de como os grupos políticos e sociais de direita e esquerda se organizam e mantêm suas relações intragrupos e intergrupos.

Segundo Abric (2001) as representações sociais possuem quatro funções essenciais: a função de saber, a função identitária, a função de orientação e uma função justificatória. Encontramos hoje a função de **saber** explorada em todo seu potencial pelo alcance das redes sociais. Somos uma sociedade do conhecimento, baseada em trocas de informações instantâneas e sem fronteiras. Comunicação em massa, que é ao mesmo tempo pessoal e coletiva, nacional e internacional, sem fronteiras. Esta sociedade não é homogênea em sua constituição, formando assim as chamadas bolhas sociais, onde grupos **identitários** são formados não apenas por “adesão” a uma determinada ideologia, mas também fortemente influenciada por algoritmos computacionais. Estes indivíduos, em sua forma coletiva, são fortemente influenciados pela pressão à conformidade, agindo **orientados** segundo sua visão de mundo e de comportamentos. Por fim, **justificam** suas ações baseadas em suas crenças e valores, que podem reforçar ou aumentar um abismo social já existente em um país de proporções continentais.

As representações sociais buscam tornar o não familiar em familiar (MOSCOVICI, 2007). As definições do que sejam cidadania, direitos civis, políticos e sociais (o rol dos direitos humanos) também sofrem influência das ideologias e do posicionamento político. Em sua gênese estas representações são constituídas por dois processos cognitivos - a ancoragem e a objetivação - e estão diretamente ligadas ao contexto social da época. Neste sentido, buscamos analisar o conturbado momento histórico do Brasil da última década.

A complexa rede de acontecimentos que assolaram o país nos últimos anos, como as Jornadas de Junho de 2013 - uma verdadeira convulsão social -, os gastos exorbitantes com a realização da Copa do Mundo de 2014, uma crise econômica profunda que gerou mais de 14 milhões de desempregados, um processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e, por fim, a Operação Lava-Jato, foi capaz de estremecer e alterar significativamente o que se entendia por cidadania coletivamente e o que se entendia por cidadão individualmente. Havia um apelo coletivo neste contexto para que as grandes mazelas do Brasil fossem corrigidas, amenizadas e superadas pela classe política, mas que mais uma vez, decepcionou o cidadão comum com inúmeros episódios de corrupção.

Este conflito entre o **cidadão comum** e o **cidadão político** foi o caldo cultural para que o “cidadão de bem” fosse o elemento não familiar agregado ao que se conhecia até então por cidadania. Ancorado nesta nova tipologia de cidadão e potencializado pelo discurso eleitoral do candidato à presidência Jair Bolsonaro em 2018, a polarização política “nós versus eles” foi moldando o discurso, identidades e estereótipos do cidadão politicamente correto.

Segundo Vala (2000) a objetivação é a forma como se organizam os elementos constituintes das representações e se tornam expressão de uma realidade. Com o discurso político “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*” e o lema “*Deus, Pátria, Família e Liberdade*”, o patriotismo volta à cena brasileira com aquilo que há de mais temeroso em nossa história nacional: vestígios de uma ditadura militar. Apropriação de símbolos nacionais como a camisa da seleção brasileira de futebol, a bandeira do Brasil como símbolo de uma ideologia política, o nacionalismo extremo e a apropriação política das instituições militares do país. Tudo isso torna o cidadão de bem o protótipo do cidadão ideal: defensor da família tradicional, da moral e dos bons costumes. Fora deste imperativo não haveria cidadania. O uso político explorado pela direita em relação à ideia de democracia e cidadania baseado no “cidadão de bem” foi capaz de alimentar simbolicamente e aprofundar a polarização política no país na sua capilaridade.

No capítulo 2 buscamos organizar científica e historicamente a concepção de cidadão de bem utilizando os conceitos de universo reificado e consensual, selecionando estudos científicos até o ano de 2018, ano de eleição presidencial no Brasil e que culminou com o ápice do que conhecemos por polarização política.

Até o ano de 2018, as publicações científicas a respeito do “cidadão de bem” não tinham um aspecto político partidário evidente. Eram citações a respeito da relação do cidadão brasileiro com o aparato do Estado, principalmente após o período de ditadura militar. Aqueles cidadãos brasileiros que não passavam a imagem de um homem trabalhador, apartidário e de classe média se viam como sendo de uma segunda classe de brasileiros não detentores de direitos humanos. Com a exacerbação do discurso político anticomunista de Jair Bolsonaro, a “guerra fria” entre comunismo e capitalismo volta à cena brasileira, tornando o ambiente político e social polarizado em torno de uma ideologia.

As pesquisas científicas que foram publicadas após as eleições de 2018 se detêm principalmente na análise de discurso do candidato eleito à época Jair Bolsonaro. Um discurso agressivo, reativo e principalmente religioso. Tal discurso será melhor compreendido a partir de uma análise da conjuntura, ou seja, o contexto em que se permite emergir os conteúdos discursivos do cotidiano. Nosso interesse neste trabalho é analisar a construção da polarização política em termos dinâmicos e conceituais.

Em termos dinâmicos a polarização política nasce fruto da história política do país, muito influenciada pela história recente, onde temos como ponto de partida uma convulsão social chamada de Jornadas de Junho de 2013. Associadas a uma grave crise econômica e escândalos de corrupção, a polarização política brasileira se desloca de uma polarização sobre ideias políticas, econômicas e sociais e parte para uma polarização política e moral. Conceitualmente tomamos o entendimento sobre polarização política a partir de estudos norte-americanos, pois a representação política nos Estados Unidos é bem definida e estruturada entre dois partidos, o Partido Republicano (direita) e o Partido Democrata (esquerda).

Por fim, esta pesquisa aborda a questão das representações sociais do “cidadão de bem” a partir do seu cotidiano e suas relações com seu próprio sistema cognitivo – considerando a Teoria no Núcleo Central (ABRIC, 2001) a partir da tarefa de evocação livre e respostas a um questionário com 10 perguntas referentes às suas práticas sociais. Em seguida, apresentamos como fonte de análise a relação destes sujeitos com a informação e a mídia ideológica, utilizando fontes jornalísticas com viés ideológico de direita e de esquerda, para assim compreendermos a construção do discurso polarizado a partir dos conceitos de difusão, propagação e propaganda criados por Serge Moscovici. O terceiro estudo apresentará a relação dos sujeitos sociais e suas atitudes nas mídias sociais, mais especificamente tomando o caso do ex-deputado Jean Wyllys e a relação com o discurso de ódio e suas consequências para o cotidiano.

Esperamos assim, com esta pesquisa, jogar luz sobre este momento histórico em que vivemos do qual deixará marcas profundas na sociedade brasileira. A contribuição da psicologia social e mais especificamente da Teoria das Representações Sociais serão as guias de entendimento para o clima político polarizado do país. Esta proposta de pesquisa é parte de um todo científico do qual serão necessárias outras abordagens, metodologias e teorias para compreender a relação atual da sociedade brasileira com seu sistema político, principalmente em sua relação com o Estado Democrático de Direito.

1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O ELO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

1.1 A Teoria das Representações Sociais: chave de leitura para uma sociedade em movimento

Na seminal obra intitulada *A psicanálise: sua imagem e seu público*, de 1961, Serge Moscovici apresenta em sua tese de doutorado em Paris, sob a orientação do psicanalista Daniel Lagache, uma modalidade de pensamento que iria revolucionar a ciência psicológica de seu tempo. De uma especialidade médico-psicológica e uma disciplina científica, a psicanálise tomou um lugar especial na história e penetrou amplamente no chamado “grande público” passando do domínio técnico-científico para o senso comum.

Essa passagem e apropriações de conceitos científicos para o grande público foi o objeto de estudo de Serge Moscovici, que buscou em sua tese desenvolver a teoria das representações sociais por duas vertentes: o desenvolvimento teórico do tema, apresentando uma nova ideia para o que se conhecia por “representações coletivas de Durkheim” e o estudo empírico, a partir de análise das mídias impressas da França nas décadas de 1950-1960. Desde então esse desenho metodológico passou a fazer parte dos estudos de representações sociais tendo a mídia como grande influenciadora nos comportamentos sociais.

Nas notas preliminares da edição de 2012 do livro “*A psicanálise, sua imagem e seu público*” de Serge Moscovici encontramos em seu preâmbulo algumas pistas sobre o caminho que o autor buscava percorrer para a defesa de sua tese. O autor chama-nos a atenção para a noção de que a linguagem e a comunicação se projetam em seu verdadeiro espaço que está sob o domínio do simbólico. Nas palavras de Moscovici:

Uma representação tanto fala quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. Enfim, ela produz e determina os comportamentos, já que define a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e a significação das respostas que lhes damos. Numa palavra, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos (MOSCOVICI, 2012, p.27).

Moscovici descreve em seu livro no Capítulo 1 “*Representação social: um conceito perdido*” três características essenciais das primeiras imagens formadas pela sua teoria: miniaturas de comportamento, cópias da realidade e formas de conhecimento. Abordaremos sucintamente cada um destes posicionamentos em particular. Por “*miniaturas de comportamentos*” trata-se da noção de que a representação social é uma preparação para ação, guiando comportamentos, remodelando e reconstituindo elementos do ambiente no qual o comportamento deve acontecer (MOSCOVICI, 2012, p.46). A partir destas miniaturas de comportamento é possível emergir as “cópias da realidade” que advêm das relações sociais marcadas pelo simbólico, espaço em que as coletividades tendem a se influenciar e remodelar suas realidades, conformando-se a elas. Este simbolismo possui uma estrutura lógica, uma linguagem particular, que vai além de uma “opinião” sobre um fato da realidade, mas se constituem como verdadeiras “teorias de uma ciência coletiva” que dão formas para a interpretação do real.

Esta “teoria” do coletivo sobre a realidade Moscovici deu o nome de “*A sociedade dos cientistas amadores*” contrapondo a noção ingênua da ciência como mera observação e descrição da realidade dos fatos propriamente científicos, exemplificando:

O indivíduo que procura um satélite no céu sabe que ele está lá e o encontra. Todavia, sem indícios precisos e sem ter consciência, toma por satélite uma estrela que brilha, um avião que se desloca a grande altitude ou outros objetos

meteorológicos ou ópticos. [...] Tomar estes desejos por realidades é uma maneira de tornar reais suas visões (MOSCOVICI, 2012, p. 49)

Ao tornar realidade seu “desejo interior” a partir de sua perspectiva particular, cada homem é capaz de lançar luz do que Moscovici distinguiu entre um arquivista e um cientista. Ao arquivista - o homem comum - o dado empírico da realidade lhe constrói uma imagem, reunindo dados, fatos e circunstâncias que o permite reunir, recortar e combinar os acontecimentos, atribuindo-lhes uma materialidade - sem o julgamento sobre a veracidade ou qualidade das fontes - diferentemente de um cientista. Transformam-se assim em cientistas amadores.

Desta forma passa-se ao próximo estágio: “O reconhecimento do ausente e do estranho”, trazendo à tona a questão do processo perceptivo dos estímulos, que nos permite a consciência do objeto e da realidade percebida. As representações sociais estão intimamente ligadas às percepções tanto sobre um objeto como sobre sua ausência. Apresentar um fato à consciência, novo ou antigo, é re-apresentar de acordo com novas percepções daquele exato momento, seja com sua ausência simbólica ou com sua estranheza se o fato for novo. “Reapresentar uma coisa, um estado, não é só desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, é reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto” (MOSCOVICI, 2012, p. 54).

Moscovici apresenta a pergunta “Em que sentido uma representação é social?” trazendo à tona as representações como uma dimensão dos grupos sociais. Seu estudo sobre a inserção social da psicanálise na França procurou explorar uma gama de grupos sociais: operários, estudantes, profissionais liberais, buscando o maior número de grupos heterogêneos. Dessa maneira aborda a questão das representações com duas perguntas norteadoras: “Qual sua relação com a coletividade que a produziu? Como transparece no sujeito social que é portador de seu conteúdo e que dela reclama?” (MOSCOVICI, 2012, p.62).

O autor descreve este coro coletivo dos grupos sociais como “a rainha do mundo” ou “o tribunal da história”, fazendo assim uma alusão às reações distintas de cada classe social e o uso destas representações. Levanta-se assim uma hipótese de que cada universo é constituído de três dimensões: a atitude, a informação e o campo representacional. Dito de outra maneira, a representação social sobre a psicanálise nos variados grupos e classes sociais dependiam do acesso do grupo às informações para a formação de atitudes e de modelos sociais frente a este objeto, não sendo necessariamente uma visão homogênea - hierarquizada e organizada - dentro deste mesmo grupo.

Chama-nos bastante atenção no prefácio escrito por Serge Moscovici, no livro “*Loucura e representações sociais*” publicado em 1989 por Denise Jodelet, quando este aponta para “uma violência cognitiva, própria do social, e que consiste em tratar as pessoas em relação a mim e às minhas categorias, e nunca na sua singularidade, no seu si próprio” (MOSCOVICI *apud* JODELET, 2015, p.30). O estudo etnográfico e sociológico de Denise Jodelet consistiu nas representações sociais de doentes mentais instalados em uma comunidade terapêutica no interior da França, chamados de pensionistas, evidenciando questões muito incômodas para a sociedade até os dias de hoje, como a alteridade, a relação com os doentes e a violência simbólica e cognitiva em profundidade.

Jodelet propôs que o estudo sobre a loucura e o louco fosse estudado através das representações sociais, pois esta teoria permitiria compreender a dimensão tanto da alteridade como do lugar do louco e de seu tratamento na sociedade.

Examinar a maneira pela qual as **condições sociais, a linguagem e a comunicação** intervêm na formação, na mudança ou na manutenção de um sistema representativo, principalmente na seleção e na organização dos elementos que constituem a sua armadura. Delimitar as condições de operatividade dessa estrutura no estabelecimento de uma visão consensual e

na orientação dos comportamentos individuais e coletivos, especialmente as condições cognitivas requeridas para explicar verdadeiramente a eficácia social das representações e de sua articulação com os registros **simbólicos, axiológicos e ideológico**. Para isso, trataremos as representações com uma forma de pensamento social, cuja gênese, propriedades e funções devem ser relacionadas com os processos que afetam a vida e as comunicações sociais [...] (JODELET, 2015, p. 49-50, grifo nosso).

Algumas características muito sensíveis e que não passaram despercebidas foram objeto de atenção da pesquisadora quando se tratou de “processos que afetam a vida” e que se entrelaçam nas comunicações sociais. A Colônia Familiar era um lugar no campo, na localidade de Ainay-le-Château, um estabelecimento psiquiátrico ao qual os pacientes eram “acolhidos” por um sistema não médico, onde os pensionistas (ambiente familiar) recebiam uma remuneração para abrigar seus hospedeiros. Chamou a atenção da autora o silenciamento sobre a localização da Colônia em publicações midiáticas sobre o valor histórico, folclórico e turístico desta região, indagando sobre o motivo deste silenciamento. Sabe-se que na história da loucura o confinamento da condição psiquiátrica foi o alicerce dos ditos “tratamentos” da medicina.

Em segundo lugar a instalação familiar foi considerada pelos estudiosos da época como parte do tratamento psiquiátrico. Entretanto, a coabitação entre os pensionistas e os hospedeiros não se davam na no mesmo ambiente chamado de “casa”. Aos hóspedes loucos eram destinados quartos criados fora da casa, alguns até mesmo com uma entrada independente, traçando assim o caráter meramente simbólico do “acolhimento” familiar. O foco estava no rendimento financeiro deste sistema aos pensionistas. Fato este que com o passar foi tempo foi afetando a vida dos hospedeiros homens da localidade, que encontraram no “acolhimento” do doente mental uma fonte de renda permanente para que não precisasse mais trabalhar e assim viver às custas do “louco”. A periculosidade do louco tornou-se um pano de fundo frente à rentabilidade material.

Quando a autora aborda a questão da diferença quanto ao distanciamento social entre os hospedeiros e os pensionistas, fica claro que ali, naquela comunidade, havia essa segregação social entre os civis e não-civis. Ser um doente mental, um alcoólatra ou um dos “clientes” da Colônia já o destinava ao seu lugar social. “Por estar ligado a um hospital psiquiátrico, o doente recebe imediatamente um *status privativo*: ele não é o que os outros são, cidadãos de pleno direito; é privado destes direitos” (JODELET, 2015, p.132). É um marco negativo na vida de qualquer cidadão a entrada nestas casas psiquiátricas, uma negação de sua cidadania, os “não-civis”.

Tanto a obra de Serge Moscovici – *A psicanálise: sua imagem e seu público* (1969) quanto a obra de Denise Jodelet – *Loucura e Representações Sociais* (1989) mostraram todo o impacto das representações sociais no pensamento social de uma comunidade, ou seja, no senso-comum. Se por um lado a questão das comunicações midiáticas foram exaustivamente exploradas por Serge Moscovici para demonstrar as influências da difusão, propagação e propaganda no pensamento sobre a psicanálise em diversos grupos sociais, as representações da loucura abordadas por Jodelet escancaram as violências cognitivas que permeiam a noção da alteridade e do “Outro”, principalmente se este for o louco, o diferente, o indiferente.

Uma definição de representações sociais foi apresentada por Jodelet nos seguintes termos:

Representações sociais são imagens que condensam um conjunto de significados. São sistemas de referência que nos permitem interpretar o que acontece e dar sentido ao inesperado. São categorias que servem para classificar as circunstâncias, os fenômenos e aos indivíduos com quem nos relacionamos. São teorias que permitem estabelecer fatos sobre eles (JODELET, 1986, p.472).

Uma definição mais aprofundada sobre o conceito das representações sociais é descrita pelo próprio Moscovici atribuindo a centralidade e indissociabilidade das ideias em relação à sua imagem:

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. Elas sempre possuem duas faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem (MOSCOVICI, 2007, p. 46).

Esta relação entre representações e imagens foi bem elucidada pelos pesquisadores ao abordar a questão da violência urbana no Rio de Janeiro a partir dos moradores de baixa renda que residem em favelas. A pesquisa de Naiff e Naiff (2005) “*A favela e seus moradores: culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência*” aponta para uma questão muito crítica onde o bandido ou "marginal" se objetifica na figura do negro, pobre e morador de favela. Tal posição apenas acirra ódios e preconceitos entre determinados grupos sociais.

Em vista dessas questões, o pobre, o negro, o morador de favela e a própria favela em si ficam no imaginário da sociedade como os legítimos representantes da violência e de tudo o que ela significa. Atualmente, o clamor social diante de alguns fatos significativos de violência que ocorreram nos últimos meses na cidade (guerra em favelas situadas em áreas nobres da cidade; fechamento de importantes vias expressas de ligação entre diversos bairros; lançamentos de bombas e granadas em logradouros públicos; ônibus incendiados; fechamento do comércio, inclusive em áreas nobres da cidade, por ordem do tráfico; assassinatos sistemáticos de policiais; mortes de inocentes, etc.) têm provocado e aumentado o preconceito e o abismo existente entre os vários segmentos da sociedade (NAIFF; NAIFF, 2005, p.108).

No livro publicado por Jean-Claude Abric (2001) chamado “*Práticas Sociais e Representações*” o autor apresenta o conceito de representações sociais como um sistema sociocognitivo destacando o duplo sistema: a) **sistema cognitivo**: supondo um sujeito ativo; b) **sistema social**: uma realidade que suporta as condições sociais para a emergência destas representações. Neste sentido, as representações sociais desempenham um papel fundamental nas práticas e nas dinâmicas das relações cotidianas, que são classificadas em: função de **saber** (permitindo explicar e entender a realidade); função **identitária** (definem a identidade e a especificidade do grupo); função de **orientação** (conduzem comportamentos e práticas) e função **justificadora** (permite justificar *a posteriori* tais comportamentos) (ABRIC, 2001). Estas quatro funções demonstram o valor heurístico das representações, procurando explicar a natureza dos laços sociais e das relações entre os indivíduos e seus grupos de pertença.

“Toda representação está organizada ao redor de um núcleo central” (ABRIC, 2001, p.20), tornando-se o núcleo estruturante e elemento fundamental para a compreensão dos comportamentos e práticas sociais. O núcleo central possui duas funções: uma função geradora (é o elemento pelo qual se cria e se constituem os demais elementos da representação) e uma função organizadora (função que determina a natureza dos laços que unem estes elementos).

Quadro 1: Estrutura das representações sociais

Núcleo Central	Sistema Periférico
Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e das histórias individuais
Consensual: define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável, coerente e rígido	Flexível, suporta contradições
Resiste à mudança	Transforma-se
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Gera a significação da representação e determina sua organização	Permite a adaptação à realidade concreta e a diferenciação de conteúdo; protege o sistema central

Fonte: ALVES-MAZZOTTI (2002)

Um estudo realizado por Freitas e Naiff (2021) a partir da abordagem estrutural das representações sociais sobre envelhecer com deficiência procurou analisar a dinâmica das relações cotidianas entre as pessoas com deficiências e seus familiares cuidadores a fim de identificar estas relações, seus desafios e suas conquistas. Conforme apresentado por Abric e descrito no estudo foi possível identificar as quatro funções das RS indicadas pelo autor (função de saber, identitária, de orientação e justificadora). A partir do grupo focal os familiares conseguiram expressar suas emoções positivas e negativas em relação à própria velhice e ao envelhecimento dos filhos com deficiência, explorando a pertença à um grupo de pais específicos e como lidam com essa situação. Também foi possível compreender suas práticas e como justificam estes comportamentos para os filhos que não gozam de plena de autonomia, mas que são sujeitos de direitos como qualquer outro cidadão.

Por fim, quando analisado o núcleo central das representações sociais sobre envelhecer com deficiência através do quadro de quatro casas as palavras pertencentes ao núcleo central (amor, dificuldade, dedicação e paciência) demonstraram as funções geradoras e organizadoras das representações sociais sobre o processo de envelhecer. Estas mães muitas vezes e por muitos anos abdicam de uma vida mais tranquila para viver uma maternidade que nunca encerra o ciclo da dependência, mas que está envolvida e permeada de amor e dificuldades, vencidos os tempos difíceis com dedicação e paciência para com seus filhos.

A Teoria das Representações Sociais, portanto, se mostra atual e é uma forma heurística de apreensão dos aspectos psicossociais de fenômenos sociais. Estes ao serem apropriados por um grupo se apresentam como possíveis objetos de estudos em representações sociais conforme sinalizou Sá (1998).

Neste sentido não temos como negar que política e cidadania são hoje objetos de pesquisa por excelência no campo das ciências humanas e sociais. Como exemplo, na história recente dos acontecimentos políticos no país temos: Análise sobre o discurso de Bolsonaro na ONU sobre a Amazônia (VENTURA et. al., 2022); Discurso de ódio homofóbico nas redes sociais pela família Bolsonaro (LOPES; CASTRO, 2022); Discurso midiático sobre política no Brasil (SANTOS; PAIVA; GUALBERTO, 2023); Redução dos direitos das pessoas com deficiência (SOUSA; FOHRMANN, 2023), entre outros apresentados neste trabalho que caracterizam a pesquisa em representações sociais sob a ótica da política e da cidadania.

1.2 Categorias de Análise em Representações Sociais: da política e sua relação com o senso comum

No artigo publicado por Lahlou e Abric (2011) intitulado “*Quais são os “elementos” de uma representação?*” os autores buscaram apresentar como são realizadas as interpretações sobre o conteúdo e a estrutura das representações sociais de um determinado objeto, buscando diferenciar uma descrição de uma conclusão ontológica. Utilizando-se da abordagem estrutural das representações, da qual é realizada através da técnica de evocação de palavras, estes signos linguísticos evocados são chamados de cognemas. Os cognemas – como “elementos” - buscam elucidar a relação do objeto com suas evocações. Dito isto, as palavras que figuram no núcleo central de um determinado objeto não constituem a decomposição final deste, mas se configuram como um sistema descritivo. Tornam-se apenas um meio para seu fim.

Jean-Paul Codol, exímio psicólogo social europeu, editou uma nota explicativa para algumas expressões relativas a atividades e processos cognitivos em psicologia social atribuindo significados para os seguintes termos:

Quadro 2: Terminologias em Psicologia Social

“Cognema”	A menor unidade cognitiva
“Universo Cognitivo”	O conjunto organizado de todos os cognemas de um determinado assunto
“Estrutura Cognitiva”	As regras de interdependência e organização dos cognemas em um universo cognitivo
“Representação”	Um subconjunto do universo cognitivo que se refere a alguma forma de interdependência entre os cognemas de um determinado sujeito em relação a um objeto
“Estrutura da representação”	As regras de interdependência e organização de cognemas em uma representação

Fonte: CODOL (1969 apud LAHLOU; ABRIC, 2011, tradução nossa.)

No artigo apresentado durante a II Conferência Internacional sobre Representações Sociais no Rio de Janeiro, “*Questionando o consenso na Teoria das Representações Sociais*”, Rose e colaboradores, da Escola de Economia de Londres, apresentaram uma visão alternativa sobre o conceito de consenso dentro da teoria.

Sugerimos que o problema do consenso é um aspecto altamente complexo da vida social que requer avaliação. O consenso não se refere nem ao mero acordo nem ao mero compartilhamento de atitudes, opiniões e valores por um grupo social. Embora essas sejam as interpretações mais comuns que circulam na literatura, elas falham em apreender os diferentes níveis de análise necessários para compreender a construção social das realidades simbólicas. [...] Propomos a ideia de um campo representacional caracterizado simultaneamente pelo consenso, inconsistência e ambivalência. A questão do poder nesse campo representacional heterogêneo é discutida (ROSE *et. al.*, 1995, p.1, tradução nossa).

Esta argumentação dos autores acerca do problema do consenso nos ajuda a compreender a própria noção de espaço político, pois os grupos sociopolíticos sejam de direita ou esquerda constroem suas representações a partir de suas relações de poder, intragrupos e intergrupos, como também explicitam a incongruência que pode existir a partir do consenso

grupais. Por esta razão as autoras defendem a ideia do campo representacional dinâmico, permeado de contradições e que ao mesmo tempo mantém em si a negociação e o debate na formação de novas práticas sociais.

Um estudo realizado por Lowe (2012) na Inglaterra aborda o papel do tempo nas representações de identidades sociais na política, com foco na natureza dos conflitos sociais mais amplos. O autor usou como exemplo as manifestações ocorridas por ocasião do dia 1º de Maio (também conhecida como Mayday - o Dia do Trabalho) nas redes sociais. A partir das interações do público na esfera digital foram mapeadas quatro perspectivas nas raízes dos conflitos contemporâneos: contraste social imediato, história de origem, relações com eventos do Mayday e história prospectivas.

Por contraste social imediato o autor identifica a ausência de uma identidade unificadora, enfatizando a negação da importância de grupos organizados nos protestos; Por história de origem está a descrição de eventos que aconteceram neste mesmo dia há anos atrás, como uma forma de redução da distância temporal entre o passado e o presente; Por relações com eventos do Mayday, o autor destaca a construção de uma identidade política baseada na comparação com outros eventos contemporâneos, como uma ferramenta retórica para afirmar a identidade do grupo; Por fim, histórias prospectivas apontam para a reivindicação de possíveis futuros que definem a identidade de um grupo social.

Como conclusão Lowe (2012) considera o tempo como uma ferramenta retórica para ancorar os limites e significados de identidade sociais para um determinado grupo. Esta conclusão sobre o tempo e a identidade social constitui um dos elos da corrente que buscam analisar a questão da polarização política no Brasil de hoje, com as inúmeras referências ao passado e o presente para estabelecer os antagonismos entre a direita e a esquerda, como as ancoragens antissistema comunista de um lado e os antifascistas de outro.

A pesquisa sobre o pensamento político do senso comum foi objeto de atenção por Staerkle (2013) através da pesquisa sobre o verdadeiro cidadão (the true citizen) buscando compreender a ordem social democrática e os antagonismos intergrupais. Para o autor, os antagonismos intergrupais desempenham um papel fundamental no pensamento político do senso comum e em suas ações políticas. Ele destaca a importância do conteúdo estereotipado nas relações intergrupais e na maioria das vezes não se apresentam como consensuais no interior destes grupos.

A razão pela qual falo sobre antagonismos intergrupais em uma conferência de representações sociais é que eu acredito que eles são uma categoria-chave de representações sociais – difundidas, organizadoras do comportamento social e legitimam a ação política. Eles combinam a natureza fundamentalmente dualista de representações sociais com processos sociais derivados de teorias de relações intergrupais, em teoria da identidade social particular. Eles destacam a importância do conteúdo estereotipado em relações intergrupais, mas enfatizam ao mesmo tempo que – como qualquer representação social – elas são não consensuais. Em vez disso, há uma luta contínua em torno da prevalência e do significado de antagonismos intergrupais nas esferas social e política, juntamente com tentativas de grupos de pressão para impor certos antagonismos sobre outros (STAERKLE, 2013, p.2, tradução nossa)

O verdadeiro cidadão apontado por Staerkle (2013) e o “cidadão de bem” objeto deste estudo compartilham das mesmas representações sociais estereotipadas, onde os antagonismos grupais estão na base de um conflito sociopolítico no Brasil. Quando a direita brasileira representada pelos apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro assume o papel de bons cidadãos, os “de bem”, automaticamente impõe ao grupo oposto, a esquerda, uma representação social

estereotipada pelo negativo, pela negação e pelo não reconhecimento à legitimidade de coexistência entre ideologias, crenças e ideias divergentes.

A relação entre representações sociais e a participação política foi estudada por Mannarini et. al. (2020) estabelecendo uma comparação entre os discursos da mídia apresentados na Itália e na Grécia, procurando compreender as representações inerentes a cada contexto. É dado destaque para a situação atual da democracia nos países ocidentais como a crescente demanda por mais oportunidades participativas. Outra questão importante a se enfatizar é a noção de responsabilidade pelas crises: enquanto os franceses procuram explicar suas dificuldades financeiras sob a ótica da crise financeira global, gregos e italianos atribuem estas causas a seus sistemas políticos, levando a uma representação negativa do discurso político nesses países.

Os resultados da pesquisa de mídia revelaram as seguintes representações: enquanto na Itália a representação da participação política na mídia enfatizou temas como: democracia participativa (primárias e referendo), participação direta, sociedade civil *versus* política institucional, participação cívica ascendente e protestar, na Grécia os temas enfatizaram os temas: participação eleitoral, crise partidária, participação cívica de baixo para cima e conflito. Estes dados demonstram a relevância do contexto cultural e nacional para a compreensão das representações sociais sobre a participação política e sua relação com a mídia. Assim como no Brasil, Grécia e Itália passaram por momentos delicados de alta recessão financeira após a crise financeira global de 2008, aumentando a pressão sobre os políticos e o sistema político na busca de um novo pacto social mais democrático.

Um profundo e detalhado estudo realizado por Caroline Howart (2014) sobre a relação entre representações sociais, identidade e ideologia foi realizado a partir das reflexões sobre um “motim” em Londres. O distúrbio de Brixton aconteceu no dia 13/12/1995 e se iniciou após a morte de um jovem negro de 26 anos, Wayne Douglas, sob custódia policial. Os conflitos envolveram a polícia e mais de 100 manifestantes, com a ocorrência de saques às lojas do local, ataques à polícia e queima de carros como protestos. A cidade situada no sul de Londres é uma área profundamente estigmatizada, com histórico de protestos sociais e os seus moradores frequentemente são representados negativamente como “diferentes”, “outros” e “inferiores”.

A reflexão sobre a representação social da multidão foi elaborada por Howart (2014) utilizando como instrumento 18 entrevistas com os mais diversos moradores do local para mapear seus relatos sobre o ocorrido. A autora chegou às seguintes conclusões: a) a multidão como um conjunto de indivíduos, revelando a ideia das informações sobre os indivíduos nos seguintes temas: 'criminalidade', 'irracionalidade', 'negro', 'violência' e 'oportunismo'; b) a multidão como corpo coeso guiado por uma história comum, a partir de seu contexto-histórico, destacando como representação uma privação social do emprego e sentimentos de hostilidade para com a polícia.

Neste contexto ainda discute a representação social como negociação de identidade, destacando a interdependência das representações sociais e a identidade, afirmando que “sem esse conceito, não podemos explicar por que determinadas pessoas têm perspectivas diferentes, baseiam-se em representações específicas, defendem-nas da maneira que o fazem e por que outras representações são ignoradas ou contestadas” (HOWART, 2014, p.3, tradução nossa).

Os processos comunicacionais também são objeto de estudo das representações sociais. Para ilustrar esse processo Justo *et. al.* (2020) realizou um estudo sobre o processo de comunicação envolvido na prevenção da pandemia de covid19 no Brasil em pleno contexto de polarização política, quando por um lado a emergência sanitária era vista como um problema de “saúde pública” e de outro era vista como um problema “econômico”, fato este que influenciava diretamente o comportamento e a cognição dos brasileiros a respeito da pandemia. Registra-se em janeiro de 2023 um total de 697 mil mortes no Brasil sendo o terceiro país do mundo com mais mortes, atrás apenas dos Estados Unidos e Índia, respectivamente.

A pandemia de covid19 foi um evento global que afetou as relações sociais, interpessoais e geopolíticas, pois afetou significativamente todos os países do mundo ao mesmo tempo, indicando a total interdependência do mundo globalizado nessa era contemporânea. As questões nacionais ficaram em segundo plano quando comparadas ao esforço mútuo entre os países para conter a disseminação e buscar a cura para este vírus. Nestes termos, com a orientação pela OMS (Organização Mundial da Saúde) para o isolamento social total, todas as atividades humanas foram impactadas em todo o mundo, sendo as atividades econômicas e de subsistência as únicas atividades que não poderiam parar. Criou-se então um grande impasse ético e moral acerca dos comportamentos a serem observados: a preservação da vida (saúde) ou a manutenção dos empregos (econômico).

RSs polêmicas são determinadas por relações antagônicas entre grupos e tendem a ser mutuamente exclusivos, representando uma luta entre grupos. Este tem sido o caso com grupos sociais opostos no Brasil, desde os acontecimentos que levaram ao impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, quando eclodiu um intenso processo de polarização política no país, atingindo seu ápice no período das eleições presidenciais de 2018 (JUSTO *et al.*, 2020, p. 6)

A pandemia de COVID19 foi cooptada pelo clima político de polarização. Em diversos países, líderes negacionistas resolveram adotar práticas não científicas de combate à doença. No Brasil, a figura do Presidente Jair Bolsonaro foi o ápice da ideologização desse cenário, com discursos apelativos em seus pronunciamentos diários para que a população acreditasse em tratamentos sem eficácia comprovada (cloroquina e ivermectina), desaprovasse a indicação de vacinação em massa alegando que as vacinas não tinham segurança e eficácia comprovada e garantida pelos laboratórios chineses.

Além de ações controversas em vários Ministérios (economia, meio-ambiente, direitos humanos, etc.), destaca-se a não permissão para que o Ministério da Saúde divulgasse ampla e diariamente o número de mortos de covid no Brasil, exonerando por esta ocasião o seu primeiro Ministro da Saúde. O segundo Ministro pediu exoneração em menos de um mês, pois não concordava com as orientações políticas do governo. Até chegar ao ponto de nomear um general do Exército Brasileiro ligado à área de logística como Ministro da Saúde.

Como conclusão deste estudo as representações sociais polêmicas foram diretamente influenciadas pelos processos de comunicação e, principalmente, pelo processo identitário de posicionamento político. Tal discurso era continuamente estimulado por uma figura de autoridade como o Presidente da República do qual se utilizava da máquina pública e de suas relações de poder para influenciar pessoas através de sua ideologia.

Em um outro estudo realizado por Rozendo *et al.* (2022) corrobora esta ideia das representações polêmicas em contexto de polarização política a partir das representações sociais e sentimentos gerados no isolamento social em idosos no Brasil, durante o período da emergência sanitária de covid19. Os autores apontam para a diferenciação dos elementos centrais das representações quando analisados a partir dos grupos políticos de pertença, demonstrando assim a qualidade polêmica destas RS.

A partir da análise de similitude, observou-se que os idosos com posicionamento político de **direita** trouxeram os elementos de cuidados, segurança e medo, porém também elencaram a incerteza sobre a doença, “Bolsonaro tem razão” e manipulação. Já os indivíduos de **esquerda** trouxeram elementos mais voltados ao cuidado com a doença, tais como morte, isolamento social, máscara, quarentena e prevenção. Ainda, o grupo de centro também apresentou como maior evocação o elemento morte, assim

como sofrimento, perigo e compreensão. Por fim, o elemento fé se associou ao grupo das pessoas que não possuem interesse em política (ROZENDO *et. al.* 2022, p.7).

Quanto aos sentimentos gerados nos idosos, emergiriam os sentimentos de mal-estar, saudades, preocupações, resiliência e esperança, que demarcam uma vivência mais dramática para este grupo durante o período de isolamento social entre os anos de 2020 e 2021. Durante a pandemia os idosos foram os mais afetados compondo a maior faixa de óbitos no Brasil, tornando-se assim o público prioridade por ocasião das distribuições de vacinas no país. Portanto, a fragilidade do corpo biologicamente marcada aos idosos também correspondeu a uma maior fragilidade emocional nos tempos de pandemia.

Em 2006 foi realizado um estudo por Wachelke e Hammes sobre posicionamento político e representações sociais da política durante a campanha eleitoral daquele ano. Seus objetivos foram caracterizar o campo representacional para os integrantes dos grupos políticos (direita, esquerda e os sem posicionamento político). Note-se que a pesquisa realizada online naquela época contava com outra dinâmica como a que conhecemos hoje, marcando assim a evolução das redes de comunicação com o passar dos anos. Foi utilizada uma rede de relacionamentos (*Orkut*) para a pesquisa, que contou com 1051 participantes.

O segundo fator diferencia os participantes alinhados com esquerda e direita. Os participantes de esquerda apresentam uma concepção de política como luta de classes, um exercício de cidadania com conflito entre segmentos sociais; mesmo assim, apresentam grande insatisfação com os rumos da vida política. Os participantes com posição de direita tratam mais do aparelho institucional vinculado à política, enfatizando que as eleições e leis sustentam o governo, e que isso possui aspectos positivos. [...] Os participantes sem orientação apresentam uma visão marcadamente negativa e desesperançosa da política, associando-a com corrupção; são esses os participantes que aparentam ter atitudes mais negativas a respeito do mundo político, a inferir pelos comportamentos eleitorais de baixa participação em campanha, e percepção de pouca importância do voto (WACHELKE; HAMMES, 2009, p.524).

Os resultados deste estudo apontaram para uma explicação das representações sociais influenciadas diretamente por processos de comunicação em massa e processos identitários, demarcando assim um campo bem definido e distinto para cada um dos grupos políticos existentes. Sentimentos negativos e um clima desesperançoso da política já eram, nesta época, sinais de que grande parcela da população não estava satisfeita com seus representantes políticos servindo como um sinal de alerta para as futuras gerações e os futuros políticos.

Segundo Sandra Jovchelovitch (2020), as representações sociais da esfera pública devem ser entendidas em relação ao contexto de sua produção. Neste sentido, a autora problematiza sobre qual seria a natureza da esfera pública buscando sua composição. Concebe então quatro dimensões a ser considerada para análise da esfera pública: a cultural (estabelecido por suas posições simbólicas), a socioeconômica (marcados pelos determinantes materiais de existência), a comunicacional (o impacto nas formas cognitivas dos grupos) e a história (demarcando a importância do tempo para o estudo das representações).

Em todos esses anos nosso programa de pesquisa encontra consistentemente um quadro representacional complexo dominado pela ideia da corrupção. Corrupção na política e nas ruas, explicada por uma representação do sangue, um sangue manchado pela mistura racial que dá identidade aos brasileiros: um sangue ele próprio corrupto. Essa representação organiza outros significados associados com a vida pública no Brasil, compondo uma teoria poderosa e

persistente sobre a natureza do espaço público brasileiro. A violência, o medo e a ameaça nas ruas, a luta pela sobrevivência, a desigualdade e as divisões sociais da vida cotidiana; a corrupção, os interesses pessoais e a impunidade na política, o contraste entre a onipotência do poder e a impotência dos que estão a ele submetidos, a lei como fonte de mensagens ambíguas – todas essas noções, práticas, experiências e estórias são unificadas e explicadas por uma ideia central que oferece enredo ao campo representacional: o ser do brasileiro, a identidade do brasileiro, ou o que denominamos o *Brazilian self*. Seja a mentalidade, a natureza, a crise moral, o ser do brasileiro está sempre lá como a noção usada para descrever, explicar e ligar a rua e a política. Essa noção aparece associada a tudo que descreve e explica a realidade da esfera pública brasileira (JOVCHELOVITCH, 2020, p.8-9).

Portanto a autora faz uma brilhante explicação sobre a identidade do brasileiro e do povo brasileiro em relação à esfera pública e a vivência da vida política: uma vida marcada pela ideia da corrupção, do medo e das desigualdades sociais que demarcam negativamente um território simbólico na concepção de cidadania e de Estado Democrático de Direito.

Um primoroso estudo realizado por Pereira e Camino (2003) procurou identificar as representações sociais de estudantes universitários sobre Direitos Humanos e a relação destas com o posicionamento político declarado. Uma perspectiva que evidenciou representações sociais polêmicas, pois a identidade política afetou significativamente a noção de Direitos Humanos, trazendo a discussão a influência das ideologias neste processo.

O debate não se resolve nem pela opção maniqueísta, típica da **esquerda**, de colocar toda a responsabilidade dos Direitos Humanos no Estado, nem pela opção psychologizante da **direita** ao colocar o sucesso na vida social nas intenções individuais. A constatação da existência desse paradoxo na compreensão do envolvimento nos Direitos Humanos leva à análise da ideologia que, pela sua própria natureza, é paradoxal. De fato, a ideologia, considerada como um sistema de crenças integradas, explica os acontecimentos históricos e definem o que é bom e o que é ruim. Mas os significados das inserções sociais são construídos pelas próprias pessoas nas relações do cotidiano. As pessoas são tanto portadoras quanto criadoras de significados ideológicos dominantes (PEREIRA; CAMINO, 2003, p. 458).

Representações sociais polêmicas estão no cerne dos conflitos sociopolíticos. Lozada (2014) investigou a tríade polarização política, representações sociais e imaginários sociais através do artigo “*Nós ou Eles? Representações Sociais e Imaginários do Outro na Venezuela*”, quando intensos conflitos socioeconômicos e político-institucionais aconteciam não apenas em seu país como em grande parte da América Latina. Em 2014, a Venezuela entrou em recessão econômica com a queda do preço do petróleo em mais de 50%, e em 2015 a taxa de inflação tinha alcançado seus maiores índices na história, assolando diretamente a população com falta de energia, falta de comida, de insumos básicos de sobrevivência e boicotes externos. O contexto estava marcado pela morte de Hugo Chávez e a recém eleição de Nicolás Maduro em 2013.

Uma crise social sem precedentes estava por emergir neste cenário, com crises de desemprego, imigração, altos índices de criminalidade e colapso econômico. A sociedade ficou incitada num movimento de nós contra eles que afetou todos os cenários político-sociais na Venezuela. Para descrever a dicotômica realidade social e seus processos de “ancoragem e objetivação” nos conflitos intergrupais, a autora descreve os seguintes quadros:

Quadro 3: Forma de ancoragem social das representações

	“Chavistas”	“Anti-chavistas”
Sistema Político	Revolução	Democracia
Modelo Econômico	Socialismo-Comunismo	Capitalismo
Classes Sociais	Classe Pobre	Classes média e alta
Assuntos Sociais	As pessoas	Sociedade Civil
Cidadania	Revolucionário	Democrático

Fonte: LOZADA (2014, p.5, tradução nossa.)

Quadro 4: Instâncias de objetivação das representações

<i>Termos usados por grupos “antichavistas” para descrever grupos “chavistas”</i>	<i>Termos usados por grupos “chavistas” para descrever grupos “antichavistas”</i>	<i>Termos usados por “chavistas e antichavistas” para descrever os grupos “Ni –Ni”</i>
Bandos	Líderes partidários podres	Apolítico
Marginais	Escória Burguesa	Abstencionistas
Idiotas	Esquálidos	Acomodado
Multidão violenta	Sem país	Desinteressado
Ralé	Tão estúpidos	Irresponsável
Burros	Inimigos do povo	Incapaz
Fascistas	Fascistas	Inútil
Círculos dos infernos	Talibãs	Indiferente
Diabo	Opusgay	Idiotas
Comunistas idiotas	Amante dos Yankees	Estúpidos

Fonte: LOZADA (2014, p.6, tradução nossa.)

Neste estudo a autora ainda destaca a diferenciação entre polarização política e a polarização social. A polarização política é compreendida como forças que envolvem dois pólos definidos ideologicamente nos sistemas políticos partidários, enquanto a polarização social é um processo que abarca processos de categorização e polarização de grupos sociais, incluindo conflitos sociais nos mais variados contextos, como igrejas, bares, famílias e comunidades, assumindo as mesmas atitudes de exclusão, rigidez e enfrentamentos presentes na luta política. Na Venezuela o grupo *Ni-Ni* compreende jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham. Nesta perspectiva de conflitos sociais intensos, o “Outro” passa a ser considerado um inimigo a ser aniquilado, uma questão não apenas ocorrido na Venezuela, entretanto já descrito em outros contextos de guerras e conflitos, como em El Salvador (MARTIN-BARÓ, 1993) e em Israel (BAR-TAL, 1990).

A polarização social, ao mesmo tempo que comporta processos de categorização e polarização de grupos, no contexto do conflito social, estende-se aos espaços de convivência social, como famílias, escolas, igrejas, comunidades, que assumem as mesmas atitudes de exclusão, rigidez e enfrentamento presentes na luta política (LOZADA, 2014, p. 4)

Estas representações, marcadas pela dicotomização emocional, ao mesmo tempo que suscitam adesão, confiança e identificação com o próprio grupo, simultaneamente incitam ao desprezo, desconfiança e ódio pelo grupo oposto, considerado inimigo (LOZADA, 2007). Isso polarizado, pensamento afetivo e irracional, presentes nos fenômenos de massa (ROUQUETTE, 1994), permite-nos avaliar o impacto dos processos de polarização no pensamento

social e problematizar mecanismos psicossociais que, em termos de identidade social, são postos em jogo no nós-eles de uma representação (LOZADA, 2014, p. 8, tradução nossa)

Durante a 15ª CIRS (Conferência Internacional de Representações Sociais) em 2021 o professor belga Laurent Licata realizou uma comunicação que mais tarde se transformaria em um artigo chamado: “*Memória Coletiva: Objetivação ou Ancoragem?*” no qual descreve o papel da memória coletiva nas representações sociais do passado de um grupo, baseado em suas identidades. Seu interesse pela história do período colonial na Bélgica para a formação das identidades grupais evidenciam os conceitos de objetivação e ancoragem. O autor expõe duas situações para ilustrar o problema.

A primeira situação descrita por Licata (2022) é sobre as memórias coletivas do colonialismo no Congo. Quando as pessoas de origem congoleza que viviam na Bélgica eram entrevistadas sobre a memória do colonialismo, frequentemente surgia a expressão “mãos decepadas”, como uma memória coletiva associada ao período, no final do século XIX, em que os escravizados negros que não entregassem as colheitas exigidas pelo homem branco tinham suas mãos cortadas. Entretanto durante as entrevistas os exemplos citados pelos descendentes congolezes faziam menção às colheitas de algodão, quando na verdade este período colonial se baseou na colheita de borracha. Este é um exemplo para ilustrar como os entrevistados ancoravam suas representações em um contexto sem vínculo real com a história.

A segunda situação descrita é de ordem política. Um político do partido (N-VA, partido político separatista) em 2010 afirmou que “os Flamengos morreram porque não falavam francês”, numa tentativa de radicalização política na Bélgica, pois durante a Primeira Guerra Mundial os soldados belgas da região dos Flandres (que falavam flamengo, um dialeto) receberiam ordens de comandantes franceses (em idioma francês) levando a mal-entendidos que foram fatais para muitos deles. Note-se que novamente os historiadores contestam estas versões, não sendo possível encontrar vestígios históricos sobre estes acontecimentos, mas que se transformaram em memórias coletivas para os nacionalistas.

Estes exemplos ilustram a ideia de que não basta confrontar as memórias coletivas com os fatos e eventos verídicos do passado, mas estas representações no campo dos significados querem dizer “alguma coisa” sobre este grupo e sua identidade. Tanto os congolezes como os flamengos trazem em seus discursos os conflitos étnicos de seus grupos: o primeiro de discriminação na sociedade belga e o segundo como um conflito linguístico belga entre suas regiões. Quanto maior é a discriminação e a percepção de controle pelas elites belgas nos dias de hoje, congolezes e flamengos tendem a evocar representações sociais mais negativas para suas lembranças ou nacionalizar mais seus discursos políticos.

Ainda sobre a memória social e coletiva no plano político, um estudo realizado por Gianordoli-Nascimento et al. (2015) buscou analisar as representações sociais de “ser mulher militante” durante os “anos de chumbo” no Brasil, o período de ditadura militar, época marcada por proibições e punições aos que ousavam questionar os princípios vigentes como Deus, Pátria, Família e Liberdade. A participação feminina nos movimentos políticos, principalmente da esquerda, foi uma maneira de questionar e de resistir às imposições quanto ao lugar social destinado às mulheres. Apenas a participação na luta política não garantia às mulheres um *status* social privilegiado, ficando na invisibilidade perante os homens, mesmo dentro das organizações políticas de esquerda.

Para serem consideradas boas militantes e conseguirem maior espaço dentro das organizações, as militantes deveriam, portanto, possuir características naturalizadas como masculinas e negar sua individualidade em função do partido, e neste sentido, deveriam se adaptar a um modelo de atuação que

reproduzia as hierarquias de gênero comuns aos espaços privados. Verificou-se, ainda, que muitas organizações mantinham a divisão sexual do trabalho, delegando às mulheres militantes atividades consideradas de menor importância e/ou menos perigosas, em comparação com as dos militantes do sexo masculino. Desta forma, as militantes ocupavam normalmente posições de base, ao contrário dos homens que ascendiam na hierarquia dos partidos (GIANORDOLI-NASCIMENTO et. al., 2015, p. 128).

Portanto, as concepções sobre o feminino na época da ditadura no Brasil estavam relegadas ao âmbito do privado, do casamento e da maternidade, assegurando os papéis de mãe, esposa e dona-de-casa. Entrar para a militância feminina era uma ruptura a estes padrões machistas e patriarcais, do quais as mulheres passaram a cada vez mais fazer parte da história do país, ressignificando seus papéis tanto no âmbito privado quanto no âmbito público. A construção social da identidade feminina na esfera pública torna-se importante para compreender a relação entre os gêneros nas representações sociais do “cidadão de bem”. Qual o motivo para a expressão estar sempre no masculino? Será que é apenas por acaso?

1.3 Difusão, Propagação e Propaganda e novas perspectivas em comunicações

A segunda parte da tese escrita por Serge Moscovici em 1961 sobre a relação dos mais diversos grupos sociais com a psicanálise buscou analisar os discursos midiáticos e sua influência nas representações sociais.

À medida em que Moscovici revela a magnitude da construção social, e mesmo estando perfeitamente consciente da pretensão colossal daquilo que ele adianta, limita-se modestamente a propor modelos para apenas alguns aspectos, relativos aos processos de apropriação do saber (ancoragem e objetivação) e o papel da imprensa na transmissão e na disseminação (difusão, propaganda e propagação) (LAHLOU, 2014, p.85).

O papel das mídias sociais e na internet no mundo nem sempre foi assim como conhecemos. Intenso, instantâneo e parte integrante da existência humana. Quando Serge Moscovici escrevia sua tese, ele vivenciava a década de 1950 na França. O mundo europeu recém saía de um dos momentos mais trágicos da história, a Segunda Guerra Mundial. Em 1950 o mundo estava dividido entre dois grandes blocos geopolíticos (Estados Unidos e União Soviética). A guerra ideológica entre o capitalismo e o comunismo afetava a vida do mundo: influenciava a vida universitária, a vida do homem comum e principalmente os sistemas de comunicação. Serge Moscovici não se interessou pela disciplina teórica da psicanálise, mas pela relação que as pessoas estabeleciam com ela em seus mais variados aspectos.

Uma tarefa importante para os psicólogos sociais é, precisamente, estudar as relações entre as normas sociais e os funcionamentos cognitivos, respondendo à pergunta: quais normas sociais atualizam quais funcionamentos cognitivos, em quais contextos específicos? (DOISE, p.167). Buscando compreender como estas formas de funcionamento cognitivo se estruturam, Moscovici propõe os conceitos de difusão, propagação e propaganda.

A difusão, sistema ou forma de comunicação, cuja análise retém nossa atenção, deve ser diferenciada do sentido comum do termo: operação material de distribuição. *A imagem que mais se aproxima é a de um ou vários elementos que percorrem trajetórias descontínuas no interior de diversas estruturas ligadas entre si e que podem produzir modificações, serem modificadas ou manter a autonomia.* A relação entre esses elementos e as consequências que podem provocar num conjunto de valores ou condutas não é inteiramente previsível. [...]. *O esforço essencial do emissor na difusão é, por um lado, estabelecer uma relação de igualdade, de equivalência entre ele e o seu público, e, por outro lado, por consequência, de se adaptar a ela.* Procura-se assim formar uma espécie de unidade entre a publicação e o leitor e ao mesmo tempo manter uma diferenciação dos papéis (MOSCOVICI, 2012, p.285).

As seguintes características podem ser encontradas na propagação:

- a) Seu campo de ação direta é relativamente restrito;
- b) **Se propõe a integrar um objeto social, [...], a um quadro já existente;**
- c) Visa a aceitação por todo o grupo de uma concepção dominante em uma de suas partes;
- d) Seu objetivo não é provocar uma nova conduta ou reforçar uma conduta existente; trata-se sobretudo de tornar possível uma adequação dos comportamentos e normas aos quais os indivíduos aderem; em outras

palavras, **a comunicação tem como objetivo dotar as condutas atuais ou prováveis de uma significação que não possuíam anteriormente.** (MOSCOVICI, 2012, p.336).

A função da propaganda é dupla: **reguladora e organizadora.**

a) A função reguladora é traduzida pela afirmação e procura do **restabelecimento da identidade do grupo**, exprimindo sua qualidade de sujeito liberado das contradições que ameaçam seu equilíbrio e sua ação. [...]. A regulação feita pela propaganda tem como objetivo a **eliminação do objeto de conflito**, e se encontra determinada pelo fato de que a **oposição externa e a contradição interna estão em estrita dependência** uma em relação à outra (MOSCOVICI, p.393)

b) A função organizadora da propaganda implica a elaboração adequada do conteúdo das comunicações, **a transformação do campo social – de sua representação – numa dada situação. Relações antigas são renovadas**, conteúdos novos relacionados a aspectos próximos ou distante da vida cotidiana são propostos. [...]. A organização das mensagens comunicadas visa, no decorrer de uma campanha de propaganda, **construir uma representação do objeto conforme as exigências da unidade do campo social e da ação do partido.** A formação da representação é um dos aspectos fundamentais da propaganda (MOSCOVICI, 2012, p.394).

Encontramos os conceitos de difusão, propagação e propaganda nos mais diversos discursos midiáticos, de acordo com as suas orientações, políticas, ideológicas, religiosas, sociais, de modo que compreender a sua dinâmica e relações nos permite reconhecer os valores e representações sociais subjacentes. Um estudo realizado por Saquetto, Trindade e Menandro (2017) buscou analisar o discurso de um líder religioso do meio evangélico para compreender quais as representações sociais de cristão dele derivadas. A partir destas representações foi possível sintetizar a doutrina, a moralidade e a identidade grupal do grupo a qual a mensagem se destina. Para o líder religioso, o cristão ideal é aquele que:

- 1) O cristão verdadeiro deve ser fiel à fé racional, ou seja, ultrapassar o sentido da crença dando-lhe estatuto de certeza e assim rompendo com o que é natural e alcançando o sobrenatural;
- 2) O cristão manifesta essa fé por intermédio da mudança radical de vida, mudando hábitos. Só assim é possível a passagem do universo mundano para o celeste, ou seja, a saída do mundo de sofrimentos e vícios em direção às bênçãos e virtudes;
- 3) O cristão deve assumir-se pela adesão às práticas reificadas no universo bíblico. O que está fora da bíblia não existe, pois, o cristão verdadeiro deve assumir a bíblia como verdade e referência absoluta de seu agir, pensar, sentir. Deste modo as imagens bíblicas são repetidas como referência ampliando a potência da influência social sob a qual se constrói o discurso da liderança religiosa;
- 4) A prosperidade é uma característica essencial da representação social de cristão. A separação entre o celeste e o terreno é definitivamente abolida, e as graças materiais devem ser alcançadas pelo fiel em vida. A metodologia de acesso a isto é a fé justificada pelo pagamento do dízimo, pela doação, pela entrega;
- 5) Por fim, a ideia de patriarcado é essencial para a construção da imagem representacional de cristão. O homem deve ser heterossexual, moralizador,

cabeça e por sua vez, deve subjugar a mulher, em defesa do casamento e da família cristã. A mulher deve reconhecer a liderança masculina e afeiçoar-se às obrigações matrimoniais e maternais, trata-se da imagem de corpo/pescoço, mas de fato, não é cabeça. (SAQUETTO; TRINDADE, MENANDRO, 2017, p.272)

No discurso midiático do líder religioso sobre o cristão ideal podemos encontrar os elementos da propagação e da propaganda, conforme estabelecidos por Moscovici. A propagação da mensagem religiosa de um mundo novo e uma vida nova, pautada agora por valores cristãos, baseado nos princípios bíblicos, serão os novos guias de comportamento. Uma fé racional com mudança radical de vida. A propaganda da mensagem cristã, claramente clivada e conflituosa, busca também atrair novos fiéis.

A eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018 alinhou os discursos entre a política e a religiosidade obtendo apoio tanto dos políticos evangélicos como das próprias igrejas evangélicas. Os altares dos templos religiosos evangélicos foram transformados em espaços de mobilização política, unindo o discurso cristão com o discurso conservador de valorização da família tradicional, da moral e dos bons costumes. Neste ponto de encontro entre a fé evangélica e a direita conservadora brasileira cria-se uma identidade grupal, coesa, forte, retroalimentada cotidianamente pelas redes sociais.

Os discursos midiáticos na constituição das representações sociais foram objeto de estudo de Braga e Tuzzo (2010) quando os autores investigaram as tipologias das representações sociais e os atos comunicativos (matérias jornalísticas) a partir do caso da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, no norte no país. Para Moscovici (2007) as representações sociais, segundo sua tipologia, podem ser classificadas entre: a) hegemônicas: são formas de conhecimento largamente partilhadas por um grupo e são fortemente estruturadas; b) emancipadas: indicam a cooperação entre grupos, resultando em trocas de significado sobre um mesmo objeto; c) polêmicas: geradas no seio dos conflitos sociais.

O caso da Reserva Indígena Terra do Sol, seus conflitos e desocupações são uma oportunidade de compreender a relação da mídia com a construção dessas tipologias em representações sociais. Estes atos comunicativos estão na essência das representações, nas partilhas de um consenso. Foram analisadas 268 notícias no jornal diário a Folha de São Paulo entre 2005 e 2009, período de toda ação governamental na região. Importante destacar os principais resultados discutidos pelos autores.

Primeiro, nenhum editorial formal do jornal foi encontrado neste período abordando o tema, indicando assim que nenhuma tomada de posição foi tomada pelo veículo, restando apenas apresentar as notícias. Segundo, a quase nula presença de especialistas, neste caso antropólogos, discutindo o tema e oferecendo alternativas de entendimento para os leitores; Terceiro, pela multiplicidade de atores envolvidos no processo (indígenas, arroteiros, políticos, pesquisadores e outros) com vários pontos de vistas específicos sobre um mesmo objeto caracterizariam uma representação do tipo polêmica, pois está no cerne de conflitos sociais; Quarto, atingem um número muito variados de grupos sociais sendo estas RS geradas numa perspectiva de difusão (BRAGA; TUZZO, 2010).

As representações sociais da AIDS na mídia foi objeto de estudo de Naiff (1999) no qual o autor identificou quatro período distintos entre os anos de 1982 à 1998: 1) o mal-estar na sociedade frente a “peste”, ancorando a nova doença desconhecida a uma já conhecida; 2) é preciso avisar ao mundo que a aids está matando, refere-se a chegada de novos medicamentos e campanhas de prevenção; 3) a epidemia avança sem sinal de cura, sinalizando medos e desejos; 4) finalmente uma luz no fim do túnel, com a melhora na condição de vida dos pacientes. Dessa maneira, a mídia constitui-se como papel central na

construção e disseminação das representações sociais sobre uma determinada doença, a AIDS, sendo um agente orientador de comportamentos.

Importante também salientar sobre a pesquisa em representações sociais da AIDS, os estudos de Torres e Camargo (2008) no qual as autoras identificam a partir da pesquisa com os pacientes soropositivos que a vivência da doença está ancorada na comparação com o câncer, ou sejam, o processo de tornar um novo fenômeno não-familiar em familiar. Como objetivação, processo de associar uma ideia à uma imagem concreta, as autoras apontam a apropriação de termos científicos no discurso dos pacientes – o discurso do senso comum – como forma de participação ativa do paciente sem seu tratamento.

Pela área da educação, é possível identificar a difusão, propagação e propaganda na pesquisa realizada por Silva (2005) sobre as representações sociais que os atores envolvidos na educação têm sobre o construtivismo. A comunicação midiática se torna formadora de representações sociais, a partir do momento que interfere diretamente na relação e na conduta dos indivíduos. A autora aponta que existem diversas formas textuais que são consideradas comunicação midiática: textos científicos, textos informativos, entrevistas, relatos de experiência, textos de orientações e interativos, textos argumentativos e outros textos. Para este trabalho, a autora definiu a tipologia dos textos de acordo com o público-alvo: para a difusão estariam relacionados os textos científicos; para a propagação e propaganda, voltados para os mais diversos públicos.

Como conclusão, Silva (2005) aponta que o processo da propaganda foi o mais dominante nos discursos midiáticos, visto seu caráter ideológico e extremamente comercial. O uso do nome “construtivismo” foi utilizado pelas empresas como forma de atrair clientes, garantir seu aporte financeiro e de ascensão no mercado, atingindo assim uma dimensão simbólica e imaginária, na qual esta modalidade de educação formaria verdadeiros cidadãos, modelando seus comportamentos.

No ensaio sobre a interdisciplinaridade do conceito de representações sociais de Serge Moscovici, Lobo e Werneck (2018) propõem a aproximação dos conceitos de RS e ideologia, a partir de seus sentidos: positivo/concreto; positivo/dinâmica; negativa/concreta e negativa/dinâmica, visto que no campo da ideologia, o senso comum tem uma importância central, pois está suscetível às dinâmicas do poder, principalmente em seus sentidos mais negativos, conforme observamos na exposição a seguir:

Para relacionar Representações Sociais e Ideologia, é necessário delimitar de qual conceito de ideologia se está falando, pois existem inúmeras definições, segundo Guareschi (2000). Existem quatro eixos de significados para o termo ideologia: (1) a ideologia no sentido positivo, que remete a um conjunto de ideias, pensamentos, valores de um determinado grupo; (2) a ideologia no sentido negativo, que seria um conjunto de mitificações, de ideias enganadoras, que distorcem a realidade para beneficiar um determinado grupo; (3) a ideologia em sentido concreto, a ideologia se materializa em instituições como escola, igreja e família; (4) a ideologia em sentido dinâmico, que é vista como “a produção, reprodução e transformação das experiências vitais, na construção de subjetividades” (GUARESCHI, 2000, p. 42 *apud* LOBO; VERNECK, 2018).

A partir deste estudo psicossociológico sobre a ação dos sistemas de comunicação da difusão, propagação e propaganda, Moscovici demarcou um novo sistema teórico de apreensão da realidade, reabilitando por assim dizer o discurso do “senso comum”. Os sistemas de comunicação, diferente do científico, procuram realizar sua tarefa com outros objetivos. Nestes objetivos estariam presentes as ideologias, as visões de mundo sobre determinado objeto.

Em um recente estudo publicado pelos pesquisadores franceses Fabrice Buschini e Élisabeth Guillou (2022) com o título: “*Difusão, Propagação e Propaganda: e então veio a efusão: um novo modo de comunicações para as representações sociais*” os autores discutiram uma proposta de um novo modelo de comunicação além das tipologias já estudadas por Moscovici a partir dos novos modelos de comunicações atuais: “Os indivíduos não agem mais isoladamente, mas operam em rede, não mais com a intenção de adotar comportamentos de acordo com as oportunidades que lhes são apresentadas, mas sim reagindo a outros indivíduos que, como eles, podem ser outras tantas fontes de informação (BUSCHINI; GUILLOU, 2022, p. 11-8).

Os autores criaram um quadro informativo para comparar, explicar e diferenciar as dimensões normativas dos metassistemas. Em resumo, a difusão dirige-se a todos, buscando apagar as características de uma pertença grupal, oferecendo oportunidades para comportamentos individuais. Propagação e propaganda são dirigidas mais a um público específico, com uma identidade grupal definida, sendo a propagação uma visão mais introspectiva da realidade, buscando manter a coesão grupal e a propaganda tendo uma visão mais exteriorizada, visando uma transformação social por meio de relações conflituosas com outros grupos sociais. Propagação e propaganda estariam mais voltadas para as crenças, valores, práticas e opiniões de um determinado grupo.

Difusão e efusão são muito semelhantes em significado por causa de sua origem latina próxima, no entanto, a primeira corresponde à “ação de espalhar”, enquanto a última se relaciona à “ação de derramar” (Online Oxford English Dictionary). Usado principalmente para líquidos ou gases, o derrame evoca a ideia de um fluido em expansão que se projeta para fora, e a ideia de intensidade desenfreada que fica clara quando usada para falar sobre sentimentos ou emoções. Propomos chamar o novo modo de comunicação de “efusão”. Este termo é adequado para descrever um modo de comunicação que é diferente da difusão por causa de sua maior orientação voltada para o exterior em relação a outros indivíduos e a participação ativa que isso requer. Além disso, adequa-se perfeitamente à particularidade do meio preferencial (mas não único) deste modo de comunicação. Com efeito, a ideia de fluidez está intimamente ligada aos fluxos de informação e dados veiculados nas redes e extensões virtuais (dispositivos conectados) da Internet (BUSCHINI; GUILLOU, 2022, p. 11-9, tradução nossa).

Quadro 5: Sistemas de comunicação de mídia

Dimensões normativas Metassistemas	Difusão (jornais e revistas)	Efusão (internet e redes sociais)	Propagação (imprensa católica da década de 1950, grupos majoritários)	Propaganda (imprensa comunista da década de 1950, minorias ativas)
<i>Relação entre fonte e receptor</i>	Link vago e intermitente, autoridade oculta	Relações simétricas	Ligação unívoca e clara com a autoridade	Ligação unívoca e clara com a autoridade
<i>Modelo social: temas e relações</i>	Autonomia, mobilidade	Compartilhamento, individualidade, online	Diretividade: linha orientadora estabelecida com requisitos normativos	Diretividade: linha orientadora repetida estabelecida com requisitos normativos
<i>Forma de filiação</i>	Interesse	Simpatia/Antipatia	Comunhão	Coesão
<i>Estrutura da mensagem</i>	Descontinuidade, sem ordem	Descontinuidade, sem ordem, profusão	Organizado em um sistema	Organizado em um sistema binário

<i>Impacto direcionado no comportamento</i>	Criação de oportunidades de comportamento	Comportamento reativo rápido (avaliação, julgamento)	Comportamento controlador	Produção de um comportamento reativo (automatismo)
<i>Relações com a comunicação</i>	Optativo e local	Necessário, imediato, explícito e generalizado	Necessário e implícito	Necessário e explícito
<i>Modalidade cognitiva</i>	Opinião	Julgamento	Atitude	Estereótipo

Fonte: BUSCHINI; GUILLOU (2022, p.11, tradução nossa).

São características próprias da Efusão neste novo modelo de comunicação proposto: a) relações simétricas entre a fonte e o receptor; b) individualidade online como modelo social; c) simpatia/antipatia como forma de filiação; d) descontinuidade como estrutura da mensagem; e) comportamento reativo como impacto direcionado no comportamento; f) imediatismo com a comunicação e g) julgamento como modalidade cognitiva.

Esta proposta de uma nova tipologia chamada de Efusão descreve os novos e recentes modelos de comunicação utilizadas praticamente em todos os países do mundo, para comunicar fatos, eventos, entretenimento, mas principalmente política. As redes sociais mais conhecidas e utilizadas para este tipo de comunicação política é o *Twitter, WhatsApp, Google, Facebook, Youtube, Instagram, Tik-Tok, Kwai*, entre os maiores públicos. Com milhares de adeptos em todo o mundo estas plataformas têm o poder e o alcance de tornar qualquer tipo de comunicação global e local ao mesmo tempo. Todos parecem estar conectados entre si, com o mundo e com sua própria comunidade, emitindo e discutindo ideologias políticas a partir de sua própria voz e de seu próprio julgamento.

Como conclusão, o estudo das tipologias de comunicação como a difusão, propagação, propaganda e agora a efusão nos permitem uma análise mais robusta e aprofundada sobre o fenômeno da polarização política no Brasil, principalmente quando grupos sociais tão antagônicos politicamente travam entre si uma disputa de “narrativas” em busca da sua própria verdade... ou será em busca de sua própria identidade?

CAPÍTULO 2

2. O CIDADÃO DE BEM: PRIVILÉGIO OU MARTÍRIO?

Neste capítulo iremos analisar a construção do discurso do cidadão de bem a partir da Teoria das Representações Sociais, dividido entre dois universos (MOSCOVICI, 2007). Para o *universo reificado* - o mundo das ciências - apresentaremos as pesquisas científicas encontradas em periódicos nacionais antes e depois das eleições de 2018, marco histórico que amplifica e direciona o uso político do termo em questão. Para o *universo consensual* - o mundo do cotidiano - serão apresentados dois estudos de mídia que estabelecem a relação entre seus discursos e a interação com os grupos sociais em destaque.

Diante do contexto de polarização política intensa na sociedade brasileira, pergunta-se: *Como assegurar que o pensamento político do senso comum polarizado não se torne o estopim para uma guerra civil não declarada?*

Para tanto partimos do argumento reiterado por Serge Moscovici de que as representações nas sociedades não são estáticas e que por esta razão, ele as concebe como “sociedades pensantes”. Tal sociedade poderá ser observada e compreendida através do estudo “das circunstâncias em que os grupos se comunicam, tomam decisões e procuram tanto revelar, como esconder algo e das suas ações e suas crenças, isto é, das suas ideologias, ciências e representações” (MOSCOVICI, 2007, p.43).

Esta relação entre “sociedades pensantes”, as circunstâncias, ações e crenças podem ser observadas nas crescentes polarizações das disputas políticas em todo o mundo. A partir de 2016 foi possível observar uma crescente onda de vitória nas eleições presidenciais de líderes populistas de direita, representada pelos partidos ultraconservadores e nacionalistas. Este comportamento eleitoral aponta na direção de um enfraquecimento do pensamento progressista e dos direitos humanos em países como: Alemanha, Áustria, Dinamarca, Estados Unidos, Hungria, Polônia, Finlândia e Brasil (ABREU, ALLEGRETTI, 2016).

Os maiores desafios encontrados por estas nações envolvem no seu cerne questões político-sociais intensas, como as políticas anti-imigrações, combate à corrupção, liberdade civil, direitos das minorias, entre outras. A alternância de poder em uma democracia é legítima, entretanto, estas mudanças bruscas de posicionamento político refletem diretamente o comportamento social de seus membros, conforme aponta Serge Moscovici:

É surpreendente que, em uma época em que ideologias sociais e políticas desempenham um papel tão importante nos assuntos humanos, tão pouco interesse tenha sido mostrado sobre seus efeitos nas condutas sociais e na definição da natureza dos conflitos. Indivíduos e grupos frequentemente têm diferentes concepções da realidade e tão logo uma adequada análise seja feita da natureza destas diferenças, os conflitos de interesse ou de motivações tornam-se secundários. Descobre-se, então, que os adversários não partilham um referencial comum e não se referem aos mesmos aspectos dos problemas e que sua avaliação das perdas e ganhos não é, de modo algum, idêntica. **Por causa de tudo isto, os adversários não têm uma linguagem comum, ou desejo de se comunicarem;** se e quando um diálogo começar, o conflito já está quase resolvido (MOSCOVICI, 2007, p.124, grifo nosso).

Moscovici destaca a centralidade da questão quando aponta que os adversários políticos não têm uma linguagem comum ou compartilham da mesma realidade para tratar dos mesmos problemas. Tampouco tem o desejo de o fazerem. Esta mudança de

posicionamento político no Poder Executivo aconteceu em diversas democracias em todo o mundo e no Brasil não foi diferente. A recente história política do país revela questões mais profundas a partir do momento em que voltamos nossa análise para o comportamento cotidiano do brasileiro, mais especificamente ao discurso que emerge no interior dos grupos sociais, que também nomeamos como discurso do senso comum.

“Coxinha”, “ditador”, “direita delirante”, “fascista”, “bolsominion”, “olavete”, “golpista”, “machista”, “entreguista”, “racista”, “homofóbico”, “Mortadela”, “corrupto”, “esquerda caviar”, “cubano”, “petista”, “lulista”, “bandido”, “feminazi”, “comuna”, “esquerdopata”, “abortista”, Esses são apenas alguns dos termos e expressões frequentemente usados com conotação ofensiva a quem se posiciona, respectivamente, como politicamente de “direita” ou antipetista e de “esquerda” ou petista, hoje em dia, no Brasil (REIS; JOÃO, 2019, p. 2).

Este universo repleto de estereótipos, em sua maioria com atributos e representações negativas, exprime situações que foram se constituindo por meio de intensos conflitos sociais. É importante também salientar que essas expressões são mais comumente utilizadas nas redes sociais para atingir de forma negativa a imagem do seu adversário político. A expressão “cidadão de bem” não escapa a esta regra. Seu uso é apropriado por grupos políticos - de direita e esquerda - para nomear certos tipos de atitudes associadas aos eleitores do outro espectro.

É preciso fazer uma distinção entre os locais onde emergem as representações sobre o cidadão de bem em uma sociedade heterogênea. Para Moscovici, o pensamento social é composto de duas realidades: o universo reificado - das ciências - e o universo consensual - senso comum -, na qual o autor exemplifica:

No **universo consensual**, a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana e agindo tanto como reagindo, como um ser humano. Em outras palavras, o ser humano é, aqui, a medida de todas as coisas. No **universo reificado**, a sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade. Esta sociedade ignora a si mesma e as suas criações, que ela é somente como objetos isolados, tais como pessoas, ideias, ambientes e atividades. As várias ciências que estão interessadas em tais objetos podem, por assim dizer, impor sua autoridade no pensamento e na experiência de cada indivíduo e decidir, em cada caso particular, o que é verdadeiro e o que não o é. Todas as coisas, quaisquer que sejam as circunstâncias, são, aqui, a medida do ser humano (MOSCOVICI, 2007, p.49-50, grifo nosso).

2.1 O “cidadão de bem” até as eleições de 2018

Uma revisão sistemática de literatura em periódicos nacionais com o descritor “cidadão de bem” nos apontou o resultado para oito estudos científicos, conforme tabela abaixo:

Quadro 6: Artigos científicos de revistas especializadas até o ano de 2018, em ordem cronológica

Área de Pesquisa	Ano	Autor(es)	Título	Objetivo
<i>Ciências Sociais</i>	1989	FERNANDES, Heloisa Rodrigues.	Rondas à cidade: uma coreografia do poder.	Analisar a reorganização do aparelho policial pela ideologia da segurança nacional , a partir das rondas policiais.
<i>Comunicação Social</i> <i>Comunicação Política</i>	2009	MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SANTOS, Débora Bráulio.	A cooperação na deliberação pública: um estudo de caso sobre o referendo da proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil.	Discutir o modelo de democracia deliberativa proposta por Habermas (1997) onde leis, práticas sociais e instituições só podem ser legítimas se elaboradas e permanentemente escrutinadas por todas as pessoas que são por elas afetadas.
<i>Ciências Sociais</i>	2012	SANTOS, Rita.	“Cidadãos de bem” com armas: Representações sexuadas de violência armada, (in)segurança e legítima defesa no Brasil.	Examinar as estratégias discursivas utilizadas pelos movimentos a favor e contra o desarmamento no Brasil através da análise dos materiais de campanha das duas frentes no Referendo sobre a Proibição do Comércio de Armas de Fogo 2005.
<i>Direito</i>	2013	MOURA, João Carlos da Cunha	O cidadão de bem: o discurso jurídico e a construção das subjetividades através da leitura midiática dos blogs.	Investigar o desenvolvimento da identidade do “cidadão de bem”, figura do discurso jurídico que surge como a identidade a ser constantemente alcançada.
<i>Comunicação Social</i> <i>Jornalismo</i>	2015	KABUENGE, Nathan Nguangu; COSTA, Alda Cristina Silva.	A “Sociedade de bem” e a Exclusão do outro: enunciados narrativos do programa paraense Rota Cidadã 190.	Refletir sobre a construção narrativa televisiva do enunciado “sociedade de bem” enquanto uma idealização de sociabilidade que se fundamenta na exclusão social do outro.
<i>Revista de Ciências Criminais</i>	2015	ROQUE, Maria Rosa Franca.	Auxílio-reclusão e PEC 304/2013: querem tirar o benefício de quem sequer o tem.	Uma reflexão sobre a pressão política para extinguir um benefício social de auxílio-reclusão.
<i>Ciências Sociais</i>	2015	BARBOSA, Wendell de Freitas; SÁ, Leonardo Damasceno de.	REDEFINIÇÕES DA CONDIÇÃO DE MORADOR: classificações das clientelas no mandato policial cotidiano e suas consequências nas relações entre polícia e população.	Discutir etnograficamente como estilos de patrulhamento policial interferem na situação de interpelação e resposta que envolve a interação entre policiais e moradores em espaços urbanos.
<i>Revista de Opinião Pública</i> <i>Comunicação Social</i>	2016	CARVALHO, Lauriston Araújo; ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira.	Discussões em torno do referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição na Folha de S. Paulo.	Compreender o modo como o Jornal Folha de S. Paulo acompanhou e noticiou a temática do referendo sobre o comércio de armas de fogo meses antes do pleito, em outubro de 2005.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na tabela acima encontramos a narrativa do “cidadão de bem” divididas em quatro áreas do conhecimento científico: *Ciências Sociais* com quatro estudos; *Comunicação Social* com dois estudos; *Direito* e *Ciências Criminais* com uma publicação cada. É importante salientar que a primeira pesquisa data de 1989 no campo das Ciências Sociais (FERNANDES, 1989) e somente vinte anos depois aparece um novo estudo em 2009 em Comunicação Social (MENDONÇA; SANTOS, 2009). Outro fator importante de análise deste conteúdo é o período selecionado para a pesquisa, em publicações anteriores ao ano de 2018 com referência ao “cidadão de bem”, quando podemos demarcar o período da eleição presidencial no Brasil.

Numa análise mais sistemática relacionando os temas e as áreas de conhecimento destas pesquisas podemos encontrar paralelos que vão construindo a compreensão das representações sociais do “cidadão de bem”. No artigo de Fernandes (1989), a pesquisadora faz uma crítica severa à atuação policial na cidade de São Paulo expondo o *modus operandi* do aparato repressor, elucidando a dimensão de uma coreografia do poder. Por qual razão escolheria a palavra coreografia para descrever este cenário? Porque através do relato das absurdas práticas policiais da década de 1970, foi possível desvelar o retrato da violência urbana em São Paulo, onde o espaço público era vigiado, controlado, reprimido— fazendo alusão à sociedade do espetáculo de Guy Debord¹ – não sendo um espaço acessível a todos os cidadãos de uma determinada localidade.

Se por um lado o excesso de vigilância do espaço público era nítido, por outro lado fechavam-se os olhos para as violências ocorridas no interior das instituições, dos abrigos, das casas, ou seja, em violações de direitos humanos e das violências na vida privada. Tal cenário era vivenciado no auge da ditadura militar no Brasil que durou de 1º de maio de 1964 a 15 de março de 1985. Ainda segundo Fernandes (1989), o aparato policial da década de 1970 em São Paulo estava regida pela ideologia da segurança nacional, na tese do “inimigo interno”, transformando qualquer cidadão em “suspeito” e cabendo a este, e somente a este, o ônus de provar que não era “bandido ou marginal”, neste caso, sendo um “cidadão de bem”. A ideologia da segurança nacional, tomada no contexto da Guerra Fria (USA x URSS), tornou-se objeto de lei nº 314/67 a qual reproduzimos aqui para melhor percepção do contexto da época:

Quadro 7: Decreto-Lei n. 314/67 que define os crimes contra a segurança nacional

CAPÍTULO I	
Disposições Preliminares	
Art. 1º	Tôda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.
Art. 2º	A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.
Art. 3º	A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.
§ 1º	A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.
§ 2º	A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou

¹ Para maior aprofundamento sobre o conceito, indicamos a obra: FREIRE FILHO, João. A sociedade do espetáculo revisitada. Revista Famecos, v. 10, n. 22, p. 33-46, 2003.

provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

Art. 4º Na aplicação deste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0314.htm. Acesso em 23/05/2022.

As práticas policiais relatadas nos estudos de Fernandes (1989) na década de 1970, as chamadas “Rondas”, também se tornaram objeto de estudo de Barbosa e Sá (2015) na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. Do coração da região sudeste aos cantões do nordeste, quarenta e cinco anos depois, os mesmos tipos de rondas policiais, procedimentos, linguagem, e principalmente, seu “público-alvo” demonstram a chamada “coreografia” do poder, que insiste em permanecer nas práticas policiais até os dias atuais.

Na transição democrática brasileira, a violência policial no cotidiano das grandes cidades contra pobres, negros e moradores das periferias em geral e a participação de agentes policiais estatais em grupos de extermínio, ligada à ausência de controle externo das atividades policiais, foram os pontos principais que compuseram os discursos críticos de ativistas de direitos humanos contra o chamado “entulho autoritário” da ditadura civil-militar no Brasil (ZALUAR, 1999 apud BARBOSA; SÁ, 2015).

Se no discurso policial encontramos uma significação de poder que constitui e modela suas práticas sobre uma determinada população, no discurso do Direito, também encontramos um sistema que busca delimitar o espaço subjetivo dos sujeitos, reforçando um modelo maniqueísta da sociedade. Para Moura (2015), o **Direito** e o **Direito Penal** são instituições que determinam que os indivíduos se coloquem em determinados espaços subjetivos já estabelecidos por suas normas, onde o “cidadão de bem” é aquele que molda seus comportamentos ao que é socialmente aceito, fazendo muitas vezes com que essa “aparência” legitime seu discurso de exclusão e aniquilação do “Outro”.

O referendo realizado no Brasil em 2005 sobre a proibição da comercialização de armas no Brasil foi objeto de pesquisa por três autores (MENDONÇA; SANTOS, 2009; SANTOS, 2012; ARAÚJO CARVALHO; ESPÍNDOLA, 2016). O referendo, consulta popular através do voto obrigatório sobre questões relevantes à nação, questionava o artigo 35 do Estatuto do Desarmamento que proibia a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional. A pergunta para o referendo foi: O comércio de armas e munição deve ser proibido no Brasil? A resposta poderia ser "sim" ou "não". Ao final do referendo houve a vitória do “NÃO” com (63,94%) contra o “SIM” com (36,06%) dos votos válidos.

A troca de argumentos entre as duas frentes processada no interior desse eixo gira em torno de uma pergunta central: afinal, a proibição da comercialização das armas de fogo representa a proteção de um direito dos cidadãos ou o cerceamento de uma de suas liberdades? Cada lado se propõe defensor de um direito básico. A frente do “**não**” **apela para o valor da liberdade individual** e se apresenta como advogada do direito

de legítima defesa e de escolha (escolher possuir uma arma ou não). Já a frente do **“sim” afirma defender o direito à vida** e associa sua campanha à luta pela paz. Nota-se que os debates acabam se voltando para a própria definição da noção de direitos, fazendo-se recorrente um movimento pendular entre concepções individuais e coletivas. (MENDONÇA; SANTOS, 2009, p. 521, grifo nosso).

Em outras palavras, a campanha pelo "sim" que defendia o direito à vida, mobilizava a atenção para uma cultura de paz, preconizando a coletividade e o bem comum. A campanha pelo "não" enfatizava o maniqueísmo, a luta entre o bem e o mal, e assim fazendo a distinção entre o "cidadão de bem" e o "bandido". Nas duas campanhas a narrativa utilizada foi a de proteção ao "cidadão de bem", como direito individual ou coletivo.

O estudo sociológico de Santos (2012) aprofundou a pesquisa nas campanhas do referendo sobre o desarmamento procurando analisar as representações e os discursos produzidos por homens e mulheres no que diz respeito ao uso não criminal e criminal das armas de fogo no Brasil. Resgata diferentes mitos presentes na história da guerra, como os "guerreiros justos", os "cidadãos de bem" e as "almas belas", que estão na base dos estereótipos desta violência. As duas frentes utilizaram exemplos da vida cotidiana do cidadão comum para apresentar seus argumentos, apoiados nestes estereótipos, na diferenciação de papéis entre homens e mulheres. No lado do sim, as mulheres na maioria das vezes sendo estereotipada como a "mulher honesta e desprotegida" ou a "mulher cidadã" que também advoga o direito à legítima defesa. Pelo lado do "não", a "mulher-mãe-vítima" e a mulher "ativista pela paz". Por outro lado, os homens foram representados da seguinte forma:

Segundo estes discursos, os “cidadãos de bem” são “bons pais, chefes e maridos”, para os quais é importante proteger as suas famílias e propriedades e fazer face aos “bandidos”. Neste sentido, a vontade de estarem armados e de terem a possibilidade de se defenderem é apresentada como um sinal de coragem, heroicidade, moralidade e respeito pela lei e ordem, o que os distingue dos “bandidos”, que são associados à recusa das regras e ao prazer pela violência sem sentido. A masculinidade é, assim, central nas duas construções, uma vez que o “cidadão de bem” e o “bandido” são literalmente masculinos. (SANTOS, 2012, p.155).

A mídia impressa também teve um papel importante e particular na construção dos argumentos tanto pela Frente do "sim" quanto pela Frente do "não", conforme pesquisa realizada por Carvalho e Espíndula (2016), quando investigaram o modo como o jornal A Folha de São Paulo tratou a cobertura jornalística do referendo. Pela frente do "não", as representações sociais do "cidadão de bem" buscaram por ancorar o porte de armas na lógica da defesa da família e na imagem de um inimigo externo a ela.

O que parece, a imprensa traçou um perfil do "cidadão de bem", que se diferencia do perfil do bandido, para defender o porte de armas: enquanto as pessoas "de bem" utilizariam armas para se defender, estando amparadas por práticas sociais pacatas e condizentes com valores socialmente positivados, como ausência de vícios, os bandidos, por sua vez, não necessitam estar de posse de uma arma de fogo, pois qualquer objeto a sua volta pode tornar-se uma arma letal. O argumento para a defesa da posse de armas por membros da sociedade estaria resguardado em atributos psicológicos inerentes ao sujeito (CARVALHO; ESPÍNDULA, 2016, p.456)

Os autores ainda pontuam que o jornal Folha de São Paulo se enquadra no que Serge Moscovici conceitua de difusão, quando as mensagens de um veículo de comunicação se propõem apenas em informar o seu leitor, sem ter a intenção de fazê-los refletir ou mudar de opinião, reforçando assim suas crenças já existentes. Geralmente estas reportagens usam e abusam de linguagem sensacionalista e impactante.

Com este referendo em 2005 onde todos os cidadãos foram obrigados a votar e a expressar suas convicções nas urnas ficou bem explícita um certo tipo de polarização no senso comum sobre o papel do Estado e os direitos individuais, no quais uma questão tão complexa como o acesso a armas de fogo e munições no Brasil foram reduzidos a um "sim" ou "não", sem uma contrapartida em outras políticas públicas de segurança que pudessem minimizar os riscos ou vulnerabilidades vivenciadas todos os dias pela população brasileira.

Não somente a mídia impressa, mas também a mídia televisiva constrói representações e imagens simbólicas de um determinado público que circulam no dia a dia das pessoas e tem um grande alcance. Alguns tipos de programas televisivos se utilizam de uma linguagem apeladora e ameaçadora para alcançar seus objetivos relativos à propaganda e ao consumo de conteúdo utilizando a retórica da violência para tal. Costa e Kabuenge (2015) analisaram os conteúdos do programa Rota Cidadã 190, da cidade do Pará, para estabelecer a relação entre mídia e violência.

O programa se configura assim, como autorepresentação e autoafirmação da emissora em geral e do apresentador em particular, que se apresenta como um super-herói que luta contra as forças do mal, mesmo sem força, para defender a “sociedade de bem”. Apesar do programa se apresentar como factual e investigativo, observa-se que ele narra as mesmas estórias e histórias com uma nova roupagem em função do dia. Além disso, a narrativa se constrói em torno do suspeito de cometer o crime (KABUENGE; COSTA, 2015, p.4)

As representações sociais criadas por estes programas sensacionalistas reforçam cotidianamente o caráter determinista e reducionista da realidade, principalmente quando envolve situações de violência, as quais as pessoas se sentem particularmente sensibilizadas. Tal programa reforça a dicotomia entre o “cidadão de bem” trabalhador que se sente vitimizado pelo “bandido”, o qual deve ser eliminado e excluído do convívio social a qualquer preço ou sem maiores reflexões sobre o fenômeno.

Por fim, Roque (2015) apresentou uma discussão no congresso nacional a partir de uma pressão muito forte da mídia e da opinião pública onde colocou em pauta na Câmara dos Deputados uma votação sobre a PEC 304/2013, de autoria da deputada Antônia Lúcia (Partido Social Cristão - PSC/AC). A PEC apresentada em 29/08/2013 visava extinguir o auxílio-reclusão e criar benefício para a vítima de crime. Como argumento a deputada apontava que a vítima do crime quando fica com alguma sequela não pode prover o sustento de si nem de sua família, sendo necessário um auxílio do governo para este fim. Esta PEC foi arquivada em 2016, entretanto retornou a pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em 2019, desarquivada e com relatoria do Deputado Junior Bozzella (PSC-SP).

Em 2020 houve uma troca e foi designado novo relator, o Deputado Fabio Schiochet (PSL-SC). Ambos deputados filiados ao mesmo partido conservador e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. A pauta do auxílio-reclusão é fator de discussão na sociedade pois vem carregada de muitos preconceitos perante o senso comum. A falsa ideia de que o auxílio iria estimular a prática de crimes não se observa no dia a dia, pois existem outras expressões da questão social que precisam ser observadas no tocante à violência e suas consequências.

Roque (2015) aponta para o papel estimulador da grande mídia na manutenção deste estereótipo do “bandido” e do “marginal”, principalmente quando coloca que os direitos

humanos são para humanos direitos. O que isto significa na prática? Que a polarização da sociedade acirra o debate e a opinião pública sobre aqueles “tipos” de cidadãos que devem ser excluídos da sociedade por não respeitarem suas regras, chegando ao ponto de se confundir a justiça com vingança – a aniquilação do “Outro”.

2.2 O “cidadão de bem” após as eleições de 2018

A partir de 2018 a narrativa e a pesquisa científica sobre o “cidadão de bem” altera seu posicionamento na ciência. Se até a presente data seu contexto estava ligado às práticas policiais abusivas, ao referendo sobre o Estatuto do desarmamento, à influência da mídia no processo de opinião pública, ao “homem de bem” do Direito e à “Sociedade de Bem” dos programas televisivos, agora a análise se volta a um personagem específico: o presidente eleito Jair Bolsonaro – incluindo seus eleitores e toda a polarização política causada pelo discurso agressivo e dicotômico da campanha eleitoral.

Quadro 8: Artigos científicos de revistas especializadas após as eleições de 2018

Área de Pesquisa	Ano	Autor(es)	Título	Objetivo
<i>Mestrado em Psicologia Psicanálise</i>	2018	ALBUQUERQUE JUNIOR, Artur Júlio.	O discurso do cidadão de bem e a lógica do supereu.	Partindo do estudo da lógica de funcionamento da neurose obsessiva, alçar um movimento que nos permite pensar os aspectos que fundamentam o discurso social que alegoricamente denominamos de discurso do cidadão de bem.
<i>Letras Linguística</i>	2019	BOAVENTURA, Luís Henrique; FREITAS, Ernani Cesar.	O “cidadão de bem” e o “bolsominion”: leituras antagônicas de um estereótipo no discurso político brasileiro.	Analisar os modos de percepção do estereótipo e sua relação com as noções de identidade e ethos do sujeito nas redes sociais em torno de um clima político bipartidário e polarizado.
<i>Letras Linguística</i>	2019	CAMPOS, Marcella Machado; CABRAL, Luís Rodolfo.	Uma arma na mão e Jesus no coração: circulação e aspectos formulaicos do sintagma “cidadão de bem”.	Investigar a dispersão do sintagma “cidadão de bem” e seus diferentes efeitos de sentido à luz da Análise do Discurso francesa, mais especificamente a partir da proposição do conceito de fórmula discursiva
<i>Letras Linguística</i>	2019	FIGUEIRA, Filipo.	Memória discursiva e sátira política: a paródia da (auto) designação “cidadão de bem” pelo The Piauí Herald.	Analisar o sintagma nominal “cidadão de bem” , enquanto parte do discurso antipetista que emerge após junho de 2013.
<i>Ciências Sociais</i>	2019	LIMA, Isabelly Cristiany Chaves; LIMA, Elizabeth Christina de Andrade.	A Retórica do “cidadão de bem”, no discurso de Jair Bolsonaro-um presidenciável em construção.	Refletir sobre as materialidades que compõem o capital político do deputado federal Jair Bolsonaro , cuja retórica é assentada nas relações de opressão, sobretudo, referentes às expressões de gênero e às práticas sexuais.
<i>Letras Linguística</i>	2020	PASCHOAL, Cristiano Sandim.	O novo tom axiológico da expressão “cidadão de bem”: refrações semânticas e indícios de	Abordar o novo tom axiológico que o enunciado concreto “cidadão de bem” adquiriu, a partir da eleição presidenciável ocorrida no Brasil, em 2018

			estratificação da sociedade brasileira.	
<i>Psicologia</i>	2021	COSTA, José Fernando Andrade.	Quem é o “cidadão de bem”?	Submeter essa figura a uma análise crítica de seus pressupostos discursivos, históricos, morais e políticos

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os estudos e pesquisas científicas selecionadas a partir de 2018, tendo como seu objeto o “cidadão de bem”, estavam circunscritas em três áreas de conhecimento: a **Psicanálise e Psicologia** – dois estudos; a **Sociologia** - um estudo; e a **Linguística** com quatro estudos. Estas pesquisas surgiram em um momento de bastante incômodo político e social motivados principalmente pelo comportamento político e verbal tanto do presidente eleito em 2018 Jair Bolsonaro quanto de seus eleitores e apoiadores chamados de bolsonaristas.

A primeira área de pesquisa atribuída ao “cidadão de bem” como objeto de estudo é da Psicanálise. Partindo da organização psíquica do sujeito e da constituição do *eu* o autor busca estabelecer a relação entre o *supereu* e o discurso do cidadão de bem. O *supereu*, como instância herdeira do complexo de Édipo, é aquele agente psíquico que instaura no *Eu* uma relação paradoxal: a lei e o gozo. A lei introjetada como uma consciência moral, introjetada pelas relações parentais; o gozo, na forma da pulsão de morte por excelência, é parte constituinte dos homens e dos laços sociais. Esta pulsão de morte se manifesta em forma de agressividade, como parte integrante da constituição psíquica do *supereu* (ALBURQUERQUE JUNIOR, 2018).

Para explicar a constituição de um *supereu* contemporâneo, o autor faz a seguinte conjectura:

Se levarmos em consideração que o *supereu*, pelo menos em sua perspectiva herdeira do complexo de Édipo, advém da identificação do comando parental, em uma época onde o pai não se faz mais tão sólido como o era na modernidade, poderíamos suspeitar que o *supereu* possa extremar-se numa tentativa de fazer suplência imaginária ao pai simbólico que antes detinha a função do ordenamento social. Desse modo, o **discurso do cidadão de bem**, e a **violência** que ele veicula a favor de ideias de normatização balizadas por preceitos morais, parece dizer exatamente da expressão de um *supereu* cultural que impedido de atingir seus intentos sexuais, se esforça violentamente para censurar o sexual no Outro (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2018, p.62, grifo nosso).

Portanto, o discurso do “cidadão de bem” é constituído e se faz representar no pensamento conservador, pela defesa da família tradicional, da moral e dos bons costumes, justamente numa demonstração de violência a quem não se enquadra neste imperativo, principalmente no campo cultural.

O autor ainda aponta em seus estudos duas apresentações artísticas que foram fortemente criticadas e atacadas pelo público conservador por se tratar de manifestações de cunho sexual (ignorando completamente sua face artística). A primeira foi a “*Queermuseu-cartografias da diferença na arte*”, na qual a autora busca representar em quadros e pinturas as práticas sexuais existentes em diversas culturas; a segunda foi uma mostra de arte, “*La Bête*”, na qual se configura sobre uma problematização do uso do corpo em seus mais diversos signos. A intenção da apresentação artística é a interação com o corpo nu, o encontro com a nudez, considerando-o um corpo lúdico. A problemática social ocorrida foi a participação de crianças nesta amostra, o que levou o público conservador a bradar nas redes

sociais sobre a erotização infantil. Qual a relação entre as duas amostras artísticas e a violência política? Seus autores receberam ameaças de morte após a exposição de arte.

Costa (2021) analisou o discurso ideológico envolvendo a figura discursiva do “cidadão de bem” identificando-a como uma patologia social brasileira. O discurso do “cidadão de bem” motivado por falácias, atinge diretamente o cerne da cidadania (o direito de todos, sem exceções) fazendo uso principalmente contra um público-alvo específico ou vários públicos (gênero, raça e classe), constituindo assim um verdadeiro anticidadão.

A segunda área de pesquisa atribuída ao “cidadão de bem” é a área sociológica e envolve diretamente os direitos humanos no Brasil. Baseadas em autores clássicos da sociologia como Foucault, Bordieu, Scott, Elias e Mauss, as autoras buscaram reconstruir, a partir de uma entrevista concedida por Jair Bolsonaro, na época candidato à Presidência da República, a retórica em torno do “cidadão de bem”, utilizado frequentemente em sua campanha em 2018. Os discursos que envolveram a retórica do modelo de cidadão ao qual Jair Bolsonaro recorre, se refere a um conceito autopersonificado:

Narrado com uma identidade cultural de homem, branco, heteronormativo, patriota, capitão reformado do Exército Brasileiro, cristão, deputado federal da direita, liberal-conservador, defensor afincado das bancadas da Bala, do Boi e da Bíblia, a carreira política de Bolsonaro é de migração por vários partidos (PPR, PPB, PTB, PFL, PP, PSC, chegando em março de 2018 ao PSL). Há quase três décadas na política partidária, com uma atuação modesta (três projetos aprovados, no subterfúgio de que não aprovou muitos, mas que contribuiu para barrar bastantes), o deputado se põe na missão de vigilante dos “bons” costumes, guardião dos cidadãos de “bem” (LIMA; LIMA, 2020, p. 407).

Nos discursos durante a campanha à Presidência não foi incomum encontrar os enunciados: *Kit-gay*, promiscuidade, palmadas, homossexualismo, referências às religiões (em especial “*essas daí*” – referindo-se às de matrizes africanas), direitos humanos para defender bandidos, matar, entre outros. O poder simbólico das palavras e do posicionamento político de Jair Bolsonaro para as necessidades do seu eleitorado conservador vão de encontro à aspiração do seu público: o uso legítimo do discurso de ódio e do ressentimento como política (LIMA; LIMA, 2020).

A maior produção acadêmica sobre o objeto “cidadão de bem” foi na área de linguística, apoiado pelos estudos de mídia social, visto que seu conteúdo de análise se torna facilmente apanhado na produção incessante de material fruto de conflitos entre grupos sociais na internet.

Boa Ventura e Freitas (2019) utilizaram da análise de mídia para compreender um fenômeno que movimentou as redes sociais no país no dia 22 de abril de 2019. Haveria a turnê de uma banda de punk rock americana chamada “*DeadKennedys*”, a qual solicitou a um ilustrador, como ação de marketing, um cartaz de divulgação. Em um contexto pós-eleição e polarização política intensa nas redes sociais, o cartaz trazia uma “crítica” ao atual presidente e o contexto político-social da época². Tal fato foi o estopim para que este assunto

²A imagem do pôster faz uma sátira-crítica ao governo Bolsonaro: coloca em cena a família tradicional brasileira; os filhos com armas em punho, com a seguinte frase: “*I love the smell of poor dead in the morning!*” (Eu amo o cheiro de pobre morto pela manhã!); favela ao fundo, lugar de morada dos pobres; tanques de guerra: a guerra ideológica contra os comunistas (bandeiras vermelhas); o patriotismo estampado na apropriação de um símbolo nacional, a camisa da seleção brasileira de futebol; a face dos membros da família estilizada no personagem Bozo de comédia infantil, em alusão ao presidente eleito Bolsonaro.

se tornasse um dos tópicos mais comentados no *Twitter* e que também repercutiu em diversos jornais de grande circulação, tamanha proporção das manifestações.

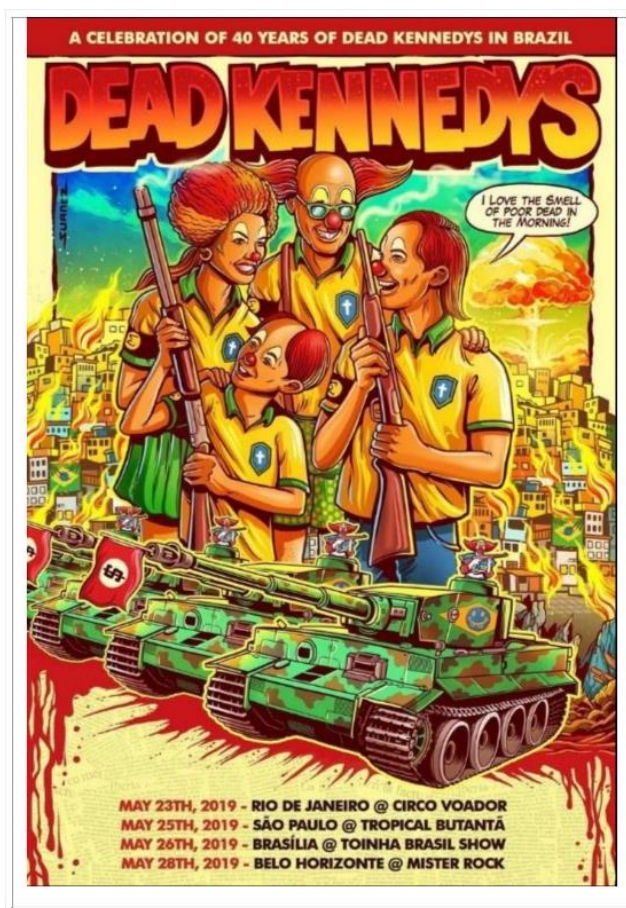


Figura 1: Pôster do DeadKennedys no Brasil³

Leituras antagônicas de um mesmo conteúdo colocou "bolsominions" e o "cidadão de bem" como um estereótipo a ser percebido, ora negativo, ora positivo, a partir do posicionamento político ao qual o cidadão se identificava. Os estereótipos como uma simplificação da realidade demarcam os sujeitos em uma determinada identidade coletiva. Esta identidade está intimamente relacionada a uma tensão entre o individual e o coletivo, onde a constituição e conscientização do "eu" acontece por uma identificação e diferenciação de um "Outro" (BOAVENTURA; FREITAS, 2019).

Campos e Cabral (2019) também se utilizaram da análise de mídia e redes sociais, o *Google Trends*, *Twitter* e *Instagram*, para investigar o uso do sintagma "cidadão de bem" como manifestação de um posicionamento político, corroborando com a ideia de que a depender do grupo social a que pertence o emissor do sintagma, o mesmo serve de uso de um enunciador de um cidadão-modelo em forma de identidade social (para os eleitores de direita) ou como índice de refutação para deslegitimar esta identidade, formando um estereótipo denunciado e combatido (para os eleitores de esquerda).

³ Fonte: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2019/04/22/poster-do-dead-kennedys-no-brasil-mostra-palhacos-vestidos-com-camisas-da-selecao-brasileira.ghtml>. Acesso em 23/05/2022. Créditos da imagem: Divulgação/Cristiano Suarez

A fim de avaliar o grau de circulação do termo "cidadão de bem" no espaço virtual e o seu interesse ao longo do tempo, através do *Google Trends*, Campos e Cabral (2019) identificaram que:

O primeiro pico (67 pontos) coincide com a primeira incidência do termo, em novembro de 2005. Até novembro de 2013, o interesse pelo termo é instável, apresentando ascensões pontuais, variando entre zero e 50 pontos, entre as quais tiveram maior incidência: março de 2006 (50), setembro de 2006 (40), julho de 2007 (49), março de 2008 (37), outubro de 2008 (30), janeiro de 2010 (41) e julho de 2013 (28). (CAMPOS; CABRAL, 2019. p. 86).

Os dados nos mostram que o termo “cidadãos de bem” tem patente sobressalência sobre os demais, especialmente entre 2004 e 2009, quando circulava no espaço público sem concorrer com variantes. O termo no masculino plural teve sua primeira ocorrência em março de 2008 (14 pontos) e, até janeiro de 2016, manteve grau de interesse oscilante entre zero e 15 pontos. Em junho de 2016, o termo entrou em circulação constante, não mais atingindo zero ponto; mesmo assim, todas as pontuações desse termo estão abaixo do grau de interesse registrado por “cidadão de bem”, em diferença bastante representativa: o maior índice do termo no plural é de 28 pontos, em outubro de 2018. **Não há registros de interesse do termo flexionado no feminino.** (CAMPOS; CABRAL, 2019. p. 88, grifo nosso).

Estes dados sobre as variantes no singular e plural demonstram o gritante predomínio de uma sociedade marcada pelo *masculino, machismo e o patriarcado*. Os autores nos expõem os dados encontrados em análise de mídia em que não houve interesse pela flexão feminina. Podemos inferir duas razões políticas para a falta de interesse no termo: a ocultação do feminino no senso comum ligado à ideia de participação política ou a falta de representação significativa de mulheres na política até a presente data.

A linguagem satírica também é utilizada para demarcar um determinado uso de um estereótipo político. Figueiras (2019) realizou um estudo analisando as publicações de um site de humor muito conhecido como associado ao jornal Folha de São Paulo, o “Piauí Herald”, uma sátira de notícias políticas do Brasil, acerca do sintagma nominal “cidadão de bem”.

Utilizando o conceito de memória discursiva na qual “a memória serviria como alimento do presente e o porvir do passado” (WENRICH, 1994 apud FIGUEIRAS, 2019), investiga como o uso da expressão “cidadão de bem” que numa hora (passado) significava um discurso antipetista e em outra (presente) a mesma expressão serviria como seu contraditório. Não apenas um contraditório de modo simplista, mas na linguagem satírica o dizer hiperbólico investiria contra seu próprio objeto, ridicularizando o discurso político original (FIGUEIRAS, 2019).

Paschoal (2020) nos chama a atenção para um processo sociológico de estratificação da sociedade brasileira a partir da análise linguística do termo “cidadão de bem”. O autor estabelece a relação semântica das palavras “cidadão” e “de bem” para explicitar o tom valorativo utilizado por seu enunciador. Na análise semântica, aquela compreendida na descrição do dicionário, a palavra cidadão se liga à cidadania, democracia e direitos civis, enquanto “de bem” carrega consigo a concepção de virtude, querido, amado. Entretanto, o autor também atribui ao significado semântico o seu signo ideológico por

excelência, quando estas palavras são utilizadas para seus fins políticos, conforme fizera Jair Bolsonaro em toda sua campanha para eleições presidenciais (PASCHOAL, 2020).

A estratificação social da qual se refere o autor está na dicotomia reiterada cotidianamente pelo Presidente Jair Bolsonaro em sua narrativa política quando se refere ao “cidadão de bem” em contraposição ao “marginal, bandido”, do qual devemos nos armar e nos proteger segundo o direito da legítima defesa, ignorando assim toda complexidade que compõe e sustenta a vida em sociedade.

Mesmo o uso dos pronomes “nós” e “eles” pode expressar esse contraste, onde “nós” está em lugar do grupo de indivíduos com os quais nós nos relacionamos e “eles” - os franceses, os professores, os sistemas de estado etc. - está em lugar de um grupo diferente, ao qual nós não pertencemos, mas podemos ser forçados a pertencer. **A distância entre a primeira e a terceira pessoa do plural expressa a distância que separa o lugar social**, onde nos sentimos incluídos, de um lugar dado, indeterminado ou, de qualquer modo, impessoal. Essa falta de identidade, que está na raiz da angústia psíquica do homem moderno, um sintoma dessa necessidade de nos vermos em termos de “nós” e “eles”; de opor “nós” a “eles”; e, por conseguinte, da nossa impotência de ligar um ao outro. Grupos de indivíduos tentam superar essa necessidade tanto identificando-se como “nós” e dessa maneira fechando-se em um mundo à parte, ou identificando-se com o “eles” e tornando-se os robôs da burocracia e da administração (MOSCOVICI, 2007, p.50, grifo nosso).

A literatura científica nos demonstra claramente a mudança de posicionamento e de linguagem em relação ao “cidadão de bem” antes e depois das eleições presidenciais de 2018. Desta maneira, partimos da concepção de que para entender a gênese do discurso político do senso comum, em especial a noção do objeto presente neste estudo, a representação social do “cidadão de bem”, é preciso compreender o contexto político-social contemporâneo brasileiro e as condições para que certas práticas sociais possam se manifestar.

2.3 A polarização política: contexto e conceito

As eleições presidenciais do país em 2018 foram marcadas por um grande contexto de tensão social que teve como principais adversários políticos o candidato Jair Bolsonaro (PSL), de representação política de extrema direita e o candidato Fernando Haddad (PT), de representação política de esquerda. O primeiro turno não foi suficiente para que o candidato Jair Bolsonaro pudesse obter a vitória, terminando a votação do dia 07 de outubro de 2018 com o resultado de 46,03% contra 29,28% do segundo colocado Fernando Haddad⁴.

No dia 28 de outubro de 2018, data do segundo turno das eleições presidenciais, finalmente houve o resultado: vitória do candidato Jair Bolsonaro (PSL) com 55,13% dos votos válidos contra Fernando Haddad (PT) com 44,87%. Este momento se configuraria como uma mudança radical nos rumos da política no Brasil. O país deixaria de ser governado pela esquerda após 16 anos (Luís Inácio Lula da Silva – 2003-2011; Dilma Rousseff 2011-2016 até seu impeachment; Michel Temer (PMDB) – 2016 a 2018 – assumiu como vice-presidente), entretanto os resultados das eleições mostraram comportamento eleitoral muito

⁴O resultado das eleições no Brasil em 2018 estão disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/votacao-e-resultados/resultados-eleicoes-2018>.

incomum: dos totais dos votos válidos, 2.486.593 (2,14%) foram votos em branco; 8.608.105 (7,43%) foram votos nulos e 31.371.704 (21,30%) foram de abstenções.

É neste contexto de 30,87% de uma não escolha de algum candidato entre os votos válidos que esta tese se configura. E nos perguntamos diante desse cenário: *De que forma as representações sociais dos cidadãos brasileiros foram e estão sendo formadas diante do mundo político, visto que no Brasil o voto ainda é obrigatório?*⁵

No dia 6 de setembro de 2018, exatos 31 dias antes das eleições presidenciais, o candidato Jair Bolsonaro (PSL) sofreu um atentado contra sua vida em um comício eleitoral na cidade de Juiz de Fora (MG), onde ele teve uma perfuração no abdômen devido a uma facada. Jair Bolsonaro sobreviveu a este atentado, permanecendo internado no hospital até o dia 29 de setembro e ficando assim impedido de participar dos debates dos presidenciais, momento tão esperado pelos eleitores do país. Este atentado representou o clima político e social desta época: intolerância às opiniões políticas divergentes e a manifestação da violência por motivação política.

Este clima de violência política foi sendo alimentado alguns anos antes. Em junho de 2013 uma onda de protestos em diversas capitais no Brasil foi motivada pelo aumento das passagens de ônibus. A última grande manifestação social de grande amplitude tinha acontecido há 21 anos atrás quando a população foi às ruas reivindicar o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. A exemplo das manifestações que ocorreram em São Paulo, a maior capital do país, os protestos inicialmente aconteceram pelo reajuste de R\$ 0,20 centavos nas passagens de ônibus. Entretanto, este movimento foi o campo fértil para que outras reivindicações pudessem entrar em pauta como os excessos dos gastos públicos com eventos esportivos, o alto índice de corrupção política, a má prestação de serviços públicos à população e o direito à cidade (ÁVILA, 2017)⁶.

Mesmo com o desgaste da imagem política da então presidente Dilma Rousseff (PT), esta foi reeleita nas eleições presidenciais de 2014, vencendo no segundo turno o candidato Aécio Neves (PSDB). Entretanto, a relação do governo com a sociedade já estava extremamente desgastada pelo que viria a acontecer nos meses seguintes.

Neste mesmo ano de 2014 dois grandes momentos de forte apelo social aconteceram no Brasil. No dia 17 de março de 2014 teve início a Operação Lava-Jato que contou com 71 operações (ou fases) com uma série de ações judiciais, como mandado de busca e apreensões, prisões temporárias, prisões preventivas e conduções coercitivas, principalmente de agentes públicos até então supostamente envolvidos em casos de corrupção de grande porte, acusados de desvios de bilhões de reais em propina, atingindo principalmente o núcleo político do governo petista nas mais variadas esferas.

Outro momento significativo em relação à imagem presidencial e o momento político no país, aconteceu durante a abertura da Copa do Mundo Fifa de Futebol, onde os olhos do mundo estavam voltados para este evento. A Presidente Dilma Rousseff foi vaiada e recebeu xingamentos pelos brasileiros ali presentes (principalmente os que estavam na Ala VIP) não realizando nenhum discurso neste momento. Este episódio já representava um quadro de insatisfação da representação política do governo petista perante uma classe média alta brasileira.

⁵ Também conhecido como voto compulsório, o eleitor é obrigado a comparecer às sessões de votações para registrar seu voto ou justificar sua ausência. No Brasil, o voto é facultado aos jovens dos 16 aos 18 anos, para os maiores de 70 anos e para os analfabetos. Em 2019 o IBGE divulgou os últimos dados sobre analfabetismo no Brasil, alcançando a marca de 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas, ou seja, 6,8% de potenciais eleitores.

⁶Para um maior aprofundamento sobre reivindicações populares (manifestações) e novas formas de organização política (a forma da multidão), consultar a Dissertação de Mestrado conforme bibliografia citada.

Com a imagem desgastada em episódios de corrupção pelo governo petista e acusações de pedaladas fiscais, no dia 31 de agosto de 2016 a presidente Dilma Rousseff foi afastada da presidência da república pelo processo de impeachment, aprovado pelo Senado Federal com 61 votos favoráveis e 20 contrários. Assume o cargo de Presidente seu vice-presidente Michel Temer (PMDB) com um mandato curto, de 2 anos, até serem convocadas as novas eleições gerais no Brasil.

Todo este cenário, bastante explorado pelas mídias brasileiras, de suspeitas de envolvimento governamental em corrupção, descaso com o sofrimento da vida da população mais vulnerável, altos índices de desemprego atingindo milhões de famílias brasileiras e a condenação e prisão do ex-presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 7 de abril de 2018, foi o grande propulsor de uma transformação radical do comportamento eleitoral brasileiro: passou-se então de um governo de esquerda para um governo de extrema direita. Esta alteração radical do espectro governamental do Poder Executivo criou uma cisão profunda na sociedade brasileira, não apenas em termos de organização política como também na dinâmica social e cultural do país.

A partir desta contextualização do cenário político nacional surge o seguinte questionamento: *Quais são os efeitos no imaginário social da polarização política e social instaurada no Brasil nos últimos anos? Qual a sua relação com a vida do brasileiro comum?*

Todo o período eleitoral das eleições de 2018 foi marcado por um forte discurso do candidato Jair Bolsonaro a uma agenda anticorrupção, antipetismo, conservadora (em defesa da família, da moral e dos bons costumes) e por um forte apelo bélico em razão de suas raízes militares e da reivindicação da posse e do porte de arma para o “cidadão de bem”.

No dia 17 de agosto de 2018 houve um segundo debate televisivo dos presidencialistas na *RedeTV!* nos quais participaram oito candidatos com maiores expressões eleitorais: Álvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL) e Marina Silva (Rede). Segundo apuração do portal de notícias UOL, após análise das respostas durante o debate, foi identificado o uso do termo “cidadão de bem” entre os presidencialistas:

Na corrida das eleições presidenciais, Jair Bolsonaro (PSL) é quem emprega com mais frequência o “de bem” ao falar sobre pessoas que poderão usar armas para se defender (“eu sou favorável que o cidadão de bem tenha posse de arma de fogo”). Marina Silva (Rede) fez uso em um embate com Bolsonaro na RedeTV! (“a coisa que uma mãe mais quer é ver um filho ser educado para ser um cidadão de bem”) e também para falar de possíveis aliados (“homens e mulheres de bem”), assim como Ciro Gomes, do PDT (“se eu for eleito, o Carlos Lupi terá no meu governo a posição que quiser, porque eu tenho convicção que ele é um homem de bem”). Não há registros recentes de Geraldo Alckmin (PSDB) fazendo o mesmo e Guilherme Boulos (PSOL) emprega o termo com ironia (“aí está o ‘cidadão de bem’. Este é síndico de um condomínio de onde partiram tiros contra ocupação do MTST. 1 ferido”, tuitou) (CARPANEZ, 2018).

Conforme observamos pelas respostas dos outros candidatos presidencialistas, o estereótipo do “cidadão de bem” é utilizado de forma propositiva a um discurso armamentista e conservador (direito do uso de armas para a legítima defesa) utilizado por Jair Bolsonaro em toda sua campanha presidencial. A origem da expressão “cidadão de bem” não tem um momento histórico definido, entretanto foi incorporada nas narrativas bolsonaristas para sinalizar contextos bem demarcados de sua política:

a) Na luta contra o antipetismo: Com o discurso anticomunista utilizado por Jair Bolsonaro, marcando incisivamente a associação de qualquer elemento ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT) com a ideia do comunismo a ser combatido a qualquer preço: a concepção de que um Estado de Bem-Estar Social cria uma série de vantagens aos “vagabundos”, dando-lhes todos os direitos sociais que são negados aos “cidadãos de bem” trabalhadores. Associa aqueles que vivem com o programa de transferência de renda básica (Programa Bolsa Família) com pessoas que retiram direitos daqueles que trabalham e vivem às custas de um governo comunista;

b) Contra o *establishment* político: Com um discurso de que a corrupção política no Legislativo, Executivo e nas grandes estatais levou o Brasil a uma crise sem precedentes na história, com o aparelhamento do Estado com as políticas comunistas globais (Cuba, Venezuela, Rússia e China). Pretende-se romper com a “velha política” de acordos e de loteamento de cargos públicos, um modelo reconhecidamente falido e associado ao governo petista. Através de um discurso agressivo, associa os políticos aos responsáveis pela própria corrupção do sistema republicano brasileira, seja em qual espectro político estiver;

c) A favor de uma posição política conservadora: Crítico assumido da suposta “ideologia” de gênero, o discurso de Jair Bolsonaro procura estar na contramão de todo e qualquer reconhecimento da diversidade sexual e da conquista de alguns marcos legais para este público, considerando-a uma ideologia de gênero, acusando-os de toda a degradação moral existente na sociedade brasileira de hoje, desde a educação infantil. Com um slogan de campanha baseado em concepções cristãs: “Conhecereis a verdade e ela vos libertará” (João, 8:32), assume uma posição de defensor da família tradicional, da moral e dos bons costumes, posição reservada exclusivamente para os “cidadãos de bem”;

d) A favor de um discurso bélico: Com um discurso voltado para armar a população contra seus inimigos, Jair Bolsonaro responsabiliza o alto índice de violência no Brasil ao não direito de legítima defesa preconizado pelo Estatuto do Desarmamento, no qual retirou da população a possibilidade de ter acesso às armas de fogo, tornando assim os “cidadãos de bem” pessoas vulneráveis aos “vagabundos” e “criminosos”, associando o aumento da violência e dos crimes a uma natureza maligna do próprio cidadão e às políticas de governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Um estudo mais aprofundado que trata o cerne da polarização no meio científico foi apresentado por André Costa em 2019 em sua tese de doutorado *Origem, Causas e Consequências da Polarização Política*, no departamento de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB). O tripé deste estudo analisa os efeitos em sua origem, marcado pela divisão política entre petismo e antipetismo; em suas causas relacionadas principalmente pelo fator econômico; e como consequência a desigualdade de representação política motivada por conflitos entre grupos políticos e sociais (COSTA, 2019).

A conceituação de polarização política não é consensual e tampouco universal. O fenômeno da polarização no senso comum corresponde a dois extremos, geralmente entre partidos políticos adversários e que apresentam pautas totalmente diferentes sob os mais variados aspectos da democracia. “Admite-se um cenário polarizado quando há dois polos em conflito que avançam para as extremidades e o centro desaparece. A polarização é representada por uma distribuição bimodal. Em termos estatísticos, a polarização exige uma diferença grande entre as médias dos dois grupos em análise” (COSTA, 2019, p.9).

Historicamente os Estudos Unidos se apresentam como o modelo ideal de democracia do mundo contemporâneo. Em sua constituição, há uma clara separação entre os ideais liberal e conservador, que se apresenta na dualidade dos partidos Republicanos e Democratas. Costa (2019) apresenta três momentos distintos divididos por décadas, no qual é possível construir o

percurso conceitual da polarização política: 1) na década de 1970 ênfase na disputa política e ideológica dos principais partidos políticos e falta de interesse da maioria do eleitorado por estas questões (FIORINA, 1999); 2) na década de 1980 a posição contrária a anterior, onde há uma participação considerável da população para os temas relevantes da política nacional (maioria dos eleitores) e expõe o clima de guerra ideológica e religiosa nos Estados Unidos (JACOBY, 2014; ABRAMOWITZ; SAUNDER, 2008); 3) na década de 2000 houve uma problematização do conceito de pesquisa em ciência política, com críticas ao modelo teórico e metodológico vigente.

Nova proposta para o conceito de polarização política: *positional issue* – a polarização existe quando as preferências das pessoas em relação aos temas políticos afastam-se do centro em direção às extremidades; *behavioral polarization* – a polarização é gerada pelo fortalecimento dos laços partidários e ativismo, de um lado; e de outro lado, pelo preconceito e raiva ao partido concorrente (Mason, 2013; 2015, apud COSTA, 2019, p.12).

As campanhas eleitorais exploram todo esse universo negativo que compõe as disputas eleitorais, deixando de apresentar seus planos de governo para atacar diretamente os adversários políticos. Diferente dos EUA, no Brasil o fenômeno da polarização política ficou mais escancarado desde as eleições de 1994, na forma de PSDB x PT. Outro fenômeno importante a considerar no cenário político brasileiro é a influência das grandes personalidades políticas que utilizam todo seu capital social e de imagem para alcançar ou se perpetuar no poder, para além das discussões político-ideológicas. Nas eleições de 2018, a polarização política até então encontrada no bipartidarismo foi significativamente alterada pela eleição do candidato Jair Bolsonaro por um partido de pouca expressão (PSL).

Em um estudo húngaro realizado por András Köröseyi (2013) sobre a questão da polarização política e suas consequências na responsabilidade democrática, o autor expõe cinco motivos para a polarização política no período analisado de 1990-2010: a) o forte papel da ideologia e da produção desta pelos intelectuais políticos; b) fortalecimento dos chamados elementos subculturais, ou seja, dos mais diversos grupos sociais (grupos da sociedade civil organizada); c) o crescimento do populismo econômico, político e o sentimento anti-elite; d) contribuição dos líderes políticos; e) falta de um consenso subjacente entre os partidos de direita e esquerda.

Köröseyi (2013) descreve os efeitos da polarização política na responsabilidade democrática descrevendo cinco mecanismos que enfraquecem o sistema democrático: a) **efeito psicológico e de informação**: uma “mentalidade de campo” viria a aumentar o abismo entre os grupos políticos, produzindo uma “guerra fria civil”, também conhecido como o “nós *versus* eles”; b) **o efeito moral**: um duplo padrão se torna operativo: o “nosso” lado pode violar normas básicas, embora seja condenável do “outro” lado; c) **efeito nas políticas públicas**: a frequente mudança de posicionamento político do governo reduz a eficiência das políticas públicas, que passam a ser realizadas para o seu próprio público em detrimento de todos; d) **efeito mecenato**: as nomeações para cargos públicos em carreiras de Estado, em funções importantes, passam a ser exercidas por candidatos medíocres, em razão de indicação política, causando assim uma redução significativa na qualidade dos serviços prestados; e) **efeito deslegitimador**: nos casos de polarização política, o grupo político vencedor poderá utilizar os meios constitucionais para alterar radicalmente uma posição consensualmente já definida para a sua própria interpretação do que seria a nova lei. Com apoio do congresso seria possível alterar a Constituição através de emendas ou até mesmo criar uma nova Constituição.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTO DA PESQUISA

3.1 Objetivos

3.1.1 Objetivo Geral

Descrever e comparar as representações sociais que dois grupos sociais possuem sobre a figura do “cidadão de bem”, a partir de seu posicionamento político declarado de direita ou esquerda, em contexto de polarização política.

3.1.2 Objetivos Específicos

Aqui podemos considerar os objetivos específicos como estudos que compõem a tese. Portanto, temos o Estudo Geral que corresponde ao objetivo Geral e estudos específicos que comungam da apresentação mais completa da temática estudada.

- Investigar o campo representacional vinculado ao objeto “cidadão de bem” para o grupo social abordado, a partir de seu provável núcleo central;
- Conhecer de que forma os integrantes de cada grupo social constituem as dimensões identitárias em relação às práticas sociais a partir de seu posicionamento político;
- Identificar o papel da mídia ideológica na construção do discurso sobre o “cidadão de bem” a partir de reportagens analisadas pelo *software* Iramuteq;
- Analisar os elementos constituintes da polarização política nas redes sociais a partir de um estudo de caso sobre o ex-deputado Jean Wyllys.

3.2 A Metodologia de Pesquisa: A triangulação de métodos

A escolha metodológica pela triangulação de métodos partiu do pressuposto de que um fenômeno psicossocial é multicausal e multifatorial. Neste sentido, associar os métodos qualitativos aos quantitativos ampliou o campo de estudo em questão, tornando os estudos dependentes e complementares entre si.

3.2.1 Primeira Fonte de Dados: A pesquisa de campo

3.2.2 População e amostra

Foi utilizada para esta pesquisa uma amostragem não probabilística, por conveniência. Tal técnica consistiu em selecionar uma amostra da população que fosse acessível devido à natureza desta pesquisa – aplicação de questionários online – e pela limitação factual da pandemia de coronavírus, o qual impossibilitou o contato na forma presencial com os participantes da pesquisa.

Ao final da pesquisa foram preenchidos 208 formulários, não constando nenhuma exclusão por erro de preenchimento. A pesquisa eletrônica ocorreu entre os dias 01/04/2022 e 01/06/2022, sem nenhuma interrupção.

Houve a participação predominante de participantes situados na região do Estado do Rio de Janeiro, tanto da capital quanto do interior.

3.2.3 Aspectos Éticos da Pesquisa

Toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve riscos. Mesmo a pesquisa de campo sendo realizada de forma virtual, seguindo as orientações da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) através das Resoluções 466/12 e 512/16, esta foi submetida à apreciação ética através do CAAE: 55432622.4.0000.5236.

Enviado pela Plataforma Brasil, sistema que organiza as pesquisas com seres humanos em todo território nacional, vinculado ao Ministério da Saúde, no dia 24/02/2022 teve seu parecer APROVADO com o número: 5.262.512.

Aos participantes da pesquisa, convidados através de um formulário online pelo Google Forms®, foi garantido o acesso ao TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), do qual os participantes tiveram ciência dos riscos e benefícios da pesquisa.

Todos os dados foram tratados de forma sigilosa pelo pesquisador, sendo os dados obtidos em forma virtual deletados da nuvem após procedimento de coleta de dados, conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, lei 13.853 de 2019).

3.2.4 Instrumentos e Estratégia para Coleta de Dados

Para a pesquisa de campo utilizamos no primeiro momento a tarefa de evocação livre. Partindo de um termo indutor específico, “cidadão de bem”, solicitamos que os participantes respondessem cinco primeiras palavras que lhes viessem à cabeça ao ouvirem a expressão. Esta técnica é representativa nos estudos de representações sociais principalmente na abordagem estrutural desenvolvida por Abric (2001), pois permitem um acesso imediato ao universo semântico do termo. Após as cinco evocações, solicitamos que os participantes pudessem escolher aquela que melhor definiria o termo “cidadão de bem” segundo sua opinião e justificassem brevemente a sua escolha. Desta forma, obtivemos dos próprios respondentes o significado pessoal destas escolhas.

Os dados coletados foram tratados no programa LibreOffice® para posterior processamento e análise no *software* Iramuteq® (*Interface de R pour les Analyses*

Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). A partir do cálculo das médias simples e ponderadas, as evocações foram classificadas de acordo com seu grau de importância e ordem de evocação, gerando assim o quadro de quatro casas, conforme Figura 2 abaixo:

ANÁLISE PROTOTÍPICA (n=X)	
Ordem média de evocação = X	
ELEMENTOS CENTRAIS	ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS
ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS (ZONA DE CONTRASTE)	ELEMENTOS PERIFÉRICOS
Frequência média ≤	Frequência mínima –

Figura 2: Quadro de Quatro Casas

Os quadrantes representam os elementos segundo sua importância: No quadrante do lado esquerdo superior figuram os elementos do núcleo central; No quadrante do lado esquerdo inferior figuram os elementos intermediários; No quadrante do lado direito superior aparecem os elementos da primeira periferia; e por fim, no quadrante do lado direito inferior aparecem os elementos da segunda periferia.

No segundo momento foi solicitado aos participantes que respondessem a um questionário sobre práticas sociais, que contavam com dez perguntas (ANEXO A) sobre os seguintes temas: **Posse e porte de armas; Pobreza; Criminalidade; Pena de morte; Uso de drogas; Homossexualidade; Religiosidade; Sindicato; Maioridade penal e Liberdade de expressão**. Todos estes temas são de grande clamor popular, possuem representações sociais polêmicas e são absorvidos pelo discurso político em forma de propaganda que os tornam facilmente apropriados pelo senso-comum. Também foi solicitada a justificativa para cada uma das respostas às assertivas. Constavam como opção de resposta as seguintes formas: Discordo totalmente; Discordo; Não concordo nem discordo; Concordo e Concordo Totalmente.

Os participantes da pesquisa de campo online tiveram que responder a um questionário sociopolítico, na qual foram solicitadas as seguintes informações: idade, gênero, escolaridade, religião e posicionamento político.

3.3 Segunda Fonte de Dados: Análise de mídia de jornais com viés ideológico

A análise de mídia foi realizada a partir da seleção e coleta de reportagens veiculadas por jornais de grande alcance popular. Para a mídia de direita foi selecionado o Jornal da Cidade Online e para a mídia de esquerda foi selecionado o Jornal Pragmatismo Político. Estas mídias representam o que compreendemos por polarização política no senso-comum, pois suas reportagens, apesar de apresentarem a forma de uma mídia tradicional, os seus conteúdos são explicitamente ideológicos. Neste sentido, para este trabalho foi realizado um levantamento das reportagens durante os anos de 2019 e 2020 que em seu conteúdo versavam sobre o “cidadão de bem”.

Após seleção e tratamento dos dados passou-se a fase de processamento dos dados. Para isto foi utilizado o *software* Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), o qual se mostra uma importante ferramenta de análise de dados para a pesquisa em psicologia social e em representações sociais (VELOZ, NASCIMENTO-SCHULZE E CAMARGO, 1999).

As análises realizadas pelo software permitiram estabelecer as relações existentes entre as ideologias de direita e esquerda e o termo “cidadão de bem” a partir da análise dos textos das mídias em questão. Foram utilizados os recursos de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise de Similitude para ambas as mídias, que serão apresentadas e descritas no Capítulo 4 - Resultados e Discussão.

3.4 Terceira Fonte de Dados: Estudo de caso sobre o ex-deputado Jean Wyllys

Como terceira fonte de dados foi realizado um estudo de caso sobre o ex-deputado do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) Jean Wyllys a partir dos comentários feitos na reportagem após a desistência do seu terceiro mandato ao Congresso Nacional. Utilizando de uma linguagem popular para atingir o maior público do jornal, pertencentes às classes econômicas C e D, o Jornal Extra noticiou em 09/09/2019 a seguinte matéria: “*Jean Wyllys fará residência em Harvard sobre pesquisa de fake news*”. Esta matéria desencadeou uma avalanche de comentários de ódio que ultrapassaram os limites da liberdade de expressão e configuram-se como verdadeiras violações de direitos humanos, trazendo à tona os discursos de ódio resultantes da polarização política e a criminalização das ideias divergentes por parte das ideologias políticas, apropriadas pelos cidadãos em seus discursos no senso-comum.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS PESQUISAS

4.1 Resultados

4.1.1. Primeira Fonte: A Pesquisa de Campo

Neste trabalho buscou-se conhecer e analisar as representações sociais sobre o “cidadão de bem” em contexto de polarização política para grupos sociopolíticos antagônicos, no período pós-eleições em 2018. As definições do senso-comum para os posicionamentos políticos – direita, centro e esquerda - podem sofrer mudanças de acordo com o contexto temporal, político e governista de sua época. “As representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros” (MOSCOVICI, 2007, p.8)

Algumas considerações são necessárias para estas interpretações. O sentido filosófico para as designações direita e esquerda é objeto da filosofia política, uma vertente do campo filosófico que se preocupa com a relação entre o ser humano e as relações de poder. Esta descrição foi muito bem atualizada para a contemporaneidade pelo artigo “*A Filosofia no fogo cruzado de direita e esquerda*”, onde o autor Júlio Cabrera aponta para a carga emocional dos conteúdos debatidos e na diferenciação entre o dualismo político e o dualismo institucional da própria filosofia como ciência.

Mas o que chama poderosamente a atenção é que, apesar de que as opções políticas são aqui muito mais refletidas e melhor apoiadas em conhecimentos que a decisão das massas, aqueles que optam pela esquerda ou pela direita habitualmente o fazem de uma maneira que acentua fortemente – mais inclusive do que as massas – aquela oposição absoluta antes mencionada, rejeitando de plano tudo o que venha da outra facção como a encarnação mesma de um mal absoluto, como uma força maligna com a qual nem sequer vale a pena dialogar, mas apenas se defender dela e tentar eliminá-la. É difícil ver pessoas intelectualizadas aceitando alguns valores da esquerda e alguns da direita de maneira ponderada e seletiva; em geral, as posturas são aceitas ou rejeitadas em *block* (CABRERA, 2021, p. 60).

Já o sentido político do termo direita e esquerda é objeto da ciência política, que se ocupa do estudo dos sistemas, organizações e processos políticos. Entender o sentido próprio dos termos pelos operadores da política foi o objetivo do estudo que “indicou que há um reconhecimento de diferenças ideológicas, tanto pelos especialistas quanto pelos parlamentares, apresentando-se uma ordenação coerente na classificação dos partidos políticos na escala esquerda-centro-direita (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018), mesmo com uma alta fragmentação partidária e ideológica no país.

O sentido que daremos a estes dados é o da psicossociologia, uma vertente europeia da Psicologia Social influenciada diretamente pelos estudos de Serge Moscovici (Representações Sociais), Jean-Claude Abric (Abordagem Estrutural das RS), Henri Tajfel (Identidade Social) entre outros, que busca conhecer, a partir dos processos sociais, a dinâmica das relações entre pessoas e grupos em seu contexto sociocultural dos comportamentos.

Tomamos para descrição dos participantes, os recortes de idade, gênero, escolaridade, religião e posicionamento político de 208 participantes, buscando conhecer além do “sujeito que fala”, o lugar “de onde se fala”, no interior de seus grupos de pertença. Para melhor composição das identidades sociais entre direita e esquerda, como critério, agrupamos os participantes dentro do mesmo espectro político os autodeclarados Centro-Direita/Direita e Centro-Esquerda/Esquerda.

Tabela 1: Participantes por idade e posicionamento político

Posição Política	18 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos	TOTAL
Todos	123	45	27	7	6	208
Centro	2	2	2	0	0	6
Centro-Direita	13	4	8	1	1	27
Direita	44	19	7	1	2	73
Centro-Esquerda	16	5	5	1	3	30
Esquerda	46	15	5	4	0	70
Prefiro não opinar	2	0	0	0	0	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quanto à idade, a faixa etária com maior participação na pesquisa foi a de 18 a 29 anos para ambos os posicionamentos com total de 123 registros. Em seguida, temos a faixa etária de 30 a 39 anos com total de 45 registros. Ainda compõe o estudo as faixas etárias de 40 a 49 anos com 27 registros, de 50 a 59 anos com 7 e mais de 60 anos com 6 registros.

Quanto ao posicionamento político observamos uma tendência de polarização política na autodeclaração visto que os registros se encontram majoritariamente concentrados nas posições Direita, Centro-Direita, Centro-Esquerda e Esquerda na faixa dos 18 aos 29 anos.

Tratou-se da escolha de um público predominantemente universitário, das esferas públicas e privadas, a qual demonstra a maioria dos participantes serem adultos ainda jovens, com necessidades, interesses e experiências diferentes do público idoso. Para elucidar melhor esta questão, Nicolau (2022) realizou uma pesquisa recente sobre as atitudes dos eleitores em relação ao voto obrigatório visto não haver tantas pesquisas relacionadas ao voto facultativo e predição de atitudes. Como resultado, o autor demonstrou que fatores atitudinais são mais relevantes do que fatores sociológicos clássicos na predisposição dos eleitores comparecerem para votar. A explicação para o fenômeno da adesão ao voto facultativo estaria baseada em duas concepções: nível de apoio à democracia e, com mais expressão, o grau de interesse por política.

No Brasil as eleições diretas para presidente começaram no período da Nova República, a partir da Constituição Federal de 1988. As eleições no Brasil tiveram os seguintes concorrentes e embates políticos: 1989 (Fernando Collor/PTN e Lula/PT, vitória de Fernando Collor); 1994 e 1998 (Fernando Henrique Cardoso/PSDB venceu Lula/PT no primeiro turno nas duas eleições); 2002 (Lula/PT venceu José Serra/PSDB); 2006 (Lula/PT venceu Geraldo Alckmin/PSDB); 2010 (Dilma/PT venceu José Serra/PSDB), 2014 (Dilma/PT venceu Aécio Neves/PSDB); 2018 (Jair Bolsonaro/PSL venceu Fernando Haddad/PT); em 2022 (Lula/PT venceu Jair Bolsonaro/PL). Até 2022 foram 9 eleições diretas desde a redemocratização.

A polarização política que até 2014 teve seu foco na agenda econômica do país na disputa entre PSDB e PT passou para uma pauta mais radical, conservadora, defensora da família tradicional, da moral e dos bons costumes, com o candidato Jair Bolsonaro. Desde as eleições de 2018 houve uma notória e crescente polarização política no país, impulsionada pela pauta religiosa e dos costumes, na qual a política passou a ser absorvida no senso-comum como verdade *versus* mentira e nós *versus* eles, principalmente com a vitória em 2018 pelo candidato de direita.

Por outro lado, a questão da polarização política não é uma ideia nova nem um conceito novo. São exemplos de polarização na política na história: Na França, os girondinos (ricos/direita) polarizavam com os jacobinos (camponeses/esquerda); Na Alemanha, influenciado pelos estudos de Karl Marx, a polarização da luta de classes entre os burgueses (ricos/direita) e o proletariado (trabalhadores/esquerda); Nos Estados Unidos, a bipolarização entre republicanos e os democratas que poderíamos, em um grande reducionismo, pressupor se tratar de direita e esquerda respectivamente.

No Brasil, com o voto sendo obrigatório a partir dos 18 anos e facultado após os 16 e 70 anos, os participantes da faixa etária de 18 a 29 anos ainda votarão pela primeira vez ou participaram de duas eleições, sendo as eleições de 2018 totalmente atípica do clima popular das anteriores. Nas faixas etárias de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos foram àquelas pessoas que vivenciaram as mudanças mais recentes do país e já participaram de mais de duas eleições. Apenas quem participou de todos os pleitos eleitorais desde as primeiras eleições diretas foram os participantes com acima dos 50 anos.

Tabela 2: Participantes por gênero

Posição Política	Masculino	Feminino	Não-binário	TOTAL
Todos	86	121	1	208
Centro	3	3	0	6
Centro-Direita	15	12	0	27
Direita	34	38	1	73
Centro-Esquerda	17	13	0	30
Esquerda	16	54	0	70
Prefiro não opinar	1	1	0	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Houve maior participação feminina na pesquisa com 121 registros. Quanto ao gênero masculino foram 86 participações. Houve apenas 1 declaração de gênero não-binário, o que se torna representativo para fim de visibilidade e de identidade social dos grupos considerados minoritários no Brasil. As maiores participações distribuídas por posição política entre o sexo feminino apontam para os seguintes dados: Direita com 38 registros e Esquerda com 54 registros, do total de 121 registros. Estes números assinalam 39% e 54% respectivamente, o que sugere uma maior propensão do espectro político feminino de esquerda estar representada por mulheres com opiniões políticas bem definidas dentre os participantes da presente pesquisa.

Tabela 3: Participantes por Escolaridade

Posição Política	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Nível Superior Incompleto	Nível Superior Completo	Pós-Graduação	TOTAL
Todos	1	21	129	13	44	208
Centro	0	0	2	1	3	6
Centro-Direita	0	7	11	4	5	27
Direita	1	9	58	2	3	73
Centro-Esquerda	0	3	15	1	11	30
Esquerda	0	2	42	5	21	70
Prefiro não opinar	0	0	0	1	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Houve uma predominância de participação para pessoas com Nível Superior Incompleto (universitários) 129 participações. Em seguida com 44 participações pessoas com nível de Pós-Graduação. Em terceiro lugar, Ensino Médio com 21 participações e 1 pessoa apenas com nível de Ensino Fundamental. Chama-nos a atenção entre o posicionamento político de direita ter 58 registros enquanto de esquerda aparecem 42 registros. Estes dados indicam no grupo pesquisado o acesso à graduação com maior participação da direita, enquanto a esquerda se apresenta na pesquisa com 32 registros, contando as posições Centro-Esquerda e Esquerda, acentuando assim a participação da autodeclaração de esquerda nos graus mais especializados da vida acadêmica.

Tabela 4: Participantes por religião

Posição Política	Agnóstico	Ateu	Católico	Espírita	Evangélico	Umbanda	Não Listada	TOTAL
Todos	16	12	83	17	63	7	10	208
Centro	1	0	3	1	0	0	1	6
Centro-Direita	0	0	12	6	3	4	2	27
Direita	2	2	9	5	54	0	1	73
Centro-Esquerda	7	7	7	1	3	2	3	30
Esquerda	6	3	52	4	1	1	3	70
Prefiro não opinar	0	0	0	0	2	0	0	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Houve uma maior participação de pessoas declaradas Católicas com 83 registros; Em seguida, as Evangélicas, com 63 registros; em terceiro lugar, aparecem os Espíritas com 17 registros e em quarto lugar os Agnósticos com 16. Ateus com 12 registros. Umbanda com 7. Dez (10) participantes preferiram não se manifestar ou não tiveram suas religiões registradas nas opções. Dentro dos posicionamentos políticos foram encontrados os seguintes registros:

Centro-Direita/Direita: Evangélicos com 54 registros e Católicos com 12. **Centro-Esquerda/Esquerda:** Católicos com 52 e Agnósticos com 7 registros foram os mais autodeclarados. Chama-nos bastante atenção a opção “Evangélica” entre os registros de esquerda apresentar apenas um registro, levando-nos a concluir que a polarização política também perpassa no Brasil pela influência direta do fenômeno religioso.

4.1.2 Análise Prototípica e de Similitude para a Direita

Para a análise dos dados das evocações livres foi utilizado o software *Iramuteq* que demonstra a provável organização das representações sociais na forma de um quadro de quatro casas. As respostas foram organizadas em dois grupos objetos desta pesquisa, direita e esquerda, sendo incluídas as respostas de centro-direita e centro-esquerda, com cada grupo composto por 100 participantes autodeclarados. No total da pesquisa foram obtidas 208 respostas, sendo 6 respostas para posicionamento político de centro e 2 respostas sem posicionamento político definido. Para o posicionamento político de **direita**, a ordem média de evocação (OME) foi igual a 2,77, ao passo que a frequência mínima ficou estabelecida em 10 evocações. Para o posicionamento político de **esquerda**, a ordem média de evocação (OME) foi igual a 2,45, ao passo que a frequência mínima ficou estabelecida em 8 evocações.

Quadro 9: Posicionamento Político de Direita

QUADRO DE QUATRO CASAS ANÁLISE PROTOTÍPICA (n=100) <i>Ordem Média de Evocação = 2,77</i>					
ELEMENTOS CENTRAIS			PRIMEIRA PERIFERIA		
Honesto	45	2,5	Família	18	3,2
Trabalhador	27	2,7			
Empatia	19	2,3			
ZONA INTERMEDIÁRIA (CONTRASTE)			SEGUNDA PERIFERIA		
Bondade	15	2,5	Humilde	13	3,8
Respeito	13	2,3	Sincero	11	3,7
Educado	13	2,7	Gentil	10	3,4
Bolsonaro	10	2,7	Responsável	10	2,8
<i>Frequência Mínima: 10</i>					

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

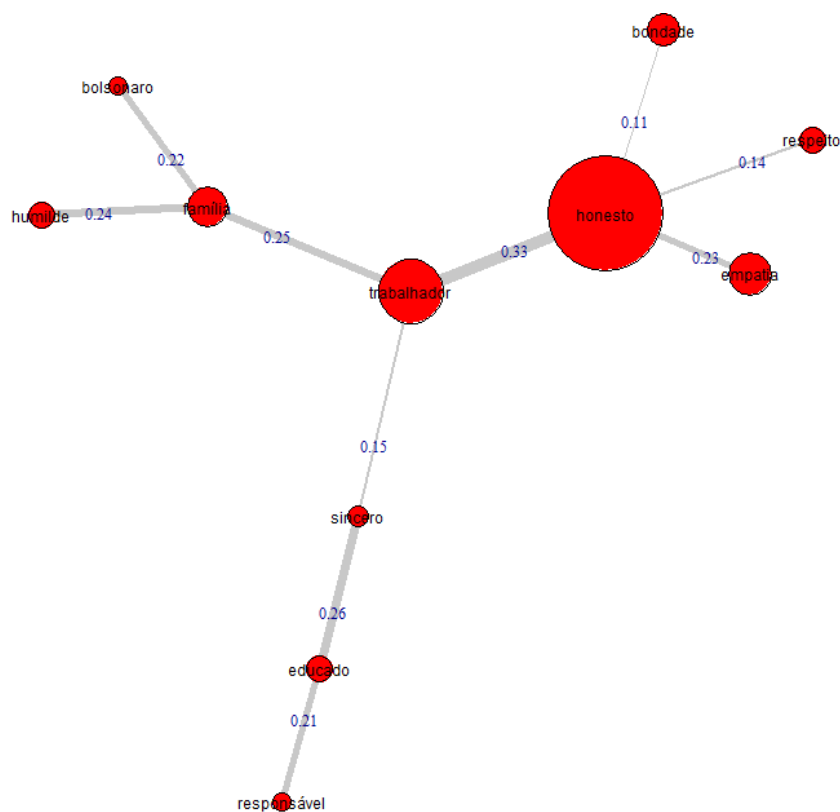


Figura 3: Análise de Similitude das evocações livres para a direita

Ao final da tarefa de evocação livre foi solicitado aos participantes escolhessem uma palavra e justificasse sua escolha. Dessa atividade foi gerada uma listagem com palavras e justificativas. As justificativas abaixo correspondem aos cognemas encontrados nos quadrantes, dando apoio ao entendimento dos sentidos e significados aos termos evocados.

*Direita***Honesto**. Porque age com honestidade não comete atos criminosos, ou passa as pessoas para trás, ou aplica golpes... vive honestamente.*

*Direita***Honesto**. Porque um cara honesto nos passa pra nós ser um cidadão de bem. Não faz mal a ninguém.*

*Direita***Trabalhador**. Os vagabundos tiram nossa liberdade.*

*Direita***Trabalhador**. Pessoa de bem trabalha.*

*Direita***Empatia**. A empatia é a base para você conviver em sociedade, e se tornar um cidadão de bem.*

*Direita***Empatia**. A ação de se colocar no lugar do outro e de pensar no todo. Pautar a ação baseado na empatia te direciona pensar no coletivo.*

As palavras que figuram no núcleo central da direita estão ligadas à memória coletiva e à história do grupo, são consensuais e definem a homogeneidade do grupo; são resistentes à mudança e se apresentam como estáveis, coerentes e rígidas (ABRIC, 2001). Quando perguntados sobre o “cidadão de bem”, as primeiras respostas mais evocadas estão no campo da moral coletiva de um grupo, onde qualidades virtuosas como ser honesto, trabalhador e empatia se configurariam como um estereótipo do bem, daquele cidadão dirigido para o bem e pelo bem; que tem amor pelo seu próximo, tem empatia e pensa no coletivo.

No quadrante superior direito situa-se a palavra “*Família*” como único elemento pertencente a primeira periferia. As justificativas apresentadas pelos respondentes sinalizam a centralidade da família, colocando-a em primeiro lugar nos seus discursos, principalmente na defesa dos valores ditos “tradicionalistas”. A defesa dos valores tradicionais da família cristã,

como a união heteronormativa e com filhos, comporta a fusão de dois sistemas macrosociais como a direita política e a religião evangélica, criando-se assim os grandes ideais da direita brasileira: “Deus, Pátria, Família e Liberdade”.

*Direita*Família.* O cidadão de bem pensa em primeiro lugar em sua família e age conforme sua consciência.

*Direita*Família.* Alguém que zela pelos valores tradicionais da família, sem manipular os outros.

Os elementos presentes na zona de contraste são aqueles cognemas evocados com baixa frequência, porém aparecendo nas primeiras posições, possuindo baixa ordem média de evocação (OME). Nestes elementos podem surgir um ou mais subgrupos, comportando o contraste de ideias entre pequeno e grande grupo. Neste sentido, encontramos aqui um grande grupo que se constitui a partir dos temas Bondade, Respeito e Educado, traçando assim as virtudes esperadas para um cidadão de direita: sendo aquele que procura o bem, o melhor nas pessoas, não julga e acima de tudo respeita a noção de cidadania. Entretanto, no contraste de ideias para um pequeno grupo de direita – os mais radicais - temos a figura do Presidente Bolsonaro no papel combativo contra as forças do mal, contra os que não estão a fim de cooperar e dos marginais.

O encontro ideologizado entre o discurso militar de proteção da sociedade, ordem e progresso foi de encontro ao discurso evangélico de proteção da família tradicional, da moral e dos bons costumes. As duas instituições, tanto o Exército quanto a Igreja, possuem um papel de influência social muito forte para seus participantes: a primeira exige obediência e disciplina total para com seus superiores; a segunda exige uma obediência serva para com seus líderes - os pastores -, tornando o discurso do Presidente Bolsonaro um solo fértil para a crescente identificação e representação política aos evangélicos que na história do país ficaram em segundo plano.

*Direita-Centro*Bondade.* A bondade é uma virtude que o homem de bem procura mesmo com inclinações ao mal.

*Direita-Centro*Bondade.* Ela tem a capacidade de ver o melhor nas pessoas e não julgar os atos isolados do contexto.

*Direita*Respeito.* Porque acima de tudo, na sociedade atual, mesmo que tenham pensamentos diferentes do nosso, mesmo que tenham crenças ou opções sexuais diferentes para se ter harmonia no ambiente, o fator principal é o Respeito acima de tudo.

*Direita*Respeito.* Cidadão de bem é aquele que exerce a bondade em meio a cidadania, um ponto forte que remete a bondade é a não prática do mal, logo quem respeita o próximo, exerce a bondade no fazer o bem.

*Direita*Educado.* Educação com educação conquistamos tudo nessa vida, já as pessoas ignorantes não chegam a lugar nenhum, acham que são o dono da verdade, e tudo que não desenvolve morre. Leia!

*Direita*Bolsonaro.* O presidente quer proteger a sociedade dos que não estão a fim de cooperar...

*Direita*Bolsonaro.* Nosso presidente defende a família dos marginais com leis mais severas.

Na segunda periferia estão os elementos que são pouco frequentes e considerados com menor importância pelos participantes. Permitem a integração das experiências e das histórias individuais e é sensível ao contexto imediato. Neste sentido as seguintes palavras foram evocadas: *Humilde, Sincero, Gentil e Responsável.* Aqui se encontra presente o discurso religioso evangélico das pessoas mais humildes. No discurso religioso encontramos aquelas palavras que confortam e que trazem a certeza do caminho correto, da missão, dos desígnios sobrenaturais sobre o mundo terreno e da política dos homens: Fé em Deus e comunhão entre

os cidadãos. Aponta para um discurso triunfalista ancorado em elementos de um discurso religioso que cria uma responsabilidade com todos, sem teor de ódio ou algo ruim.

*Direita***Humilde**. Um cidadão humilde, respeitador e com fé em Deus.*

*Direita***Sincero**. Uma pessoa sincera é o perfil do cidadão de bem, alguém que não engana os outros.*

*Direita-Centro***Gentil**. Uma pessoa gentil consegue manipular as palavras para não serem interpretadas com teor de ódio ou algo ruim, trazendo assim paz na comunhão entre os cidadãos, mesmo aqueles que tenham opiniões diferentes.*

*Direita***Responsável**. Responsabilidade com os outros, com a família...*

Sobre o ser gentil, essa polidez do homem brasileiro foi muito bem registrada e documentada pelo historiador e sociólogo Sergio Buarque de Holanda no seu livro de 1936 chamado: Raízes do Brasil. Sobre essa cordialidade e essa polidez, retrata o autor:

Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no 'homem cordial': é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso, a polidez é, de algum modo, organização da defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica, do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar inatas suas sensibilidades e suas emoções (HOLANDA, 1995, p.147).

A análise de similitude das evocações gerou a árvore máxima apresentada na Figura 3, a qual evidencia os elementos organizadores da representação e suas conexões, fortalecendo a hipótese da centralidade nos termos honesto e trabalhador. Apesar da palavra empatia estar mais associada ao termo honesto na figura, é no cognema família que se apresenta maior conexidade para os elementos do núcleo central, mesmo este figurando na primeira periferia.

As coocorrências apresentadas para o cognema honesto se conectam com bondade, respeito e empatia, demonstrando o caráter mais normativo para a representação do "cidadão de bem". Seguindo as demais coocorrências temos o cognema trabalhador associado os cognemas sincero, educado e responsável, atribuindo às atitudes um elemento chave para a compreensão desta dimensão. Por fim, o elemento família se conecta aos cognemas humilde e Bolsonaro representam o lado da fé e da religião do discurso político do "cidadão de bem".

4.1.3 Análise Prototípica e de Similitude para a Esquerda

Quadro 10: Posicionamento Político de Esquerda

QUADRO DE QUATRO CASAS ANÁLISE PROTOTÍPICA (n=100) Ordem Média de Evocação = 2,45					
ELEMENTOS CENTRAIS			PRIMEIRA PERIFERIA		
Honesto	27	1,7	Preconceituoso	14	2,9
Hipocrisia	15	2,1	Conservador	12	2,6
Bolsonaro	13	1,7	Trabalhador	12	2,8
ZONA INTERMEDIÁRIA (CONTRASTE)			SEGUNDA PERIFERIA		
Família	8	2,2	Política	11	3,1
Direita	8	2,4	Respeito	8	2,8
			Bolsonarista	8	2,8
<i>Frequência Mínima: 8</i>					

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

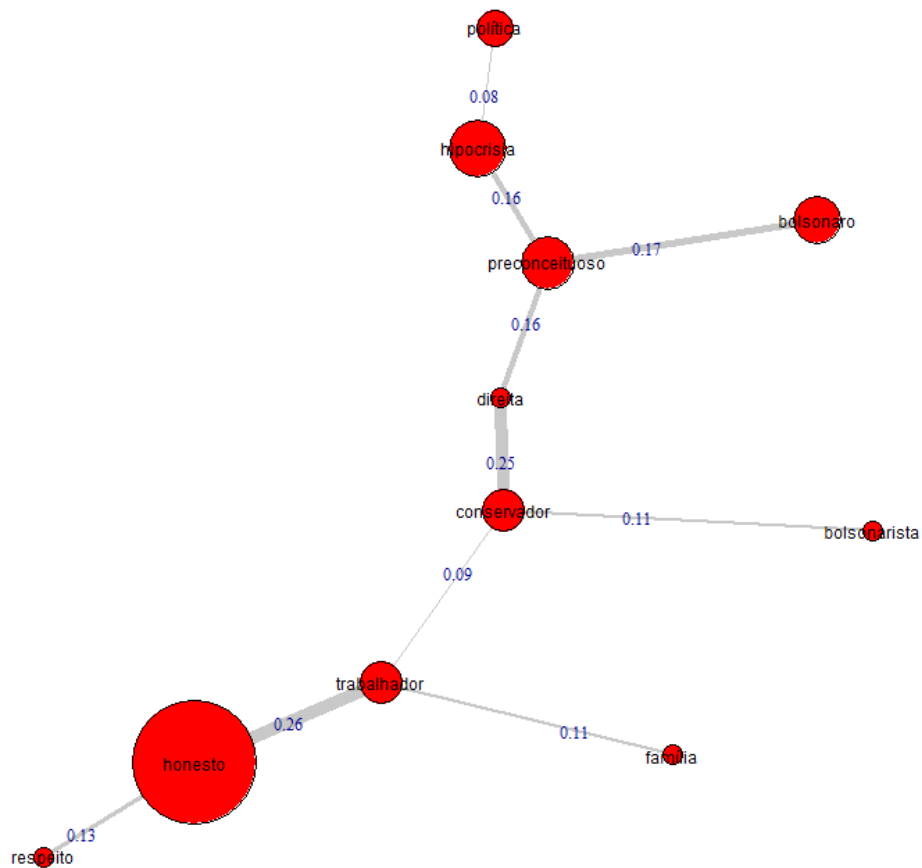


Figura 4: Análise de Similitude das evocações livres para a esquerda

As palavras evocadas como elementos do núcleo central para o posicionamento político de esquerda foram: *Honesto*, *Hipocrisia* e *Bolsonaro*. É possível notar que das três palavras evocadas, o cognema “*Honesto*” também aparecem no núcleo central do posicionamento político de direita como o mais saliente. O adjetivo honesto se liga a uma representação mais normativa do termo “cidadão de bem”, indicando a predominância do juízo de valor e da virtude moral atribuído ao cidadão comum: o imperativo da honestidade.

A contradição evidente no núcleo central entre a evocação positiva “*Honesto*” e as evocações negativas “*Hipocrisia* e *Bolsonaro*” expõe o forte componente político das ancoragens. As representações sociais do “cidadão de bem” para este público está ancorada na dialética entre política, atitudes e na história deste grupo. Um brasileiro “cidadão de bem” precisa necessariamente apresentar suas virtudes, como a retidão e a ética, entretanto, para o grupo de posicionamento político da esquerda - que não estava no poder neste período - torna o cognema evocado um grito de oposição. A figura do Presidente Bolsonaro no núcleo central expõe o caráter fortemente político atribuído ao termo “cidadão de bem” como uma crítica.

*Esquerda*Honesto. Honesto remete à ideia de irrepreensibilidade, retidão e ética;*

*Esquerda*Honesto. Alguém que não rouba, não engana é algo que faz um cidadão ser de bem;*

*Esquerda*Hipocrisia. Devido ao fato de que, em sua maioria das vezes, o cidadão de bem escolhe aquilo que o convém para impor aos outros ou para justificar suas atitudes;*

*Esquerda*Bolsonaro. Experiências próprias de vida, além de coisas que tenho ouvido nos últimos 3 anos;*

No quadrante superior direito situam-se as palavras “*Preconceituoso*, *Conservador* e *Trabalhador*” como os elementos pertencente a primeira periferia. São termos com alta frequência de evocação, porém aparecendo nas últimas posições, possuindo uma alta OME. Também apontam para o aspecto dialético entre um polo negativo (preconceituoso e conservador) e um polo positivo (trabalhador). Os elementos da primeira periferia atribuem às atitudes dos eleitores de direita a visão de uma pessoa com má índole, preconceituosa e conservadora diante de uma realidade tão complexa como a vida dos brasileiros que sofrem com a marginalidade, fome, desemprego, entre outras necessidades.

*Esquerda*Preconceituoso. Seja na televisão ou pessoalmente eles verbalizam o preconceito sem nenhum pudor.*

*Esquerda*Preconceituoso. Quem é preconceituoso trás graves problemas em sua base de formação ética e moral.*

*Esquerda-Centro*Conservador. Atualmente, devido ao nosso cenário político, histórico e social, existe uma onda de conservadorismo que coloca pessoas dentro desse padrão como corretas e acima de qualquer suspeita. No entanto, tenho uma visão totalmente negativa de pessoas conservadoras, pois são pessoas que acreditam estar acima das outras, acreditam ser as únicas com direitos, citando a famosa frase "direitos humanos para humanos direitos", são pessoas que acreditam que só elas merecem mérito, por seguir um padrão tradicional de comportamento totalmente atrasado, que exclui a situação social de desigualdade do país.*

*Esquerda*Conservador. O conservador se sustenta sobre a manutenção de costumes e tradições, muitas vezes preconceituosos e violentos.*

*Esquerda*Conservador. Porque vive mais próximo dos modelos exigidos pela sociedade.*

*Esquerda-Centro*Trabalhador. Essa é a ideia que se tem de cidadão de bem.*

Na zona de contraste encontramos os elementos “*Família* e *Direita*”. As palavras que figuram neste quadro apontam para a sua importância, não apenas ordem de evocação,

mas também no seu contexto de polarização política. Para a esquerda, a família se configura além do conservadorismo da família tradicional heteronormativa, sendo capaz de estabelecer outros laços além do biológico. A realidade que se impõe é que existem inúmeras formas de reconhecimento do que seja uma família e que os conservadores insistem em não reconhecer e legitimar. Este antagonismo entre “*Família e Direita*” expõe a noção de que as narrativas em torno do que seja uma “família” não devem ser monopolizadas por apenas uma ideologia política, mas sim contemplar a grande heterogeneidade da sociedade brasileira, da qual padece de intensas desigualdades sociais, principalmente da exploração e da herança escravagista do país.

*Esquerda*Família.* A palavra família é os valores relacionados a ela fazem com que eu associe “bem” ao termo “família”.

*Esquerda*Direita.* A maioria dos “cidadãos de bem” que eu conheço são pessoas hipócritas, de direita, que pregam a ideia da moral e bons costumes, mas não os praticam.

Na segunda periferia encontramos as seguintes evocações: *Política, Respeito e Bolsonarista*. O sistema periférico é flexível e suporta contradições, se adapta à realidade concreta e à diferenciação do conteúdo. Assim, podemos observar a apropriação política do termo sendo sempre referenciado ao Presidente Jair Bolsonaro ou a seus seguidores, os Bolsonaristas. Dessa forma o discurso ideológico do Presidente retroalimenta as representações sociais do “cidadão de bem” para o cidadão comum, principalmente através dos meios de comunicação como as redes sociais.

*Esquerda-Centro*Política.* O atual presidente faz questão de falar a todo momento no cidadão de bem, que está sendo lesado e precisa se defender. Oras, ser presidente é governar pelo bem comum.

*Esquerda*Respeito.* Grande parte da direita costuma utilizar desse termo para classificar pessoas que seguem um padrão que eles classificam como correto. Que aparentemente são boas pessoas, mas são agressivos, batem na esposa e filhos, são machistas, racistas, homofóbicos... para mim, ser um cidadão de bem não é simplesmente ser uma boa pessoa só na aparência, na frente das pessoas, é ser dentro de casa com a família, na rua com as pessoas diferentes dele, com religiões diferentes.

*Esquerda*Bolsonarista.* O termo passou a ser mais utilizado pelo presidente da República para defender seus eleitores.

*Esquerda*Bolsonarista.* Porque ela é dita por pessoas que seguem essa visão política e essa expressão ficou em destaque em 2018, ano das eleições presidenciais.

A análise de similitude das evocações gerou a árvore máxima apresentada na Figura 4, a qual evidencia os elementos organizadores da representação e suas conexões. O cognema mais fortemente evocado no núcleo central, honesto, se conecta fortemente com o cognema preconceituoso, da primeira periferia, o qual estabelece relações com as palavras hipocrisia, política e Bolsonarista, denotando assim o caráter político do termo “cidadão de bem”. O cognema honesto está ligado as palavras trabalhador, respeito e família, caracterizando a vivência da cidadania ligado ao termo “cidadão”. O cognema conservador liga-se diretamente aos termos direita e bolsonarista, denunciando o caráter político-ideológico do termo “bem”, que estratifica a sociedade brasileira entre aqueles que podem ter acesso à cidadania e os que não a merecem.

Outros Posicionamentos Políticos

Como metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, na fase de coleta de dados pelo *Google Forms* utilizamos os demais posicionamentos políticos como forma de abarcar a totalidade das escolhas políticas. Sendo assim, foram incluídas as opções de Centro e de Não posicionamento político. Estas opções visaram incluir os cidadãos que não se sentiam representados por nenhuma representação política clássica ou que não estavam satisfeitos com a forma atual de representação política.

Algumas destas respostas foram selecionadas de forma a ampliar a visão a respeito da polarização política no Brasil e sua relação com o pleno exercício da cidadania. Abaixo temos as seguintes respostas para as escolhas que melhor definem o “cidadão de bem”.

Posicionamento Político de Centro

Os participantes da pesquisa que se posicionaram politicamente como de Centro evocam a imagem de um “cidadão de bem” como um cidadão apolítico, aquele que cumpre seu papel social esperado, que se sacrifica pelo bem comum e que é uma pessoa boa. Esta imagem do cidadão “imaculado”, dócil, representa uma série de comportamentos e atitudes do povo brasileiro em relação à política: uma vida distante da participação política efetiva, que não tece críticas ao sistema social, que tenta sobreviver mais pela resiliência do que pela contradição e dialética do movimento político e social.

Direito. Um cidadão que cumpre seus direitos e deveres.

Respeito. Respeito é uma atitude que leva a muitas outras de compromisso com o próximo e o bem comum, muitas vezes com sacrifício dos próprios interesses.

Honesto. Porque sempre que uma pessoa fala que um cidadão de bem, a palavra honestidade vem na mente, pois é uma pessoa boa para a sociedade.

Não possuo posicionamento político ou prefiro não declarar

Quando solicitados a justificar a palavra mais importante das cinco evocações para o termo indutor “cidadão de bem”, os participantes responderam da seguinte forma:

Integridade. Porque a meu ver, um cidadão de bem deve ser uma pessoa íntegra, honesta.

Educação. Porque é desgastante no mundo em que vivemos tolerar pessoas ignorantes, arrogantes, orgulhosas e prepotentes.

As palavras escolhidas Integridade e Educação refletem o não posicionamento político, uma opção válida em uma democracia, como uma possibilidade de escolha, mas que não é contada como um voto válido nas eleições. O voto em branco não beneficia nenhum partido ou candidato. O voto nulo não beneficia nenhum candidato também. São apenas formas distintas do eleitor invalidar o seu voto, pois no Brasil o voto é obrigatório.

Nas eleições presidenciais de 2018 houve um apelo muito forte no discurso anticorrupção e antipolítica. Estes dois fenômenos levaram a um movimento de descrédito da representação política. O que no imaginário popular pôde ser verificado pela quantidade de votos brancos e nulos no segundo turno: 2.486.593 votos em branco e 8.608.105 votos nulos. Na contagem final das eleições, a soma dos votos brancos, nulos e abstenções somaram mais de 42,1 milhões de eleitores.

O não posicionamento político também é um posicionamento. Materializa-se na forma de uma identidade social e de um registro simbólico no jogo democrático. Não escolher nenhum dos candidatos à direita, ao centro ou à esquerda é uma forma de reagir ao

que não se gosta. Uma pessoa íntegra, honesta, é um ideal de pessoa política que não foi encontrado por estes cidadãos. Ou talvez um ideal de cidadão brasileiro bem diferente do que se entende no senso-comum pelo “jeitinho brasileiro” de fazer as coisas, que já não é mais tolerado.

O cognema Educação aponta para o desgaste de ter que tolerar pessoas ignorantes, arrogantes, orgulhosas e prepotentes, demonstrando aquilo que se encontra no plano da polarização política: um campo onde não há espaço para a convivência entre os diferentes, onde se alimenta ódio e a violência. A representação do “cidadão de bem”, neste caso, se orienta pela ambiguidade: a virtuosidade de um cidadão honesto e à falta de educação que lhe é atribuída.

4.1.4 Discussão sobre o estudo 1 – Pesquisa de Campo e Análise Prototípica

Com a perspectiva da teoria do núcleo central das representações sociais foi possível compreender a dinâmica das relações intergrupos e intragrupos, nesta dicotomia política entre direita e esquerda, influenciada diretamente pela noção de polarização política e social (LOZADA, 2014). No início deste trabalho realizamos a seguinte indagação: *como manter as raízes de uma democracia funcional, baseada em direitos humanos, em uma sociedade tão heterogênea, complexa e estratificada como a sociedade brasileira?*

Não existe uma resposta única para a complexidade do cenário brasileiro contemporâneo, mas a partir deste estudo foi possível compreender alguns fatores importantes para a construção e manutenção de representações sociais tão polarizadas ao redor do tema da cidadania, tão presente na vida no “cidadão de bem”.

O primeiro fator diz respeito a noção de “sociedade heterogênea” (MOSCOVICI, 2007). O próprio nome nos aponta para uma contradição inerente à própria democracia: o reconhecimento do Outro, do diferente, do estranho. O sentido social de nacionalidade de um país se forma com o contorno dos seus territórios e por seus limites estabelecidos nas diferenças regionais. O Brasil de proporções continentais é formado por 26 Estados e 1 Distrito Federal. Desta maneira consideramos a formação de pelo menos 27 culturas regionais diferentes, com crenças, atitudes e comportamentos diferentes entre si, sob a ótica das regionalidades. No interior de cada Estado brasileiro se verificam as mais variadas culturas, sejam elas geográficas, religiosas, raciais e políticas. Portanto, a heterogeneidade da sociedade brasileira é um grande fator de influência nas percepções de cidadania e, portanto, complexa.

A complexidade de cada cultura existente no Brasil também revela os seus modos de existência, seus medos e contradições, não sendo uma história de vida marcada pela garantia de direitos mesmo que em seus aspectos mínimos, como por exemplo da fome, do desemprego, da violência e de tantas outras mazelas sociais sob responsabilidade do Estado. Neste sentido os estudos de Fernandes (1989) sobre as rondas policiais na década de 1970 em São Paulo e os estudos de Barbosa e Sá (2015) a respeito do patrulhamento policial na periferia do Ceará mostram que o entendimento de uma sociedade complexa e heterogênea é permeado por dor, sofrimento, violações de direitos humanos que acompanham boa parte de uma camada da sociedade brasileira que tem seu acesso à plena cidadania negados até os dias de hoje.

A negação de acesso aos direitos fundamentais pode acontecer pelo que “se fala” e pelo que “não se fala”. De outra maneira, quando escolhemos A rejeitamos B. Nos cognemas evocados pelo grupo da “direita” os significados apontaram para uma forma ideal da cidadania, com destaque para as virtudes capitais mais esperadas de seus membros, como a honestidade, o trabalho, a empatia, a bondade e a educação, e uma tentativa de encontrar um personagem que fosse a objetivação do “salvador da pátria” e agregasse essas características.

Escolheram, de forma surpreendente, o ex-deputado Jair Messias Bolsonaro. Uma figura controversa que de forma nenhuma apresentava em seus quase 30 anos de serviço parlamentar, essas características. Entretanto, essa escolha vingou e Bolsonaro se tornou presidente da república.

Para o entendimento das coisas que são ditas, o discurso recorrente de Bolsonaro alimenta a identidade do grupo, reforça as representações sociais do “nós *versus* eles” e exemplifica a noção de que “a distância entre a primeira e a terceira pessoa do plural expressa a distância que separa o lugar social (MOSCOVICI, 2007, p.50). O lugar social do “cidadão de bem”, portanto, sofre uma retroalimentação constante sob o discurso ideológico político, distorcendo neste sentido a noção de cidadania como um direito de todos.

Para a compreensão das coisas que “não se falam” apontamos para as justificativas apresentadas pelo grupo da direita em relação aos cognemas evocados para o “cidadão de bem”. Enquanto o ápice das virtudes foi evocado no núcleo central, aquilo que não foi evocado como positivo se apresentou como negativo nas justificativas (“*os vagabundos tiram a nossa liberdade*”) demonstrando essa dicotomia entre cognição e comportamento. Os não cidadãos - de esquerda - são referenciados então como os desonestos, os que não trabalham, sem empatia e pouco educados. Neste caso representam o protótipo do “mal” referenciado pelo discurso ideológico de combate à esquerda e propagado pelos seus principais representantes políticos e ideológicos.

Programas televisivos também reforçam essa ideia do bem contra o mal, com grandes índices de audiência, a exemplo dos programas policiais como o Rota Cidadã 190 do Estado do Pará e apresentados em forma de estudo por Kabuenge e Costa (2015). Programas como estes surgem e desaparecem da mídia televisiva em vários canais abertos e carregam consigo alta popularidade em um formato já consagrado de exploração da violência. Polêmicas em relação ao auxílio-reclusão conforme apresentado por Roque (2015) são recorrentes quando utilizados como discurso ideológicos contra os “não cidadãos”. Pois como um preso pode ter direito a um salário ou benefício? Assim como os programas televisivos as pautas sociais sofrem um grande ataque ideológico quando confrontadas com algumas realidades do cidadão trabalhador, que acorda cedo, trabalha muito e recebe muito pouco por salário.

O segundo fator a ser analisado é a estratificação da sociedade brasileira. Como apontado por Paschoal (2020) o enunciado cotidiano do “cidadão de bem” adquiriu um tom valorativo para um grupo social, como uma concepção de virtude, de querido e de amado. Estas concepções acabaram por reforçar um abismo social existente na sociedade brasileira, não apenas por uma questão de condições socioeconômicas e acesso a bens de consumo, mas principalmente na negação de acesso à direitos humanos básicos como o direito à vida e o direito à renda mínima universal (Auxílio Brasil *versus* Bolsa Família).

Torna-se gritante na pirâmide social brasileira a análise além da divisão entre classes (ricos, classe média e pobres) quando buscamos compreender os modos de vidas de populações específicas em seu cotidiano. É no dia a dia das favelas, das comunidades, do direito à cidade (ÁVILA, 2017) que compreendemos a gênese da polarização política enquanto um discurso manipulador e ideológico. Enquanto o discurso polarizador se preocupa em questões políticas e de poder, pelo recorte da violência encontramos um Brasil que sangra, que é silenciado, que sofre e que luta pela própria sobrevivência sem o apoio do Estado.

Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia, no relatório final do Atlas da Violência de 2021 apontam para os seguintes dados de realidade: 77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras, sendo a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes maior do que a de um não negro; Mulheres são maioria das vítimas de violência para qualquer tipo de deficiência

(intelectual, física, múltiplas, visual ou auditiva), sendo 58,5% dos casos classificados como violência doméstica; 5.330 casos de violência contra a população LGBTQIA+; Em 2019, 67% das vítimas de homicídio eram mulheres negras. O exercício da plena cidadania, como observamos por estes dados, apenas é efetivamente garantido à uma parte da pirâmide social, a parte mais rica, da qual independe das políticas de Estado para sua própria proteção.

Pela estratificação social conseguimos compreender o discurso presente nos cognemas do núcleo central presente no grupo político de esquerda. Enquanto existe uma dimensão normativa nas palavras honesto e família, foi possível observar a presença de um caráter mais crítico e político pelas palavras hipocrisia, Bolsonaro, direita e conservador, apontando para uma noção crítica da própria existência enquanto cidadão. Essa dimensão conflitiva no núcleo central para este grupo traz uma reflexão da consciência política por trás de uma identidade social e está no cerne de suas representações sociais sobre a cidadania no Brasil.

O terceiro fator a ser considerado nestes dados evocados no quadro de quatro casas é a percepção de que a narrativa da polarização política permeia todos os sentidos reais e simbólicos de uma representação do “cidadão de bem”, sendo facilmente evocados em cada uma de suas posições (núcleo central, zona de contraste, primeira e segunda periferia), de modo que para o grupo de direita em cada quadrante observamos suas crenças: Deus, Pátria, Família e Liberdade. A crença no seu único Deus (ignorando a pluralidade religiosa brasileira); sua única Pátria (com um patriotismo obediente); sua própria Família (a família tradicional composta de pai, mãe e filhos); e sua própria Liberdade (ignorando todos os dados de realidade sobre violência no país). Para o grupo de esquerda, encontramos seus principais cognemas: Hipocrisia, Conservador, Preconceituoso e Bolsonarista. Hipocrisia (como uma crítica à crença cega em uma ideologia); Conservador (pois denuncia a estratificação social brasileira); Preconceituoso (diante dos discursos ideológicos de Verdades); Bolsonarista (uma denúncia de uma sociedade patriarcal).

Os dados expõem uma realidade antagônica e polarizada em todos os seus sentidos conforme aponta Abric (2001) quando descreve as funções essenciais de uma representação: função de saber, função identitária, função de orientação e função de justificação. Ou seja, as representações sociais apoiam os grupos polarizados de direita e esquerda no Brasil a organizarem suas narrativas em torno de uma identidade partilhada por cada polo, além de conferir argumentos, orientação para as práticas e justificativas destas.

Outras pesquisas mais aprofundadas se fazem necessária para a construção de um saber social inerente a dinâmica social destes grupos sociopolíticos, principalmente no que diz respeito às suas representações, identidade social, ideologia e a convivência cotidiana entre esses grupos.

Os demais posicionamentos políticos presentes na pesquisa como o posicionamento político de centro e o não posicionamento político, refletem a totalidade da representação política no Brasil e indicam pelos dados coletados a existência uma visão mais distante da política cotidiana (apolíticos), de uma visão mais neutra sobre a cidadania e que demonstram um vazio do discurso político para estas pessoas. Não ter um posicionamento político é também um direito do cidadão, assim como ser de centro não significa deixar a apoiar causas inerentes às identidades de direita e esquerda. Este público passa despercebido pelas redes sociais onde os algoritmos não os colocarão em bolhas sociais de conteúdo políticos, sendo mais direcionados para temas como cultura, esporte, lazer ou de outros interesses. Entretanto o público apolítico é percebido durante os períodos eleitorais pelo número de abstenções nas urnas, nos votos brancos e nulos. Devem também ser considerados cidadãos políticos e, portanto, com seus direitos civis, políticos e sociais preservados.

4.1.5 Práticas Sociais e o conhecimento no cotidiano

Para complementar o estudo das representações sociais sobre o “cidadão de bem” foi elaborado um questionário de práticas sociais a partir de situações do cotidiano mais relevantes que pudessem explicitar o posicionamento político dos grupos sociais, tais como: Posse e porte de armas, Pobreza, Criminalidade, Pena de morte, Uso de drogas, Homossexualidade, Religiosidade, Sindicatos, Maioridade penal e Liberdade de expressão.

Estes temas foram escolhidos de acordo com a apropriação política a que se referem os discursos no cotidiano, como propagandas políticas, mensagens em massa nas redes sociais e publicações em mídias com viés ideológico. A partir do pleito eleitoral de 2018, na polarização política direta entre esquerda e direita, os temas da agenda conservadora passaram a vigorar no cotidiano principalmente nas redes sociais. A direita conservadora e a esquerda progressista se utilizam constantemente destes discursos para mobilizar sua base de apoio. Neste sentido não há espaço para o diálogo e para os debates no senso-comum. Os cidadãos brasileiros com o auxílio das novas tecnologias da informação são agrupados de acordo com seus interesses, identidades e algoritmos criando assim as bolhas sociais.

O conceito de bolha social e sua relação com o Estado Democrático foi abordado por Pellizzari e Barreto Júnior (2019) quando discutem a ditadura do algoritmo e a entropia na internet. Para os autores, as bolhas sociais quando associadas às *fake news* tem o potencial de fazer erodir os valores republicanos e liberais, afastando os cidadãos de possibilidades de escolhas refletidas, racionais, levando-os aos que consideram como uma entropia. Por analogia ao conceito físico da termodinâmica, a entropia tende a derivar os sistemas para um estado de caos e desordem. Psicologicamente, esta definição levaria os indivíduos a uma paralisia (estática), que os aprisionaria em bolhas narcísicas.

A internet ao mesmo tempo em que aumentou a liberdade de expressão também acaba por aumentar a eficácia dos mecanismos pelos quais somos influenciados. As bolhas sociais digitais são o espaço perfeito para possibilitar esse fenômeno. E em razão disso não é mais possível falar que nossas ações e escolhas partam conscientemente de nós. Por mais que sempre tenha havido tentativas de se influenciar as ações humanas, a grande quantidade de informações disponibilizadas e acessadas pelas pessoas diariamente faz com que esse mecanismo logre maior êxito (PELLIZZARI; BARRETO JUNIOR, 2019, p.68).

Os estudos realizados por Pedrosa e Júnior (2021) sobre algoritmos, bolha informacional, mídias sociais e seus desafios para as eleições na era da sociedade da informação ampliou o entendimento da influência digital nas eleições no Brasil. Para estes juristas, o artigo 5º da Constituição Federal garante o livre acesso à informação no país. Entretanto, as mensagens nos veículos de comunicação na era digital são produzidos por qualquer tipo de pessoa sem a mediação de órgãos reguladores. O processo eleitoral no país é disciplinado por duas leis (Lei 4.737/1965 e a Lei 9.504/1997), que são leis anteriores ao crescimento exponencial das redes sociais no mundo inteiro. A partir de 2017, houve uma reforma eleitoral, na qual permitiu o impulsionamento de um conteúdo produzido por um candidato a um determinado público específico. Este processo de impulsionamento derivado do *Facebook* tem a capacidade de aumentar as bolhas informacionais e assim influenciar os processos eleitorais (PEDROSA; JÚNIOR, 2021).

A liberdade de expressão é essencial para a manutenção da democracia e das eleições a partir do momento em que assegura o livre fluxo de ideias e a formação de um debate público, sendo essencial para a tomada das decisões.

Ocorre que não há liberdade de expressão com a política algorítmica que dita aquilo que deve ser visto e informado (PEDROSA; JÚNIOR, 2021, p.158).

A investigação científica destas bolhas sociais e a sua influência nas representações sociais sobre o “cidadão de bem” demonstram a natureza da cidadania brasileira sob o viés político e os possíveis avanços e retrocessos quando pensamos em direitos humanos.

Nos resultados abaixo buscamos apresentar os dados em sua totalidade, seja em sua forma quantitativa (apresentando os dados totais e os respectivos posicionamentos políticos) seja em sua forma qualitativa (utilizando da própria justificativa dos participantes para análise de suas representações sociais sobre os temas abordados).

1. Possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender

Tabela 5: Posse e porte de armas

Posição Política	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	TOTAL
Todos	66	48	41	27	26	208
Centro	1	3	1	0	1	6
Centro-Direita	3	7	6	5	6	27
Direita	3	22	10	19	19	73
Centro-Esquerda	16	4	10	0	0	30
Esquerda	42	12	13	3	0	70
Prefiro não opinar	1	0	1	0	0	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Considerando os resultados totais das respostas temos: 114 registros para as opções discordo e discordo totalmente; 53 registros para concordo e concordo totalmente; 41 registros para não concordo nem discordo. Esses resultados demonstram uma tendência da sociedade brasileira em não aceitar a legalização da posse e do porte de armas, sendo uma pauta prioritária do governo Jair Bolsonaro, que através do decreto 10.628 de 2021 regulamentou a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição. Sendo o decreto uma atribuição pessoal do Presidente da República, este foi promulgado sem passar pelas casas legislativas, o que atribui o sentido de uma atuação política para seu eleitorado por parte de Bolsonaro.

A diferença entre a posse e o porte de arma é a extensão do seu uso. A posse de arma de fogo permite ao cidadão manter nos limites de sua residência ou local de trabalho uma arma de fogo. Já o porte de armas permite ao cidadão circular com a arma de fogo fora do ambiente doméstico ou do trabalho. Quando analisamos os dados a partir do posicionamento político, aqui agrupamos direita/centro-direita e esquerda/centro-esquerda, encontramos as seguintes tendências:

Para os discordantes de Centro-Direita e Direita temos 35 registros contra 74 para Centro-Esquerda e Esquerda.

Para os concordantes de Centro-Direita e Direita temos 49 registros contra 3 de Centro-Esquerda e Esquerda. Estes números revelam uma disparidade nas respostas para os extremos e conseqüentemente da polarização política em relação ao tema das armas.

Direita

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

Para os que concordam o cidadão de bem encontra-se indefeso e inseguro contra os bandidos e a violência que está vigência no país. No exercício de sua liberdade, a defesa pessoal e de sua família passaria então a ser um direito do cidadão a partir da legalização da posse e do porte de armas. Estas justificativas apontam para um discurso de liberdade individual para solucionar um problema que é da ordem do social, que pode ser traduzido na expressão: “*Se eu livrar a mim e a minha família de uma violência, já que o Estado é incapaz disso, estarei exercendo minha cidadania de modo pleno*”. Nas respostas abaixo encontramos as justificativas atribuídas pelos participantes da pesquisa:

Direita. Porque infelizmente em certos casos cidadãos de bem são expostos ao perigo e não possuem maneiras de se defenderem.

Direita. Concordo, voltado mais pelos lados dos bandidos mesmo; porque eles na maioria das vezes estão armados. Se tentarmos reagir, ainda somos mortos.

Direita. O porte e a posse de uma arma de fogo não é apenas um sinal de status, mais sim uma defesa pessoal e das pessoas que estão ao seu redor. Uma frase que eu gosto muito é “Abraham Lincoln tornou todos os homens livres, mas Samuel Colt os tornou iguais”.

Direita-Centro. É o nosso direito de liberdade, de defender nossa propriedade e nossa família, independente de esperar o governo.

Discordo e Discordo Totalmente

Para os discordantes de direita a legalização da posse e do porte de armas está mais associada a uma idealização do seu manuseio do que pela questão legal propriamente dita. Estão apoiados na ideia de que o cidadão brasileiro não possui inteligência emocional ou mentalidade amadurecida para manusear com efetividade uma arma.

Direita. O brasileiro não possui inteligência emocional nem cultural para ter porte de arma.

Direita. Não acredito que o brasileiro tenha mentalidade e controle para portar armas de fogo.

Direita. A muitos casos de pessoas, com filhos, que não foram responsáveis e acabaram deixando a arma ao alcance da criança.

Direita-Centro. Muitas vezes o bandido tem mais habilidade que nós para usar uma arma.

Direita-Centro. Na minha opinião, o cidadão precisa se defender sim, mas algumas pessoas vão acabar se aproveitando dessa situação para cometer erros sem pensar duas vezes.

Não concordo nem discordo

Para os que não concordam nem discordam do direito de possuir uma arma legalizada para a sua própria defesa as justificativas variam de acordo com a localidade de onde se encontra o cidadão, se no campo ou na cidade, na possibilidade do seu uso sair do controle ou que alguns cidadãos não estão capacitados ou treinados para seu uso efetivo.

Direita. Nem todo cidadão usará somente para se defender e isso poderá sair totalmente fora do controle.

Direita. O direito a defesa dentro da lei é necessário, possuir uma arma como uma ferramenta de defesa infelizmente é uma solução tardia, mas que pode fazer toda diferença no mundo violento que vivemos.

Direita-Centro. Nem todos os cidadãos estão capacitados fisicamente e nem psicologicamente

Direita-Centro. Em algumas situações como sítios e lugares afastados é necessário o uso de arma.

Esquerda

Concordo e Concordo Totalmente

Foram apenas três registros para os concordantes de esquerda. As justificativas para estas respostas estão guiadas pelo senso de realidade e de legalidade. Sendo um direito garantido por lei e usando de responsabilidade com o uso das armas de fogo não haveria maiores problemas em relação a esse tema.

*Esquerda. É um direito desde que padrões de segurança sejam seguidos.
Esquerda. Se uma pessoa for qualificada para ter uma arma, ela deve ter.*

Discordo e Discordo Totalmente (maior número de respostas)

Para a totalidade dos discordantes existem várias justificativas que apontam para a não necessidade de se ter a posse e o porte de armas para o cidadão comum. Como por exemplo, a falta de habilidade em do cidadão comum em lidar com uma arma de fogo, o uso das armas para resolver pequenos desentendimentos da vida, o uso indiscriminado da arma de fogo para situação que supostamente seriam de “risco” e até mesmo uma crítica a ineficiência no Estado na provisão de segurança pública.

Esquerda. Não acho que ter uma arma diminuiria a violência. Por outro lado, em situações extremas, onde a justiça já não faz mais sua parte, acho que seria uma boa ideia. É claro que isso só aconteceria dentro de várias condições impostas (exames psicológicos, testes toxicológicos, ficha criminal zerada e etc.).

Esquerda. A segurança pública é responsabilidade do Estado e possuir uma arma irá apenas potencializar o aumento do índice de violência.

Esquerda-Centro. A liberação principalmente no Brasil onde as leis são quase que ineficazes, levaria a uma onda de barbaridade.

Esquerda. Porque só aumentaria a violência.

Esquerda. Porque pessoas matam e pessoas com armas matam mais ainda. O ser humano é individualista, então se algo fere sua individualidade ele se achará no direito de usar a arma para “se defender”.

Esquerda-Centro. Arma na mão do "cidadão" vai parar no arsenal do ladrão. Ter uma arma não vai fazer a pessoa ter mais segurança.

Não concordo nem discordo

Para os que não concordam nem discordam justificam pela falta de regulamentação do tema, da falta de organização do Estado em oferecer uma sociedade justa e do uso indiscriminado das armas para resolução de problemas pessoais. De fato, o Brasil possui um histórico de violência desde seu descobrimento que até os dias de hoje não foi minimizado. A violência no cotidiano é uma realidade em todo país e sua resolução perpassa problemas históricos e complexos.

Esquerda. Em uma sociedade justa e democrática o uso de armas é desnecessário como recurso violento. Mas não vivemos uma sociedade justa.

Esquerda-Centro. Depende do que está na lei. Agora, a segurança pública não é feita apenas de armas, não concorda?

Esquerda-Centro. O fato de se vivermos num país extremamente violento e com fracasso constante nas políticas públicas de segurança, a meu ver, o armamento pessoal pode ser compreendido como uma forma possível de autodefesa. Entretanto, para ser colocada em prática necessita de muitas definições e regulações, e não anula as políticas públicas para melhoria da segurança social.

Esquerda-Centro. Bom, podem existir pessoas que utilizarão essa legalização para o bem e o mal.

2. Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar

Tabela 6: Pobreza

Posição Política	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	TOTAL
Todos	89	76	32	10	1	208
Centro	1	3	2	0	0	6
Centro-Direita	7	11	7	2	0	27
Direita	9	33	23	7	1	73
Centro-Esquerda	17	13	0	0	0	30
Esquerda	55	15	0	0	0	70
Prefiro não opinar	0	1	1	0	0	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na totalidade das respostas temos opções discordo e discordo totalmente com 165 registros, mostrando assim que o trabalho é um assunto sensível ao povo brasileiro e que a dignidade da pessoa humana perpassa por esse direito. Os que não concordam nem discordam somam 32 registros. Para os que concordam e concordam totalmente foram 11 registros.

Quando observados de acordo com o posicionamento político, é possível perceber as seguintes tendências:

Para os discordantes de centro-direita e direita temos 60 registros contra 100 para Centro-Esquerda e Esquerda.

Para os concordantes de centro-direita e direita temos 10 registros contra 0 (zero) de Centro-Esquerda e Esquerda. Estes números demonstram a relação entre o discurso político e a representação do trabalho no país para estes grupos políticos. A opção não concordo nem discordo apresenta 30 registros para centro-direita e direita contra 0 (zero) de centro-esquerda e esquerda. Apresentaremos as justificativas abaixo conforme os participantes.

Direita

Concordo e Concordo Totalmente

Com o menor número de respostas para a assertiva, os concordantes apontam para a experiência pessoal como justificativa para a falta de emprego, visto que também nasceram de família humilde e com o próprio esforço “venceram” na vida. Correr atrás de um emprego também dependeria apenas da pessoa “querer ou não”. Retratam o “acordar cedo” como um valor a ser valorizado e normalizado pelo cidadão.

Direita. Nasci de família humilde e só com meu esforço venci na vida.

Direita. Emprego sempre foi difícil...a pessoa precisa fazer por onde.

Direita. Pra ganhar dinheiro precisa acordar cedo.

Direita. Pois o trabalho está por toda parte, basta a pessoa se virar e começar a fazer atividades por conta própria ou prestar serviços a outras pessoas.

Direita. Vejo muitas pessoas falando que quer um emprego, porém não corre atrás e quando aparece algo dispensa e diz que não é aquilo que quer.

Discordo e Discordo Totalmente (maior número de respostas)

Para os discordantes de direita a preguiça não é um fato preponderante na hora de procurar um emprego. A dificuldade histórica de se conseguir um emprego, falta de acesso e oportunidade para quem

reside nas periferias e os empregos degradantes para quem recebe o salário-mínimo justificam a discordância com o tema e a condição de pobreza no Brasil.

Direita. Porque ultimamente está muito difícil arrumar um emprego, não é porque a pessoa não quer.

Direita. Temos muitos cidadãos que não tem emprego por falta de acesso e oportunidade.

Direita. Muitas pessoas não trabalham porque não tiveram oportunidade de estudar ou pela falta de emprego, então não conseguem melhor suas condições de vida.

Direita. A pobreza em si está mais ligada a falta de recursos para as pessoas mais carentes e a concentração da renda em grupos minoritários.

Direita. Muitas pessoas que se encontram em situação de pobreza não possuem oportunidade no mercado de trabalho.

Direita-Centro. Não existe emprego disponível para todos.

Direita-Centro. Os empregos de salário-mínimo muitas vezes são degradantes.

Não concordo nem Discordo

Para os que não concordam nem discordam a “feira” é o exemplo primordial de como o esforço pessoal pode transformar a realidade. Acordar cedo e dar duro, esta é uma das condições para a pessoa sair da pobreza e da miséria. Ignoram diversas realidades sociais no Brasil como, por exemplo, as mães solteiras que precisam deixar seus filhos em uma creche. Se não há creche para todos, o que fazer? A falta de estudo formal também impossibilita a conquista de melhores condições de trabalho. O tema é complexo e envolve componentes psicológicos e sociais.

Direita. Eu e meu marido trabalhamos na feira, não somos ricos, mas temos que dar duro todos os dias desde cedo.

Direita. Depende muito porque muita pessoa que é disposta vive na pobreza.

Direita. Existe quem realmente não se move para desenvolver, mas quando nos dias de hoje alguém nasce em meio a pobreza a dificuldade psicológica para acreditar em si mesmo é altíssima.

Direita. Depende da pessoa, caso ou circunstância, pois muitas pessoas estão em busca de trabalhos e empregos, porém não está muito fácil de consegui-los, mas também muitas pessoas que não buscam emprego estão ou tem vontade de trabalhar, por influência ou costumes.

Esquerda

Concordo e Concordo Totalmente

Não houve resposta para estas opções.

Discordo e Discordo Totalmente (maior número de respostas)

Para os discordantes de esqueça não há relação entre pobreza e preguiça. É cultural a pouca ascensão social no Brasil apenas pelo trabalho. Muitas vezes o salário-mínimo não consegue ofertas as necessidades básicas de uma família, mantendo assim o ciclo da pobreza. O trabalho é um direito garantido pela Constituição, é a subsistência do cidadão e de sua família, entretanto as desigualdades sociais são acentuadas por escolhas políticas que não resolvem estes problemas.

Esquerda. Porque na verdade o que acontece é que as oportunidades de emprego estão escassas, ainda mais pra quem não tem formação ou muitas experiências.

Esquerda. Tem gente que vai trabalhar com toda força e nunca sairá da pobreza. É cultural;

Esquerda-Centro. Muito desempregados por falta de oportunidade

Esquerda-Centro. Porque a culpa é dos governantes que não sabem aplicar os fundos pra gerar empregos. Se elas tivessem um trabalho, assim elas não teriam uma vida precária.

Esquerda. Nem todos conseguem usufruir o direito de trabalhar.

Esquerda. Nascemos e vivemos em posições de desigualdade de classe, raça e gênero.

Esquerda. Porque está ligada a questões políticas, sociais, questões de oportunidade e não a vontade exclusivamente.

Esquerda-Centro. A pobreza se deve a desigualdade social, e não pela preguiça.

Não concordo nem discordo

Não houve resposta para estas opções.

3. A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas

Tabela 7: Criminalidade

Posição Política	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	TOTAL
Todos	59	42	43	51	13	208
Centro	0	3	1	1	1	6
Centro-Direita	1	5	8	11	2	27
Direita	9	10	12	35	7	73
Centro-Esquerda	12	7	8	2	1	30
Esquerda	37	16	14	2	1	70
Prefiro não opinar	0	1	0	0	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em sua totalidade as respostas apontam a maioria dos registros para as opções Discordo e Discordo totalmente com 101 registros. Seguidos de Concordo e Concordo Totalmente com 64 registros e por fim Não concordo nem discordo com 43 registros. Estes resultados indicam que a maioria das respostas não acreditam que a maldade seja a única fonte da criminalidade. Quando observados de acordo com o posicionamento político, é possível perceber as seguintes tendências:

Para os discordantes de Centro-Direita e Direita temos 25 registros contra 72 para Centro-Esquerda e Esquerda.

Para os concordantes de Centro-Direita e Direita temos 55 registros contra 6 de Centro-Esquerda e Esquerda.

Os resultados possuem um forte apelo político em seus registros, conforme apresentados abaixo.

Direita

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

Para os concordantes de direita, além do discurso político, o discurso religioso está impregnado nas representações sobre a criminalidade e maldade. Ninguém do bem comete crimes. Um homem de Deus não faz o mal. É preciso ter Jesus no coração. São expressões encontradas nas justificativas conservadoras para a criminalidade. O homem aqui é o um selvagem que precisa ser domesticado pela religião.

Direita. A maldade está no coração do ser-humano que precisa ser domesticado;

Direita. Concordo, pois o mundo está cada vez pior nessa questão;

Direita. Porque além deles te roubarem ainda te matam ou fazem maldade com você tipo estuprar;

Direita. Existem muitos tipos de crimes que acontecem, pois nem todo cidadão é bom o suficiente para não fazer maldade com outra pessoa e até mesmo crianças;

Direita-Centro. Ninguém do bem comete crimes;

Direita. Um homem de Deus não faz o mal ao seu irmão;

Direita. Quem tem Jesus no coração não mata;

Direita. Independente de sua condição financeira, a índole e os valores que as pessoas carregam conseguem os impedem de cometer estes absurdos;

Direita-Centro. Nem todo mundo na favela é bandido ou cometeu crimes.

Discordo e Discordo Totalmente

Para os que discordam além da maldade outros fatores estariam presente no fenômeno da criminalidade. A criminalidade em primeiro momento pode parecer um caminho mais fácil, de sobrevivência, visto que não há oportunidades iguais para todos. Entretanto, outros fatores pessoais estão ligados ao crime: a personalidade, a ambição e o interesse. A pobreza e a miséria espiritual também podem ser associadas à criminalidade, entretanto é um forte sinal de um estereótipo e generalizações.

Direita. Depende também, pois raramente pode ser por legítima defesa ou alguns fazem por necessidade, que pode ser ligada a personalidade da pessoa.

Direita. Devido certas situações a pessoa entra para a criminalidade, pois seria a única alternativa para começar uma vida.

Direita. Muitas pessoas de baixa renda tendem a entrar na vida do crime para sobreviver.

Direita. Ambição e interesse são as maiores causas.

Direita-Centro. Não apenas a maldade, mas a inveja e o poder, seja de que tamanho for.

Direita-Centro. Crimes existem desde muito tempo. Existem crimes de várias categorias. Não dá para generalizar.

Direita. Porque se a pessoa fosse muito bem instruída em casa ou nas escolas com relação a maldade de fato não teríamos uma humanidade tão maldosa.

Direita. A criminalidade está assim porque as pessoas resolvem seguir esse caminho mais fácil.

Direita. A criminalidade existe porque as pessoas as vezes não tem alternativa devido à condição de vida que estão inseridas, mas há também quem faça isso por prazer.

Direita-Centro. Para mim é a pobreza e a miséria espiritual.

Não concordo nem discordo

Para os que não concordam nem discordam não generalizam esta questão e colocam outras justificativas para a criminalidade além da maldade, como a intenção, o jeito mais fácil de se beneficiar, a influência negativa da sociedade ou a falta de oportunidade. São múltiplos fatores associados à criminalidade e que não necessariamente leva os que vivem na pobreza para este caminho.

Direita. Pois há aqueles crimes que a pessoa não teve intenção de fazer.

Direita. A criminalidade está ligada também as pessoas querem um jeito mais fácil de se beneficiar.

Direita. A maldade sim é um fator que influência muito, mas a sociedade também puxa as pessoas para a criminalidade.

Direita. A falta de oportunidade e educação fazem com que as crianças vão para o crime;

Direita. Concordo e não com isso, porque, as crianças que crescem na “favela” elas não crescem com maldade, elas veem o fluxo de criminalidade/bandidagem e almejam fazer parte dessa vida.

Direita. Existem pessoas que são levadas a fazer tais coisas não pela maldade, mas sim pela necessidade às vezes de viver.

Direita-Centro. Porque às vezes as pessoas não têm atenção quando crianças, não tem oportunidades.

Esquerda

Concordo e Concordo Totalmente

Para os concordantes de esquerda uma pessoa boa não comete crimes. As pessoas podem ser boas ou más, sendo uma questão de escolha pessoal a prática de crimes. Sofrem influências negativas desde sua infância, o que lhes daria uma inclinação para a maldade.

Esquerda-Centro. Pobreza não é sinal de maldade e perversidade.

Esquerda-Centro. Sim, porém acredito que a criação também influencia.
Esquerda. Uma pessoa que é boa não comete crimes.
Esquerda-Centro. Todas as pessoas são boas e más, entretanto algumas não sabem viver em sociedade sem cometer crimes.

Discordo e Discordo Totalmente (maior número de respostas)

Para os discordantes de esquerda a criminalidade não se justifica apenas pela maldade, mas evitam generalizar as explicações. Entendem que o Estado possui limitações nas suas ações que abandonam os cidadãos à sua sorte. A falta de serviços básicos como educação e a geração de renda influem nestes resultados. Por fim, as desigualdades sociais aparecem como explicação para a gritante situação de violência no país. Sem contar também os crimes do “colarinho branco”, ligado aos crimes cometidos pela classe política.

Esquerda. Porque muita gente só encontra na criminalidade uma forma de sobreviver.
Esquerda. Às vezes o “mundo do crime” é a porta de entrada para que as pessoas consigam ter pelo menos o mínimo como alimentação por exemplo.
Esquerda. Por certo há muitos casos de maldade ou crueldade. Parece ser algo muito presente em ações criminosas. Mas não dá para afirmar que é a maior causa. Provavelmente é uma causa entre outras. Mas não em qualquer caso. É complexo.
Esquerda. A maior causa da criminalidade é um Estado que abandona os seus cidadãos e não investe em educação e políticas de geração de emprego e renda.
Esquerda. Criminalidade está muito ligada a pobreza, muitas vezes as pessoas são postas em situação de criminalidade por alguma questão social, emocional, política.
Esquerda. Falta de acesso a educação e demais serviços.
Esquerda. É a falta de políticas públicas e as desigualdades sociais.
Esquerda. A criminalidade é o processo de violência que é multicausal. Então culpabilizar as pessoas é algo injusto.
Esquerda. Existem crimes do colarinho branco.

Não concordo nem Discordo

Para os que não concordam nem discordam de esquerda justificam sua resposta na dialética do bem e do mal, onde alguns homens já nasceriam “maus”. Uma visão determinista e negativa em relação à criminalidade, que pode dar destaque a muitos preconceitos velados. As desigualdades provocadas pela organização social do Estado também são evocadas, trazendo à tona mais uma vez a realidade social empobrecida na qual milhões de brasileiros são submetidos.

Esquerda. Acredito que alguns nascem maus e outros se tornam maus a partir do ambiente em que crescem.
Esquerda. Em certa medida todos somos maus... Acontece que alguns usam a maldade para prejudicar os outros e cometerem crimes.
Esquerda. A maioria dos fatos violentos acontece devido a organização societária estruturada na desigualdade socioeconômica.

4. A pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves

Tabela 8: Pena de morte

Posição Política	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	TOTAL
Todos	43	76	61	22	6	208
Centro	0	3	1	1	1	6
Centro-Direita	2	12	12	1	0	27
Direita	2	32	19	16	4	73
Centro-Esquerda	0	8	12	2	8	30
Esquerda	29	21	17	2	1	70
Prefiro não opinar	2	0	0	0	0	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em sua totalidade, unindo as opções Discordo e Discordo totalmente temos 119 registros. Logo em seguida, a opção não concordo nem discordo obteve 61 registros. Por fim, entre as opções Concordo e Concordo Totalmente temos 28 registros. Quando fazemos o recorte por posicionamento político temos:

Para os discordantes: 48 registros para Centro-Direita e Direita contra 58 registros para Centro-Esquerda e Esquerda;

Para os concordantes: 21 registros para Centro-Direita e Direita contra 13 registros para Centro-Esquerda e Esquerda;

Para os que discordam, em ambos os posicionamentos, houve um maior número de registros assinalando a ideia contrária à pena de morte. Uma das explicações deve-se ao Brasil ser um país predominantemente cristão e porque tal fato é proibido pela lei brasileiro, com exceções apenas para crimes em tempo de guerra.

Entre os concordantes com a pena de morte para crimes graves, houve maior predominância no grupo de direita. Nos resultados abaixo serão abordados em suas justificativas.

Direita

Concordo e Concordo Totalmente

Entre os concordantes a representação da pena de morte é um retrato da impunidade que vive o sistema judiciário no Brasil que suporta a reincidência de crimes, onde as leis são brandas e que para certos crimes existe a sensação de não correspondência entre o ato e a punição, criando-se a ilusão de que o crime vale a pena.

Direita. Os criminosos de hoje são inconsequentes e precisam de correção séria.

Direita. Eu concordo, pois se cometeu um crime grave teria que pagar.

Direita. Diminuiria a taxa de criminalidade na sociedade, por conta de uma sentença tão dura.

Direita. Acredito que a morte deveria ser paga com morte se for comprovado tudo.

Direita. Para crimes hediondos.

Direita. Pois se essa pessoa sair ela pode cometer o crime denovo.

Direita. Em casos externos como estupro de incapaz.

Discordo e Discordo Totalmente (maior número de respostas)

Para os que discordam a pena de morte seria também um crime de Estado. Ninguém teria o poder de tirar a vida de outra pessoa, mesmo em caso de justiça. Uma visão mais religiosa da vida permite entender que apenas Deus decide quem vive e quem morre. Essa imparcialidade de Deus teria que existir também na justiça, fato que não se demonstra muito no Brasil, principalmente envolvendo questões raciais e sociais.

Direita. Por quê um crime não pode justificar um outro crime.

Direita. Ele pode pagar de uma outra forma.

Direita. Acho que quem cometeu o crime precisa pagar em vida, uma prisão perpétua por exemplo.

Direita-Centro. Ninguém pode tirar a vida de ninguém, acredito na recuperação do ser humano.

Direita-Centro. Só Deus pode dizer quem vive e quem morre.

Direita-Centro. A polícia muitas vezes plantam provas para incriminar alguém que desejam o mal.

Direita-Centro. Para isto acontecer a nossa justiça teria que ser imparcial e mais transparente.

Direita. Só Deus pode tirar a vida, mas as leis precisam ser cumpridas no Brasil.

Não concordo nem Discordo

Para os que não concordam nem discordam com a pena de morte para crimes graves, a pena de prisão perpétua seria a melhor opção, porém não se tratando de crimes hediondos. As falhas no sistema judicial brasileiro também expõem essa imagem de que falta confiança nos processos judiciais para que de fato os criminosos fossem punidos com rigor, dentro do que conhecemos por justiça.

Direita. No Brasil o judiciário tem muitas falhas, mas para crimes brutais sim.

Direita. Eu acho que a pena perpétua é a melhor opção.

Direita-Centro. Teria que haver um referendo.

Direita-Centro. Se o crime for hediondo, pode ser que sim.

Direita-Centro. Não existe confiança nas leis atuais para tal ação extrema pois nem todos podem pagar um bom advogado até a última instância.

Direita-Centro. Uma pessoa que comete um crime, por exemplo, matar uma pessoa será necessário tirar ela da sociedade, mas matar não, não cabe a outro ser humano essa responsabilidade. Cadeia e monitoramento até a sua morte, mas aparentando bom comportamento.

Esquerda

Concordo e Concordo Totalmente

Para os que concordam as respostas apontam mais para a noção de vingança do que de justiça. As justificativas apontam para a noção da gravidade do crime, do qual quanto maior gravidade, maior seria a pena. Um crime hediondo, portanto, seria um crime grave passível de pena de morte. Entretanto, também esperam que as investigações sejam melhores e que não haja erros para que indivíduos inimputáveis paguem com a vida algo do qual não têm plena consciência.

Esquerda. Dependendo do crime sim.

Esquerda. Porque toda ação tem que ter uma consequência.

Esquerda-Centro. Alguns casos são reincidentes sem nenhum sinal de melhora.

Esquerda-Centro. Porém somente se houver investigações mais apuradas nesses tipos de crime.

Esquerda. Desde que avaliadas as condições de ressocialização e ao mesmo tempo se o indivíduo é inimputável para responder pelo crime que cometeu.

Discordo e Discordo Totalmente (maior número de respostas)

Para os que discordam há uma maior consciência da complexidade deste ato, mesmo que atualmente seja proibido a pena de morte em tempos de paz. O sistema judiciário comporta erros que para o caso da pena de morte seria irreversível. A nova era de hoje, a era dos direitos humanos, impõe ao Estado uma necessidade de ter maior controle sobre a criminalidade. A vida é um direito, tanto para o bandido quanto para a vítima. Justamente por este motivo, para evitar um retrocesso, seria necessário maior efetividade nas punições e na ressocialização dos presos.

Esquerda. O princípio fundamental da constituição é o direito à vida. Mesmo um criminoso tem direito a viver e pagar por aquilo que cometeu com sua privação de liberdade.

Esquerda. No Brasil até a prisão normal tem muitos erros, imagina se tivesse pena de morte.

Esquerda. No Brasil não é permitido ter pena de morte.

Esquerda. No Brasil de hoje, onde a lei não se aplica a todos, só os mais pobres seriam punidos e mesmo considerando toda a exatidão da justiça, a morte parece ser mais fácil do que a prisão perpétua.

Esquerda. Estamos na era dos direitos humanos. Pena de morte é retrocesso.

Esquerda. É preciso ressocializar. Ninguém tem direito a tirar a vida de ninguém. Se voltarmos à Lei do Talião será um passo atrás no desenvolvimento das sociedades humanas.

Não concordo nem Discordo

Para os que Não concordam nem discordam o tema da pena de morte é complexo e envolve inúmeros fatores, como a credibilidade do sistema de justiça, a relação de crimes que deveriam entrar na lista de maior punição e o quanto este “medo” em torno da pena de morte diminuiria de fato os crimes cometidos pelos bandidos. São algumas críticas direcionadas ao sistema penal brasileiro, mas também à falta de uma efetiva medida de controle da criminalidade no país.

Esquerda. Para delimitar um termo de aplicação penal precisaríamos antes repensar o sistema de justiça como um todo, para garantir investigação, julgamento, defesa...

Esquerda. Tenho opiniões controversas sobre o assunto, em pontos pró-vida, mas também em pontos de crimes muito graves que não vão receber a punição adequada sem a pena de morte.

Esquerda-Centro. Não tenho opinião formada 100% sobre esse tema. Percebo que tanto a sociedade quanto os pesquisadores romantizam a questão, que é bastante complexa.

Esquerda-Centro. Existem pessoas que são irrecuperáveis e nesses casos ou prisão perpétua ou pena de morte.

Esquerda-Centro. Porque as pessoas teriam mais medo de cometer um crime muito grave e de ter sua vida perdida.

5. O uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências.

Tabela 9: Uso de drogas

Posição Política	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	TOTAL
Todos	27	56	67	23	35	208
Centro	0	1	2	2	1	6
Centro-Direita	5	0	12	4	6	27
Direita	11	2	27	9	24	73
Centro-Esquerda	5	12	6	5	2	30
Esquerda	6	41	20	2	1	70
Prefiro não opinar	0	0	0	1	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na totalidade dos dados apresentados temos os seguintes resultados: Não concordo nem discordo com 67 registros, a maior opção escolhida pelos participantes. Em seguida as opções discordantes somam 83 registros e as opções concordantes somam 58 registros. O tema do uso de drogas na sociedade é muito sensível pois temos cada vez mais uma população carcerária em crescimento devido principalmente ao tráfico de drogas. Portanto este tema não é um consenso entre a sociedade, tendo registros em todas as opções oferecidas. Pelo recorte do posicionamento político temos os seguintes registros:

Para os discordantes: 18 registros para Centro-Direita e Direita contra 64 registros para o Centro-Esquerda e Esquerda;

Para os concordantes: 43 registros para Centro-Direita e Direita contra 10 registros para o Centro-Esquerda e Esquerda;

Direita

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

Pelas respostas apresentadas temos uma relação bem próxima com as drogas. De fato, o uso e o abuso de drogas fazem parte de muitas famílias brasileiras, em todas as camadas sociais. A experiência pessoal de quem sofreu com esse mal passa a ser a justificativa de favor a proibição. A associação com o mundo do crime também é um fator de medo e de repulsa de ideia sobre as drogas. O discurso religioso é bastante forte e orientador neste contexto.

Direita. A falta das drogas não causa mal algum, assim como deixar de beber ou fumar.

Direita. Por quê a população está cada vez mais se acabando com essas drogas sendo já proibida, imagine se não fosse. O mundo seria um lugar horrível.

Direita. Gastos com saúde pública que poderiam ser investidos em outras áreas. Contribuição com a criminalidade. Problemas com convívio social entre outros.

Direita. Acho que sim pois tanto os familiares da maioria dos usuários quanto a sociedade sofrem.

Direita. Muito viciados cometem crimes para sustentar seus vícios.

Direita-Centro. Porque as drogas, na maioria das vezes, levam a violência e ao roubo por exemplo.

Direita. Para nós evangélicos já não usamos essas coisas, não faz falta.

Direita. Um homem de Deus não usa drogas.

Direita-Centro. Eu perdi parentes pelas drogas, sofri na pele e sei o quanto é doloroso.

Discordo e Discordo Totalmente

Em menor proporção os discordantes de direita apontam para a relação entre o uso e a legalidade, visto que o desejo de usar pode ser maior do que a certeza da punição. Estas posições podem ser compreendidas pela insuficiente forma de enfrentamento pelo Estado brasileiro na política de drogas, não havendo um consenso sobre a melhor forma no combate às drogas.

Direita. Já existem muitas drogas lícitas que prejudicam a vida de muitas pessoas, porém criminalizar não seria algo bom, continuariam buscando ilegalmente gerando mais violência.

Direita. Drogas pesadas como cocaína e crack, sim. Mas a maconha não deveria ser criminalizada.

Direita-Centro. Cada um que pague sobre seu comportamento de acordo com a lei.

Direita-Centro. As pessoas deveriam saber o seu limite, sem o governo dizer qual é.

Direita-Centro. Por isso não deveria ser proibido, para justamente não incentivar de certa forma meios ilegais.

Não concordo nem Discordo

Para as respostas Não concordo nem discordo temos algumas posições de indiferença e de pouca sensibilidade a um tema tão nevrálgico da sociedade brasileira, pois entender que é uma simples escolha entre fazer ou não o uso de drogas, não leva em conta outros determinantes que sofrem influência direta para o uso e abuso das drogas. Assim como não é possível generalizar opções e opiniões políticas, o mesmo acontece com o uso da droga para uso recreativo ou medicinal. A legalização do uso de drogas poderia ser um caminho para esta distinção, mas que ainda não é uma realidade no Brasil.

Direita. Certas drogas poderiam ser legalizadas, outras não,

Direita. As pessoas compram e consomem com a consciência das consequências, cabe a ela parar ou até mesmo nem experimentar.

Direita. Para os bandidos sim, mas para algumas mães com filhos com autismo é o remédio/cura para eles.

Direita. Então, depende também pois de que forma isso me afeta ou a alguém? Como um exemplo o uso da maconha, ela pode ajudar algumas pessoas e pode financiar crimes.

Direita. Se o cidadão usar e ficar na dele não vejo problema.

Direita. Cada um escolhe o que é melhor para si.

Direita-Centro. O uso de drogas é uma escolha da pessoa e pode afetar ela, somente, e as pessoas de fora, família e amigos.

Esquerda

Concordo e Concordo Totalmente

Para as respostas concordantes temos uma grande consciência social e das repercussões que o uso de drogas pode trazer para a família, a sociedade e o Estado. Pobreza e desigualdade social estão entre as justificativas apontadas como alguns determinantes sociais que são cruciais para o enfrentamento contra as drogas.

Esquerda-Centro. A partir do momento em que um comportamento individualista prejudica os demais deve ser passível a censura para o bem-estar social.

Esquerda-Centro. Porque o usuário começa a ter transtorno mentais, dependência química e isso vai afetar tanto o seu ciclo social, como a sua família.

Esquerda-Centro. Drogas intensificam a pobreza e a desigualdade social.

Esquerda. Caso seja algo de valor a droga não seria ilícita. Em alguns casos o usuário patrocina ações do tráfico com seu consumo. Repensar a proibição das drogas pode tirar o poderio das mãos de traficantes.

Esquerda-Centro. Drogas só servem para gerar vícios.

Esquerda-Centro. Pois a família quem sofre.

Discordo e Discordo Totalmente (maior número de respostas)

Para os discordantes a questão da regulamentação e da criminalização são os principais fatores que justificam o posicionamento para o tema, principalmente o público leigo. As dúvidas lançadas entre a distinção entre drogas e medicamentos e as relações estabelecidas entre a legalização e o tráfico ultrapassam uma simples resposta para todos os problemas complexos envolvidos. Analisamos isto pelo teor das respostas a esta questão específica, pois foi a que mais obteve respostas longas.

Esquerda. É preciso refletir sobre qual drogas estamos falando e porque escolhemos, enquanto sociedade, a criminalizar algumas e outras não. Acho que talvez seja inocente acreditar que proibir o uso de drogas fará as pessoas pararem de se drogar. O ser humano faz uso de substâncias desde que o mundo é mundo. No entanto, sou a favor de regulamentação, tal como maiores impostos para a indústria do álcool e do cigarro, por exemplo;

Esquerda. O tráfico de drogas da muito certo porque é proibido e porque há pessoas poderosas envolvidas nesse tráfico que são corruptas. Se algumas drogas como a maconha fossem liberadas não teria necessidade de haver tráfico e alguma consequências que as drogas trazem poderiam ser evitadas;

Esquerda. Se falamos apenas das drogas proibidas, ignoramos a grande gama de drogas legalizadas, seu uso e abuso e consequências, enquanto criminalizamos por raízes preconceituosas outras e não nos permitimos regular seus usos, favorecendo uma agenda de combate que colhe investimentos e lucros, entre o tráfico e empresas privadas;

Esquerda. As questões envolvendo o uso de drogas está voltada para o cuidado em saúde e não no enfrentamento armado;

Esquerda. Proibir algo não impede ninguém de fazer. Existem drogas legalizadas (medicamentos), e existem outras que são proibidos e poderiam ajudar pessoas;

Esquerda. Não sou a favor do consumo de drogas, contudo acredito que se é para proibir deve-se proibir todos os tipos de drogas, como cigarro e álcool, que já geram grandes custos a sociedade ou então regulamenta e cobra imposto para subsidiar os custos, que eu estando legalizado ou não já existem.

Não concordo nem Discordo

Para os que não concordam nem discordam, acreditam que as drogas não sejam todas iguais e que aquelas mais recreativas como a maconha podem ser legalizadas. Existe uma preferência pela legalização de drogas “mais brandas” do que aquelas com maior potencial destrutivo. Outros ainda não possuem uma posição fechada sobre o assunto. Aparece com mais frequência a questão de algumas drogas que são lícitas, como o álcool e o cigarro, e que potencial destrutivo tão grande quanto a cocaína ou o crack.

Esquerda. Não acho que a proibição seja a solução eficaz para o problema. Em relação à maconha, sou a favor da legalização. Porém, quando se fala de cocaína e crack (que estão no pódio das drogas no BR) é difícil encontrar uma solução [...]. Outra droga liberada e que é super incentivada é o álcool e esse continua aí liberado e causando várias mortes. P.s.: não fumo e nem bebo.

Esquerda. Tema muito complexo. Acho que somos um pouco incoerentes ao defender a proibição de drogas "ilícitas" quando sabemos que algumas já consideradas lícitas como álcool, cigarro e medicamentos, causam tanto vício e consequências ruins como as consideradas ilícitas. Mas creio que realmente há alguns tipos de drogas para as quais devemos ter uma atenção especial, que a meu ver tem um grande poder de provocar vícios por serem extremamente químicas e manipuladas;

Esquerda. Questão complexa, já que nessa categoria de "drogas" podemos incluir substâncias muito diferenciadas, algumas amplamente incorporadas à cultura das mais diferentes sociedades, como é o caso do consumo de bebidas alcoólicas. No entanto, acredito que o Estado deve ter um papel ativo nesse campo. Algumas drogas, por suas consequências mais graves, devem sim ser proibidas; enquanto outras devem ser alvo de campanhas de esclarecimento por parte do poder público. É fundamental que esse debate seja pautado pela ciência;

Esquerda Não tenho uma posição fechada nem definitiva sobre. O assunto merece estudo.

6. A homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade

Tabela 10: Homossexualidade

Posição Política	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	TOTAL
Todos	19	2	13	44	130	208
Centro	0	1	0	3	2	6
Centro-Direita	5	1	2	9	10	27
Direita	12	0	10	23	28	73
Centro-Esquerda	1	0	0	3	26	30
Esquerda	1	0	0	6	63	70
Prefiro não opinar	0	0	1	0	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As respostas em torno da aceitação da homossexualidade em sua totalidade tomaram as seguintes proporções: Concordo Totalmente e Concordo com 174 registros; Não concordo nem discordo 13 registros; Discordo e Discordo Totalmente com 21 registros. Estes resultados apontam para a atual situação do Brasil hoje em relação à homossexualidade, no qual uma grande maioria das pessoas entende o direito à intimidade e a liberdade de viver sua própria sexualidade, entretanto, ainda apresentando opiniões contrárias baseadas em premissas religiosas.

Quando as respostas são classificadas em acordo com o posicionamento político é possível verificar essa tendência de associação entre discurso religioso e práticas sociais:

Para respostas concordantes: 70 registros para Centro-Direita e Direita contra 98 registros para Centro-Esquerda e Esquerda. Tais posições constituem dentro dos respectivos grupos políticos maior consenso;

Para respostas discordantes: 18 registros para Centro-Direita e Direita contra apenas 2 registros para Centro-Esquerda e Esquerda. Nas justificativas abaixo compreenderemos melhor as ancoragens destas escolhas.

Direita

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

Para as respostas concordantes de direita há o direito e a concordância quanto às liberdades individuais e a preocupação quanto à inclusão dos grupos sociais com históricos de exclusão. É citado também o direito do cidadão, previsto em Constituição e que independe de nossas opiniões. Há uma noção de normalidade em relação as pessoas homossexuais, assim devendo vigorar sempre o respeito.

Direita. A vida íntima diz respeito a cada um.

Direita. Concordo, pois cada um sabe do que quer.

Direita. Seria uma exclusão social gigantesca.

Direita. Cada um tem a sua escolha então paciência pra quem não gosta.

Direita. Estamos vivendo em uma nova era onde tudo é normal nada é como era antes.

Direita-Centro. Homossexual existe desde os primórdios é hipocrisia julgar a pessoa pelo sexo.

Direita-Centro. Quem somos nós para julgar o desejo das pessoas?

Direita-Centro. Direito do cidadão.

Direita-Centro. Cada pessoa tem o direito de ser o que quiser e cabe a cada pessoa entender isso.

Direita-Centro. Aceita ou não é uma questão pessoal, porém respeito deve haver com qualquer ser humano.

Direita-Centro. Porque são pessoas normais.

Discordo e Discordo Totalmente

As justificativas encontradas entre as respostas discordantes são as mais impregnadas de estereótipos que situam os grupos de homossexuais como desviantes, pecado, vergonhoso, que requer recuperação, numa comparação direta aos relacionamentos heterossexuais. É aqui a base do conservadorismo, da moral e dos bons costumes, alimentado pelo discurso religioso e fantasioso da inocência perdida.

Direita. Isso desvia das leis do Senhor.

Direita-Centro. Acredito na recuperação do ser humano.

Direita-Centro. A sociedade não é igual, sendo assim devemos respeitar as regras de cada local que pertencemos.

Direita-Centro. Pela lei de Deus é pecado e vergonhoso.

Direita-Centro. A pessoa homossexual não tem as mesmas exigências de um pai ou mãe casados... Vivem uma eterna adolescência.

Não concordo nem discordo

Para as respostas Não concordo e nem discordo temos uma maioria com o mesmo posicionamento de respeito à individualidade das escolhas, um respeito que perpassa mais uma indiferença à questão social da identidade homossexual do que uma preocupação cidadã com as consequências sociais para este grupo. Há um predomínio da noção de “escolha” homossexual, como se fosse uma opção escolhida pelo sujeito. É observado um preconceito velado com requinte religioso, pois “Deus fez o homem e a mulher e nada mais”.

Direita. Cada um tem o direito de fazer de sua íntima o que bem entender.

Direita. Cada um com sua fé e suas escolhas... Por mim tanto faz.

Direita. É um direito de escolha de cada um.

Direita. Aceitada não, mas respeitar sim porque todos temos que ser respeitados pelas escolhas que se fazemos, mas Deus fez o homem e a mulher e nada mais.

Direita. Não acho que todos deveriam rejeitar ou aceitar, mas cabe a todos respeitar pois é o posicionamento e escolha de cada pessoa.

Direita. Eu respeito a decisão da pessoa, mas eu não acho.

Direita. Cada um escolhe o que é melhor pra si, cabe a nós respeitar apenas.

Direita-Centro. Temos que respeitar as pessoas independentemente da opção delas, mas não somos obrigados a aceitar tudo.

Esquerda

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

Com praticamente a totalidade das respostas o posicionamento de esquerda possui uma forma de identidade com a pauta LGBTQIA+, trazendo à tona todos os elementos constitutivos da dignidade da pessoa humana, como o fato de não ser um crime, não ser doença, do fato de constituírem família (distante do modelo tradicional), da liberdade de escolha dos indivíduos sobre sua própria forma de

existência e pelo combate à homofobia. Todos esses discursos estão permeados de uma visão progressista de sociedade, defensora dos direitos humanos em todas as suas formas.

Esquerda A homossexualidade não é um crime, não é uma doença, então por que deveríamos ser contra e combatê-la? Devemos sim aceitar, entender que é uma característica do indivíduo. Devemos combater o preconceito e a violência contra homossexuais.

Esquerda-Centro Estamos falando de pessoas. Sendo homem, mulher, homossexual... Temos coração e família! Onde somos diferentes?

Esquerda Algo humano e natural.

Esquerda Na verdade acredito que a homossexualidade deva ser respeitada por toda a sociedade.

Esquerda Cada um é livre para fazer suas escolhas. Todos devem ter direito a uma vida digna em sociedade e ser respeitados, independente de orientação sexual.

Esquerda A homossexualidade de alguém não é da conta de qualquer pessoa que não seja o próprio indivíduo.

Esquerda-Centro A intimidade não deveria ser regulada pela sociedade.

Esquerda-Centro A sexualidade humana é diversa e por isso precisa ser respeitada.

Esquerda-Centro Porque muitos LGBTQI++ são agredidos ou mortos por pura homofobia e a pessoa tem o direito de viver da maneira que quiser. A sociedade deveria ter mais empatia e respeito ao próximo.

Discordo e Discordo Totalmente

Houve apenas duas respostas no posicionamento político de esquerda discordantes que tratam mais de inconsistência e incongruências no pensamento do que a representação de uma opinião específica. Na primeira resposta, a discordância foi justificada com uma assertiva positiva e na segunda resposta homem e mulher consistem no mesmo tipo ser humano confundindo a relação entre gênero e espécie.

Esquerda. Pelo princípio dos direitos humanos sim.

Esquerda-Centro. Só existem dois seres humanos o homem e a mulher.

Não Concordo nem discordo

Não houve resposta para esta opção.

7. Acreditar em Deus torna as pessoas melhores

Tabela 11: Religiosidade

Posição Política	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	TOTAL
Todos	51	39	29	49	40	208
Centro	0	1	1	3	1	6
Centro-Direita	0	4	2	11	10	27
Direita	2	3	11	32	25	73
Centro-Esquerda	17	7	2	2	2	30
Esquerda	32	25	13	0	0	70
Prefiro não opinar	0	0	0	0	2	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O tema da religiosidade parece ser central tanto nas respostas da pesquisa quanto na construção da identidade brasileira. No total foram apresentados 90 registros para as opiniões Discordo Totalmente e Discordo, enquanto nas opiniões Concordo Totalmente e Concordo foram 89 registros. Para as respostas Não concordo nem discordo foram 29 registros.

Neste segmento religiosidade os dados apresentam a relação entre posicionamento político e religião demonstra na aglutinação dos registros. Desse modo temos:

Entre os concordantes: 4 registros para Centro-Esquerda e Esquerda contra 78 para Centro-Direita e Direita. Estes dados demonstram a intrínseca relação entre o público evangélico, predominantemente de posição à direita, mas também todo o discurso religioso de moralidade e retidão das igrejas evangélicas.

Entre os discordantes: 81 registros para Centro-Esquerda e Esquerda contra 9 para Centro-Direita e Direita. Nestes registros novamente aparecem a discordância entre católicos e evangélicos em relação ao comportamento ético e moral na identidade religiosa. Veremos abaixo as justificativas para os grupos sociais.

Direita

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

Para as respostas concordantes com esta opção, observamos a experiência pessoal do respondente sobre a sua percepção sobre Deus e o ser humano. Com um índice de registros com 78 respostas, com quase 80%, temos aqui um discurso moldado ao universo evangélico: “Ele é amor”, “... amar ao próximo”, “... temente a Deus”, “Deus mudou a minha vida”, etc. Estas referências apontam para uma justificativa dos comportamentos sociais atribuídos aos evangélicos, no sentido de que a prática religiosa para este público compreende, em sua maioria das vezes, numa mudança radical de vida.

Direita. Tirando a hipocrisia da sociedade, um contato pessoal com Deus ou um ser superior nos ajuda a viver melhor.

Direita. Concordo, pois para muitas pessoas é um propósito de vida.

Direita. Se a pessoa estiver disposta a mudar sim.

Direita-Centro. Deus mudou a minha vida...por que não mudaria a sua?

Direita-Centro. O ser temente a Deus o leva a reflexão e a prática da caridade.

Direita-Centro. Não necessariamente em Deus, mas as pessoas terem uma crença maior do que a as leis jurídicas do país, faz um ser humano melhor, independente da religião, ter uma fé, alguma força (seja até mesmo a força atrativa do universo) para acreditar é ótimo; Direita. Porque Ele é amor.

Direita. Porque Deus nos ensina a amar o próximo só essa lição já resolve todas as outras questões empregadas na pesquisa, o mundo está sem amor ao próximo.

Discordo e Discordo Totalmente

Para aqueles que discordam ou discordam totalmente a religião não seria um local imune das inclinações más do ser humano, mas identificam os comportamentos sociais reprováveis por aqueles que professam uma fé e cometem crimes, transgressões, adultério ou possuem desvio de caráter. Apesar de menor número das respostas, com apenas 9 registros, não deixa de ser uma crítica à uma religiosidade fundada sobre o fanatismo.

Direita. Pessoas que creem, frequentadoras assíduas de suas religiões e não são bons cidadãos, cometem crime, cometem adultério etc.

Direita. Existem muito fanáticos.

Direita. Crença não define caráter.

Direita-Centro. Tem muitas pessoas ruins em igreja.

Direita. Pois não só temos que acreditar como praticar também.

Não concordo nem discordo

Para os que não concordam nem discordam possuem uma visão crítica do discurso religioso hipócrita e veem no fanatismo religioso uma representação negativa da religiosidade. Acreditam que a pessoa possui liberdade de acreditar no que quiser e que frequentar uma igreja não torna a pessoa imune à maldade.

Direita. Depende, pois tem pessoas que dizem que acreditam em Deus e que fazem maldade para os outros.

Direita. Acreditar que Deus pode fazer a pessoa ser melhor, torna ela melhor, ou seja, a fé. Assim como a fé de que é possível ser melhor acreditando ou fazendo alguma coisa.

Direita. Ajuda as pessoas a ter um Norte, mas não concordo com o fanatismo.

Direita. Tem pessoas da igreja que vive fazendo maldade para os outros e tem pessoas que não vivem na igreja e só querem o bem para as outras.

Direita. Cada um acredita no que quiser, isso não faz a pessoa melhor que ninguém.

Esquerda

Concordo e Concordo Totalmente

Nos resultados concordantes encontramos a figura positiva sobre Deus, religiosidade e comportamento religioso. A religião apresenta em seu discurso a fé e a esperança como algo transformador para o praticante, que o faz acreditar em dias melhores e na evolução da pessoa, sem descartar a relação entre o bem e o mal.

Esquerda. Porque ter fé em algo, te faz acreditar e melhorar como pessoa.

Esquerda-Centro. Toda forma de fé é uma força motriz para o ser humano.

Esquerda-Centro. Acreditar em Deus te leva a acreditar no inferno, as pessoas são moldadas de acordo com o medo.

Esquerda-Centro. Se com Deus já é difícil, imagina sem?

Esquerda-Centro. Se acredita que há um ser superior que pode trazer esperança.

Discordo e Discordo Totalmente (maior número de respostas)

Para os discordantes a relação entre a hipocrisia do comportamento religioso com as atitudes negativas apresentam uma ambiguidade do ser humano em relação às suas práticas, na forma de pensar uma coisa e fazer outra. Como um povo predominantemente cristão, seja católico ou evangélico, o tema da violência e da maldade deveria ser minimizado, entretanto sabemos que existem outros determinantes sociais para melhor explicação entre maldade/delitos e traços de caráter.

Esquerda. Apenas acreditar em Deus não torna ninguém melhor, ser uma pessoa que propaga o bem, é honesta e de bom caráter sim.

Esquerda. Basta ver a vida e as atitudes de um sem-número de pessoas religiosas.

Esquerda. Não. Muitas pessoas dizem acreditar e são más. A fé verdadeira leva as pessoas a uma busca de melhorar sua humanidade. Mas, ser religioso não é sinal de bondade.

Esquerda. Homens usam Deus pra cometer delitos e se safam da maioria das coisas por isso.

Esquerda. Muitas pessoas utilizam a crença como forma de ludibriar.

Esquerda. Muitas pessoas que acreditam em Deus escolheram votar em um candidato com perfil contrário a minorias e homofóbico e misógino.

Não concordo nem discordo

Para os que não concordam nem discordo a religião não seria o único caminho a ser priorizado para que as pessoas se tornem melhores. A crença na ideia de um Deus passa justamente pela ideia do que cada um faz desse Deus, sendo visto então como um meio do que um fim em si. Neste sentido, as posições mais à esquerda corroboram com a pluralidade religiosa, presente também nas demais opções de respostas desta pesquisa. Assim, aqueles que se identificam como Espíritas, Ateus, Agnósticos, Umbanda ou outras denominações religiosas também estariam sob o julgamento social entre o discurso religioso e as práticas morais e ética.

Esquerda. Acreditar em Deus é ótimo, mas não é o único caminho e não podemos achar que quem acredita nesse é melhor.

Esquerda. Depende da ideia de Deus que a pessoa tenha. Acreditar em valores que vêm junto com a ideia de um Deus amoroso e caridoso pode tornar as pessoas melhores sim. Já o conceito de um Deus punitivo e inflexível não torna ninguém melhor.

Esquerda. A religião é uma excelente forma de controle social, às vezes é o único conforto, é difícil confirmar que Deus às vezes não faz bem as pessoas.

Esquerda-Centro. A religião serve apenas como instrumento, não finalidade. Pode tanto edificar para o bem, quanto servir de contenção e opressão social. As pessoas são responsáveis por suas ações.

8. Os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores

Tabela 12: Sindicato

Posição Política	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	TOTAL
Todos	4	25	38	59	82	208
Centro	0	0	2	2	2	6
Centro-Direita	1	4	8	8	6	27
Direita	3	19	21	13	17	73
Centro-Esquerda	0	0	1	10	19	30
Esquerda	0	1	6	26	37	70
Prefiro não opinar	0	1	0	0	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os resultados totais para a questão relativa aos sindicatos apontam os seguintes resultados: Concordo totalmente: 82 registros. Concordo: 59; Não concordo nem discordo 38 registros; Discordo com 25 registros e Discordo Totalmente com 4 registros. Na história política e trabalhista da sociedade brasileira os sindicatos fizeram parte de uma importante consciência política na relação entre trabalhadores e empregados. Um sindicalista chegou a ser Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do qual se orgulha de sua história pessoal e histórica para o país. Entretanto, desde as eleições de 2018 o tema sobre sindicatos foi utilizado pela direita política, principalmente por Jair Bolsonaro, para sua criminalização e extinção, com duas alterações significativas em sua estrutura: a desobrigação da contribuição sindical por parte dos empregos e o livre direito do empregado de tratar e negociar suas condições de trabalho diretamente com o empregador, não precisando se manifestar coletivamente como antes.

Os dados apresentados quando analisados na sua totalidade demonstram que o tema sindicato não é um tema totalmente polarizado entre os que se posicionam entre direita e esquerda, mas que é utilizado pela direita conservadora como um ideal de liberdade social e econômica.

Direita

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

Com o maior número de respostas, 44 registros, os participantes de direita que concordam com a importância dos sindicatos na defesa do interesse dos trabalhadores justificam esta posição com referência a uma classe, a classe trabalhadora, de ter alguém como uma figura “maior”, de maior importância e credibilidade perante o patrão para defender os seus direitos. Aparece aqui uma contradição entre o posicionamento de direita e a noção de classe, reconhecidamente uma posição mais à esquerda política, mas apontando para uma desigualdade de força na relação entre patrão e empregado.

Direita. Concordo, pois apesar de serem necessárias melhorias neste meio, os sindicatos foram criados para defender os direitos dos trabalhadores e lutar por justiça para com estes.

Direita. Trabalhadores precisam ter alguém por eles;

Direita-Centro. Todos devem trabalhar com remuneração justa e um patrão justo, mas nem sempre isso acontece.

Direita-Centro. Os sindicatos falam por todos os trabalhadores de uma classe, assim negociam melhores condições de trabalho.

Direita-Centro. É necessária uma figura "maior" para defender os trabalhadores, que com "menos" voz não são escutados e é bom terem uma ajuda. Porém, é algo que precisa de maior organização e "pulso" para falar em nome de todos.

Discordo e Discordo Totalmente

Com 27 registros os que discordam da atuação dos sindicatos apontam para o alto índice de corrupção presente nestas organizações, a criminalização do sindicato como sendo lugar de bandido e guiado por interesses particulares de uma minoria. Não obstante, a mesma representação negativa para os sindicatos é muito parecida com a representação sobre partidos políticos no Brasil. É possível pensar, neste caso, para a não participação efetiva de cada trabalhador em seu próprio sindicato ou pelo fato de não se sentirem totalmente representados pelos sindicalistas eleitos.

Direita. Os sindicatos são lugares de conchavos e acertos ilegais para acalmar os trabalhadores.

Direita. Cada pessoa deveria ser justa e negociar nos seus próprios termos.

Direita. No meu caso eu nunca consegui ajuda com eles, mas pode depender da pessoa que representa o sindicato de cada região.

Direita-Centro. Não defende a unidade de forma imparcial (Trabalha por uma minoria);

Direita-Centro. Quem sabe os interesses dos trabalhadores, são os próprios trabalhadores.

Direita. Sindicato é lugar de bandido, de gente que engana o colega...só pensam no dinheiro e fazem combinados com os patrões.

Não concordo nem discordo

Para os que não concordam nem discordam apontam para a questão da juventude, que ainda não entraram para o mercado de trabalho, para a possibilidade de escolha do trabalhador em ser ou não sindicalizado ou que existem relações criminosas entre sindicalistas e patrões. Estas opiniões estão muito mais ligadas à falta de proximidade do trabalhador e do sindicato e são permeadas de estereótipos negativos.

Direita. Sim por quê é uma forma de nós lutarmos pelos nossos direitos, e não por quê a maioria deles são comprados pelos grandes empresários.

Direita. Devem existir, mas ser facultado ao trabalhador que queira ser sindicalizado;

Direita. Pode sim ter sindicato que defenda bem os direitos dos funcionários como também outros que não estão nem aí.

Direita. As vezes ainda tem uma máfia por trás.

Direita-Centro. Eu ainda não trabalhei.

Esquerda

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

A quase totalidade das respostas concordantes entre os participantes de esquerda expõe uma maior organização política deste grupo em relação a temas mais sensíveis às suas causas. O sindicalismo é concebido como uma identidade grupal, repleta de coesão social e tecem suas críticas na relação desigual entre trabalhadores e empregados, na luta para barrar uma exploração desenfreada na relação entre o burguês e o proletariado.

Esquerda. Associativismo é uma boa opção para atribuir força a uma classe explorada como a dos trabalhadores;

Esquerda. Acredito que organizar-se coletivamente traz mais força aos trabalhadores;

Esquerda. Porque é uma falácia dizer que empregado tem poder de negociação com o patrão;

Esquerda-Centro. A luta sindical é importante para barrar a exploração desenfreada da mão de obra profissional;

Esquerda-Centro. Porque os trabalhadores não são ouvidos e isso não é bom. Temos que ter alguém visando os nossos interesses.

Esquerda. Sim, em inúmeros casos os interesses dos trabalhadores só podem ser efetivamente defendidos coletivamente. O sindicato é o instrumento dessa ação coletiva no âmbito dos conflitos trabalhistas.

Discordo e Discordo Totalmente

Aos que discordam, com apenas um registro, discorda não pelo fato da dinâmica dos sindicatos, mas pelo valor cobrado em suas associações.

Esquerda. Só não precisaria pagar tanto.

Não concordo nem discordo

Para os que não concordam nem discordam a questão sindical, com 7 registros, tecem uma crítica para as influências políticas negativas que muitas vezes fazem os sindicatos não defenderem aqueles que são suas prioridades, mas interesses particulares.

Esquerda. Na verdade, concordo que são importantes, entretanto acredito que no decorrer dos anos perderam muito de sua essência. Já não atuam somente buscando o melhor para o trabalhador, tornaram-se instituições "lucrativas", comandadas muitas vezes por pessoas ambiciosas com ideais diferentes daqueles pelos quais os sindicatos foram criados.

Esquerda. Porque nem sempre eles defendem os direitos do cidadão como merecem;

Esquerda-Centro. Podem ser se bem organizados, mas podem cair em interesses políticos que não condiz com o que o trabalhador precisa.

9. Adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos

Tabela 13: Maioridade penal

Posição Política	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	TOTAL
Todos	11	73	41	44	39	208
Centro	1	1	2	2	0	6
Centro-Direita	0	8	4	6	9	27
Direita	0	13	6	28	26	73
Centro-Esquerda	1	14	9	3	3	30
Esquerda	9	37	20	4	0	70
Prefiro não opinar	0	0	0	1	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Para a temática da maior punição para os adolescentes temos os seguintes resultados na sua totalidade: considerando as opções discordo totalmente e discordo temos 84 registros. Para as opções concordo e concordo totalmente temos 83 registros. Na opção não concordo nem discordo temos 41 registros. Estes resultados mais ampliados apresentam a polarização em seu discurso mais político, pois a pauta da violência, criminalidade e a maior punição para os jovens encontram no terreno político uma grande comoção, carregado de afetos e de sentimentos contraditórios.

Observamos a tendência à polarização dos grupos políticos quando analisados separadamente. Para o grupo da direita que discorda com a assertiva temos 21 registros e para o grupo da esquerda que discorda temos 61 registros. É mostrada uma visão bem antagônica a respeito da representação social do adolescente, sendo o posicionamento político de esquerda praticamente três vezes superior nas respostas discordantes para a não punição de adolescentes como adultos.

Direita

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

Apresentando uma pauta mais conservadora, as respostas mais significativas sobre a questão da punição se voltam para a liberdade do adolescente de ser responsável pelos seus atos, pois já sabem que a legislação os protege nas medidas punitivas. Questões da vida adulta como o direito ao voto e a vivência da sexualidade quando permitido aos adolescentes os tornam mais responsáveis por seus atos, tendo que arcar com as consequências destes. O que nos chama mais atenção é o linguajar utilizado para descrever uma punição ao adolescente: o machado da justiça. Podemos considerar esta resposta uma violência velada, repleta de afetos negativos, onde se confunde justiça com vingança.

*Direita. Sim, pois muitos têm o pensamento de que se fizer m*não pode ser preso e isso acaba ajudando no acontecimento desses atos.*

Direita. Se cometem crimes como adultos devem pagar como adultos.

Direita. Os adolescentes de hoje são incosequentes e precisam de correção séria.

Direita-Centro. Com 14 já fazem sexo... Então já são responsabilidades por suas escolhas.

Direita-Centro. Se já podem votar e transar, porque não responder por seus crimes?

Direita-Centro. Se cometem o crime tem consciência do delito cometido e deve sofrer o machado da justiça.

Discordo e Discordo Totalmente

Aos que discordam da maior possibilidade de punição aos adolescentes, estes acreditam que a educação e a reabilitação sejam a saída para esta problemática. O convívio com adultos criminosos estaria no cerne da questão, pois seriam como escola do crime. A pouca idade do adolescente ainda sem ser capaz de avaliar de fato sua condição prejudicaria seu conhecimento sobre as coisas.

Direita. Deve haver justiça sim, mas em vez de puni-los como adultos, estes deveriam ser educados e reabilitados de forma correta e efetiva.

Direita. Pois temos que tentar reabilitar os jovens, mais em caso de crimes graves, talvez não podemos reabilitá-lo, dependendo da personalidade e temperamento desse jovem.

Direita-Centro. A pouca idade prejudica a formação do conhecimento.

Direita-Centro. Não podemos colocar adolescentes com adultos criminosos, é perigoso para os adolescentes.

Não concordo nem discordo

Para quem não concorda nem discorda da maior punição para adolescentes aponta para a anormalidade do fato, pois a infância e a adolescência é um período marcado pela inocência. É reconhecida uma pressão social pela vida do adolescente enquanto etapa de vida, mas dependendo da idade e do crime cometido, poderia haver penas diferenciadas.

Direita. Depende da idade;

Direita. Dependendo do crime sim, mas se for um crime mais brando talvez;

Direita. Acho que precisam ser punidos sim, mas precisam ser tratados com um diferencial, já não é normal uma criança cometer um crime;

Direita-Centro. A adolescência é muito perturbadora para a maioria, a pressão estética da sociedade, a pressão familiar por notas excelentes... a forma que adolescente tomam dores dos outros, ser influenciável é muito fácil enquanto adolescente. Mas não tenho opinião formada quando o adolescente ordena o crime por pura maldade.

Esquerda

Concordo e Concordo Totalmente

Para as opções de concordância com a maior punição para os adolescentes as justificativas apontam para a noção de direitos e deveres de um cidadão comum, como um adulto, pois a consciência do ato infracional já o permitiria ser punido como tal. O argumento da razão completa aparece neste posicionamento político, com a possibilidade de existir um componente afetivo negativo muito grande a respeito da convivência social e os problemas causados por alguns adolescentes em idade limítrofes.

Esquerda. Em alguns países a experiência comprova que se o adolescente tem consciência do ato infracional praticado e de sua consequência, deve ser prescrita sua punição;

Esquerda. Se já tem cabeça para cometer crimes de adulto, tem que sofrer as consequências também;

Esquerda-Centro. Direitos e deveres devem andar juntos conforme o processo decréscimo do indivíduo em sociedade, individual e coletivamente;

Esquerda-Centro. Já possuem idade para ter razão completa e saber o que fazem;

Esquerda-Centro. Diretos iguais para todos.

Discordo e Discordo Totalmente (maior número de respostas)

Os argumentos discordantes neste caso sugerem que os adolescentes são seres em desenvolvimentos, que possuem uma imaturidade biológica natural ao seu período de vida e por esta razão precisam de outras medidas para compreender o ato infracional. Tais medidas envolveriam o retorno à escola tradicional, formal e não à escola do crime.

Esquerda. Porque segundo a neurobiologia o cérebro do adolescente ainda não está formado totalmente;

Esquerda. O desenvolvimento do adolescente é diferente do desenvolvimento do adulto, então ambos não devem ser punidos igualmente;

Esquerda. Porque os adolescentes ainda estão no processo de aprendizado e desenvolvimento cerebral. Apesar de entender que alguns crimes, como homicídios, devam ser tratados de maneira diferente;

Esquerda. Ainda são crianças. A punição deveria ser retornar à escola e não para a cadeia;

Esquerda. Prisões são como escolas do crime. Eles entram por crimes pequenos e quando saem, além de não conseguirem entrar no mercado de trabalho, ainda são capazes de cometer crimes mais graves. Há soluções melhores.

Não concordo nem discordo

Para os que não concordam nem discordam seria necessária uma revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois este estaria desatualizado. Desatualizado de que? Para a possibilidade dos adolescentes sofrerem uma punição como um adulto? Outras respostas sugerem que a impulsividade do adolescente o torna vulnerável ou que muitas vezes podem ser coagidos a fazer o que não gostariam. Tais respostas não tem o intuito de responder a uma questão tão complexa como o sistema judiciário brasileiro, mas apontam para a necessidade da efetividade das punições para uma melhor representação social do adolescente.

Esquerda. O ECA está desatualizado, precisa de revisão.

Esquerda. Alguns menores podem ser coagidos ou forçados (até ameaçados de morte), ou não terem discernimento do que estão fazendo.

Esquerda. Cada crime deve ser analisado de acordo com cada perfil que foi cometido.

Esquerda-Centro. Adolescente é impulsivo. Se muitos não tem escolhas para fazer e acabam indo para o crime. E eles devem ter sua punição, mas não como a de um adulto.

Esquerda-Centro. Há casos e há casos, não dá para colocar tudo em um mesmo critério.

10. Sinto-me livre para expressar minha opinião sobre qualquer tema

Tabela 14: Liberdade de expressão

Posição Política	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente	TOTAL
Todos	5	50	21	61	71	208
Centro	0	4	1	1	0	6
Centro-Direita	3	2	4	7	11	27
Direita	0	7	9	26	31	73
Centro-Esquerda	0	10	2	9	9	30
Esquerda	2	27	5	17	19	70
Prefiro não opinar	0	0	0	1	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No total os resultados para o tema liberdade de expressão apresentaram os seguintes registros: Concordo Totalmente com 71 e Concordo com 61 registros. Não concordo nem discordo 21 registros. Discordo com 50 registros. Discordo Totalmente com 5 registros.

Quando analisados em sua totalidade, observamos que os cidadãos que se sentem livres para expressar sua opinião somam 64% enquanto os que não se sentem livres somam 36%. Estes números refletem o quanto a sociedade brasileira ainda possui grandes entraves quando o tema é liberdade de expressão. Seja por uma experiência pessoal ou por um posicionamento político, entender a dinâmica dos discursos conflitantes no cotidiano nos auxilia na compreensão das ancoragens sociocognitivas.

Quando o recorte sobre liberdade de expressão é feito sobre os posicionamentos políticos, temos entre os que se sentem livres: Centro-Direita e Direita com 75 registros enquanto Centro-Esquerda e Esquerda com 54 registros. As questões relativas às liberdades individuais estão mais relacionadas às pautas de direita e é possível que estejam relacionadas ao maior número de respostas positivas. O atual governo do Brasil é de direita e a pauta sobre liberdade de expressão circula em seus discursos cotidianamente podendo reforçar esta ideia no senso-comum.

Entre os que não se sentem livres, temos 12 registros para Centro-Direita e Direita e 39 registros para Centro-Esquerda e Esquerda. O expressivo número de respostas do posicionamento de esquerda para a resposta de não liberdade demonstra a insatisfação com o governo conservador, onde se denomina “liberal na economia e conservador nos costumes”. Esse conservadorismo de governo provoca um silenciamento de pautas identitárias tão comumente associadas às esquerdas progressistas.

Para melhor compreensão da dinâmica social entre os participantes que se posicionaram politicamente, encontramos respostas em todas as opções oferecidas. Desse modo, apresentaremos abaixo as respostas mais significativas para cada público, mantendo a identificação nas respostas de Centro-Direita e Direita.

Direita

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

Dentre as respostas mais significativas encontradas temos as seguintes características: o direito de expressar, sendo respeitosos com as pessoas; a liberdade garantida pela Constituição Federal; a possibilidade de discordância de opiniões; a experiência de vida e os dilemas entre responsabilidades e consequências. Estas opiniões mais concordantes apontam para o sentido

de um ideal de democracia, onde deveria haver o respeito com os diferentes, respeito às opiniões contrárias e uma consciência de atitudes entre os deveres e obrigações.

Direita. Porque todo mundo tem o direito de falar, desde que sejamos respeitosos com as pessoas.

Direita-Centro. Sou livre pra expressar minhas opiniões conforme a Carta Magna.

Direita-Centro. Hoje em dia estamos livres para falar e as pessoas para discordarem.

Direita-Centro. A maturidade me trouxe segurança sobre meu conhecimento e vivência até hoje.

Direita-Centro. Todos têm responsabilidades...No falar e no agir. Todo ato tem suas consequências.

Discordo e Discordo Totalmente

Em menor número neste posicionamento político, as respostas discordantes se configuram a partir de uma experiência pessoal, geralmente em situações que a pessoa se mostra constrangida ou sem a segurança de poder expressar sua opinião, seja qual for.

Direita. Fico indeciso e inseguro.

Direita. Não concordo, pois a sociedade ainda não sabe respeitar opiniões diferentes do que a maioria acha correta e devido a isso, julgam as opiniões distintas o que dimana na repreensão da pessoa que está expondo a opinião.

Direita. Pois sempre tem uma pessoa para julgar.

Direita. Pela minha dificuldade em me pronunciar e me abrir, não me sinto livre.

Direita-Centro. Com pessoas que conheço sim, na minha família temas polêmicos eu me sinto retraída e sem voz.

Não concordo nem discordo

O medo de expressar uma opinião e não saber como lidar com o contraditório representa esta opção de não concordar nem concordar. Muito desse medo se deve ao que é noticiado pela mídia como violência por posicionamento político ou pelo medo de poder ser processado judicialmente por sua discordância.

Direita. Medo do julgamento.

Direita. Não sei o momento certo de me posicionar.

Direita. Depende do lugar que eu estou.

Direita. Nem sempre podemos nos expressar livremente, hoje devemos tomar cuidado com nossas falas, pois tudo pode levar ao um processo.

Direita-Centro. Na nossa sociedade hoje em 2022 pessoas morrem por ser e se expressar de forma diferente.

Direita-Centro. Porque há certos temas que, dependendo do ambiente, ao expressarmos uma opinião podemos ser criticados.

Esquerda

Concordo e Concordo Totalmente (maior número de respostas)

Dentre o posicionamento de esquerda mais positivo ao tema da liberdade de expressão encontramos a consciência de falar, dos limites entre a liberdade plena e o direito do outro, numa sociedade livre e de comportamentos mais progressistas.

Esquerda. Sim. Mas há limites. Não é liberdade plena. Hoje no Brasil isto se tornou até perigoso. Depende do lugar.

Esquerda-Centro. Algumas opiniões podem atualmente gerar dano, pois dizem ser preconceito.

Esquerda-Centro. A democracia nos deu a liberdade de falar, ouvir, julgar e ser julgado. Devemos ter consciência de fala.

Esquerda-Centro. Sim, vivo numa sociedade livre.

Esquerda-Centro. Tenho mente aberta para qualquer assunto, e sempre vou falar meu ponto de vista.

Esquerda-Centro. Não me importo com o que o outro vai pensar isso é o começo da liberdade.

Discordo e Discordo Totalmente

Um grande número de respostas discordantes sobre a liberdade de expressão foi registrado nesse contexto. As experiências pessoais negativas revelam um medo de divergir dentro do mesmo grupo e também apontam para um desconforto, tabu ou limites de temas que podem ser tratadas de forma pública. Uma forma de criminalização da opinião pela chamada “opinião pública”, que levam alguns atores sociais ao cancelamento social de grandes repercussões.

Esquerda. Só exponho minha opinião quando sou diretamente questionada. Na maioria das vezes, prefiro me calar.

Esquerda. Depende do espaço em que eu esteja. As redes sociais têm se tornado cada vez mais tóxica. Entre conservadores ferrenhos, tenho medo de violência. Entre militantes de esquerda, receio cometer deslizes e ser mal vista.

Esquerda. Tenho a consciência de que não posso expressar uma opinião em defesa de algo que fere a humanidade, como o holocausto e o nazismo, por exemplo.

Esquerda. Não me sinto livre pra falar sobre política, sexualidade, feminismo educação.

Esquerda. O conservadorismo institucional é bem forte, e a moda do cancelamento também.

Esquerda. No Brasil de hoje opinião política é crime.

Não concordo e nem discordo

Os participantes que não concordam nem discordam apontam para uma crítica à noção de liberdade de expressão hoje, tocando em temas como censura velada, hipocrisia e notícias por redes sociais. Tais concepções se ligam profundamente ao clima político e polarizado da sociedade brasileira, influenciados por uma pressão social para o comportamento politicamente correto.

Esquerda. Existe uma censura velada sobre certos debates em alguns contextos.

Esquerda. Atualmente, quem se fundamenta em fatos e argumentos científicos é criticado por aqueles que recebem notícias via WhatsApp e emitem opiniões.

Esquerda. Muitas vezes há uma pressão social sobre determinados temas.

Esquerda-Centro. Enquanto privilegiada num contexto social fui favorecida de muitas formas. Ainda sim em certos aspectos encontro uma dificuldade em expressar minhas opiniões e ideologias em certos ambientes, onde há uma censura de forma desrespeitosa e agressiva muitas vezes.

Esquerda-Centro. Hipocrisia pode estar presente?

Quadro 12: Resumo Comparativo sobre as práticas sociais

DIREITA	ESQUERDA
1. Possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender	
CONCORDO Indefeso e inseguro	DISCORDO O uso indiscriminado da arma de fogo para situação que supostamente seriam de “risco”
2. Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar	
DISCORDO Falta de acesso e oportunidade para quem reside nas periferias	DISCORDO É cultural a pouca ascensão social no Brasil apenas pelo trabalho
3. A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas	
CONCORDO Ninguém do bem comete crimes	DISCORDO Entendem que o Estado possui limitações nas suas ações que abandonam os cidadãos à sua sorte.
4. A pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves	
DISCORDO Ninguém teria o poder de tirar a vida de outra pessoa, mesmo em caso de justiça	DISCORDO O sistema judiciário comporta erros que para o caso da pena de morte seria irreversível.
5. O uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências	
CONCORDO A experiência pessoal de quem sofreu com esse mal passa a ser a justificativa de favor a proibição	DISCORDO Regulamentação e criminalização são os principais fatores
6. A homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade	
CONCORDO Liberdades individuais e a inclusão	CONCORDO Visão progressista de sociedade, defensora dos direitos humanos em todas as suas formas
7. Acreditar em Deus torna as pessoas melhores	
CONCORDO A prática religiosa para este público compreende, em sua maioria das vezes, numa mudança radical de vida.	DISCORDO As posições mais à esquerda corroboram com a pluralidade religiosa, presente também nas demais opções de respostas desta pesquisa.
8. Os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores	
CONCORDO Alguém como uma figura “maior”, de maior importância e credibilidade perante o patrão para defender os seus direitos.	CONCORDO O sindicalismo é concebido como uma identidade grupal
9. Adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos	
CONCORDA Liberdade do adolescente de ser responsável pelos seus atos	DISCORDA Imaturidade biológica natural
10. Sinto-me livre para expressar minha opinião sobre qualquer tema	
CONCORDO Liberdade garantida pela Constituição Federal	CONCORDO Consciência de falar, dos limites entre a liberdade plena e o direito do outro

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

4.1.6. Discussão sobre o estudo 1 – Práticas Sociais

Por meio deste estudo foi possível conhecer as representações sociais para os posicionamentos políticos diante do cenário da polarização. O senso-comum se caracteriza pela vida cotidiana e suas trocas simbólicas, intragrupos e intergrupos, seja por meio dos discursos, crenças, opiniões e atitudes. Diante do cenário atual político e social brasileiro observamos que as práticas sociais são fortemente influenciadas pelo discurso político, que ultrapassou aquela velha noção de que a atenção para a política começa na propaganda eleitoral gratuita veiculada pela televisão a cada dois anos. Estamos em um novo momento histórico, que ao mesmo tempo é história, pois antigos conceitos ganham novas ancoragens e objetivações; e é também viralizado, mobilizante e fugaz, uma característica das novas mídias digitais, com vídeos curtos, altamente politizados e muitas vezes ideológicos e com alto índice de notícias falsas.

Conforme observamos nas respostas dos participantes desta pesquisa para suas práticas sociais, as opções de concordo e discordo para ambos os posicionamentos políticos ficaram polarizadas, com 5 respostas de concordo e 5 respostas de discordo, demonstrando assim o caráter altamente polarizado brasileiro, seja na esfera política quanto na social.

Neste sentido encontramos representações sociais hegemônicas para os dois grupos políticos. As opções em que os grupos concordam (2. *Boa parte da **pobreza** está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar*; 4. *A **pena de morte** é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves*; 6. *A **homossexualidade** deve ser aceita por toda a sociedade*; 8. *Os **sindicatos** são importantes para defender os interesses dos trabalhadores*; 10. *Sinto-me livre para **expressar minha opinião** sobre qualquer tema*) demonstram assim o discurso civil-político, de caráter relacional e individual, conforme está previsto na Constituição Federal, no acesso à cidadania e no rol dos direitos humanos.

Falta de acesso e oportunidades no Brasil é cultural e fruto de nossa longa história escravista e de colonização. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no terceiro trimestre de 2022 o número de desempregados no Brasil estava em 9,5 milhões de brasileiros e 4,3 milhões de desalentados, que são as pessoas que já desistiram de procurar emprego por inúmeras negativas. A pena de morte foi abolida no Brasil na Constituição de 1988 e segundo os participantes da pesquisa, a Justiça brasileira poderia comportar erros que neste caso seriam irreversíveis; A homossexualidade é vista como uma das liberdades individuais a serem respeitadas. A opção sexual do cidadão está garantida em Constituição Federal pelo artigo 5º (BRASIL/CF, 1988) e apesar do Estado laico, o discurso religioso de ambas igrejas, evangélicas e católicas, são de pouco apoio à causa LGBTQIA+ devido à noção de pecado; O sindicalismo está apoiado pelo fato do trabalho ser inerente às atividades econômicas e o reconhecimento de que existe uma correlação de forças que tendem a favorecer mais o empresário do que o empregado; Por fim, a liberdade de expressão é uma prerrogativa da democracia garantida pela Constituição Federal para todos os cidadãos sem distinção.

Encontramos representações sociais polêmicas nas opções discordantes para os grupos (1. *Possuir uma **arma** legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender*; 3. *A maior causa da **criminalidade** é a maldade das pessoas*; 5. *O uso de **drogas** deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências*; 7. *Acreditar em **Deus** torna as pessoas melhores*; 9. ***Adolescentes** que cometem crimes devem ser punidos como adultos*). Estas representações revelam um discurso ideológico-religioso para o grupo de direita e outro discurso mais político e social para o grupo da esquerda. Para o grupo da direita a questão das armas se associa à esfera individual, ao cidadão indefeso e inseguro; A causa da criminalidade se torna uma questão de escolha, não sendo um opção para o cidadão de bem; O uso de drogas perpassa as questões individuais e no interior de cada família; A religiosidade faz as pessoas encontrarem um sentido para a vida e mudarem seus destinos; por fim, a redução da maioria

penal passa pela responsabilização dos adolescentes que já são capazes de entender o caráter ilícito de seus atos.

Para o grupo da esquerda a questão das armas está pautada pelo uso indiscriminado e acesso fácil à posse e ao porte de armas que poderiam ser utilizadas em situações banais; Relega os altos índices de criminalidade à uma questão de Estado, de ineficiência de políticas públicas de segurança, que deixam toda a população vulnerável; Cobra a regulamentação do uso de drogas pois sua criminalização pune apenas uma parte da sociedade que é desfavorecida; Na religiosidade, possuem maior consciência sobre a pluralidade religiosa existente no país, resguardada também pela Constituição Federal; Quando à maioria penal, entendem os adolescentes como seres em formação e por este motivo suas punições precisam ser diferenciadas sem a individualização dos ilícitos.

As 10 perguntas utilizadas para a análise das práticas sociais apontaram para correspondência entre os cognemas evocados para o “cidadão de bem”, demonstrando assim o alto grau de polarização política e social na sociedade brasileira. De um lado, à direita, uma visão de mundo direcionada às *liberdades individuais, imputando aos cidadãos e à sua própria sorte e conquistas (meritocracia), sob a proteção de Deus*; Por outro lado, à esquerda, uma visão mais progressista e mais problematizadora das realidades sociais, buscando entender o *caráter histórico-social das práticas sociais, do cotidiano e as dicotomias das desigualdades sociais*. Estas práticas sociais refletem uma sociedade altamente heterogênea, polarizando também as representações sociais acerca do “cidadão de bem” e afetando diretamente o cerne da democracia participativa que é o Estado Democrático de Direito. O acesso à cidadania no Brasil conforme descreveu Carvalho (2008) permanece ainda em seu longo caminho, com avanços e retrocessos que tornam a vida de uma significativa parcela da população ainda mais violenta, mais pauperizada e com mais violações dos direitos humanos.

As redes sociais possuem um papel fundamental na vida pessoal do cidadão comum. São utilizadas para todos os fins sociais, como trabalho, lazer, esporte, relacionamentos e principalmente política. Elas possuem uma característica de dar voz e de amplificar múltiplas – centenas e milhares – opiniões que acabam por influenciar os algoritmos computacionais que dirigem os conteúdos veiculados na internet. Sendo assim, reforçam a identidade grupal e as representações sociais que são “guias de comportamentos” afetando diretamente a vida do cidadão comum. É a partir deste contexto que procuramos analisar o papel da mídia na construção destas representações sociais.

4.2 Segunda Fonte: Análise de mídia dos jornais com viés ideológico

Os dados analisados nesta pesquisa foram coletados a partir de duas mídias sociais representantes de seu posicionamento político, o Jornal da Cidade Online (direita) e o Pragmatismo Político (esquerda). Nas páginas do *Facebook* de cada um dos jornais, em janeiro de 2022, a mídia de direita contava mais de 1.612.000 seguidores enquanto a mídia de esquerda contava com mais de 1.045.000 seguidores. O critério de escolha destas mídias entre as demais disponíveis foi o grande alcance em termos de leitores, na casa dos milhões.

Desta maneira, foram escolhidas 12 reportagens de cada mídia, totalizando 24 reportagens. O descritor utilizado para as reportagens selecionadas foi o termo “cidadão de bem”, durante os anos de 2019 e 2020. As análises realizadas pelo *software* Iramuteq são consideradas como qualitativas, pois são analisadas o conteúdo em si das palavras utilizadas nas reportagens, bem como suas relações semânticas, e quantitativas, pois estas relações são analisadas a partir de frequências encontradas pelo método estatístico do qui-quadrado.

Os números de compartilhamento das mensagens podem sofrer algum tipo de variação dos registros em tempo real, *online*, pois as reportagens continuam a ser compartilhadas. Como critério usaremos os dados disponíveis no dia da consulta no mês de janeiro de 2022. Para a mídia de direita Jornal da Cidade Online utilizamos os dados disponíveis site. Para a mídia de esquerda Pragmatismo Político utilizamos os dados disponíveis no *Facebook* para os compartilhamentos. Para acervo histórico as reportagens ficarão disponíveis para consulta na íntegra no anexo B deste trabalho.

Para a apresentação destes dados utilizamos duas ferramentas presentes no *software* Iramuteq: a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise de Similitude, que permitem estabelecer a relação entre as palavras e suas respectivas correspondências (CAMARGO; JUSTO, 2018).

4.2.1 Jornal da Cidade Online (Direita)

Para análise dos dados presentes na tabela abaixo utilizaremos o critério de forma e conteúdo. Quanto à forma os textos se apresentam como os demais formatos das mídias tradicionais, sendo divulgados em endereços online, com possibilidade de compartilhamentos de mensagens e divididos por seções. Quanto ao conteúdo, os textos jornalísticos desta mídia se destacam pela ênfase dada aos títulos da reportagem, em tom de ataque à adversários, utilizando uma linguagem agressiva: ataques contra jornalistas da Rede Globo, a celebração de um decreto presidencial sobre posse e porte de armas, críticas ao Senado Federal, críticas à comentaristas políticos, dentre outros, conforme observado na tabela abaixo.

Quadro 13: Reportagens do Jornal da Cidade Online

Nº	Título de Reportagem	Data	Seção	Compart.
1	Magno Malta reaparece para desmascarar o cinismo de Miriam Leitão e Chico Pinheiro (Veja o Vídeo)	30/04/2019	Política	5.411
2	Um decreto que respeita a decisão da sociedade brasileira	12/05/2019	Opinião	287
3	A hipocrisia dos senadores que impedem que cidadão tenha arma ao mesmo tempo que recebem escolta armada	19/06/2019	Opinião	2.188
4	Os canalhas não passarão!	16/08/2019	Opinião	1.265
5	Seu uma mãe tiver que chorar, que seja a do bandido. SEMPRE!	20/08/2019	Opinião	1.185
6	Resposta à “imprensa marrom”	21/08/2019	Opinião	571
7	Pacote anticrime foi elaborado “para ser temido por marginais e não pelo cidadão de bem”, diz Bolsonaro	03/10/2019	Política	56.981
8	O nordeste brasileiro se organiza para receber grande evento da direita conservadora	14/10/2019	Sociedade	2.047
9	Um outro ângulo do tapa na cara que lavou a alma do cidadão de bem (veja o vídeo)	07/11/2019	Tema livre	1.519
10	Mais um mantra da esquerda é derrubado: Número de armas legais cresce e crimes violentos caem	31/12/2019	Opinião	3.030
11	Sargento Fahur destrói as narrativas da esquerda e da grande mídia	04/06/2020	TV JCO	2.893
12	Resposta informal e avassaladora ao ministro Celso de Mello	02/06/2020	Opinião	15.904

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Nota-se também que as seções em destaque para as reportagens encontram-se de acordo com o posicionamento político de direita, utilizando as seguintes representações: Política, Opinião, Sociedade, Tema Livre e TV. Não obstante, em relação ao alcance das reportagens o texto mais compartilhado foi sobre o pacote anticrime o qual retrata explicitamente a relação entre os marginais *versus* cidadão de bem com mais 56.981 compartilhamentos.

4.2.2 Jornal Pragmatismo Político (Esquerda)

Utilizando os mesmos critérios de forma e conteúdo, quanto à forma os textos se apresentam como os demais formatos das mídias tradicionais, sendo divulgados em endereços online, com possibilidade de compartilhamentos de mensagens e divididos por seções. Quanto ao conteúdo, os textos jornalísticos desta mídia procuram estabelecer através dos títulos um descrédito à imagem do “cidadão de bem”, qualificado como homicida, abusador de mulheres, pedófilo, violento, agressor de idoso, traficante de drogas, entre outros adjetivos negativos, sempre associado à imagem de um cidadão comum (taxista, médico, militar, entre outros).

Quadro 14: Reportagens do Jornal Pragmatismo Político

Nº	Título de Reportagem	Data	Seção	Compart.
1	Cidadão de bem” mata taxista por nada na frente de uma escola	16/02/2019	Barbárie	11.000
2	Médico “cidadão de bem” abusava sexualmente de pacientes sedadas	19/02/2019	Mulheres violadas	5.000
3	Brasileiro preso nos EUA por pedofilia é mais um “cidadão de bem”	05/03/2019	Direita	2.700
4	Após decreto de Bolsonaro, qualquer cidadão pode comprar um fuzil	21/05/2019	Armas de fogo	288
5	Universitário agride árbitra de futebol e imagens causam revolta	05/06/2019	Mulheres violadas	1.600
6	Militar preso com 39kg de cocaína é mais um "cidadão de bem"	27/06/2019	Tráfico de drogas	1.900
7	Veterinária espancada por “cidadão de bem” está sem movimento em um dos braços	04/10/2019	Mulheres violadas	1.300
8	“Cidadão de bem” é condenado por estuprar menina de 10 anos	16/10/2019	Mulheres violadas	13.000
9	"Cidadão de bem" espanca idoso até a morte em Santa Catarina	28/11/2019	Direita	374
10	"Cidadão de bem" que matou trans em motel ganha liberdade	27/12/2019	Barbárie	277
11	"Cidadã de bem" é presa com 30 kg de pasta base de cocaína em avião	20/11/2019	Notícias	419
12	Bolsonarista aparece em bar usando suástica nazista e polícia não faz nada	16/12/2019	Direita	312

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Nas seções de destaque os textos estão relacionadas com as seguintes palavras: Barbárie, Mulheres Violadas, Direita, Armas de Fogo, Tráfico de drogas e Notícias. Tais seções procuram chamar a atenção do leitor para as violências sofridas pelos cidadãos de posicionamento político de esquerda, buscando dar visibilidade aos crimes e violações dos direitos humanos praticados pelo “cidadão de bem”.

A reportagem com maior número de compartilhamentos foi sobre a temática do “estupro”, o qual é um crime hediondo perante a sociedade e mobiliza em alto grau as pautas conservadoras do país.

4.2.3 Descrição e Análise do Jornal da Cidade Online – mídia de direita

A partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), foram analisados 12 textos e 157 segmentos de texto (ST), retendo-se 82,17% do total, e gerando seis classes. O software dividiu o corpus dos textos em três subcorpus (Figura 5).

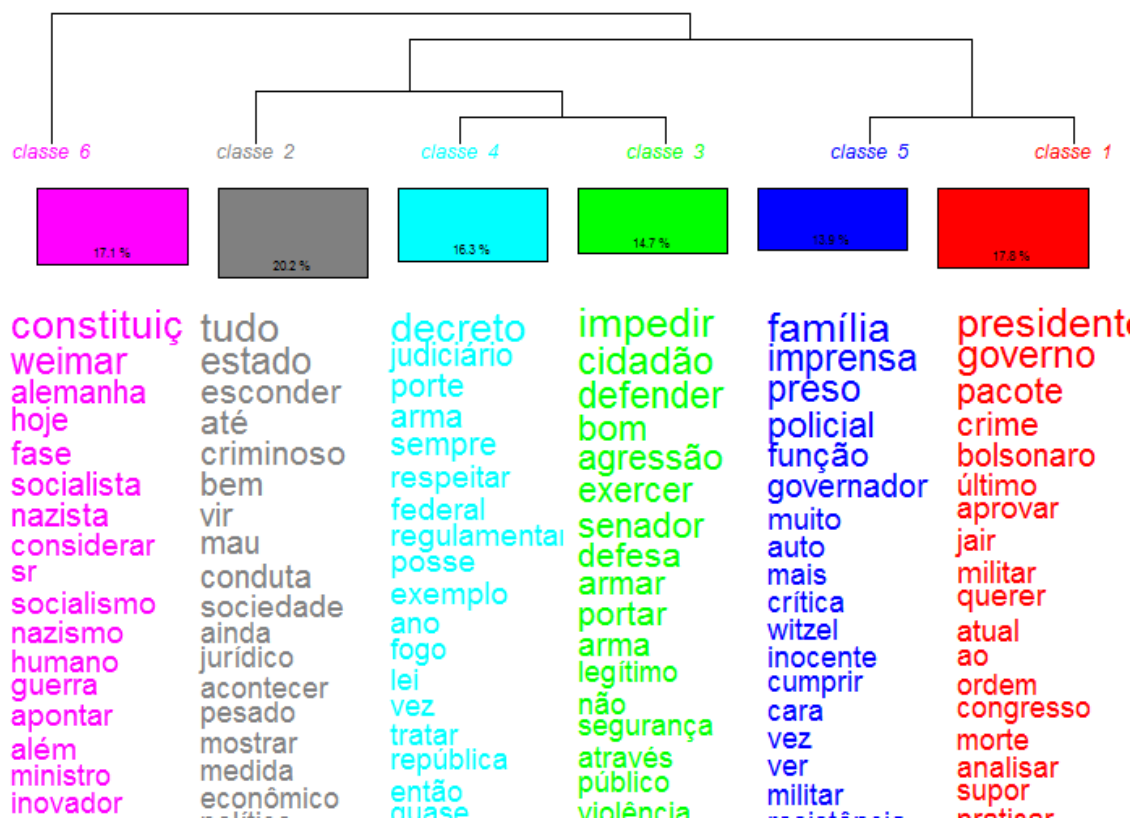


Figura 5: Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Mídia de Direita

Quadro 15: Subcorpus dos textos gerados pela CHD – mídia de direita

Subcorpus 1	<i>Enfrentamento ao Judiciário (Classe 6)</i>
Subcorpus 2	<i>Violência e sociedade.</i> Subdivididos em: <i>Enfrentamento ao crime (Classe 1) e Imprensa e polícia – (Classe 5)</i>
Subcorpus 3	<i>Crítica ao Legislativo e Judiciário (Classe 2).</i> Por fim, houve uma última divisão: <i>Impedimento do cidadão para se defender (Classe 3)</i> <i>Leis que garantem o porte de armas (Classe 4)</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A Classe 6, chamada de “Enfrentamento ao Judiciário” foi responsável por 17,1% dos segmentos de textos. Seus conteúdos trazem o posicionamento político de não conformidade declarada com o Poder Judiciário brasileiro. Os seguintes trechos ilustram esse contexto:

- *Comparou Brasil de hoje à Alemanha pós I Guerra, quando lá se instalou a “Constituição de Weimar”, que ele qualifica como “progressista, democrática e inovadora”. (r12);*
- *Considerando isso, sr. ministro: não, a Constituição de Weimar não foi “progressista”. Ela, no mínimo, ajudou a causar o caos econômico na Alemanha pós I Guerra. (r12);*
- *Portanto, sr. ministro, a mim parece que a “democracia” resultante da Constituição de Weimar é meramente questão de hermenêutica. (r12).*

A Classe 1 chamada de “Enfrentamento ao crime” foi responsável por 17,1% dos segmentos de texto. Os seguintes trechos ilustram o contexto de conflito entre segurança pública e a responsabilidade do Estado, que se mostra ineficiente perante a opinião pública e a mídia:

- *O presidente Jair Bolsonaro declarou nesta quinta-feira (3), que o pacote anticrime, em tramitação no Congresso Nacional, foi elaborado “para ser temido por marginais e não pelo cidadão de bem” (r7);*
- *Ao defender o pacote, Bolsonaro disse serem muito comuns casos de policiais presos injustamente por apenas cumprirem suas funções (r7);*
- *Em resumo, a mídia demoniza as armas de fogo, colocando-as a sempre como as responsáveis por crimes violentos (r10).*

A Classe 5, chamada de “Imprensa e polícia” foi responsável por 13,9% dos segmentos de texto. Os seguintes trechos ilustram uma crítica às leis brasileiras que colocam exclusivamente no trabalhador policial a responsabilidade pelas mortes em serviço.

- *Cidadão de bem não defende bandido em matéria na imprensa (r6);*
- *É doloroso você ver um policial chefe de família preso por causa disso (r7).*

A Classe 2, chamada de “Crítica ao Legislativo e Judiciário” foi responsável por 20,2% dos segmentos de texto. Os seguintes trechos demonstram a incongruência entre o posicionamento dos poderes legislativo e judiciário frente à liberdade individual do direito de defesa do cidadão de bem, sendo ora omissa, ora permissiva a favor do “inimigo”.

- *Ela veio recheada de má intenção, numa deliberação trevosa, obscura, em que os votos não têm nome nem rosto, em que os covardes se escondem nas legendas e estas se dissimulam num acordão (r4);*
- *Como pretender, então, que o cidadão de bem siga as leis que a suprema corte ignora, ou quiçá viola frontal e literalmente? Não seria essa a “Ditadura do Judiciário” à qual Rui Barbosa se pronunciara? Que exemplo tem o cidadão da conduta reta e proba? (r12);*
- *É esse o “diálogo cabuloso” que a direita tem com os criminosos. (r5).*

A Classe 3, o nome de “Impedimento do cidadão de se defender” foi responsável por 14,7% dos segmentos de texto. Esta classe procura evidenciar as contradições entre as visões de mundo sobre a direita e a esquerda política, além dos direitos individuais e coletivos garantidos na lei.

- *Chega a ser paradoxal o legislador permitir que o cidadão retire a vida de outrem caso sofra agressão e por outro lado impedir que o mesmo tenha os mesmos recursos do seu agressor (r2);*
- *Logo a esquerda não tem nenhum argumento plausível para proibir o cidadão de se defender de forma eficaz contra os crimes que geralmente acontecem em números muito maiores e em governos de esquerda (r10).*

A Classe 4, denominada “Leis que garantem o porte de armas” foi responsável por 14,7% dos segmentos de texto. Indicam fortemente as consequências do decreto das armas para a defesa da sociedade, promessa de campanha do candidato de direito à Presidência.

- *Ao mesmo tempo em que impediam o acesso dos cidadãos ao porte de armas para se protegerem da violência, os senadores eram agraciados com escolta armada para se proteger da violência (r2);*

- *Um decreto que respeita a decisão da sociedade brasileira (r2);*
- *Portanto se democracia e o estado democrático de direito existir de fato nesta terra, espera-se que as instituições – poder legislativo e judiciário – não retrocedam e sustem o referido decreto nº 9785 (r2).*

O grafo gerado pelo *software* Iramuteq para a análise de similitude das palavras, conforme a Figura 6, criou seis agrupamentos de palavras por sua maior interconexão bem como a maior relação entre elas. A começar pela periferia do grafo foram encontrados três agrupamentos dos seguintes termos associados: a) *Constituição, direito, ministro e Weimar*, contrapondo a opinião de um ministro do Supremo Tribunal Federal, que após manifestações democráticas por um grupo específico de torcidas organizadas de futebol em São Paulo associou o ato a uma possível “destruição da ordem democrática no Brasil”. b) *Estado, Brasil, violência e segurança*, que reconhece uma vontade popular de que o país se torne um mais menos violento e mais seguro a partir da legitimidade da autodefesa dos indivíduos, por meio da posse e porte da arma de fogo, assim não dependendo da ação de um Estado omissivo em termos de segurança pública; c) *Governo, polícia, imprensa, policial militar*, na qual há uma pressão intensa da mídia tradicional em culpabilizar a ação dos policiais militares na produção e reprodução de violações de direitos humanos no Brasil.

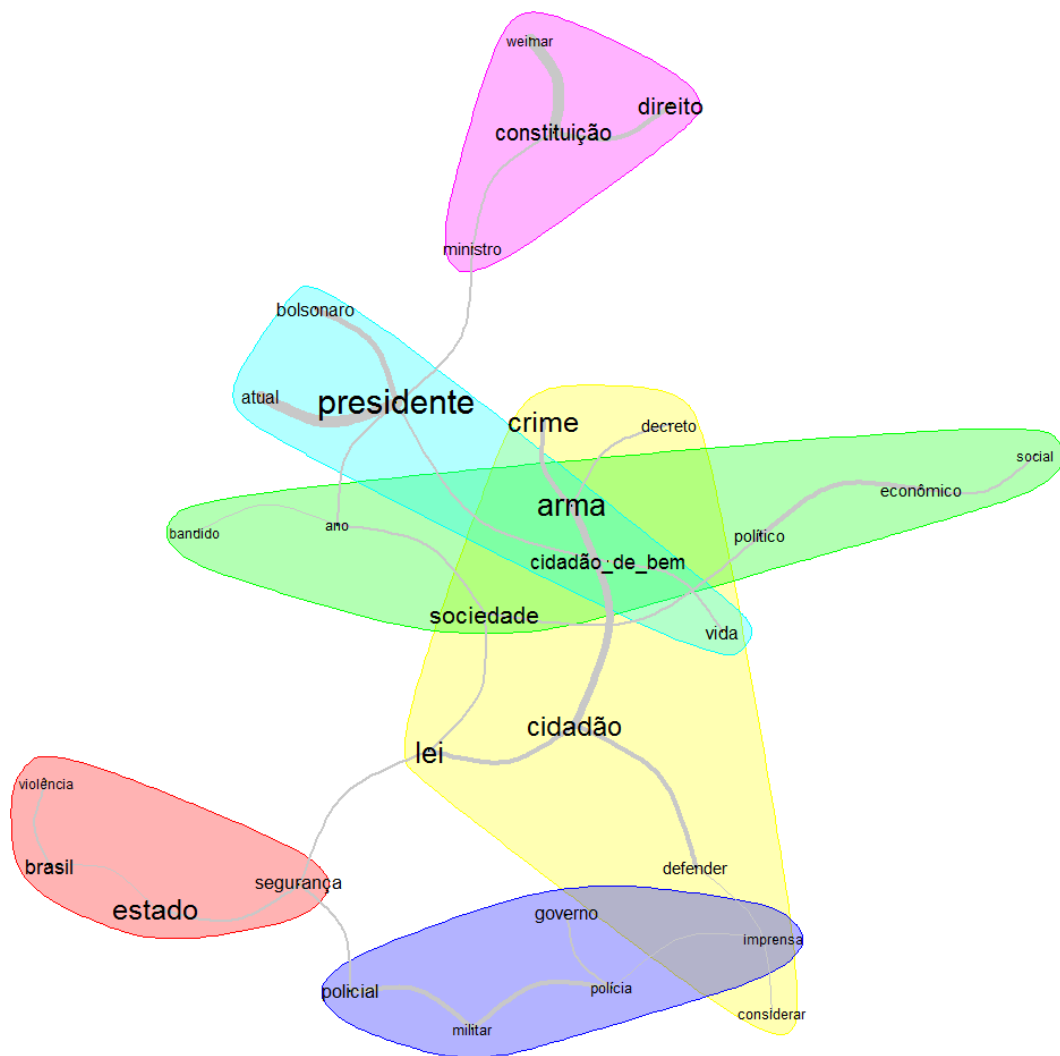


Figura 6: Análise de Similitude – mídia de direita

Ao centro, de forma confluyente, foram encontrados mais três agrupamentos de palavras que se relacionam: d) *Presidente, arma, cidadão de bem, Bolsonaro e vida*, no qual o Presidente eleito se torna o porta-voz da vontade popular com a aprovação do decreto de posse e porte de armas, tornando assim o “cidadão de bem” mais seguro e com maior autonomia em promover uma autodefesa na mesma medida de uma violência armada contra ele; e) *Sociedade, bandido, político, econômico e social*, na qual toda a sociedade brasileira sofre nas esferas públicas e privadas com a privação do seu ir e vir livremente pelas cidades e também de ter assegurada sua integridade física, pessoal e familiar; f) *Cidadão, lei, decreto, crime e defender*, na qual expõe a ideologia do projeto política de direita, que dentre suas premissas estão às liberdades individuais, defendendo assim o direito do “cidadão de bem” de se defender dos bandidos através da posse e do porte de armas.

4.2.4 Descrição e Análise do Jornal Pragmatismo Político - mídia de esquerda

A partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), foram analisados 12 textos e 157 segmentos de texto (ST), retendo-se 77,11% do total e gerando cinco classes. O software dividiu o corpus dos textos em três subcorpus (Figura 7).

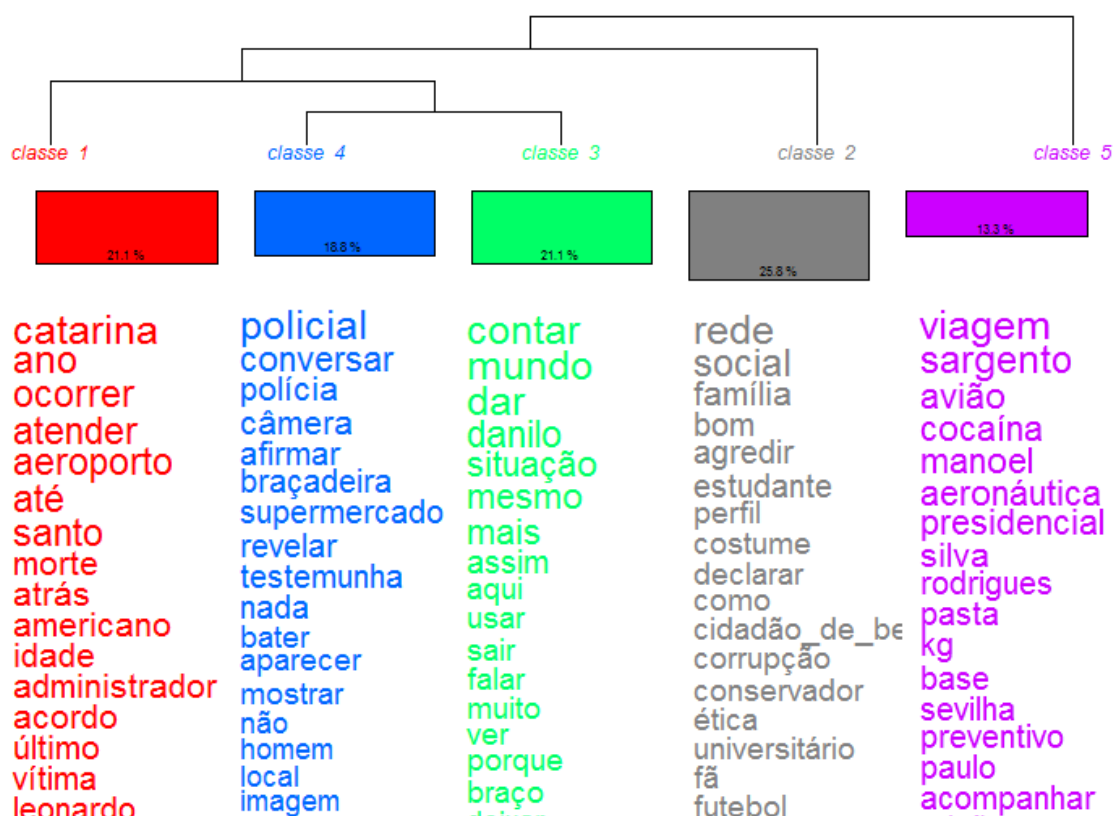


Figura 7: Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – mídia de esquerda

Quadro 16: Subcorpus dos textos gerados pela CHD – mídia de esquerda

Subcorpus 1	<i>Atitudes dos eleitores bolsonaristas (Classe 1)</i> O software ainda dividiu o corpus 1 em mais 2 subcorpus: <i>Conduta de certos cidadãos (Classe 3)</i> <i>Crime e polícia (Classe 4)</i>
Subcorpus 2	<i>O cidadão de bem militante em redes sociais (Classe 2)</i>
Subcorpus 3	<i>Militarismo e crimes (Classe 5)</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A Classe 1, chamada de “Atitudes dos eleitores bolsonaristas” foi responsável por 21,1% dos segmentos de textos. Seus conteúdos associam o comportamento dos eleitores de direita à prática de crimes. Os seguintes trechos ilustram esse contexto:

- *Idoso é espancado até a morte por bolsonarista em Santa Catarina (r10);*
- *De acordo com o boletim de ocorrência, a aeronave saiu do aeroporto municipal de Americana no último sábado em direção a Santa Catarina e retornaria para a cidade [de Americana] quando parou em Elias Fausto (r9);*
- *Em depoimento à polícia, o administrador justificou o assassinato de Marcelle como uma “reação emocional” (r12).*

A Classe 3, chamada de “Conduta de certos cidadãos” foi responsável por 21,1% dos segmentos de textos. Seus conteúdos expõem a conduta de eleitores de direita que demonstram a contradição entre as liberdades individuais e a coletividade. Os seguintes trechos ilustram esse contexto:

- *Mais uma vez em briga de trânsito o cidadão armado acha que é dono do mundo. Mais uma vez a arma acabou com a vida de um ser humano (r1);*
- *Youtuber brasileiro preso nos EUA por pedofilia e posse de pornografia infantil é mais um “cidadão de bem”. Em vídeo, Danilo Ramscheid contou, orgulhoso, que é “bolsominion desde 2014”. O rapaz chega a chorar ao falar de Jair Bolsonaro (r3).*

A Classe 4, chamada de “Crime e polícia” foi responsável por 18,8% dos segmentos de textos. Seus conteúdos expõem conteúdos de violência presentes na sociedade e como os autores destes crimes estão associados aos eleitores de Bolsonaro. Os seguintes trechos ilustram esse contexto:

- *Murilo responderá por tentativa de feminicídio. Ele só parou de bater na namorada porque um policial civil apareceu na cena do crime (r7);*
- *O próprio autor do crime admitiu para os policiais que Antônio veio conversar com ele “sobre política”. Ambos se alteraram e as agressões iniciaram (r10);*
- *A Polícia Civil de Minas Gerais instaurou um inquérito para apurar o caso do homem flagrado com uma braçadeira vermelha com uma suástica ao centro — ao estilo daquelas usadas por oficiais da Alemanha nazista — na cidade de Unaí (MG), a 600 km de Belo Horizonte (r11).*

A Classe 2, chamada de “O “cidadão de bem” militante em redes sociais” foi responsável por 25,8% dos segmentos de textos. Seus conteúdos exploram a militância que se faz presente nas redes sociais expondo sua preferência política e apoiadores do governo eleito. Os seguintes trechos ilustram esse contexto:

- *Nas redes sociais, o militar publicava fotos fazendo arminha com as mãos em atos pró-Bolsonaro e se comportava como um militante da moralidade, da ética e dos bons costumes (r6);*
- *Ao ser identificado o meu primo, muitas pessoas passaram a agredir a minha família, os Adjutos, como um todo, coisa que eu absolutamente não concordo, pois não sou responsável pelas sandices de qualquer parente meu, e principalmente levando-se em consideração que os dedos das mãos não são iguais (r11);*
- *O inquérito foi aberto pela repercussão nas redes sociais (r11).*

A Classe 5, chamada de “Militarismo e crimes” foi responsável por 13,3% dos segmentos de textos. Seus conteúdos procuram associar o fato da prática de crimes por um militar da aeronáutica ao presidente Bolsonaro, denunciando um crime de tráfico internacional de drogas praticado sob a tutela de um avião presidencial. O seguinte trecho ilustra esse contexto:

- *Ele transportou a droga em um avião presidencial reserva da FAB. O homem é sargento da aeronáutica e faria a viagem de volta como tripulante no avião do presidente Jair Bolsonaro entre Sevilha e o Brasil. Bolsonaro está no Japão para a reunião do G20 (r6).*

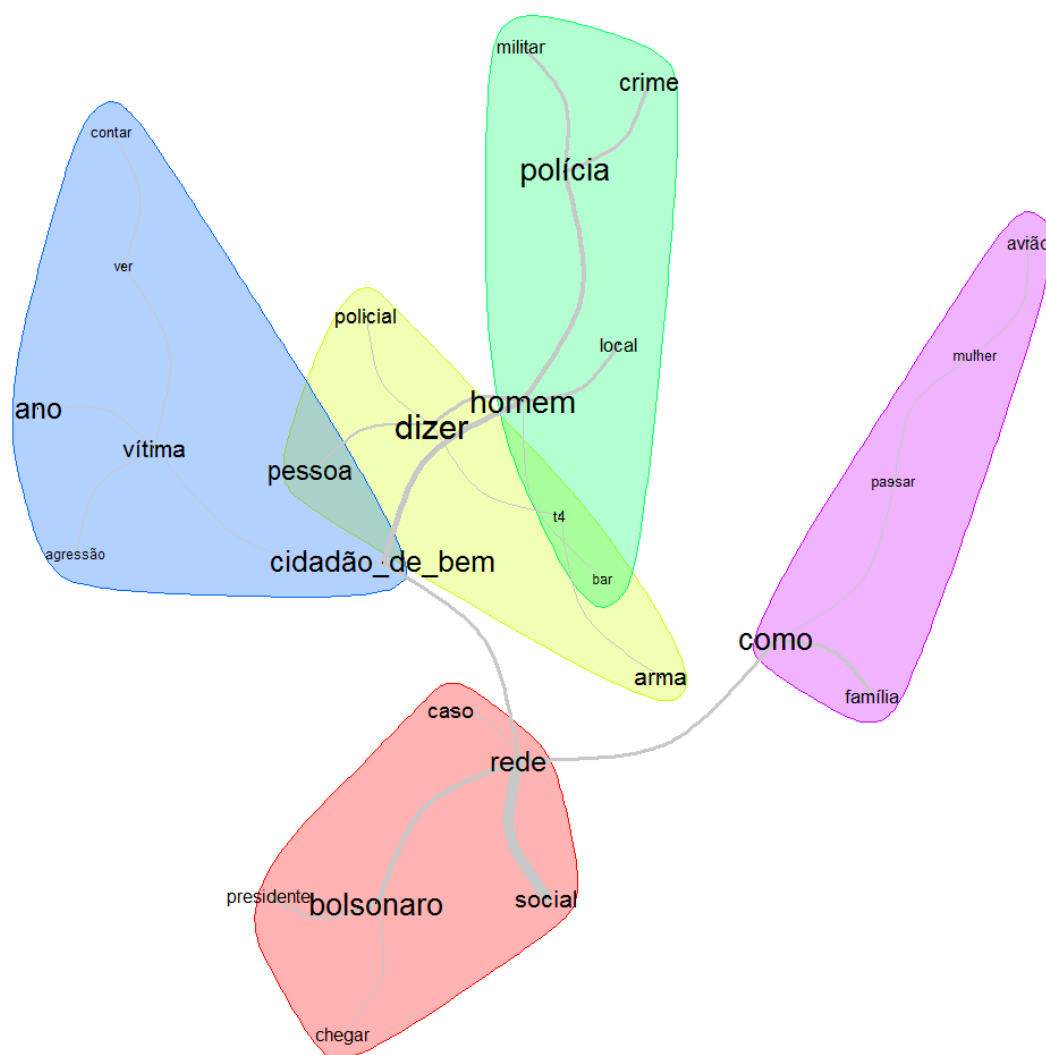


Figura 8: Análise de Similitude – média de esquerda

O grafo gerado pelo software Iramuteq para a análise de similitude das palavras, conforme a Figura 8, criou cinco agrupamentos de palavras por sua maior interconexão bem como a maior relação entre elas. Na área mais periférica, encontram-se os seguintes grafos com as palavras mais salientes: a) *Bolsonaro, presidente, rede social*, expondo assim a força de que o movimento político de direita e seus eleitores se organizam nas redes sociais em sua exposição e militância; b) *Família, mulher, avião*, contrapondo a ideia da família tradicional brasileira, expondo o comportamento criminoso das pessoas, sejam homem ou mulher, associados à direita; c) *Polícia militar, crime, T4, homem*, trazendo para discussão o decreto sobre o porte e a posse pelo homem comum, neste caso, o “cidadão de bem”; d) *Cidadão de bem, vítima, pessoa, agressão*, apontando para o comportamento da pessoa que cometeu o crime, o “cidadão de bem”, em relação à sua opção e escolha política; e) Ao centro, o grafo apresenta a dicotomia entre policial e arma, sendo a maior promessa de campanha do Presidente Jair Bolsonaro para o armamento da população civil brasileira, a defesa da família e da propriedade.

4.2.5 Discussão sobre o estudo 2 – Mídia, política e representações sociais

A difusão de ideias a respeito de opiniões políticas nunca esteve em tanta evidência conforme a proliferação das tecnologias de comunicação e informação. Por muito tempo na história o que entendíamos por mídia estava associado, essencialmente, a três grandes formas de comunicação: a televisão, o rádio e os jornais. A respeito desses meios de comunicação, há uma característica em comum: a passividade na recepção da informação. O telespectador, o ouvinte e o leitor eram conduzidos pelos editoriais dos meios de comunicação para seu ponto de vista, sem ter a possibilidade de se comunicar com eles.

Entretanto, a relação do público com a mídia se transformou. Ao mesmo tempo a comunicação entre as pessoas, em sua forma tradicional de compartilhar ideias, informações e sentimentos, passa também a ser mediada pelas tecnologias. As pessoas continuam se falando, agora instantaneamente pelas redes sociais. As redes sociais agregam imagens, vídeos, compartilhamento de postagens, enfim, elaboram a comunicação. Isso pode provocar uma melhora nessa comunicação e nas trocas interpessoais, mas podem acabar servindo à passividade e a manipulação. A preocupação não é mais com o que é comunicado, mas sim com a maneira com que se comunica e com o significado que a comunicação tem para o ser humano (ALEXANDRE, 2001).

Moscovici (2012) já anunciava em seu trabalho seminal a importância da mídia, nesse caso, os jornais, na formação das representações sociais. Com o aperfeiçoamento de novas mídias do mundo digital, fontes de informações vulgarizadas de um suposto universo reificado (nem sempre como podemos constatar) e as trocas entre grupos feitas por meio de redes sociais que são sensíveis a algoritmos, formam um importante mediador na formação das representações sociais. Tal mediação modula o pensamento social e introduz elementos e informações que são aceitas ou discutidas em bolhas.

Para qualificar uma representação de social não é mais suficiente definir o agente que a produz. [...]. Saber “quem” produz esses sistemas é menos instrutivo que saber “por que” foram produzidos. Em outras palavras, para apreender o sentido do qualitativo “social” é melhor destacar a que função corresponde [...]. A função é própria ao social, na medida em que a representação contribui exclusivamente aos processos de formação das condutas e de orientação das comunicações sociais (MOSCOVICI, 2012, p. 71).

O caldeirão a partir do momento político do qual falamos alçou a ideia do “cidadão de bem” a uma concretude cheia de elementos que extrapolavam as informações das mídias tradicionais e das conversas entre grupos. Com a insatisfação da população diante de um sistema de governo envolto em denúncias de corrupção aliado às precárias prestações de serviços públicos governamentais, principalmente saúde, educação e transportes, a partir de 2013 uma onda de mobilização social aconteceu no Brasil provocando uma reviravolta no comportamento político do cidadão. A oposição política que existia no Brasil desde as primeiras eleições após a redemocratização estava situada em dois partidos políticos: Partido Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partidos dos Trabalhadores (PT). De modo geral, os estudos indicam a importância de variáveis contextuais para explicar o comportamento eleitoral, tanto referente à escolha propriamente dita quanto aos fatores que levam até ela, como a participação eleitoral (WACHELKE; HAMMES, 2006, p.520).

A partir das eleições gerais para presidente de 2018, este cenário no Brasil se altera radicalmente. Com uma campanha baseada majoritariamente pelas redes sociais, o candidato à presidente pelo Partido Social Liberal (PSL) Jair Bolsonaro assume um discurso mobilizador para o seu eleitorado: o “cidadão de bem” tem o direito de defender sua família dos bandidos e

dos comunistas de vermelho (em referência a cor utilizada pelo Partido dos Trabalhadores). Um discurso polarizador de opções e posicionamentos políticos, onde o que estava em jogo além da vitória das eleições, era o discurso de libertação de uma opressão na pauta dos costumes e do politicamente correto (LIMA; LIMA, 2019).

Utilizando principalmente a ferramenta do *WhatsApp* para o meio de comunicação política, o candidato de direita à presidência mobilizou paixões e afetos individuais que foram capazes de multiplicar-se na ordem dos milhares de compartilhamentos instantâneos que chegavam até os grupos de trabalhos e de família dos cidadãos brasileiros. Dessa forma, sua agenda de governo estava estabelecida: um adversário idealizado – o comunismo – e uma pauta que defendia o comportamento conservador de uma parte da sociedade brasileira: a família tradicional, a moral e os bons costumes (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2018).

Esse quadro de polarização política que abusa de estereótipos (BOAVENTURA; FREITAS, 2019) para desqualificar a oposição ou a figura do opositor atinge a sociedade no seu cotidiano, em suas representações sociais. A mídia tem um papel fundamental neste processo de aquisição de identidade e formação dos grupos políticos: ela é capaz de mobilizar milhares de seguidores e de produzir conteúdo de acordo com o que seu público deseja ouvir, alimentando assim suas representações sociais.

Com os resultados das eleições presidenciais confirmando a vitória do candidato de direita Jair Bolsonaro e a partir de sua posse em 2019, as mídias não tradicionais, àquelas veiculadas totalmente pela internet, deram início a uma “guerra fria” de informações tornando o ambiente político-social ainda mais polarizado. Para esta pesquisa foram utilizadas 24 reportagens a respeito do “cidadão de bem” para analisar e descrever as representações sociais que estas mídias alimentavam em seu grande público.

Com o auxílio do software Iramuteq foi possível analisar estatisticamente a relação entre o conteúdo das reportagens e os seus significantes a respeito do “cidadão de bem”. A começar pelo título das reportagens, o Jornal da Cidade Online, de direita, se utiliza de palavras que atacam diretamente os opositores, com palavras de baixo calão e com menção à violência mesmo que de forma branda. Outra característica desta mídia são textos escritos não por jornalistas, mas por profissionais liberais apoiadores do jornal.

O Jornal Pragmatismo Político, de esquerda, por sua vez, expõe nos títulos da reportagem a menção direta ao “cidadão de bem” associado à prática de crimes do mais variados: violência contra a mulher, crimes bárbaros ou tráfico de drogas. Deseja expor assim a contradição e a ironia entre a ideologia conservadora de direita do “cidadão de bem” defensor da família, da moral e dos bons costumes, mas que é capaz de cometer crimes graves e atentando contra a democracia.

Em uma análise de conteúdo comparativa entre os dois posicionamentos políticos na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) realizada pelo Iramuteq, encontramos na mídia de direita Jornal da Cidade Online três *subcorpus*: o primeiro, um confronto direito ao Judiciário, na forma de uma carta resposta ao Ministro da Suprema Corte na época Celso de Mello. Uma carta longa, em resposta à comparação entre os sistemas de governo e suas Constituições, principalmente com uma crítica ao socialismo, com a declaração de que este deveria ser criminalizado. Esta reportagem foi assinada por um advogado e pedia a suspeição do Ministro em casos que envolvam o Presidente, o eleitor ou seus familiares com o argumento da ética judicial.

O segundo *subcorpus* chamado de Violência e Sociedade apresenta a exposição do pacote anticrime aprovado pelo governo Jair Bolsonaro, pauta primeira de sua campanha à Presidência. Com o apelo de que qualquer cidadão habilitado e capacitado para ter a posse e o porte de arma teria o direito do acesso às armas para proteção de si e sua família, o jornal coloca o policial como o “modelo” de cidadão colocando-o como o “cidadão de bem”, aquele que ao mesmo tempo é trabalhador e vítima de uma imprensa marrom que só deseja defender bandidos

e criminosos. O terceiro *subcorpus* evoca uma crítica ao Legislativo e ao Judiciário, como se o retrato da impunidade, das condições sociais de emergência da violência estivesse atrelada a uma opção política, uma vontade deliberada e pessoal da pessoa que cometeu o crime, sem nenhuma autocritica ou menção ao poder Executivo nestas reportagens.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) da mídia de Esquerda, o Jornal Pragmatismo Político, gerou três *subcorpus*. O primeiro, procura estabelecer uma relação direta entre as atitudes dos eleitores bolsonaristas e o crime, visto que seu confronto acontece a partir da pauta dos costumes contra os eleitores de direita, buscando assim uma incongruência entre a imagem e a identidade, no cerne da representação social sobre o “cidadão de bem”. O segundo *subcorpus* é uma exposição do “cidadão de bem” militante nas redes sociais, um reduto conhecido dominado pelos eleitores de direita. Nas imagens em destaque das reportagens há sempre a exposição do eleitor bolsonarista, no intuito de identificá-lo e expor seu comportamento desviante. O terceiro *subcorpus* é uma associação entre as Forças Armadas e o tráfico de drogas. Visto que as Forças Armadas são uma instituição de Estado e o presidente Jair Bolsonaro é um ex-militar, com vários de seus ministros do primeiro escalão militar da reserva, os militares e suas famílias constituem a base eleitoral de votos do Presidente Jair Bolsonaro.

Nas análises de similitude geradas pelo software Iramuteq, a mídia de direita Jornal da Cidade Online caracteriza o “cidadão de bem” na figura do Presidente, de forma a pessoalizar a relação entre cidadania e direitos, tornando-se assim a expressão máxima das liberdades individuais. Levando em consideração do contexto da época, concluímos que a noção de cidadania compartilhada socialmente entre os leitores da mídia de direita coloca mais ênfase nas relações entre o indivíduo e Estado em todas suas esferas: políticas, econômicas, sociais e na pauta dos costumes.

A análise de similitude gerada para a mídia de esquerda, o Jornal Pragmatismo Político, coloca em pauta para seus leitores a relação entre cidadania e identidade social, abordando a representação do “cidadão de bem” como aqueles que expõem sua preferência política nas redes sociais, inclusive com símbolos patrióticos e que ao mesmo tempo são sujeitos de crimes bárbaros, como estupros, brigas violentas, pedofilia ou tráfico de drogas.

Com o auxílio do software *Iramuteq* foi possível estabelecer mais claramente as relações entre mídia e as representações sociais sobre o “cidadão de bem”. Devemos salientar que o software em si não realiza as análises discursivas para o pesquisador, e que este necessita trabalhar os léxicos para que o computador compreenda as relações entre as palavras e construa seus gráficos.

Chama-nos a atenção a relação entre a forma e o conteúdo do que consideramos mídias com viés ideológico. As grandes mídias são capazes de estabelecer uma influência social muito grande em seus consumidores. O poder e o alcance das informações midiáticas do tipo “jornal” são impulsionados por outros mecanismos – os aplicativos de mídia social – que são capazes de literalmente viralizar um conteúdo em questão de horas para centenas e milhares de pessoas ao mesmo tempo.

A forma como essas mídias online atuam possuem algumas características em comum: buscam uma linguagem mais sensacionalista para atrair a atenção dos seus leitores; oferecem a possibilidade de compartilhar estas reportagens em outras redes sociais ampliando assim o seu alcance; uma vez dentro de outras redes sociais, começam a ser replicadas a partir de algoritmos que definem as preferências dos leitores segundo seus interesses pessoais; buscam o confronto político direto como forma de comunicação com seu público, utilizando de linguagem agressiva e pouco usual para uma mídia tradicional.

Quanto ao seu conteúdo estas mídias *online* se parecem com “simulacros” de jornais tradicionais: não é possível a identificação da linha editorial dos jornais de forma clara; a grande maioria de suas reportagens são realizadas por “blogueiros” ou “profissionais liberais” que

contribuem diretamente para os jornais, afastando assim a credibilidade da informação jornalística a partir de textos realizados por jornalistas; o excesso de marketing digitais em suas páginas e textos como forma de financiamento das mídias; as sessões “Política” de ambos jornais são escritas em forma de “*react*” (termo em inglês para designar uma reação a um fato) que são capazes de cobrir apenas os fatos políticos do dia, com a intenção de gerar audiência mas que ao mesmo tempo produzem e alimentam a polarização política no país.

Portanto, a relação do cidadão brasileiro com a cidadania e a política é diretamente afetada e mediada pelas mídias digitais que também passam enormes transformações nas últimas décadas. No estudo realizado por Sardá et. al. (2015) com o tema sobre “A buzzfeedização do jornalismo”, os autores descrevem a fusão entre o jornalismo e o entretenimento com o propósito de criar conteúdo com alto índices de compartilhamentos. O *BuzzFeed* é um site de jornalismo e entretenimento que é guiado por métricas, ou seja, a quantidade de visualizações e de compartilhamentos de conteúdos são extremamente importantes para suas ações de publicidade online, atraindo receitas por meio de anunciantes.

A política e a cidadania como um bem comum e como o exercício do diálogo e do contraditório acabam por ser cooptadas por este tipo de jornalismo que é viralizante, sensacionalista, entretenimento e preocupado com suas próprias receitas, o que acaba por produzir um campo fértil para a difusão de ideologias políticas marcadas pelo aniquilamento e o silenciamento do “Outro” e do diferente.

Observamos com o estudo aprofundado das 24 reportagens dos dois jornais de mídia com viés ideológico o uso das tipologias estabelecidas por Moscovici como a **difusão**, a **propagação** e a **propaganda**. Como difusão apontamos para a tentativa de estabelecer uma relação de igualdade com o leitor, uma equivalência entre o jornal e o leitor, buscando mobilizar atenção e afetos a partir dos valores sociais pertencentes a cada grupo; na propagação os jornais buscam integrar um objeto social - neste caso os valores do “cidadão de bem” a um quadro já existente para assim dotar de as condutas atuais a novos significados que até então não estavam presentes; por fim, na propaganda os jornais buscam reestabelecer o sentido de uma identidade grupal através da exposição de conteúdos conflitantes para a busca de convencimento e aquisição do estatuto de uma verdade (SAQUETTO; TRINDADE, MENANDRO, 2017, p.271).

Com este estudo foi possível analisar e descrever as relações existentes sobre os cidadãos eleitores em seu posicionamento político e o quanto suas práticas sociais são influenciadas e representadas por mídias ideológicas que buscam polarizar o debate público no Brasil, reduzindo assim o Estado Democrático de Direito numa nova “guerra fria ideológica”, com seus conteúdos que são extremamente viralizantes nas redes sociais e evidenciando o “nós *versus* eles” como única forma de fazer política hoje no país.

4.3 Terceira Fonte de Dados: Estudo de caso sobre Jean Wyllys

As eleições gerais no Brasil no ano de 2018, além da escolha do Presidente da República, também contemplaram a escolha dos membros do Congresso Nacional (deputados e senadores) e os Governadores dos Estados da Federação. O então deputado federal Jean Wyllys filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) concorreu mais uma vez a reeleição. Seu primeiro mandato foi disputado em 2010, sendo eleito com 13.018 votos. Acabou sendo eleito não pela quantidade de votos, mas por legenda partidária, do qual seu companheiro de partido Chico Alencar, obteve 240.724 votos, e assim, assumiu seu cargo político. Já nas eleições de 2014, a situação se inverteu e Jean Wyllys foi o sétimo deputado mais votado do Rio de Janeiro, com 144.770 votos válidos (JEAN WYLLYS, 2022).

Esta mudança de cenário em sua expressão política esteve ligada diretamente às pautas defendidas pelo deputado. Jean Wyllys é jornalista, professor universitário, escritor, possui mestrado em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Também é um ativista e defensor dos direitos humanos, principalmente do público LGBTQIA+, e se declara abertamente homossexual (RAMOS, 2019).

Sua posição político partidária de esquerda e sua orientação sexual confrontaram diretamente seus opositores políticos, principalmente o deputado à época Jair Bolsonaro, defensor de uma pauta conservadora, a favor da família tradicional, da moral e dos bons costumes. A categoria “família” se mantém sobre o fogo cruzado da polarização política brasileira, de um lado os chamados conservadores (direita) consideram família como o casamento entre um homem e uma mulher, por meio de um casamento ou união estável, enquanto os progressistas (esquerda) reivindicam do Estado o reconhecimento de diversos arranjos familiares, orientações sexuais e direitos diferenciados (LOBO; CARDOSO, 2021).

Durante a votação de admissibilidade de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016, após seu discurso de voto, Jean Wyllys mais uma vez sofreu uma ofensa de cunho sexual praticado por Jair Bolsonaro e como revide lhe deu uma cusparada. Depois deste fato, o deputado foi às redes sociais e postou o seguinte desabafo:

Depois de anunciar o meu voto NÃO ao golpe de estado de Cunha, Temer e a oposição de direita, o deputado fascista viúva da ditadura me insultou, gritando "veado", "queima-rosca", "boiola" e outras ofensas homofóbicas e tentou agarrar meu braço violentamente na saída. Eu reagi cuspiendo no fascista. Não vou negar e nem me envergonhar disso. É o mínimo que merece um deputado que "dedica" seu voto a favor do golpe ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército durante a ditadura militar. Não vou me calar e nem vou permitir que esse canalha fascista, machista, homofóbico e golpista me agrida ou me ameace. Ele cospe diariamente nos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Ele cospe diariamente na democracia. Ele usa a violência física contra seus colegas na Câmara, chamou uma deputada de vagabunda e ameaçou estuprá-la. Ele cospe o tempo todo nos direitos humanos, na liberdade e na dignidade de milhões de pessoas. Eu não saí do armário para o orgulho para ficar quieto ou com medo desse canalha (WYLLYS, 2016).

Desde o impeachment em 2016, o clima político de guerra ideológica no país se aprofundou cada vez mais, principalmente contra os partidos e os representantes da esquerda brasileira, acusados de corrupção generalizada pela Operação Lava Jato e pela ameaça das ideias comunistas e revolucionárias no Brasil, segundo a ala mais radical dos apoiadores de Jair Bolsonaro.

Em março de 2018 a vereadora pelo Rio de Janeiro Marielle Franco, filiada ao partido do PSOL, foi assassinada junto com seu motorista Anderson Gomes após uma atividade política comum ao seu mandato. Marielle Franco era uma mulher negra, ativista dos direitos humanos, defendia pautas feministas e criticava ações da Polícia Militar, principalmente abuso de autoridade à adolescentes e jovens de comunidades do Rio de Janeiro. Até o final do ano de 2022 seu assassinato e do seu motorista encontra-se sem solução.

O clima de polarização política acirrada permaneceu no cenário brasileiro mesmo após o impeachment em 2016. As eleições de 2018 foram marcadas por um forte discurso contra a corrupção e a ideologia de esquerda representada pelo comunismo – resistência fortemente alimentada por Olavo de Carvalho, considerado o guru do bolsonarismo. Nestas eleições o candidato Jean Wyllys concorreu novamente ao cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro e foi eleito pela terceira vez com 24.295 votos válidos. Entretanto, renunciou ao cargo no dia 24 de janeiro de 2019.

Jean Wyllys estava vivendo com escolta policial desde o assassinato de sua companheira de partido Marielle Franco. Jean Wyllys e sua família recebiam constantes ameaças de morte. Por este motivo decidiu abandonar a vida pública como deputado e voltar a se dedicar à vida acadêmica fora do país na forma de um autoexílio.

Após abandonar a vida política e ir morar na Espanha, Jean Wyllys anunciou que iria realizar um curso na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, sobre “*Fake News e discurso de ódio contra minorias sexuais e étnicas*”, conforme anunciado em matéria jornalística veiculada no Jornal Extra do Rio de Janeiro.



Figura 9: Reportagem sobre Jean Wyllys

A respeito dos efeitos da mídia na política do senso comum “as *fake news* são disseminadas mesclando verdades com mentiras com o objetivo de reforçar o viés de confirmação daqueles que são contrários a alguns candidatos” (QUESSADA; PISA, 2018, p1). Chamando a atenção para o uso indiscriminado das redes sociais para a disseminação das *fake news*, os autores apontam que o ciberativismo possui esse papel de difusão de um determinado conteúdo político para que alcance o maior número de pessoas afim de dar visibilidade aos seus objetivos. Na história do século XX tivemos o trágico episódio da Segunda Guerra Mundial onde o governo alemão foi o responsável por utilizar da máquina pública para controlar, manipular e estimular o ódio contra minorias étnicas através do Ministério da Propaganda,

comandada por seu ministro Joseph Goebbels (QUESSADA; PISA, 2018).

A história de Jean Wyllys e de Jair Bolsonaro não se esbarra somente na atuação no Parlamento brasileiro, mas configura seu maior embate nas redes sociais. Estes encontros, sempre marcados por provocações, ofensas e discurso de ódio, acabam por alimentar os ciberativistas nas suas reações, principalmente na pauta dos costumes, conforme números e quadro apresentados abaixo:

Levantamento realizado pela Veja, Wyllys é o 11º na lista dos que sofrem com boatos, mas é o único em que **todos** os boatos veiculados são de caráter **negativo**. Por outro lado, Jair Bolsonaro ocupa a 7ª posição e das fakes produzidas contra ele, 22% têm viés negativo, 11% neutro e 67% **positivo** – sendo o único parlamentar a ultrapassar mais de 50% de boatos com viés positivo (QUESSADA; PISA, 2018, p.11, grifo nosso).

Quadro 17: Fake news sobre Jean Wyllys

Boato	Ano	Tema Envolvido
1. Wyllys afirmou que a bíblia é uma piada e que os cristãos são palhaços.	2011	Preconceito Religioso
2. Jean Wyllys propõe emenda à bíblia para retirar trechos homofóbicos.	2015	Homofobia
3. Licença maternidade para quem realizasse o aborto.	2015	Aborto
4. Jean Wyllys pediu a prisão de uma professora cristã que orava antes das aulas e recusou a cartilha do kit-gay.	2016	Homossexualidade
5. Wyllys protocola um projeto pedindo a anulação do casamento evangélico.	2013	Casamento
6. Wyllys (PSOL-RJ) e a deputada Maria do Rosário (PT-RS) propuseram um projeto para descriminalizar a pedofilia.	2017	Pedofilia
7. Outro boato era que o deputado havia proposto um projeto para legalizar o casamento entre pessoas e animais.	Indefinida	Casamento
8. Ratinho alerta sobre o filme Corpus Christi do diretor safado Jean Wyllys em que mostra Jesus e os discípulos gays	Indefinida	Homossexualidade
9. O boato de que ele teria dado uma entrevista para a CBN em que defende a pedofilia.	2013	Pedofilia
10. A notícia dizia que ele e com o músico Pablo Vittar fariam uma turnê pelo país para difundir nas escolas a ideologia de gênero.	2017	Ideologia de Gênero
11. Em um tuíte, ele teria defendido o casamento de crianças e muçulmanos.	2017	Pedofilia

Fonte: Quessada e Pisa (2018)

Para analisarmos a presença do discurso de ódio como expressão política no cotidiano e suas representações sociais em ambiente virtual, classificamos e analisamos as interações do público na sessão de comentários do Jornal Extra do Rio de Janeiro na data de 09/09/2019.

O Jornal Extra, do Grupo Globo, é o jornal mais lido do Brasil. Consta em seu site, InfoGlobo, os dados sobre a circulação no país: São 1.300.000 leitores, entreo seu perfil estão leitores da classe social C (58%), faixa etária de 30 a 49 anos(44%), com predominância do sexo feminino (51%) e com nível de escolaridade de Ensino Médio (56%).

Amparadas por pesquisas que identificam o público das classes C e D como potencial de um novo espaço para o crescimento da mídia impressa, a InfoGlobo, editora dos jornais impressos das Organizações Globo, lançou em 1998, no Rio de Janeiro, o jornal Extra, nosso objeto de estudo. Numa clara estratégia mercadológica de concorrência com o jornal O Dia,

As palavras que se destacam na imagem, por sua prevalência estatística, salientam os aspectos abordados com maior veemência no período eleitoral no ano de 2018 e permaneceu no imaginário popular mesmo após os resultados presidenciais favoráveis à Jair Bolsonaro, salientando os combates às ideologias, à luta do “bem” contra o “mal” e as narrativas políticas, conforme apresentamos abaixo.

Primeiro, o antagonismo entre Venezuela e Cuba *versus* Estados Unidos (EUA). O período de tensão geopolítica da Guerra Fria (1945-1991) entre as maiores potências mundiais à época, União Soviética e Estados Unidos, espalhou pelo mundo ideologias que influenciaram diretamente vários países. A história brasileira, marcada negativamente por um longo período de ditadura (1945-1985) buscou combater violentamente qualquer ideologia comunista no país, seja na arte, ciência, política ou cultura. Após a saída dos militares do poder e a redemocratização do Brasil, o país passou por 14 anos (três mandatos e meio) de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) de esquerda. Culminou com um processo de impeachment à presidente Dilma Rousseff com graves denúncias de corrupção sistêmica no governo e pedaladas fiscais.

A narrativa do candidato Jair Bolsonaro à Presidência da República durante as eleições foi permeada por uma forte oposição e criminalização dos países que apoiavam as ideologias de esquerda, principalmente Cuba e Venezuela. Neste sentido, vemos que o discurso de combate à esta ideologia penetrou no senso comum e orienta o comportamento dos sujeitos que proferem o discurso de ódio.

Segundo, o clima pregresso de ódio entre Bolsonaro e Jean. A vida política do deputado Jair Bolsonaro começou muito antes de Jean Wyllys na política. Jair Bolsonaro foi eleito por sete mandatos, entre 1991 e 2018, onde passou por diversos partidos políticos. Como ex-capitão reformado pelo Exército Brasileiro, seu discurso sempre foi caracterizado por um conservadorismo popular de direita, discurso de ódio contra homossexuais, simpatia pela ditadura militar e pelo porte e posse de armas pelo cidadão de bem. Jean Wyllys, deputado federal eleito por três mandatos pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), se tornou o alvo, desafeto e principal antagonista do deputado Jair Bolsonaro por suas posições ideológicas e por ser assumidamente homossexual. A pauta social e de costumes defendida por Jair Bolsonaro transforma a imagem e a representação social de Jean Wyllys para os eleitores de direita como o bode expiatório das mazelas sociais do país.

Terceiro, as narrativas políticas após o trágico atentado contra a vida de Jair Bolsonaro envolvendo Adélio e sua suposta relação com o partido PSOL. A *fake news* utilizada por Jair Bolsonaro associava Adélio Bispo de Oliveira, autor da facada durante um comício em Juiz de Fora – MG, de ser filiado ao partido político Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e que a prática de seu crime teria motivação política. Esta associação entre crime político e o PSOL não foi confirmado pelas investigações posteriores, o que acabou culminando na tese de uma “doença mental”, diagnosticado como um Transtorno Delirante Persistente. Após o julgamento do fato, Adélio foi absolvido do crime praticado pelo fator “em razão de inimizabilidade ao tempo do fato”, entretanto, permanecerá em custódia sendo reavaliado a cada três anos.

Por fim, este cenário político construído por Jair Bolsonaro, à época candidato à Presidência da República, uma Guerra Fria à brasileira, na qual houve uma concreta e direta criminalização da atividade política e dos partidos de esquerda se materializou nas redes sociais onde a liberdade de expressão não encontra limites e é um campo fértil para a multiplicação dos estereótipos, discurso de ódio, polarização política e violações dos direitos humanos. Abaixo analisaremos o discurso presente nos comentários veiculados e suas representações a partir das reportagens do Jornal Extra, à luz do contexto político da época.

Categoria 1: Associação a crimes

Entendemos por esta categoria as atribuições relacionadas à Jean Wyllys que tenham relação com a criminalidade e a corrupção. Quando aparecem comentários fazendo referência a “171”, “devolver dinheiro do povo”, “roubou”, “ladrão”, os leitores atribuem ao ex-deputado uma condição de criminoso semeste ter sido indiciado, julgado e condenado por algum crime. Ao citar “fies” (financiamento estudantil) e o modo como Jean Wyllys pode ter conseguido acesso à uma universidade estrangeira, o leitor faz uso de uma associação entre o ex-presidente Lula e seus amigos envolvidos em corrupção, visto que não existe qualquer relação entre o financiamento estudantil brasileiro (FIES) e a condição de estudante em Harvard pelo ex-deputado, condizendo assim com um comentário predominantemente político para desgaste de imagem.

Vai se especializar mais ainda?! O cara já é fera no assunto!171! (6 likes e 14 dislikes);

Que tal devolver o dinheiro do povo? Que tal falar menos besteira? Você não é vítima de perseguição. Você é um mentiroso. Isto sim. (236 likes e 32 dislikes);

Vai fazer residência em HAWARD com dinheiro que roubou do povo brasileiro que seria para ONG em Salvador. Tem que extraditar esse ladrão para chegar aqui no BRASIL ALGEMADO. (205 likes e 20 dislikes);

Deve ter conseguido a vaga com o fies dos amigos do Lula (156 likes e 28 dislikes).

Uma questão a ser considerada na análise destes comentários é o caráter predominante do anonimato sobre o verdadeiro autor das mensagens. Uma das características principais do mundo virtual é a não identificação do autor da mensagem, entretanto o apoio ou reprovação em forma de *likes* ou *dislikes* torna possível a propagação indiscriminada das mensagens reforçando assim seu conteúdo falso, ilícito ou de ódio.

Categoria 2: Deslegitimação

Por deslegitimação entendemos o ato de desqualificar ou tornar nula qualquer intenção de Jean Wyllys de continuar seu trabalho como parlamentar, estudos e outras atividades, sejam como um direito civil à participação política garantida por lei, à educação de qualquer cidadão ou como professor universitário do qual é legitimamente habilitado. Tal fato de anular ou desqualificar qualquer atividade sua é representada pelas expressões:

Cobra cuspidreira tem que ir para Venezuela, Cuba ou Rússia. USA não é lugar para isto aí (101 likes e 21 dislikes);

Por onde andar continuará sabotando a sociedade. Pregará seu ódio contra a sociedade tradicional e ao Estado brasileiro. Representante do que existe de pior na política (144 likes e 15 dislikes);

Quem está financiando a boa vida desse xarope? Por que esse elemento, que se diz socialista, só viaja para países ricos? Muita hipocrisia (177 likes e 19 dislikes);

Os exemplos destacados apresentam atributos que tentam desqualificar e anular não só a pessoa Jean Wyllys como suas competências legítimas de legislador e político eleito democraticamente. As agressões verbalizadas nestes comentários carregam em si o cenário

político brasileiro polarizado: “*Cobra cuspidreira*”, se referindo ao cuspe disparado por Jean Wyllys no dia da votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016; “*Representante do que existe de pior na política*”, com a ideia do antipetismo e da criminalização das esquerdas; “*Por que esse elemento, que se diz socialista*”, atribuindo ao socialismo uma conotação criminosa com um linguajar (elemento) utilizado para designar criminosos, lhe sendo negado o direito de existir como pessoa ou apenas um adversário político.

Importa frisar, finalmente, que o silenciamento de vozes de parlamentares no Brasil não parece ser um fenômeno inacabado; destacam-se, nesse sentido, as ameaças de morte a que continuam a sofrer parlamentares como Marcelo Freixo e Talíria Petrone, ambos também filiados ao Partido Socialismo e Liberdade, defensores de direitos humanos e amigos pessoais de Marielle Franco. Além deles, o deputado Edmilson Rodrigues, também do PSOL, foi hostilizado em 02 de julho de 2019 em um supermercado, sendo verbalmente atacado aos gritos de “*Esses vermelhos têm que morrer*” [...]. Percebe-se claramente um padrão na seleção de alvos que sugere uma continuidade entre a deslegitimação das pautas de esquerda e a construção de um inimigo no campo discursivo, por um lado, e odirecionamento de ameaças de morte e ações de violência a esses mesmos alvos (RAMOS, 2019, p.20).

Para Ramos (2019) a deslegitimação de certos atores políticos escolhidos como alvos de ódio e violência representam uma neutralização do anseio de setores significativos da população que buscam nesses políticos uma oportunidade de inclusão social através de políticas públicas. O crime de assassinato contra a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco e o autoexílio do ex-deputado Jean Wyllys são exemplos de graves violações dos direitos humanos no Brasil (RAMOS, 2019).

O efeito devastador apontado no campo discursivo está representado pelo número de apoios recebidos apenas nestes comentários: 422 *likes* contra 55 *dislikes*. O alcance popular e a propagação de manifestações de ódio reforçam ainda mais esse imaginário de polarização política.

Categoria 3: Ironia

Como podemos observar nos comentários irônicos, o fato do ex-parlamentar defender os direitos humanos e um posicionamento político de esquerda, sua opção de escolha de ir estudar nos Estados Unidos é confrontada com outras opções que incluem sua ideologia política, como Cuba e Venezuela. Tais comentários podem ser visualizados com a grafia de pontos de interrogação ou exclamação, que no mundo virtual corresponde a um sentido irônico. A referência que se faz às contradições ideológicas em seu comportamento é o retrato do sentimento nutrido e direcionado ao ex-deputado pela opção de escolhê-lo para uma universidade nos Estados Unidos para seus estudos.

Morar na Venezuela ou Cuba esse safadin não quer né?!? (238 likes e 21 dislikes);

Havana não? (224likes e 25 dislikes);

Lá a faculdade não é gratuita, como ele gosta de pregar aqui no Brasil. Tem que pagar. Quem está financiando seus estudos? Verdevaldo? Venezuela e Cuba tem faculdade gratuita. Porque não foi pra lá se sempre falou que o ensino lá é uma maravilha? (100 likes e 18 dislikes);

Um socialista (COMUNISTA) morando num país capitalista (95 likes e 14 dislikes).

O discurso do senso comum sobre o comunismo ou o medo da implantação de um regime comunista no país foi utilizado desde o processo de impeachment em 2016, juntamente com a criminalização dos partidos de esquerda e dos ideais progressistas de sociedade. Os comentários que fazem alusão a este tema são os que mais recebem likes e encontram ecos em um medo irracional.

Categoria 4: Ódio

O ódio explicitado pelas palavras *morra*, *deportado*, *inferno*, fazem alusão ao clima polarizado da esfera política no Brasil, onde numa visão dicotômica da realidade social “bom versus mal”, aquele que representa o outro lado de uma ideologia deve ser silenciado, calado, exterminado, aniquilado (RAMOS, 2019). Em tom jocoso o comentário “*Tem um amigo lá que já está preparando uma surpresa para ele, podem aguardar*” contém o resquício dos tempos sombrios do país, onde a ditadura militar agia de forma a silenciar as vozes opositoras, apagar registros documentais e por fim aniquilar a vida de uma pessoa por seu posicionamento político de esquerda.

*Jean Wyllys, faça nos um favor, MORRA. (71 like e 18 dislikes);
Devia ser deportado para Cuba e ficar por lá... (155 likes e 25 dislikes);
Esse indigente tinha que fazer residência no inferno! (113 likes e 20 dislikes);
Tem um amigo lá que já está preparando uma surpresa para ele, podem aguardar (131 likes e 23 dislikes).*

O discurso de ódio presente nas redes sociais não são diferentes daqueles atos de violências vistos dia a dia nas ruas. Foi a partir de ameaças sofridas pelas redes sociais que Jean Wyllys tomou a decisão de abandonar o seu terceiro mandato e ir morar outro país para que seu direito à vida fosse resguardado.

No artigo 1º da Constituição Federal de 1988, no título I: Dos Princípios Fundamentais está expressa a condição do país em Estado Democrático de Direito, tendo como alguns de seus fundamentos: II- a cidadania, III- a dignidade da pessoa humana e V- o pluralismo político (BRASIL, 1988). Portanto, a violação de um preceito fundamental garantido pela Carta Magna, sem a contrapartida dos agentes públicos responsáveis por resguardá-las, neste caso específico, coloca o Brasil na condição de um Estado violador de direitos humanos fundamentais.

Percebemos neste caso vivenciado por Jean Wyllys a explícita violação de seus direitos de cidadania, tendo sua liberdade cerceada em pleno território nacional em tempo de paz; violação de seus direitos enquanto a dignidade da pessoa humana, sendo alvo de ódio coletivo por incitação política; e violação no que se refere ao pluralismo político, onde seus inimigos políticos incitam diariamente o ódio e a violência contra os partidos de esquerda no Brasil.

Categoria 5: Ofensa Pessoal

As ofensas de cunha pessoal refletem o lado afetivo e irracional que a polarização política expõe do Brasil. As palavras que mais caracterizaram Jean Wyllys foram: lixo humano, bosta e verme. Tais referências expõe dois lados muito sombrios da realidade política nacional: por um lado a descaracterização de um cidadão brasileiro por sua preferência política e por outro a exposição do discurso de ódio real que mata pessoas por seu posicionamento político.

*Mas esse bosta não é comunista?? Vai fazer o que EUA? Como um bom comunista tinha que ir para Venezuela ou Cuba (62 likes e 19 dislikes);
Uai. O verme sabe ler? (135 likes e 22 dislikes);
Esse lixo humano é o próprio fake news! (85 likes e 22 dislikes);
Por que esse lixo não vai fazer residência em Cuba, Venezuela ou Coréia do Norte? Nos discursos dessa gente os EUA não prestam, pelo menos para a gente. (209 likes e 32 dislikes).*

No brilhante artigo intitulado “Um caso de parresía: a coragem no discurso e seus efeitos”, Soares (2021) propôs analisar os sentidos discursivos proferidos por Jean Wyllys em seu pronunciamento no microfone na hora da votação. Tomando o conceito de parresía de Michel Foucault, o autor analisa a coragem de se dizer a verdade, de expor tudo e se falar com franqueza contra as produções discursivas hegemônicas. O discurso não é uma série de falsas percepções do que se pode chamar de realidade, mas, grosso modo, das interpretações segundo as quais se podem ver os fatos, a realidade, as coisas (SOARES, 2021, p.2).

Bom, em primeiro lugar eu quero dizer que estou constrangido de participar dessa farsa, dessa eleição indireta, conduzida por um ladrão, urdida por um traidor conspirador, e apoiada por torturadores, covardes, analfabetos políticos e vendidos; essa farsa sexista. Em nome dos direitos da poluição LGBT, do povo negro exterminado nas periferias, dos trabalhadores da cultura, dos sem teto, dos sem-terra eu voto não ao golpe. E durmam com essa: canalhas (VIANA, 2016 apud SOARES, 2021).

Podemos observar no discurso político de Jean Wyllys a realidade da sociedade brasileira. Minorias étnicas ainda não são respeitadas em sua dignidade, seus direitos ou inclusão social. Existe hoje no Brasil a clara negação dos direitos à cidadania LGBTQIA+, uma crítica acirrada sobre o sistema de cotas no ensino superior brasileiro, dificultando o acesso à educação e a possibilidade de ascensão social pela universidade e por fim, violações dos direitos humanos e direitos constitucionais garantidos a qualquer cidadão brasileiro, político ou não. A negação da existência humana de Jean Wyllys é um sinal bem claro da negação de todos os grupos minoritários que ele representa.

Categoria 6: Ofensa Política

A ofensa política é retratada nos comentários como um reflexo da grande exposição midiática feita durante a campanha presidencial de Jair Bolsonaro a qual procurou, a todo momento, explorar o combate à ideologia comunista do Partido dos Trabalhadores (PT). A guerra fria entre capital e trabalho, as diferenças entre liberdades individuais e supressão de direitos e o ideal de democracia liberal tornaram o ambiente político bastante hostil. Esse discurso político de ódio e de ofensas é reforçado de cima para baixo, ou seja, surge na campanha política eleitoral, ganha *status* com a legitimação do poder presencial e é mantido cotidianamente entre os eleitores de seu posicionamento político.

*Esses comunistas de M distribuem o que não lhes pertence, mas adoram o mundo capitalista, porque quando termina o dinheiro o comunismo acaba. Viva o capitalismo que move o mundo e faz o mundo girar para frente, Terra, capital e trabalho filosofia de Karl Marx, mas que nunca trabalhou, socialismo é atraso. (41 likes e 11 dislikes);
Não entendo a impunidade deste país. Deve ter muita gente dos vermelhos infiltradas nas instituições públicas. O Bolsonaro vai ter trabalho para*

*fazer um boa limpeza republicana. (136 likes e 26 dislikes);
Adélio segundo amplamente divulgado pela imprensa foi membro do PT e
depois por muitos anos do PSOL Não entendo porque a justiça não segue
essas pistas deixadas pelo Adélio. (80 likes e 8 dislikes).*

Conforme observamos o sentimento negativo retratado nestes comentários, é importante salientar dois pontos de análise. O primeiro que adversário político não é mesma coisa que inimigo político. A despeito de toda discussão sobre o papel de uma ideologia na chamada política *stricto sensu* ou política partidária, a própria natureza dos partidos políticos pressupõe o seu modo de agir: a representação de uma parte. Logo, no Brasil os interesses políticos são capitalizados por grandes figuras pessoais, o que resulta na figura de grandes líderes populistas em nossa história, atual ou passada, tornando assim o discurso político objeto de personificações eu/nós *versus* eles.

O segundo ponto é que nas eleições de 2018 tiveram registro 35 partidos políticos, o que levanta uma série de discussões sobre o papel das ideologias sobre esses partidos e o fisiologismo existentes entre as siglas partidárias que tratam os interesses públicos sob a ótica de negócios com interesses próprios, tornando assim ainda maior a descrença no atual sistema político.

Categoria 7: Ofensa Sexual

As ofensas de cunho sexual expõem um aspecto da realidade brasileira da relação entre a vida privada, a intimidade, o posicionamento político e os direitos individuais. Se por um lado o Brasil é um país tropical e caracterizado por suas danças, folclores e sexualidades à flor da pele, o conservadorismo – político ou religioso – expõe essa ambiguidade sobre nossos corpos. Ser liberal na economia e conservador nos costumes (COSTA, 2019) retrata bem a questão nacional atual. Entretanto, este conservadorismo faz destaque com seu discurso de ódio o qual viola os princípios da dignidade humana, direito tão duramente conquistado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã.

Ave Adão (33 likes e 16 dislikes);
Residência em queimar a ****! *** (198 likes e 39 dislikes);
Vai **** Harvard inteira rrsr (149 likes e 12 dislikes).

As mensagens de ódio reveladas nestes comentários de cunho sexual se enquadram não apenas em uma violação da dignidade da pessoa, mas carregam consigo o peso de uma exclusão e uma violência histórica dentro da sociedade brasileira. Para combater a exclusão histórica no Brasil, em 2009 foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que entre seus Princípios dispõe:

Um Estado democrático de direito não pode aceitar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero. Diante disto, o Estado assume a responsabilidade de implementar políticas públicas que tenham como foco a população LGBT, a consolidação da orientação sexual e identidade de gênero, com vistas a romper com essa lógica injusta. A atuação do Estado, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, interfere na vida das pessoas, ao determinar,

reproduzir ou alterar as relações de gênero, raça e etnia e o exercício da sexualidade. O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT tem como compromisso e desafio interferir nas ações do Estado, de forma a promover a cidadania, com respeito às diversidades (BRASIL, 2009,p.11).

É um desafio que se impõe ao Estado brasileiro a promoção de cidadania LGBTQIA+. É visível através destes exemplos que Jean Wyllys sofreu também violência política de gênero, pois a motivação para as ofensas partiu de sua atuação política. Para colaborar com esta realidade, em reportagem veiculada pelo mesmo Jornal Extra na data de 25/02/2022, em 2021 o Brasil registrou 300 mortes de pessoas LGBTQIA+, um número que representa um aumento de 8% em relação a 2020. O Brasil registra uma morte por LGBTfobia a cada 29 horas, o que torna o país um dos que mais matam em todo o mundo (DIAS, 2022).

Categoria 8: Comentários neutros

A categoria Comentários neutros demonstram a participação das pessoas que fizeram observações positivas ou algumas provocações quanto ao comportamento de Jair Bolsonaro, entretanto, é possível notar o número expressivo de “dislikes” quando esses comentários não correspondem aquilo que o grupo social de direita compreende como valores de seu grupo.

A ignorância não tem fim. O Jean vai fazer o que as pessoas que comentam estas idiotices deveriam fazê-lo: Estudar! Cabresteiros sempre serão cabresteiros vida de gado dos ignorantes. **(27 likes e 84 dislikes)**;
Esse cara é letrado, enquanto o Bozo não sabe escrever um parágrafo com três linhas e uma regra de três simples. **(62 likes e 240 dislikes)**;
Nossa, foi aceito em Harvard! Meus parabéns! Não escolhem qualquer um para estar lá dentro. **(44 likes e 172 dislikes)**.

É possível notar através da relação entre *likes* e *dislikes* o ciberativismo que impera nas redes sociais, principalmente com o grupo político de direita, que sob a análise deste editorial corresponde a 133 *likes* e 496 *dislikes*. Ou seja, mesmo sendo a participação da sessão de comentários do Jornal uma opção ao leitor, demonstra-se uma maioria expressiva de pessoas que desaprovam ou não estão de acordo com comentários positivos em relação a Jean Wyllys.

4.3.1 Discussão sobre o estudo 3 – O caso Jean Wyllys

Neste estudo de caso buscamos investigar a dinâmica da polarização política nas redes sociais do Brasil contemporâneo. Polarização política não se trata apenas de posições antagônicas sobre um determinado posicionamento político. No senso-comum observamos a apropriação dessa polarização na mobilização de afetos, muitas vezes negativos e destrutivos. Segundo Ramos (2019) em sua face mais individual, a escolha de um alvo específico para as frustrações políticas para aponta para violações de direitos humanos que colocam o Brasil muito aquém dos ideais democráticos construídos na Constituição Federal de 1988.

Na esfera coletiva, o caso do autoexílio de Jean Wyllys e a morte de sua companheira de partido Marielle Franco apontaram para o silenciamento de vozes que representam uma grande parcela da população que é invisível, esquecida, maltratada, subjugada e que convivem diária e historicamente com a falta de reconhecimento do poder público.

Quessada e Pisa (2018) realizaram um levantamento acerca das *fake news* enfrentadas pelo ex-deputado e o que mais chamou a atenção foi o período em que elas começaram: desde

seu primeiro mandato. Se tomarmos em consideração que o escalonamento da polarização política esquerda/direita teve seu auge com as eleições de 2018, também foi possível considerar que o discurso de ódio contra Jean Wyllys iniciou-se em 2011. Chama-nos a atenção para a pauta conservadora e dos costumes ao qual as *fake news* eram disseminadas: preconceito religioso, homofobia, aborto, homossexualidade, casamento, pedofilia e ideologia de gênero. As *fake news* se tornaram ferramentas de desconstrução da imagem dos sujeitos (PEREIRA, 2020) e um verdadeiro assassinato de reputações.

O campo de atuação de Jean Wyllys era todo o território nacional. Como deputado federal as suas pautas de reivindicação e de trabalho representavam o seu público e os seus eleitores dos mais diversos pontos do país. A luta pelos direitos humanos implicava em causas que ultrapassavam o espaço do seu gabinete. “Firmando-se como defensor da comunidade LGBT, das mulheres, negros e demais minorias, o deputado abarca outras subjetividades e projeta discursos complexos em nome delas” (SILVA, 2018).

O campo discursivo de Jean Wyllys não acontecia apenas no Congresso Nacional. As redes sociais também eram seu campo de atuação. Como demonstrado por Melo (2020) as redes sociais se tornaram o campo fértil para discursos de ódio contra o deputado em escalas inimagináveis.

Os comentários selecionados para este estudo de caso nos chamam a atenção pelo seu conteúdo de ódio. Um ódio escancarado e alimentado por uma polarização política sem igual no Brasil. Ultrapassa o sentido de um conservadorismo nos costumes, podendo ser classificado e tipificado como um crime. Criou-se a atmosfera da criminalização da política e do político, substituindo o adversário por um inimigo. Não se trata “apenas” de liberdade de expressão ou de críticas à atuação de um parlamentar. É um assassinato de reputação que repercute na integridade da vida de uma pessoa conforme observado na sessão de comentários do Jornal Extra: associação a crimes, deslegitimação, ironia, discurso de ódio, ofensa pessoal, política e sexual. Tudo isso direcionado à uma pessoa: Jean Wyllys.

A tudo isso cabe argumentar o papel das representações sociais, pautadas em um discurso de senso comum, alimentado fortemente por notícias falsas (*fake news*), que produz uma ancoragem de personagens políticos como Jean Wyllys ao comunismo e a expressões que remontam os argumentos que embasaram a guerra fria e as ditaduras na América Latina.

Como conclusão deste trabalho apontamos para algumas questões que necessitam de maior debate público e de avanço democrático face ao lado mais sombrio da polarização política e social, conforme constatamos:

a) A responsabilidade dos agentes políticos face a seus eleitores: Diante da perspectiva da criminalização da política e do político, de forma polarizada, todos estes agentes são colocados no mesmo patamar, nas mesmas condições histórico-sociais que acabam alimentando os discursos do senso-comum como se fossem torcidas de futebol, que terminam por determinar quem está “certo” ou quem está “errado” sobre determinada questão segundo sua própria perspectiva. Em tempos de períodos eleitorais onde a imagem do adversário político é exaustivamente explorada segundo suas ideologias políticas, não é incomum observar o assassinato de reputações sobre candidatos e políticos que representam uma minoria no Brasil, como os negros, os homossexuais e os menos favorecidos; estes aspectos permitem que o preconceito e os estereótipos negativos sejam reforçados nas representações sociais sobre política e cidadania no Brasil;

b) A responsabilidade da mídia frente aos seus consumidores: A regulamentação da mídia é um assunto ainda em discussão no país, entretanto, estamos na era da disseminação de notícias falsas principalmente no campo da política que acaba por ultrapassar a barreira do campo das disputas políticas e adentrar na esfera social: discursos políticos são produzidos e

reproduzidos em ambientes religiosos, escolares e familiares principalmente, tornando assim a polarização além de política também social. Não são poucos os casos de discussão, brigas de vizinho ou até mesmo assassinatos por motivação política de cidadãos comuns. Durante o ano eleitoral de 2022 foram contabilizados 22 assassinatos por intolerância política no país, segundo reportagem do UOL⁷, demonstrando assim a face mais odiosa da polarização política. Os veículos de comunicação não podem ser responsabilizados pelos crimes praticados por algum indivíduo, entretanto, não se ignora os fatos de que a disseminação de notícias falsas através de meios de comunicação podem ser o estopim para crimes de intolerância ou de aumento da percepção e da incitação do “Outro” como inimigo.

c) Da responsabilidade à responsabilização sobre os discursos de ódio no Brasil: conforme observamos na dinâmica da polarização política no país em ambiente virtual, a partir deste estudo de caso, não encontramos até o presente momento uma responsabilização dos agentes públicos, dos veículos de comunicação ou até mesmo do cidadão comum sobre a questão do discurso de ódio proferidos em ambientes virtuais, ainda sendo estes relegados à esfera individual: dependem de uma queixa-crime ou boletim de ocorrência, geralmente como calúnia, injúria ou difamação. Mas e quando se tratar não de um, mas de centenas ou milhares de discursos de ódio ao mesmo tempo, como agir? No caso do ex-deputado Jean Wyllys a vítima foi penalizada tendo que este se autoexilar em outro país para salvaguardar a própria vida e de seus familiares.

Não pretendemos esgotar os estudos sobre a polarização política e social em ambiente virtual no país, entretanto faz-se necessário no Brasil urgentemente uma profunda e ampla discussão sobre os limites da liberdade de expressão, sobre o acesso aos direitos humanos para a população em geral e principalmente uma educação política voltada para a tolerância e a aceitação do diferente dentro de seus contextos e contradições que definem as condições humanas de coexistências. Trazemos também um ponto de inflexão para se pensar como, na construção de representações sociais identitárias em nosso grupo de pertença, somos vulneráveis a informações falsas e até afastadas da realidade histórica que vivenciamos. Precisamos pensar, e mais, precisamos pensar em conjunto com nosso grupo. Isso nos traz familiaridade e pertencimento, mesmo que signifique incorporar elementos que poderíamos facilmente perceber como falsos ou enganosos.

⁷ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/07/18/mortes-por-intolerancia-politica-no-brasil-ja-superam-as-de-4-eleicoes-nacionais.htm>, acesso em 19/02/2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ávaro cognitivo” é uma tendência das pessoas resolverem problemas de maneira simples e superficial, ora ignorando algumas informações, ora superestimando outras, com o objetivo de reduzir a carga cognitiva, emocional e da tomada de decisões (ARONSON, 2009). O mundo da política como forma de organização democrática utiliza-se o tempo todo de imagens, propagandas, slogans, do marketing e de representações sociais para cooptar e transformar a subjetividade de um cidadão comum em um voto partidário na defesa de sua ideologia e na busca pelo exercício do poder.

Esta tese seguiu desde o primeiro momento com a seguinte inquietação: *como manter as raízes de uma democracia funcional, baseada em direitos humanos, em uma sociedade tão heterogênea, complexa e estratificada como a sociedade brasileira?* Manter as raízes de uma democracia funcional é dizer não ao golpismo, tão frequente na história da América Latina em regimes com flertes autoritários, mantendo-se a noção de que direitos humanos são condições dignas de existência a partir do “mínimo social” reconhecendo que todos os sujeitos, até os que ainda não nasceram, são dignos de direitos essenciais e inegociáveis a partir de uma sociedade heterogênea que possa reconhecer a alteridade como condição básica de sobrevivência.

Como objetivo geral esta pesquisa consistiu em descrever e comparar as representações sociais que dois grupos antagônicos possuem sobre a figura do “cidadão de bem”, a partir de seu posicionamento político declarado de direita ou esquerda, em contexto de polarização política. Não buscamos arbitrar sobre a noção de certo ou errado, tampouco atribuir juízo de valor ao objeto correspondente, mas produzir um conhecimento na intersecção entre o universo reificado e o consensual, entre o método científico e o senso comum, com a característica de explorar um fenômeno polêmico enquanto realidade simbólica e material: a polarização política.

Para o grupo de **direita** as representações sociais do “cidadão de bem” tiveram como núcleo central os cognemas: *Honesto, Trabalhador e Empatia*, compondo ainda a primeira periferia o cognema *Família*.

Para o grupo de **esquerda** as representações sociais do “cidadão de bem” tiveram como núcleo central os cognemas: *Honesto, Hipocrisia e Bolsonaro*, compondo na primeira periferia os cognemas: *Preconceituoso, Conservador e Trabalhador*.

Para a abordagem estrutural das representações sociais Laholou e Abric (2011) explicam que os cognemas do núcleo central não constituem a decomposição final deste, mas se configuram como um sistema descritivo, são meios para o seu fim. O núcleo central está ligado à memória coletiva e a história do grupo, define sua homogeneidade.

A estreita ligação entre os dados da pesquisa sobre a filiação evangélica e o posicionamento político de direita diz respeito ao crescente espaço pelo poder enquanto representação política no legislativo brasileiro. No Congresso e no Senado Nacional há uma organização chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE) que viu sua banca crescer 19% em relação à última legislatura: Atualmente foram contabilizados 132 deputados e 14 senadores para os anos de 2023 a 2026. Isto significa a transformação dos “devotos” em “votos”, ou seja, que há uma notória instrumentação da fé em termo de captação de votos e manutenção de poder no grupo da direita.

Os cognemas registrados para a direita fazem parte do vocabulário e da linguagem religiosa, neste caso evangélica, que busca através da noção própria de família manter os ideais tradicionais e conservadores. A manutenção da tradição familiar como “família nuclear heteronormativa” incorpora o engessamento da instituição família enquanto prática normativa, negando a existência de re-casamentos, da violência doméstica, do feminicídio – veja o

histórico da Lei Maria da Penha –, o número crescente de mães “solo” e de tantas outras mazelas sociais que afetam diretamente a participação dos fiés na igrejas. Afetam não apenas a sua “imagem” enquanto “pessoa em adultério” assim como seu lugar social, não sendo permitido alçar cargos de liderança pela quebra de um preceito divino.

Quando falamos na categoria evangélicos não podemos classificar todos os praticantes como um grupo homogêneo. Comumente, é possível classificar os evangélicos entre os descendentes de igrejas históricas (os Batistas, Adventistas, Prebiterianos, Metodistas e Missionária) e os chamados Pentecostais e Neo-Pentecostais (Igreja Universal do Reino de Deus, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Congregação Cristã, Deus é Amor, Internacional da Graça de Deus, Mundial do Poder de Deus, O Brasil para Cristo, entre outras tantas). Cada uma delas é independente e trata seus fiés segundo sua própria doutrina. Conforme apontamos anteriormente, um exemplo de mensagem cristã passada por um líder das maiores igrejas evangélicas do Brasil pode ser analisada como:

Por fim, a ideia de patriarcado é essencial para a construção da imagem representacional de cristão. O homem deve ser heterossexual, moralizador, cabeça e por sua vez, deve subjugar a mulher, em defesa do casamento e da família cristã. A mulher deve reconhecer a liderança masculina e afeiçoar-se às obrigações matrimoniais e maternais, trata-se da imagem de corpo/pescoço, mas de fato, não é cabeça. (SAQUETTO; TRINDADE, MENANDRO, 2017, p.272)

Para as mulheres a igreja se configura como uma lugar de proteção e segurança, de direcionamento para um caminho com Deus, pois sua realidade, muitas vezes violenta, é vivenciada no âmbito privado. O cognema família também aponta para o âmbito privado, lugar onde as mulheres cuidam de seus filhos. Historicamente foi o homem quem tomou o espaço público, mas não nas igrejas onde a maioria dos fiés é formado por mulheres.

Para o grupo de posicionamento político de esquerda o núcleo central aponta para um cognema mais normativo do “cidadão de bem” como o ser “honesto” com mais evocações, entretanto este núcleo central carrega consigo uma politização sobre as atitudes deste cidadão, escancarando a sua hipocrisia – uma dissonância cognitiva entre o que se faz e o que se fala – e a objetivação em uma figura pública, seu maior representante, o Presidente Jair Bolsonaro.

Se por um lado, na direita observamos a frequência maior de um discurso religioso na esquerda o elemento política é o mais valorizado. Pelas mesmas condições histórias inerentes à direita, ao grupo da esquerda historicamente é atribuído os movimentos sociais e coletivos para reivindicações de suas pautas – necessidades – até mesmo para o reconhecimento do próprio Estado brasileiro para a violência sofrida por certos grupos sociais marginalizados. Daí os cognemas centrais e periféricos estarem tão associados à política e as atitudes contraditórias do “cidadão de bem” de direita, como a *hipocrisia*, o *preconceito* e o *conservadorismo*.

O ser *honesto e trabalhador* figuram entre os elementos mais centrais e na primeira periferia de ambos os grupos, revelando assim um caráter menos polêmico e mais hegemônico quando associamos o cidadão à cidadania. São qualidades desejadas para qualquer cidadão brasileiro, entretanto, quando comparadas com a categoria “político”, ou seja, com as representações sociais que se tem acerca do político e do ambiente político, surge aqui elementos constituintes para uma polarização política.

Outros posicionamentos também apareceram na pesquisa porém com menos incidência nas respostas. Os apolíticos e os de centro se caracterizaram por aqueles que ignoram as lutas de classe e as lutas econômicas que assolam e devastam o país, assim como apresentam um descrédito muito forte pela classe política, deixando os outros decidirem por eles e sendo

mais resilientes às contradições político-sociais do país. Não é crime em um sistema democrático não ter posicionamento político, tampouco ser de centro ou não declarar o seu apoio publicamente. Estes cidadãos tem seu direito previsto por lei e devem ser respeitados, pois conforme diz a Carta Magna: Todos são iguais perante a lei.

Para complementar o estudo da análise prototípica do “cidadão de bem” buscamos compreender as práticas sociais a partir dos temas mais sensíveis para a atividade política no senso comum e que são instrumentalizados para a propaganda de pautas conservadoras e econômicas. Foram pesquisados os seguintes temas: *Posse e porte de armas; Pobreza; Criminalidade; Pena de morte; Uso de drogas; Homossexualidade; Religiosidade; Sindicato; Maioridade penal e Liberdade de expressão.*

Para a descrição e análises destes resultados daremos ênfase à polarização política que se configura como um dos objetivos deste trabalho. Quanto à forma encontramos 5 respostas concordantes e 5 respostas discordantes para os grupos sóciopolíticos antagônicos. Os 5 itens **concordantes** foram: *Pobreza, Pena de morte, Homossexualidade, Sindicatos e Liberdade de Expressão.* Os 5 itens **discordantes** foram: *Posse e porte de armas, Criminalidade, Uso de drogas, Religiosidade e Maioridade Penal.* Dois fatores precisam ser levados em consideração quanto à forma: 1) uma polarização numérica de distribuição igual para ambos os posicionamentos; 2) os itens apresentados como **concordantes** não acentuam uma polarização política do tipo extrema pelas justificativas das respostas, abrindo possíveis caminhos de diálogo para defesa incondicional da cidadania.

Quanto ao conteúdo dos 5 itens **discordantes** é possível estabelecer as seguintes relações para a **direita**: as justificativas sobre a *criminalidade, o uso de drogas e a religiosidade* se relacionam diretamente com um discurso religioso presente no “cidadão de bem”, como aquele cidadão que muitas vezes sofreu com a experiência negativa em sua própria vida mas que encontrou na igreja um lugar de conforto, de orientação, de abrigo e de cura, que agora abriga em si o triunfo da fé. Por outro lado, quando justificam as respostas para a *posse e o porte de armas e a maioridade penal* identificamos um discurso político-ideológico de que a insegurança e a impunidade vivenciada pelo “cidadão de bem” parte muitas vezes de adolescentes entre 16 e 17 anos que se utilizam do Estatuto da Criança e do Adolescente para cometer crimes, pois a lei institui 18 anos como maioridade penal. Na prática os discursos político-ideológicos se utilizam do medo e da insegurança da população para disseminação de suas ideias.

Para o grupo da esquerda, os conteúdos dos itens **discordantes** estabelecem outros tipos de relação do que o religioso ou político-ideológico. Os itens sobre a *posse e o porte de armas, criminalidade e uso de drogas* passam necessariamente pela regulamentação do Estado não pelo controle de um estado totalitário, mas de uma instituição de Estado que instrua da forma mais democrática possível a relação entre seus cidadãos. Quanto a *religiosidade e a criminalidade* as justificativas do grupo se mostram coerentes com o que já é previsto em lei, na Constituição Federal, pois no Brasil é vedado a discriminação por motivos religiosos – em qualquer de suas manifestações, formas, ritos ou liturgias – e os adolescentes segundo o ECA não são tipificados segundo o código penal adulto mas são classificados como adolescentes em conflito com a lei, sendo sua punição medidas socioeducativas.

O segundo estudo apresentado nesta tese complementa o anterior e responde a seguinte pergunta: De que forma as mídias de viés ideológico ajudam a construir o discurso sobre o “cidadão de bem” e amplificam a polarização política no âmbito social e privado? Desta forma Os dados analisados nesta pesquisa foram coletados a partir de duas mídias sociais representantes de seu posicionamento político, o Jornal da Cidade Online (direita) e o Pragmatismo Político (esquerda). Nas páginas do *Facebook* de cada um dos jornais, em janeiro de 2022, a mídia de direita contava mais de 1.612.000 seguidores enquanto a mídia de esquerda

contava com mais de 1.045.000 seguidores. O critério de escolha destas mídias entre as demais disponíveis foi o grande alcance em termos de leitores, na casa dos milhões, e portanto, reforçam cotidianamente os discursos políticos mais extremistas e polarizados.

Para o jornal de **direita**, Jornal da Cidade Online, encontramos a seguinte ordem nas classes de palavras a partir da análise com o software Iramuteq: Enfrentamento ao Judiciário (Classe 6); Enfrentamento ao crime (Classe 1) e Imprensa e polícia – (Classe 5) Crítica ao legislativo e judiciário (Classe 2); Impedimento do cidadão para se defender (Classe 3) e Leis que garantem o porte de armas (Classe 4). Estes grandes temas veiculados pela mídia de direita possuem uma grande capacidade de viralização e capilaridade nas redes sociais pois possuem a condição de serem distribuídas em mais de uma mídia, alcançando assim milhões de visualizações e reforçando aqueles conteúdos que são mais radicalizados da extrema direita, como o ataque ao Poder Judiciário e a Imprensa tradicional, por exemplo.

Para o jornal de **esquerda**, Pragmatismo Político, encontramos a seguinte ordem nas classes de palavras geradas pelo Iramuteq: Atitudes dos eleitores bolsonaristas (Classe 1); Conduta de certos cidadãos (Classe 3); Crime e polícia (Classe 4); O cidadão de bem militante em redes sociais (Classe 2); Militarismo e crimes (Classe 5). A mídia considerada de esquerda estampava nos títulos das reportagens o nome “cidadão de bem” para estereotipar os eleitores de direita, expondo suas fotos, redes sociais, a preferência eleitoral da pessoa e indicando qual crime tinha cometido, demarcando assim quais atitudes o “cidadão de bem” de direita eram capazes de praticar.

A forma utilizada por estes dois veículos de comunicação digitais são fórmulas do sucesso, pois através de uma simples postagem de conteúdo são capazes de alimentar uma máquina política muito maior, chamada de algoritmos computacionais, os quais identificam a preferência de um usuário de internet por uma quantidade de dados absorvidos, muitas vezes de maneira ilegal. O algoritmo é capaz de saber as preferências políticas de um usuário pela quantidade de tempo que o leitor passa lendo uma matéria (métricas), pelo simples fato de atribuir um *like* ou um *dislike* em uma matéria ou até mesmo pelo conteúdo de suas fotos pessoais em outras redes sociais. Tudo se encontra conectado hoje no mundo digital. É um desafio para o sistema democrático do Estado lidar com estas novas tecnologias e seu uso político.

Por fim, buscamos analisar os elementos constituintes da polarização política nas redes sociais a partir de um estudo de caso sobre o ex-deputado Jean Wyllys, o qual foi eleito pela terceira vez para deputado federal e que interrompeu o exercício de seu mandato devido às ameaças de morte. Jean Wyllys foi o alvo principal de disputa político-ideológicas de Jair Bolsonaro quando este era deputado e foi o alvo escolhido pela extrema direita para ser atacado, destruído, silenciado e quase morto. Sua colega de partido não teve o mesmo destino, a possibilidade de autoexílio no exterior, pois Marielle Franco foi brutalmente assassinada no Rio de Janeiro junto com seu motorista Anderson Gomes. Até hoje, 2023, não tivemos a resposta para a pergunta: Quem mandou matar Marielle? Entretanto, a partir deste estudo foi possível analisar e compreender como funciona a máquina de *fake news* e discurso de ódio nas redes sociais, a partir dos comentários feitos em um jornal online da cidade do Rio de Janeiro sobre o ex-deputado Jean Wyllys: Associação a crimes; Deslegitimação; Ironia; Ódio; Ofensa Pessoal; Ofensa Política e Ofensa Sexual. A segregação e o silenciamento de vozes como de Marielle Franco e Jean Wyllys demonstram a face de um país polarizado politicamente e que alguns políticos, influenciados diretamente pelo alcance das redes sociais, insistem em usar do direito à liberdade de expressão para produzir e reproduzir incontáveis violações dos direitos humanos.

Novos desafios são lançados no Brasil a cada dia a cada gestão governamental. Seja o posicionamento político de direita ou de esquerda, questões profundas e socialmente marcadas somem e retornam à cena brasileira sem um desfecho satisfatório, principalmente quando o

cenário de polarização política se afasta dos debates e instaura-se o período de aniquilamento do outro, do diferente.

Com esta tese logramos, a partir da Teoria das Representações Sociais, elucidar um período de curto espaço de tempo na história brasileira onde a radicalização dos discursos políticos causou uma cisão política e social que ultrapassou os limites do controle Estatal pois adentrou-se em um outro universo, nem o reificado nem o consensual como apontou Moscovici, mas o multiverso - mundos paralelos – que não possuem o desejo de se comunicarem, mas de gerar conteúdo, *likes*, monetização.

O fenômeno do “cidadão de bem” se atualiza e se recicla com novas roupagens com o passar do tempo. Nosso olhar da psicossociologia do conhecimento não satisfaz a totalidade do saber da relação entre política e cidadania. Outros saberes são chamados a re-constituir essa figura, como a ciência política, direito, jornalismo, antropologia, sociologia, psicologia, psicanálise, até o ponto de alguém criar a coragem para dizer: O rei está nu!

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWITZ, Alan I.; SAUNDERS, Kyle L. Is polarization a myth?. *The Journal of Politics*, v. 70, n. 2, p. 542-555, 2008.

ABREU, Jonas Modesto; ALLEGRETTI, Giovanni. Comportamento político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v. 6, n. 2, p. 88-121, 2016.

ABRIC, Jean-Claude. *Prácticas sociales y representaciones*. México: Coyoacán, 2001.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Artur Júlio de. O discurso do cidadão de bem e a lógica do supereu Uberlândia. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.741>.

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A abordagem estrutural das representações sociais. *Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação*. ISSN 2175-3520, n. 14-15, 2002.

ARONSON, E. *O Animal social*. 3ª edição, IBRASA, 2009.

ÁVILA, Raphael Ferreira. Uso de Máscaras: Aspectos Psicossociais das Manifestações no Rio de Janeiro pós-junho de 2013. 2017. 71 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

BARBOSA, Wendell de Freitas; SÁ, Leonardo Damasceno de. Redefinições da condição de morador: classificações das clientelas no mandato policial cotidiano e suas consequências nas relações entre polícia e população. 2015.

BAR-TAL, Daniel. Causes and consequences of delegitimization: Models of conflict and ethnocentrism. *Journal of Social Issues*, v. 46, n. 1, pág. 65-81, 1990.

BOAVENTURA, Luís Henrique; FREITAS, Ernani Cesar. O “cidadão de bem” e o “bolsominion”: leituras antagônicas de um estereótipo no discurso político brasileiro. *Revista Desenredo*, v. 15, n. 3, 2019.

BRAGA, Claudomilson Fernandes; TUZZO, Simone Antoniacci. A tipologia das representações sociais e os atos comunicativos: o caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol. *Revista Anhanguera*, v. 11, n. 1, p. 87-104, 2010.

BRASIL. Constituição Federal (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. SEDH - Programa Brasil sem Homofobia. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT-Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 2009.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software IRAMUTEQ. Universidade Federal de Santa Catarina Brasil [internet].[Santa Catarina]: UFSC, 2018.

BUSCHINI, Fabrice; GUILLOU, Elisabeth. Diffusion, Propagation, Propaganda: And Then Came Effusion. A New Mode of Communication for Social Representations. *Papers on Social Representations*, v. 31, n. 2, p. 11.1-11.21, 2022.

CABRERA, Júlio. A Filosofia no fogo cruzado de direita e esquerda. *Argumentos: Revista de Filosofia/UFC, Fortaleza*, ano 13, n. 25, jan./jun. 2021.

CAMPOS, Marcella Machado; CABRAL, Luís Rodolfo. Uma arma na mão e Jesus no coração: circulação e aspectos formulaicos do sintagma 'cidadão de bem'. *Verbum. Cadernos de pós-graduação*. ISSN 2316-3267, v. 8, n. 3, p. 78-98, 2019.

CARPANEZ, Juliana. O que está por trás do termo 'cidadão de bem', usado pelos presidentes? UOL, 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/08/o-que-esta-por-tras-do-termo-cidadao-de-bem-usado-pelos-presidentes.htm>>. Acesso em: 04 de jan. de 2021.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil; o longo caminho*. 10ª Ed, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Lauriston Araújo; ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira. Discussões em torno do referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição na Folha de S. Paulo. *Opinião Pública*, v. 22, n. 2, p. 446-465, 2016.

COSTA, André Bello Sá Rosas. *Origem, causas e consequências da polarização política*. 2019. xii, 217 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

COSTA, José Fernando Andrade. Quem é o “cidadão de bem”? *Psicologia USP*, v. 32, 2021.

DIAS, Pâmela. Brasil teve 300 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2021, aponta relatório. *Jornal Extra*, 2022. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/brasil-teve-300-mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-em-2021-aponta-relatorio-rv1-1-25411201.html/>>. Acesso em: 23 de mai. de 2022.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Rondas à cidade: uma coreografia do poder*. *Tempo Social*, v. 1, n. 2, p. 121-134, 1989.

FIGUEIRA, Filipo. Memória discursiva e sátira política: a paródia da (auto) designação “cidadão de bem” pelo *The Piauí Herald*. *Estudos Linguísticos (São Paulo)*, v. 48, n. 1, p. 223-241, 2019.

FIORINA, Morris P. Whatever happened to the median voter?. In: *MIT Conference on Parties and Congress*, Cambridge, MA. 1999.

FREITAS, Victor dos Santos; NAIFF, Luciene Alves Miguez. Representações Sociais sobre envelhecer com deficiência: um estudo com famílias. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, v. 26, n. 1, 2021.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria et al. Representações sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira. *Memorandum: Memória e história em Psicologia*, v. 28, p. 110-131, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (26ª edição) São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWARTH, Caroline. Connecting social representation, identity and ideology: Reflections on a London “riot”. *Papers on Social Representations*, v. 23, n. 1, p. 4.1-4.30, 2014.

JACOBY, William G. Is there a culture war? Conflicting value structures in American public opinion. *American Political Science Review*, v. 108, n. 4, p. 754-771, 2014.

JEAN WYLLYS. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Wyllys>. Acesso em: 11 JAN. 2021.

JODELET, Denise. La representacion social: fenómenos, concepto y teoría. In S. Moscovici (Org.), *Psicología social II* (pp.469-494). Barcelona: Ediciones Paidós. 1986.

_____, Denise. *Loucura e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2015.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Uma abordagem sociogenética do núcleo central das representações sociais: o caso da esfera pública brasileira. *Revista de Educação Pública*, v. 29, 2020.

JUSTO, Ana Maria et al. Polarização da comunicação, das representações sociais e da prevenção-informação sobre a COVID-19 no Brasil. *Artigos sobre Representações Sociais*, v. 29, n. 2, p. 4.1-4.18, 2020.

KABUENGE, Nathan Nguangu; COSTA, Alda Cristina Silva. A “Sociedade de bem” e a Exclusão do outro: enunciados narrativos do programa paraense Rota Cidadã 190. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2015.

KÖRÖSÉNYI, András et al. Political polarization and its consequences on democratic accountability. *Corvinus Journal of Sociology and Social Policy*, v. 4, n. 2, p. 3-30, 2013.

LAHLOU, Saadi. Difusão das representações e inteligência coletiva distribuída. In: ALMEIDA, Angela Maria Oliveira.; SANTOS, Maria de Fátima de Souza.; TRINDADE, Zeidi Araújo (Org.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília: Scribd, 2014. p. 77-130.

LAHLOU, Saadi; ABRIC, Jean-Claude. What are the " elements" of a representation?. *Papers on social representations*, v. 20, n. 2, p. 20.1-20.10, 2011.

LICATA, Laurent. Collective Memory: Objectification or Anchoring?. *Papers on Social Representations*, v. 31, n. 1, p. 5.1-5.6, 2022.

LIMA, Isabelly Cristiany Chaves; LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. A Retórica do “cidadão de bem”, no discurso de Jair Bolsonaro-um presidenciável em construção. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 12, p. 404-428, 2019.

LOBO, Andrea; CARDOSO, Maria Eduarda. “Em nome da família brasileira”: sobre políticas de governo,(re) produção de elites e disputas narrativas. *Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia*, 2021.

LOBO, Renato Fernandes; WERNECK, Mariza Martins Furquim. A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici. *Revista Ciências Humanas*, v. 11, n. 1, 2018.

LOPES, Marluce Moura; CASTRO, Roney Polato de. Discurso de ódio homofóbico nas redes sociais:: uma análise a partir das falas públicas da família Bolsonaro. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 17, p. 118-139, 2022.

LOWE, Robert D. Temporalidade e identidade: O papel do tempo na representação das identidades sociais em manifestações políticas. *Artigos sobre Representações Sociais*, v. 21, n. 2, p. 14.1-14.29, 2012.

LOZADA, Mireya. Us or Them? Social Representations and Imaginaries of the Other in Venezuela. *Papers on Social Representations* , v. 23, n. 2, pág. 21.1-21.16, 2014.

LOZADA, Mireya. El otro es el enemigo. Versión. *Estudios de Comunicación y Política*, n. 15, p. 47-64, 2007.

MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 8, n. 3, 2018.

MANNARINI, Terri et. al. Understanding Political Participation in Media Discourse: A Social Representations Approach. *Papers on Social Representations*, v. 29, n. 1, p. 8.1-8.34, 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Polarización social en el Salvador. *ECA Estudios Centroamericanos* (1983), vol. 38, no. 412, p. 129-142., 1983.

MELO, Mônica Santos de Souza. Da polêmica aos discursos de ódio: um estudo da recepção no Twitter sob a perspectiva semiolinguística. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 28, n. 4, 2020.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SANTOS, Débora Bráulio. A cooperação na deliberação pública: um estudo de caso sobre o referendo da proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil. *Dados*, v. 52, n. 2, p. 507-542, 2009.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOURA, João Carlos da Cunha. O cidadão de bem: o discurso jurídico e a construção das subjetividades através da leitura midiática dos blogs. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*, v. 7, n. 1, 2013.

NAIFF, D. G. M. A construção social de um fenômeno: a AIDS na mídia escrita brasileira. 1999. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília.

NAIFF, Luciene Alves Miguez; NAIFF, Denis Giovanni Monteiro. A favela e seus moradores: culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência. *Estud. pesq. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 107-119, dez. 2005.

NICOLAU, Jairo. Quem iria votar se não fosse obrigado? O papel do interesse pela política no comparecimento eleitoral no Brasil. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2022, v. 30 [Acessado 4 Janeiro 2023]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-98732230e008>>.

PASCHOAL, Cristiano Sandim. O novo tom axiológico da expressão “cidadão de bem”: Refrações semânticas e indícios de estratificação da sociedade brasileira. *Revista Memento*, v. 11, n. 1, 2020.

PEDROSA, Clara Bonaparte; JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira Baracho. Algoritmos, bolha informacional e mídias sociais: desafios para as eleições na era da sociedade da informação. *Revista Thesis Juris*, v. 10, n. 1, p. 148-164, 2021.

PELLIZZARI, Bruno Henrique Miniuchi; BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. Bolhas Sociais e seus efeitos na Sociedade da Informação: ditadura do algoritmo e entropia na Internet. *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, v. 5, n. 2, p. 57-73, 2019.

PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Representações sociais, envolvimento nos Direitos Humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 16, p. 447-460, 2003.

PEREIRA, Israel Vieira. Fake news como ferramentas de (des) construção da imagem dos sujeitos. *Revista DisSoL-Discurso, Sociedade E Linguagem*, n. 12, p. 41-50, 2020.

PREVEDELLO, Carine Felkl. Representações no jornalismo popular: a cidadania no discurso do Extra (RJ). Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

QUESSADA, Miguel; PISA, Licia Frezza. Fake news versus mil: a difícil tarefa de desmentir Goebbels. In: Passos: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas. Trabalho apresentado no XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste (7-9 junho 2018)[acedido em 14 dezembro 2018]. 2018.

RAMOS, Guilherme Antunes. As violações de direitos humanos e o silenciamento de parlamentares no Brasil contemporâneo: os casos de Marielle Franco e Jean Wyllys. In: Congresso Latino-Americano de Ciência Política da Associação Latino-Americana de Ciências Políticas (ALACIP). 2019.

REIS, Mauricio Martins; JOÃO, Catharine Black Lipp. A polarização política brasileira e os efeitos (anti) democráticos da democracia deliberativa. *Teorias do Direito e Realismo Jurídico*, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2019.

ROQUE, Maria Rosa Franca. Auxílio-reclusão e PEC 304/2013: querem tirar o benefício de quem sequer o tem. *Revista Liberdades*, São Paulo, edição, n. 19, p. 26-34, 2015.

ROSE, Diane et. al. Questioning consensus in social representations theory. *Papers on Social Representations*, v. 4, n. 2, p. 150-176, 1995.

ROUQUETTE, Michel-Louis. *Sur la connaissance des masses: essai de psychologie politique*. Presses universitaires de Grenoble, 1994.

ROZENDO, Adriano et al. Representações sociais de homens idosos sobre a COVID-19 e sentimentos gerados no isolamento social. *Revista Ciências Humanas*, v. 15, n. 1, 2022.

SANTOS, Rita. “Cidadãos de bem” com armas: Representações sexuadas de violência armada, (in) segurança e legítima defesa no Brasil. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 96, p. 133-164, 2012.

SANTOS, Zaira Bomfante; PAIVA, Francis Arthuso; GUALBERTO, Clarice Lage. A produção de sentido por meio de metáforas multimodais em capas de revistas que versam sobre política no Brasil. *Entrepalavras*, v. 12, n. 3, p. 123-144, 2023.

SAQUETTO, Diemerson; TRINDADE, Zeidi Araújo; MENANDRO, Maria Cristina Smith. Representações sociais de cristão e mídia religiosa de massa: propagação, difusão e propaganda no discurso de Edir Macedo. *Psicologia e Saber Social*, v. 6, n. 2, p. 259-273, 2017.

SARDÁ, Thais et al. A buzzfeedização do jornalismo: 5 coisas que você precisa saber sobre o caso Zero Hora. *Lumina*, v. 9, n. 2, 2015.

SILVA, Cleânia de Sales–UFRN. As representações sociais nos discursos midiáticos: novas questões para a educação. *Caxambu*, 28^a Anped, 2005.

SILVA, Luan Barbosa da et al. As múltiplas identidades de Jean Wyllys: construção, disputas simbólicas e representatividade do sujeito nos espaços midiáticos. 2018.

SOUSA, Alessandra Moraes de; FOHRMANN, Ana Paula Barbosa. Com quantos decretos se reduzem os direitos sociais das pessoas com deficiência? *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 13, n. 30, p. 29-49, 2023.

STAERKLÉ, Cristian. The True Citizen: Social Order and Intergroup Antagonisms in Political Lay Thinking. *Papers on Social Representations*, Volume 22, p. 1.1-1.21, 2013.

TORRES, Tatiana de Lucena; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais da Aids e da Terapia Anti-retroviral para pessoas vivendo com HIV. *Psicologia: teoria e prática*, v. 10, n. 1, p. 64-78, 2008.

VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (Coord.). *Psicologia social*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

VENTURA, Jússia Carvalho Silva et al. Apontamentos interpretativos e jornalísticos sobre a Amazônia: o discurso de Bolsonaro na ONU. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 16, n. 3, p. 259-282, 2022.

VELOZ, Maria Cristina Trigueiro; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais do envelhecimento. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 12, p. 479-501, 1999.

WACHELKE, João Fernando Rech; HAMMES, Isabel Cristina. Representações sociais sobre política segundo posicionamento político na campanha eleitoral de 2006. *Psicologia em Estudo*, v. 14, p. 519-528, 2009.

WYLLYS, Jean. Sobre o cuspe no fascista. Brasília, 17 de abr. 2016. Facebook: Jean Wyllys. Disponível em: <https://www.facebook.com/jean.wyllys/posts/1073594196021920:0>. Acesso em 15 de ago. de 2022.

ANEXO A – Dados da Pesquisa de Campo

1- DADOS SOCIOPOLÍTICOS

1) Qual sua idade?

2) Qual gênero você se identifica?

- Masculino
- Feminino
- Não binária
- Prefiro não dizer

3) Qual sua religião?

- Evangélica
- Católica
- Espírita
- Umbanda
- Candomblé
- Ateu
- Agnóstico
- Não listada nas opções acima / Outras denominações

4) Qual sua escolaridade?

- Não informado
- Ensino Fundamental - 1 ao 9 ano
- Ensino Médio - 1 ao 3 ano
- Nível Superior Incompleto
- Nível Superior Completo
- Pós-Graduação (Especialista/Mestrado/Doutorado)

5) Qual seu posicionamento político?

- Direita
- Centro-Direita
- Centro
- Centro-Esquerda
- Esquerda
- Não possui posicionamento político ou prefiro não me posicionar

2- TAREFA DE EVOCAÇÃO LIVRE

a) Cite cinco palavras que vem imediatamente à sua mente quando você ouve a expressão "Fulano é um **cidadão de bem**". Não existem respostas certas ou erradas. Queremos apenas a sua opinião.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

b) Dentre as palavras que você citou acima, escolha a mais importante que defina a expressão "Fulano é um **cidadão de bem**".

Palavra: _____

c) Agora justifique sua resposta. O que levou a pensar que esta palavra mais importante tem relação com o termo "**cidadão de bem**"?

Resposta:

3- QUESTIONÁRIO DE PRÁTICAS SOCIAIS

1. Possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender.

() concordo totalmente () concordo () Não concordo nem discordo () discordo () discordo totalmente

Por quê?

2. Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar.

() concordo totalmente () concordo () Não concordo nem discordo () discordo () discordo totalmente

Comente:

3. A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas.

() concordo totalmente () concordo () Não concordo nem discordo () discordo () discordo totalmente

Por quê?

4. A pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves.

() concordo totalmente () concordo () Não concordo nem discordo () discordo () discordo totalmente

Por quê?

5. O uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências.

() concordo totalmente () concordo () Não concordo nem discordo () discordo () discordo totalmente

Comente?

6. A homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade.

() concordo totalmente () concordo () Não concordo nem discordo () discordo () discordo totalmente

Comente:

7. Acreditar em Deus torna as pessoas melhores.

() concordo totalmente () concordo () Não concordo nem discordo () discordo () discordo totalmente

Comente:

8. Os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores.

() concordo totalmente () concordo () Não concordo nem discordo () discordo () discordo totalmente

Comente:

9. Adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos.

() concordo totalmente () concordo () Não concordo nem discordo () discordo () discordo totalmente

Por quê?

10. Sinto-me livre para expressar minha opinião sobre qualquer tema.

() concordo totalmente () concordo () Não concordo nem discordo () discordo () discordo totalmente

Comente:

ANEXO B – Acervo de reportagens de mídias com viés ideológico

TELA PRINCIPAL DO JORNAL DA CIDADE ONLINE (DIREITA)



TELA PRINCIPAL DO JORNAL PRAGMATISMO POLÍTICO (ESQUERDA)



Reportagem 1

[POLÍTICA](#)

Magno Malta reaparece para desmascarar o cinismo de Miriam Leitão e Chico Pinheiro

(Veja o Vídeo)

30/04/2019 às 14:14



5411COMPARTILHARAM ISSO

O ex-senador Magno Malta perdeu o mandato, mas não perdeu a coragem, a dignidade e a veemência com que destrói os ‘adversários’.

Com o mesmo ímpeto de sempre, Malta gravou um vídeo para desmascarar o cinismo e a despropositada perseguição que os jornalistas Miriam Leitão e Chico Pinheiro fazem ao Presidente da República.

Tratando os jornalistas da Globo como “mídia esquerdopata”, o ex-senador revelou sua indignação com as críticas alusivas ao discurso de Jair Bolsonaro na Agrishow.

O presidente simplesmente pediu juras menores para o presidente do Banco do Brasil e enfatizou que o cidadão de bem, que planta e que colhe, tem que ter meios para proteger a sua família e a sua terra. Algo trivial.

Abaixo, os três vídeos. A revolta de Magno Malta. A fala de Bolsonaro. A crítica medíocre e sem sentido dos jornalistas da Rede Globo.

Veja e tire suas próprias conclusões.

Da Redação.

Um decreto que respeita a decisão da sociedade brasileira

12/05/2019 às 04:31



287 Compartilharam isso

Um dos pilares da campanha do presidente da República Jair Bolsonaro, então candidato durante a corrida presidencial no ano de 2018, foi a flexibilização do porte e da posse da arma de fogo. E assim publicou nesta semana o Decreto nº 9785, que regulamenta a lei nº 10.826/03 – mais conhecida por estatuto do desarmamento.

Questionado perante o Supremo Tribunal Federal por determinados partidos políticos, fato é que o decreto apenas respeitou o que a sociedade brasileira decidiu no referendo realizado no ano de 2005 – o que o governante à época não o fez. Ao contrário, a lei e a decisão da maioria dos cidadãos através do decreto 5123.

A ideologia pregada à época logo contaminou as instituições da República, deixando o cidadão de bem, que votara pela manutenção do comércio de armas no Brasil, totalmente à mercê da vontade de agentes públicos que, sem qualquer critério padronizado, vetava-lhe em regra a posse ou o porte de arma.

A lei 10.826/03, estatuto do desarmamento, estabelece que em regra é proibido o porte de arma de fogo. Porém esta mesma lei confere o porte de arma a determinadas classes e carreiras, como policiais, agentes prisionais, seguranças do poder judiciário, auditores da receita federal, entre outros. Um pequeno rol de beneficiados.

Mas esta mesma lei permite, segundo seu artigo 10, que qualquer outro cidadão, ainda que não exerça cargo público, mas que esteja exposto a risco ou segurança de sua integridade em razão de exercício profissional seja autorizado a portar arma para sua defesa. E então um delegado federal recebia a documentação e analisava caso a caso. A negativa era a regra.

E aqui surge o decreto nº 9785 editado nesta semana, pois o mesmo terminou retirando desta autoridade um poder de avaliar caso a caso e assim tratar por vezes de forma desigual casos idênticos. Por exemplo: supondo que dois oficiais de justiça apresentassem a devida documentação e exames psicológicos para requerer o porte de arma, certamente teriam resultados diferentes.

Já sob a vigência deste decreto regulamentar, uma vez aprovado no exame psicológico e de capacidade de manuseio da arma, terá autorizado o porte, visto que o Estado reconheceu que aquela classe de trabalhador está exposta ao risco. Não se conferiu o direito de trabalhar ostensivamente armado, mas de o trabalhador portar de forma discreta uma arma para se defender.

É ainda uma economia e otimização de recursos públicos, visto que poupará a autoridade de analisar cada pleito individualmente, evitando também até interposição de recursos em virtude de uma decisão denegatória. Enfim, é a perfeita materialização do princípio da eficiência na administração pública. Princípio este constitucional.

O decreto abrange, por exemplo, profissões extremamente expostas a riscos que sempre foram ignoradas pelo Estado, tal como os caminhoneiros. Quem não conhece a vida e a rotina de um profissional do volante jamais poderia opinar através de achismo se a profissão oferece ou não risco.

Enquanto os ditos experts debatem, por exemplo, se a rotina de um caminhoneiro é perigosa para merecer portar uma arma, este profissional repousa dentro da cabine do seu caminhão só aguardando a sua vez de ser abordado pelo marginal, que atua sem qualquer piedade em busca de uma vantagem patrimonial.

É importante sempre ter em mente que o indivíduo de má-fé não precisa percorrer uma via crucis para obter e portar uma arma de fogo. Ele inclusive já o faz no atual cenário, ficando apenas os bons cidadãos desarmados, impedidos de exercerem a legítima defesa. Ou seja, o marginal tem a certeza que a maioria esmagadora da sociedade não tem como se defender de sua agressão ou ameaça. Por isso age livremente.

Portanto não achemos que se trata de um reconhecimento da falência da segurança pública. Ao contrário, trata-se de uma concretização de promessa de campanha – e também por este motivo o atual presidente fora eleito – que visa respeitar o que a sociedade decidiu em referendo realizado anos atrás. A medida não visa atribuir ao cidadão o papel de exercer segurança pública. Mas tão apenas se defender.

O código penal brasileiro diz, entre outros, que se o sujeito pratica o ato em legítima defesa, não é considerado crime. Ou seja, grosseiramente falando, significa dizer que se o cidadão ao se defender de uma agressão terminar matando outrem, não será considerado crime.

Como um cidadão irá exercer a sua legítima defesa contra a agressão ou ameaça de alguém que esteja armado? No mínimo estando também armado. Mas o estado brasileiro, através da ideologia dolosamente pregada nos últimos anos, impede que o cidadão se defenda. Chega a ser paradoxal o legislador permitir que o cidadão retire a vida de outrem caso sofra agressão e por outro lado impedir que o mesmo tenha os mesmos recursos do seu agressor.

Não precisa ser conhecedor da lei ou da ciência para saber que o maior bem de uma pessoa é a vida. Qualquer animal, ao se sentir ameaçado, reagirá a fim de proteger a sua integridade e a sua vida. E assim, entre a vida de alguém de bem e a de alguém que escolheu voluntariamente o caminho torto, que prevaleça aquela.

Portanto se democracia e o estado democrático de direito existir de fato nesta terra, espera-se que as instituições – poder legislativo e judiciário – não retrocedam e sustentem o referido decreto nº 9785, uma vez que está dentro do seu poder regulamentar e apenas concretizou um anseio da maioria dos cidadãos que elegeu o atual presidente.

[Raphael Junqueira](mailto:raphaelfjd@terra.com.br) raphaelfjd@terra.com.br Advogado e servidor público, pós graduado em direito penal e em gestão e normatização de trânsito e transporte.

Reportagem 3

OPINIÃO

A hipocrisia dos senadores que impedem que cidadão tenha arma ao mesmo tempo que recebem escolta armada

19/06/2019 às 10:12



2188 Compartilharam isso

Não adianta, os enclausurados de Brasília, aqueles políticos que vivem num mundo de fantasia, longe da violência e dos problemas reais do Brasil, parecem determinados a impedir que a vontade do povo seja feita. A qualquer custo.

Mesmo que isso signifique escancarar a própria hipocrisia e a falta de vergonha na cara desses representantes. Ao mesmo tempo em que impediam o acesso dos cidadãos ao porte de armas para se protegerem da violência, os senadores eram agraciados com escolta armada para se proteger da violência.

O resumo perfeito do Circo Brasil. Senadores que dizem que armas não trazem segurança, mas quando se sentem ameaçadas, vão correndo atrás de armas para se proteger.

É prova cabal de que boa parte dos nossos políticos ainda se acham infinitamente superiores ao povo. A vida deles vale mais, por algum motivo.

Kajuru Goiás que vergonha meu senhor. O ÚNICO Senador de Goiás que votou para tirar o direito do cidadão de bem se defender de modo eficaz. Agiu como um amador e colocou seus eleitores à mercê da violência. Fez uma leitura péssima do decreto e se mostrou completamente desinformado sobre os pré-requisito para a posse. É com esse nível de preparo que tem coragem de fazer *live* se autoproclamando "empregado do povo"? Você não serviu ao povo com seu voto. Você só o deixou mais desprotegido.

Tomara que os deputados entendam de uma vez que a função do congresso não é fazer contraponto automático ao presidente. Mas sim realizar a vontade popular, principalmente a vontade popular expressa em referendo.

(Texto de Frederico Rodrigues)

Reportagem 4

OPINIÃO

Os canalhas não passarão!

16/08/2019 às 10:51



1265 Compartilharam isso

Eu sei. Escrevo em estado de indignação, que não é apenas má conselheira. É, também, má redatora. No entanto, este teclado, por vezes, é meu psicólogo, meu psiquiatra e meu diretor espiritual...

Na noite de 14 de agosto, o Congresso Nacional aprovou lei que, em seu artigo 1º, define “os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído”. A incompetência do texto já começa a se manifestar nesse primeiro artigo que, reduzido à sua estrutura fundamental, define os crimes de abuso cometido por quem comete abuso, o que, convenhamos, é um erro de colegial.

Nos últimos anos, começamos a tomar consciência de que os bandidos, em nosso país, dispõem de garantias sem similar. A legislação comina penas que não são cumpridas. Tudo, exceto o mau estado do sistema prisional, estimula a reiteração das práticas criminosas. A atividade é altamente rentável e de baixo risco; a vida honesta, um negócio mau e arriscado: trabalha-se para o Estado e para estruturas criminosas que atuam em diversos níveis.

Eram conhecidas as dificuldades para conferir maior segurança à sociedade. Elas eram um pouco de natureza policial ou repressiva e, muito, de ordem ideológica, judicial, política, sociológica, psicossocial e o que mais a inventividade possa conceber para vitimizar o bandido e fazer, de sua vítima, mero ovo quebrado na omelete da reengenharia social. A Lava Jato, sob amplo reconhecimento nacional, rompeu o círculo de ferro da corrupção, destruiu o pacto de silêncio, a omertà. Fez algo que não tem perdão. A lei do abuso de autoridade nasceu na maternidade dessa Camorra tupiniquim. É uma lei inimiga da Lei. Quando a nação anseia por um garantismo do cidadão de bem, ela veio dar alegria à bandidagem, aos corruptos, aos corruptores e seus representantes.

Com a frouidão das leis que temos, com as malícias e malefícios do garantismo penal, precisamos de um “garantismo social” que proteja a sociedade e, especialmente, as vítimas. Pois nesse exato momento, o Congresso, na contramão das expectativas nacionais, aprova a lei do abuso de autoridade. Ela veio recheada de má intenção, numa deliberação trevosa, obscura, em que os votos não têm nome nem rosto, em que os covardes se escondem nas legendas e estas se dissimulam num acordão.

Li a lei. Ela não esconde sua função inibidora. Novos temores e inseguranças se acrescem às dificuldades inerentes a toda persecução criminal. Ela é a glória do garantismo! Vai contra tudo pelo que a sociedade aguarda. Para os que a conceberam, para os autores dessa agressão a todos nós,

bandido bom é bandido na rua. Corrupto bom é corrupto legislando, julgando, distribuindo ficha para concessão de habeas corpus.

Se essa lei for sancionada, todo policial, todo promotor, todo juiz, todo fiscal, todo agente público, enfim, irá, prudentemente, priorizar a própria segurança e não a segurança da sociedade. Será preferível não agir, tantos são os incômodos e as penalizações a que sempre estarão sujeitos por motivação dos advogados dos bandidos e suas alegações, perante um Poder Judiciário já marcadamente leniente e garantista. Não dizem haver seis votos contra prisão após condenação em segunda instância no STF?

Bem ao contrário do que afirmam os que erguem a voz em sua defesa, a nova lei não foi pensada com os olhos postos no “cidadão comum”. Ora, senhores! Por favor, não nos tomem por tolos! Essa lei nasce de caso pensado, olhos postos nos inimigos da sociedade.

[Percival Puggina](#) Membro da Academia Rio-Grandense de Letras, é arquiteto, empresário e escritor e titular do site www.puggina.org, colunista de dezenas de jornais e sites no país. Autor de Crônicas contra o totalitarismo; Cuba, a tragédia da utopia; Pombas e Gaviões; A tomada do Brasil. Integrante do grupo Pensar+.

Reportagem 5

OPINIÃO

Se uma mãe tiver que chorar, que seja a do bandido. SEMPRE!

20/08/2019 às 19:45



1185 Compartilharam isso

Há quase 20 anos, em junho de 2000, acontecia o fatídico sequestro do ônibus 174. Seu desfecho desastroso custou a vida de uma professora grávida.

Naquela ocasião, a ordem era NÃO ATIRAR. Devia-se, a qualquer custo, evitar a morte do delinquente. Tal determinação, então, causou a morte de uma inocente. A destruição de uma família.

Este episódio causou uma revolução no treinamento do Batalhão de Operações Especiais da PMERJ. Nas últimas 2 décadas, o BOPE tornou-se uma referência mundial, ao lado de SWAT, YAMAM e GSG-9.

Manteve-se, porém, sub-utilizado pelos governos progressistas que alternaram no comando do estado Fluminense.

Hoje, com Witzel como Comandante em Chefe da Polícia Militar, o sequestro do coletivo teve um desfecho completamente diferente.

É o resultado do respeito ao cidadão de bem. A ordem, agora, é evitar a morte de INOCENTES, a qualquer custo. Ainda que custe a vida do marginal.

Como disse o governador: "O ideal seria que todos saíssem com vida. Mas tivemos que tomar uma decisão".

E tomaram a decisão acertada. Se uma mãe tiver que chorar, que seja a do bandido. SEMPRE!

É esse o "diálogo cabuloso" que a direita tem com os criminosos.

Não gostou? Chora no banho que é lugar quente.

PARABÉNS, PMERJ.

PARABÉNS, GOVERNADOR!

"Quem poupa o lobo, sacrifica as ovelhas". (HUGO, Victor)

[Felipe Fiamenghi](#) O Brasil não é para amadores.

Reportagem 6

OPINIÃO

Resposta à “imprensa marrom”

21/08/2019 às 13:08



“
“
O mal, a irresponsabilidade e o oportunismo político foram encarnados por Witzel, governador do Rio, candidato desde já a presidente. Seu comportamento foi cruel, para dizer o mínimo
Ricardo Noblat, colunista de VEJA
”
”

571 Compartilharam isso

“O mal, a irresponsabilidade e o oportunismo político foram encarnados por Witzel, governador do Rio, candidato desde já a presidente. Seu comportamento foi cruel, para dizer o mínimo”. Ricardo Noblat, colunista da Veja.

Noblat, por que você não escreve sobre a recentíssima condenação do Haddad?

Vai dormir!

Cidadão de bem não se porta como se portou o sequestrador, entrando em um ônibus com simulacro de arma e galão de gasolina.

Cidadão de bem acorda cedo e vai trabalhar para sustentar a família.

Cidadão de bem não defende bandido em matéria na imprensa.

Meus parabéns ao sniper da Polícia Militar e ao governador Witzel.

Graças ao Policial Militar, dezenas de pessoas tiveram a vida preservada.

O Policial foi competente, ágil e efetivo.

Deu uma verdadeira lição exemplar de agir no estrito cumprimento do dever legal.

Resumindo: mais 1 CPF cancelado da bandidagem.

[Pedro Lagomarcino](#) Advogado em Porto Alegre (RS).

Reportagem 7

POLÍTICA

Pacote anticrime foi elaborado “para ser temido por marginais e não pelo cidadão de bem”, diz Bolsonaro

03/10/2019 às 18:04



56981 Compartilharam isso

O presidente Jair Bolsonaro declarou nesta quinta-feira (3), que o pacote anticrime, em tramitação no Congresso Nacional, foi elaborado “para ser temido por marginais e não pelo cidadão de bem”. Ele fez críticas a “órgãos da Justiça e do Ministério Público, que buscam transformar auto de resistência em execução”.

“O ativismo em alguns órgãos da Justiça e do Ministério Público na política busca, cada vez mais, transformar auto de resistência em execução. É doloroso você ver um policial chefe de família preso por causa disso. Muitas vezes vemos policiais militares serem alçados por uma função, aí vem a imprensa dizer que ele tem 20 autos de resistência. Tem de ter 50. É sinal de que ele trabalha, que faz sua parte, e de que ele não morreu”, disse o presidente, na cerimônia de lançamento das campanhas publicitárias a favor do pacote, no Palácio do Planalto.

Autos de resistência ocorrem quando policiais usam dos “meios necessários” para efetuar prisões contra pessoas suspeitas de terem praticado um crime. Já o excludente de ilicitude, ao classificar essa ação como legítima defesa por parte do policial, exime dele, qualquer ilícito consequente. As duas ferramentas jurídicas estão entre os pontos polêmicos do pacote anticrime original apresentado pelo governo. Segundo seus críticos, tanto os autos de resistência como os excludentes de ilicitudes seriam uma espécie de carta branca para a polícia matar.

“Queremos mudar a legislação para que a lei seja temida pelos marginais e não pelo cidadão de bem. Esse é o espírito da lei e o objetivo da propaganda do projeto anticrime”, disse o presidente referindo-se à campanha anunciada no Planalto.

Ao defender o pacote, Bolsonaro disse serem muito comuns casos de policiais presos injustamente por apenas cumprirem suas funções. “Quantas vezes visitei o presídio da PM [Polícia Militar] em Benfica, no Rio de Janeiro, e conversei com os homens da segurança que estavam no comando, com policiais e com bombeiros presos. Conversando com eles, não mais que sentimento, tive a certeza de que, lá dentro, tinha muitos inocentes. Basicamente por excessos. Pode, de madrugada, na troca de tiro com marginal, policial dar mais de dois tiros e ser condenado por excesso? É um absurdo isso.”

O presidente disse ter a certeza de que o Congresso vai aprovar o pacote anticrime. “Não raras vezes fui ao Cemitério Jardim da Saudade acompanhar o enterro de policiais militares, militares das forças armadas e civis vítimas por criminosos. Tenho certeza de que haverá o consentimento do Parlamento, e a proposta será aprovada. E aquele que, por ventura, no futuro, quiser praticar um crime, vai pensar muito antes de cometê-lo, porque saberá que certas regalias

como saidões deixarão de existir. Saidão pode existir, mas da cela para o pátio da prisão”, disse o presidente, ao pedir a colaboração de parlamentares para aprovar o pacote.

*Com informações Agência Brasil
da Redação

Reportagem 8

SOCIEDADE

O nordeste brasileiro se organiza para receber grande evento da direita conservadora

14/10/2019 às 10:53



2047 Compartilharam isso

Uma série de encontros entre membros do governo, lideranças e mídias de direita, estão programados para visitar pontos estratégicos do Nordeste; o primeiro deles será em Recife, dias 07 e 08 de novembro de 2019, no Hotel Grand Mercure.

O I FÓRUM DOS CONSERVADORES DO NORDESTE tem como objetivo principal:

"Conclamar todos os Nordestinos participantes do I FÓRUM DE CONSERVADORES DO NORDESTE a construir uma sociedade verdadeiramente Livre, Justa, Solidária e apresentar como seus principais eixos de luta a valorização social, moral, profissional e política do cidadão de bem, como a integração da sociedade por meio de medidas econômicas, sociais e políticas sem caráter excludente e discriminatório. Reconhecer a pessoa como centro e razão fundamental de todo o processo social, econômico e político e, assim sendo, afirmar que o Estado deve estar sempre a serviço da sociedade e não a sociedade a serviço do Estado."

Além de organizar movimentos de lideranças, o projeto itinerante produzirá um documento que servirá de base para toda a condução política da direita na região.

As inscrições e informações sobre a programação e hospedagem estão no site:

www.conservadoresnordeste.com.br

Confira os convidados.

Reportagem 9

TEMA LIVRE

Um outro ângulo do tapa na cara que lavou a alma do cidadão de bem (veja o vídeo)

07/11/2019 às 15:14



1519 Compartilharam isso

Há muito tempo que o pseudojornalista Glenn Greenwald vem insultado às famílias brasileiras, denegrindo a reputação de pessoas honradas.

Faz isso amparado e escudado pela bandidagem que ainda permanece em cargos importantes em todos os poderes do país.

O mau-caráter se esconde atrás de um equivocado 'sigilo da fonte' para manusear mensagens roubadas e criar versões absurdas.

Usa a extrema-imprensa para ofender e mentir.

Nesta quinta-feira (7), quando foi surpreendido para um debate com Augusto Nunes, onde não teria a menor chance, partiu para o insulto.

Apanhou na cara! É possível ver e ouvir o tapa certo de Augusto em Glenn.

Veja o vídeo:

da Redação

Reportagem 10

OPINIÃO

Mais um mantra da esquerda é derrubado: Número de armas legais cresce e crimes violentos caem

31/12/2019 às 08:40



3030 Compartilharam isso

Para surpresa de absolutamente ninguém, mais um mantra da esquerda é derrubado pela realidade.

Dia e noite somos bombardeados pela falácia progressista de que o direito à legítima defesa precisa ser suprimido em nome de uma sociedade menos violenta.

Em resumo, a mídia demoniza as armas de fogo, colocando-as a sempre como as responsáveis por crimes violentos.

Mais que isso, fazem questão de nunca evidenciar a distinção entre armas legais nas mãos de cidadãos de bem, utilizadas para proteção pessoal e armas ilegais, de alto calibre, utilizadas por criminosos para cometer crimes contra o cidadão de bem.

A narrativa oficial da mídia só se incomoda com a primeira opção, ainda que seja a segunda a real causa da violência.

Mas a verdade sempre aparece.

Com o governo Bolsonaro restaurando alguma facilidade para a obtenção de armas legais (mesmo atrapalhado pelo STF e pelo Congresso), o número de registros cresceu, o que significa mais armas na sociedade.

Só que, para desespero do sistema midiático-esquerdista, os crimes violentos incluindo homicídios, tiveram uma queda geral.

O que mais uma vez comprova, armas legais nas mãos dos cidadãos não contribuem para o aumento de crimes. Logo a esquerda não tem nenhum argumento plausível para proibir o cidadão de se defender de forma eficaz contra os crimes que geralmente acontecem em números muito maiores e em governos de esquerda.

É, fica muito difícil fazer sentido quando a realidade é sua inimiga.

Conheça o blog do autor: <https://www.fredericorodrigues.com.br/>

Reportagem 11

[TV JCO](#)

Sargento Fahur destrói as narrativas da esquerda e da grande mídia

04/06/2020 às 18:25



2893 Compartilharam isso

O deputado federal Sargento Fahur (PSD-PR) criticou duramente a participação de torcidas organizadas e Antifas nas últimas manifestações; comentou sobre a onda de violência nos Estados Unidos e Europa; e falou ainda sobre a saída do juiz Sergio Moro do governo. Confira alguns destaques: Torcidas organizadas e terroristas pela democracia?

“As torcidas organizadas estavam com saudade de apanhar da polícia, e deram um jeitinho, mesmo com o futebol parado. São baderneiros travestidos de torcedores. Tem exceções, tem pessoas ali que tem boas intenções, querendo um Brasil melhor, mas a maioria trata-se de baderneiros. Protesto que tem violência contra pessoas e protesto onde se queima a bandeira do Brasil, para mim, é coisa de vagabundo.”

Um deputado decepcionado com a grande mídia

“Eu sempre respeitei a imprensa, só que estou tendo uma decepção gigantesca com a grande mídia. Eles estão atacando de todas as maneiras o governo Bolsonaro, qualquer atitude do presidente é motivo de crítica. Quando tem manifestação pró-Bolsonaro, vai contaminar, vai matar, isso e aquilo... agora, quando é contra Bolsonaro, quando é bagunça, baderna de torcida organizada e outros infiltrados, aí pode, aí não tem coronavírus, não tem nada, eles se calam e elogiam.”

Sergio Moro, uma criança birrenta

“Como todo cidadão brasileiro, cidadão de bem, fiquei chateado com a saída do ministro, no primeiro momento, depois eu vi, analisei, com 56 anos de idade e 35 anos de Polícia Militar, o presidente Bolsonaro está certíssimo. Eu não esperava que o ministro Sergio Moro saísse desse jeito, igual criança birrenta, atirando para todos os lados, tentando desestabilizar o governo”.

Uma receita para a paz: pancada, bomba e gás

Questionado se as forças de segurança do Brasil estariam preparadas para conter ondas de violência patrocinadas pela extrema esquerda, como vem acontecendo nos Estados Unidos e Europa, Sargento Fahur tem uma receita simples e infalível:

“Nós estamos preparados, quem não está preparada é a imprensa, porque a imprensa vai meter o pau na polícia, nas forças armadas, forças de segurança que estiverem nas ruas, porque esse tipo de manifestação não se combate distribuindo rosas, tem que ser pancada, bomba e gás!”.

da Redação.

Reportagem 12

OPINIÃO

Resposta informal e avassaladora ao ministro Celso de Mello

02/06/2020 às 14:02



15904 Compartilharam isso

Após testemunhar, estarecido, as “manifestações democráticas” (assim disse parte da imprensa), promovidas por integrantes de torcidas organizadas, aqui em São Paulo, cujos liames com o crime organizado foram noticiados já de longa data, deparei-me com a “mensagem particular” de Celso de Mello, ao que conclama os demais ministros do STF a “resistir” ao que chamou de “destruição da ordem democrática” e “instauração de uma desprezível e abjeta ditadura militar” no Brasil. Nesse intento, comparou Brasil de hoje à Alemanha pós I Guerra, quando lá se instalou a “Constituição de Weimar”, que ele qualifica como “progressista, democrática e inovadora”.

Será mesmo? Vejamos.

A “República de Weimar” durou, na Alemanha, de 1919 até 1933. A então “Constituição de Weimar”, que transformou o Império Alemão em uma República Parlamentar (e socialista), é um texto colocado lado a lado, pelos historiadores do Direito, às Constituição Mexicana de 1917 e Constituição Soviética de 1918.

Ou seja, é francamente socialista. Na evolução dos Direitos Humanos, corresponde à II Fase Histórica – e hoje já ultrapassamos a III Fase, vivemos uma novíssima Era (que eu reputo como a IV Fase dos Direitos Humanos), surgida na revolução tecnológica (aponto a internet, em 1992) e no surgimento da engenharia genética (1996, com a ovelha Dolly). Estamos em outro mundo, outra realidade, não parece?

Além da Alemanha ter sido derrotada na I Guerra e sofrido as pesadas penalizações impostas pelo Tratado de Versalhes ao país, um grande número de economistas (Adam Fergusson, Ludwig Von Mises, Theo Balderston, Gerald Feldman, dentre outros), apontaram que a Constituição de Weimar também foi influente, determinante e até decisiva para a gravíssima crise econômica e hiperinflação que a Alemanha sofreu ao longo da década de 20 do século passado. Nesse período, cuja fase mais aguda se deu entre janeiro de 1922 e dezembro de 1923, a hiperinflação alemã chegou a 1.000.000.000% (um bilhão por cento), sendo que marcou 29.500% a.m. (vinte e nove mil e quinhentos por cento ao mês), em outubro de 1923, com uma média de 21% ao dia!

Considerando isso, sr. ministro: não, a Constituição de Weimar não foi “progressista”. Ela, no mínimo, ajudou a causar o caos econômico na Alemanha pós I Guerra.

Seguindo na análise, a referida Constituição de Weimar foi mesmo “democrática”? Um detalhe que poucos historiadores apontam é que essa Constituição permaneceu em vigor durante toda a existência do III Reich, com dois detalhes: no período de 1933 a 1945, foram restritos os direitos individuais (poucos) que ela previa, bem como foram suspensas as eleições. Mais ainda: por um dos artigos dessa Constituição, o 165, foi instituída a participação de empregadores na regulação estatal da economia.

Os movimentos fascista e nazista tomaram por base as disposições estatizantes da Constituição de Weimar para extremá-las (porque tanto nazismo quanto fascismo são estatizantes), criando a organização corporativa da economia entre o Estado e o setor privado (que, aqui, hoje chamamos de “capitalismo de compadrio”), sob a dominação do partido único.

Portanto, sr. ministro, a mim parece que a “democracia” resultante da Constituição de Weimar é meramente questão de hermenêutica, isto é, depende de sua interpretação e aplicação, porque também serviu a uma república socialista e também aos interesses nazistas, oportunamente.

Por fim, essa famigerada Constituição foi “inovadora”? Só se considerarmos na História o quadro geopolítico de 1919 – um século atrás! Ela foi “inovadora” há mais de 100 anos...

Mas dizer que ela ainda o seja, é um rematado absurdo. Só se a pessoa não soube, por exemplo da Grande Fome na China (1958/1962), um programa do Governo Comunista que falava em “igualdade e justiça social”, mas que causou a morte de 45 milhões de chineses. Nesse período, qualquer pessoa com pensamentos opostos ao que estava sendo aplicado, era desqualificada sistematicamente – como o senhor está fazendo agora com a maioria que elegeu o atual Presidente!

Os opositores eram presos, exilados em campos de trabalho forçado e/ou fuzilados sumariamente. “Inovadora” se a pessoa não viu as reformas privatizantes de Deng Xiaoping na China (1978/1992), não viu a Queda do Muro de Berlim, em 1989, ou o desmoronamento da (felizmente) extinta URSS em 1991, e talvez não tenha lido “Perestroika” de Mikhail Gorbachev.

Em resumo, sr. ministro, hoje a Constituição de Weimar é “inovadora” só para quem parou no tempo e não avançou além da II Fase dos Direitos Humanos.

Acrescento ainda que a maioria eleitora hoje considera o sistema político e econômico do socialismo como um câncer, que corrói e destrói a riqueza de um país, faz cair o PIB e estabelece “igualdade” só na miséria, como vemos dos exemplos de Cuba, Venezuela e Coreia do Norte.

Prosseguindo, vamos analisar quem quer a “destruição da ordem democrática”.

O eleitorado de Bolsonaro, do qual faço parte, atingiu quase 58 milhões de pessoas. O atual Presidente, portanto, foi eleito democraticamente. Até o presente momento, na administração do Executivo, não cometeu um único ato inconstitucional e/ou ilegal, conquanto tentem, falsamente, imputar-lhe tais condutas.

Pelo contrário, tem-se mostrado resiliente aos ataques caluniosos, injuriosos e até criminosos que vem sofrendo desde a época das eleições, se colocarmos como marco inicial desses ataques a facada que sofreu em setembro de 2018, mas não realizou prisões arbitrárias, não fechou partidos nem colocou-os na ilegalidade, não pôs tanques e tropas nas ruas, sequer perseguiu minorias ou políticos de oposição. Suportou estoicamente toda sorte de investigações em sua vida, todo tipo de achinche indevido.

Aqui neste eleitorado, e falo por mim e muitos de meus amigos e seguidores (tenho alguns), posso dizer que não há “nazistas” nem “fascistas”, como socialistas rancorosos e ora histéricos gritam a todo momento. Aliás, muito pelo contrário.

Pelo meu turno, posso dizer que sou francamente neoliberal. Proponho e luto por um Estado mínimo, que não atrapalhe o desenvolvimento econômico do Brasil e que cumpra suas funções básicas, o tripé do Estado Assistencialista, qual seja, Saúde-Educação-Segurança.

Hoje em dia, muita gente está percebendo que os sistemas econômicos estatizantes, como o socialismo ou o capitalismo keynesiano, representam um “freio” ao pleno desenvolvimento de quaisquer nações, e pior ainda fica, quando se percebe que o fascismo e o nazismo também eram sistemas estatizantes! Nessa linha filosófica, alinho-me a Hannah Arendt, e considero que, da mesma forma que o nazismo, o socialismo deveria ser criminalizado.

Daí que a orientação que se percebe, intuitivamente, da maioria que elegeu o atual Presidente é a evolução de um ethos “católico” (que penaliza o lucro e outras formas de remuneração do capital e do trabalho individual) para um outro, “protestante”, que privilegia o esforço individual, o trabalho duro e as ideias geniais, condutas que são bem recompensadas em sistemas econômicos liberal e neoliberal.

Não nos esqueçamos, ainda, da meritocracia inerente aos citados sistemas econômicos – e sim, estou citando Max Weber, neste parágrafo. Veja-se ainda que essa evolução está acontecendo com muito atraso neste país, que não suporta mais os grilhões que um Estado pesado e ineficiente, ainda que bonito no papel, coloca no povo.

Portanto, considero uma ofensa pessoal que o senhor, ministro, tenha imputado, nas entrelinhas, a pecha de “nazista” ou “fascista” a mim e meus amigos coeleitores do atual Presidente. Ninguém aqui quer um Estado pesado como aquele que queria Mussolini (o verdadeiro fascista): “Tudo no Estado, nada contra o Estado e nada fora do Estado”. Aliás, nos repugnamos com a frase “ainda bem que surgiu esse vírus”, como disse um ex-presidiário, “para mostrar que somente o Estado pode resolver isso”.

Há muita gente torcendo por esse vírus, e insuflando crises econômicas, sociais e políticas e até jurídicas, usando esta monstruosa pandemia como palanque! Isso nos causa asco!

Ninguém aqui está chocando nenhum “ovo da serpente”! Aliás, seria interessante que muitos olhassem embaixo dos próprios assentos, quem sabe encontram um, do qual nasceria uma Nêmesis, talvez, contra quem a está procurando para afligir com ela a outros, a quem consideram “inimigos”. Descobririam então que o “inimigo” está no espelho?

Pelo meu turno, em particular, nunca escrevi em prol de uma “intervenção militar”, ou “AI-5”, pelo contrário! Procurei esclarecer as pessoas no sentido de que nada disso existe, até porque como bacharel em Direito, bem o sei que para não há previsões para tão estapafúrdias medidas na Constituição. Mas entendo que essas ideias nasçam nas cabeças de muitas pessoas, já que revoltadas diante das condutas e decisões ininteligíveis que a suprema corte tem reiteradamente cometido, como a instauração desse monstro jurídico que é o “inquérito” aberto pelo tribunal com base no regimento interno, fora das suas competências constitucionais, e pior ainda, usurpando-as da Polícia e do Ministério Público.

Pelo que estudei na faculdade de Direito, o juízo que investiga, acusa e julga, tudo ao mesmo tempo, se chama “juízo de exceção”, e é execrado em nosso ordenamento constitucional. Até leigos em Direito já o perceberam, e isso é abjeto.

Não somente: é evidente que houve, sim, crime de abuso de autoridade, objetivamente, conforme o artigo 28 da Lei 13.047/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) na divulgação da íntegra de um vídeo classificado como secreto e cujo teor não tem nada a ver com o objeto de “investigações”, quaisquer que sejam, muito menos as que sequer deveriam estar sendo promovidas por um ou por um grupo de magistrados.

Divulgação cujo efeito, aliás, deve ter sido o oposto do aparentemente pretendido, e suponho que tenha havido muito ranger de dentes quando foi constatado que o apoio ao atual Presidente disparou nas redes sociais, após a condenável, quiçá desprezível, divulgação.

Como pretender, então, que o cidadão de bem siga as leis que a suprema corte ignora, ou quiçá viola frontal e literalmente? Não seria essa a “Ditadura do Judiciário” à qual Rui Barbosa se pronunciara? Que exemplo tem o cidadão da conduta reta e proba? Quem quer instalar uma “Ditadura” neste país, afinal de contas? Quem quer “destruir a democracia”? Quem está afrontando quase 58 milhões de votos? Como está mesmo na “Cartilha de Lênin”, “acuse-os do que você faz”?

O que está parecendo a muitos é haver uma estarrecedora “caça de motivos” quaisquer, uma verdadeira “inquisição medieval”, que Torquemada não faria melhor, para derrubar um Presidente democraticamente eleito, com base em um amontoado de suposições caluniosas e rancorosas de derrotados (repito, histéricos) nas últimas eleições, ou de pessoas que só querem o retorno ao status quo ante do atual governo, durante o qual muita gente se locupletava com baldes de dinheiro dos contribuintes.

Por óbvio, no pé em que nos encontramos, após a divulgação da estúpida mensagem que o senhor direcionou aos demais ministros, evidenciado o ânimo que demonstrou diante do eleitorado vencedor nas últimas eleições e contra o atual Presidente, suponho que, como defensor da ética judicial, declare-se suspeito para condução de investigações ou inquéritos que afetem Jair Bolsonaro, ou seus familiares. É o mínimo que se espera de alguém tão supremo em seus conceitos morais.

Porém, se esperança há, seria bem vindo que aproveitasse a oportunidade para pedir sua aposentadoria, antecipadamente. O senhor já fez tudo o que poderia (até o que não poderia,) para o Brasil.

Muito obrigado.

Fábio Talhari

ANEXO B

REPORTAGENS DO JORNAL PRAGMATISMO POLÍTICO (ESQUERDA)

Reportagem 1

BARBÁRIE 16/FEV/2019 ÀS 13:30

"Cidadão de bem" mata taxista por nada na frente de uma escola



O corretor Gustavo Correia (reprodução/redes sociais)

Homem que exibia armas de fogo nas redes sociais comete assassinato bárbaro à luz do dia na frente de uma escola em um bairro nobre. Crime provoca revolta: "Teria esse cidadão de bem agido por escusável medo, surpresa ou violenta emoção?"

Um crime bárbaro chocou a cidade de João Pessoa (PB) no fim da tarde desta sexta-feira (15). O corretor de imóveis Gustavo Teixeira Correia, 43, tirou a vida do taxista Damião dos Santos, de 42 anos.

O assassinato aconteceu em um horário de grande circulação de pessoas na frente de um supermercado e de uma escola em um bairro nobre da capital paraibana. Tudo foi registrado por testemunhas e câmeras de segurança.

Segundo a Polícia Militar, a motivação do crime teria sido uma discussão de trânsito. No entanto, imagens mostram (**ver abaixo**) que o bate-boca não durou mais do que 10 segundos.

Pragmatismo Político conversou com funcionários do Supermercado BeMais. Eles afirmaram que houve uma pequena troca de xingamentos entre os homens, até que Gustavo Correia saca a sua arma e dispara vários tiros contra o taxista à queima roupa, sem chances de defesa.

Nas imagens, que foram gravadas pelo sistema de câmeras da escola, é possível ver que o taxista Damião tentava estacionar o carro em frente ao supermercado, em uma vaga reservada para táxis.

Gustavo Correia estava no banco do passageiro no veículo branco que vinha imediatamente atrás. Ele se incomoda com a manobra feita pelo taxista e desce do carro para tirar satisfação com Damião. Segundo a PM, Gustavo estaria voltando para casa, alcoolizado.

A Polícia Militar informou que Damião dos Santos foi alvejado por três tiros. Ele foi socorrido e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa, mas não resistiu aos ferimentos.

O momento do crime:

Fuga

A casa de Gustavo Correia fica a pouco mais de 200 metros do local do crime. Depois de matar o taxista, ele correu para a sua residência e se trancou no imóvel, onde estava a sua esposa.

O corretor apagou as luzes da residência, a polícia foi acionada e iniciou-se uma negociação para que o homem se entregasse. Pelo menos 15 viaturas policiais apareceram no local, incluindo o Grupo de Operações Especiais. Toda a rua foi isolada.

A esposa de Gustavo, que seria advogada, tomou a frente das negociações. Depois de pelo menos três horas, o homem decidiu se entregar. Populares reagiram: “assassino!”.

Veja o momento em que ele se entrega:

Cidadão de bem

As redes sociais de Gustavo Correia foram todas bloqueadas ainda na noite desta sexta-feira (15), provavelmente durante as negociações com a polícia.

Na internet, o homem se autoproclamava um cidadão de bem e posava com armas de fogo. A única rede de Gustavo onde ainda é possível obter alguma informação a seu respeito é o Instagram, embora todas as imagens já tenham sido removidas.

“Gestor hospitalar, Técnico em Radiologia, Corretor de Imóveis, Atirador Desportivo, Atleta de Musculação e Apreciador de uma boa cerveja”, diz o perfil do criminoso no Instagram.

Repercussão

Em João Pessoa, o crime repercute. “Teria esse cidadão de bem agido por escusável medo, surpresa ou violenta emoção?”, questiona uma internauta.

“Sujeito rico, mora em uma bela casa no Bessa, bairro nobre. Logo mais vai ficar solto, enquanto o pai de família está preso numa cova. Esse é o Brasil”, desabafou outro usuário.

“Mais uma vez em briga de trânsito o cidadão armado acha que é dono do mundo. Mais uma vez a arma acabou com a vida de um ser humano”, lamentou outro.

“Não entendi porque a PM, o BOPE, o GATE e o Exército para prender um só assassino. Se fosse numa periferia qualquer, eles invadiriam a casa. Mas como é no Bessa...”, observou mais uma internauta.

Durante a madrugada deste sábado (16) na delegacia, um grupo de manifestantes, familiares, amigos e vários taxista fizeram um protesto cobrando Justiça pelo crime que aconteceu de forma banal em plena luz do dia. Damião era casado e pai de dois filhos, uma jovem de 20 anos e um menino de 8.

Reportagem 2

[MULHERES VIOLADAS](#) 19/FEV/2019 ÀS 12:29

Médico "cidadão de bem" abusava sexualmente de pacientes sedadas



O médico Neandro Schiefler

Nas redes sociais, médico adotava discurso em defesa da ética e da moral e se dizia um homem de família. No consultório, ele abusava sexualmente de pacientes imobilizadas e desacordadas

A Polícia Civil de Itajaí (SC) prendeu, no último sábado (16), o médico Neandro Schiefler, de 39 anos. A operação “Jaleco Branco” cumpriu um mandato de prisão que determina a detenção do homem por 30 dias.

Neandro Schiefler aparece em vídeos abusando sexualmente de pacientes sedadas. Alexandre Carvalho de Oliveira, delegado responsável pelo caso, afirma que as cenas são extremamente fortes.

“As vítimas eram estupradas enquanto estavam imobilizadas e desacordadas. As imagens são chocantes”, relata Alexandre. O médico foi encaminhado ao Complexo Prisional de Canhanduba.

Schiefler atendia como clínico geral na rede pública de saúde em Itajaí. No entanto, os casos de abuso envolvem pelo menos dez mulheres e podem ter ocorrido em várias cidades do litoral de Santa Catarina, por onde o médico passou.

“Cidadão de bem”

Nas redes sociais, o médico Neandro Schiefler adotava um discurso em defesa da ética e da moral e se dizia um homem de família. O casamento de Neandro Schiefler foi uma festa luxuosa amplamente noticiada na imprensa local e elogiada por amigos e parentes.

“Contra a corrupção e tudo de errado que está aí”, Schiefler declarou voto em Jair Bolsonaro (PSL) para a Presidência da República na eleição de 2018.

Suas redes sociais foram tiradas do ar após a revelação do escândalo, mas o caso repercutiu entre internautas. “Quando uma pessoa bate no peito e se declara ‘cidadão de bem’, já sei que tem muita sujeira debaixo do tapete”, publicou um usuário.

Um colega de profissão desabafou: “Poxa, que vergonha! Por isso nem digo mais que sou médico, mas sim que estou Médico. Estes infelizes além de, em sua maioria, serem reacionários, cometem crimes imperdoáveis. Que horror”.

Reportagem 3

[DIREITA](#) 05/MAR/2019 ÀS 11:32

Brasileiro preso nos EUA por pedofilia é mais um "cidadão de bem"



O youtuber brasileiro Danilo Ramscheid

Youtuber brasileiro preso nos EUA por pedofilia e posse de pornografia infantil é mais um "cidadão de bem". Em vídeo, Danilo Ramscheid contou, orgulhoso, que é "bolsominion desde 2014". O rapaz chega a chorar ao falar de Jair Bolsonaro

Kiko Nogueira, DCM

O brasileiro Danilo Ramscheid, 30 anos, foi preso em Winchester (MA), nos EUA, sob acusação de abusar sexualmente de uma menor de idade, posse de pornografia infantil e filmar uma pessoa nua sem o consentimento dela. Mais conhecido como youtuber Malandragem USA, ele foi entregue aos agentes do Departamento de Imigração e Alfândega. O canal de Danilo dava serviços e dicas ilegais para quem queria tentar a sorte nos Estados Unidos. Gostava de ostentar sua "riqueza" para os seguidores.

Ele cobrava para facilitar a ida dos imigrantes que queriam trabalhar ilegalmente, serviço que chamava de "assessoria". Num vídeo, Danilo contou, orgulhoso, que era "bolsominion desde 2014" (*abaixo*). Foi logo depois da facada em Juiz de Fora. Ramscheid aparece chorando, enxugando muco e dizendo que o "mito" é "um cara que eu gosto e que vai mudar o país". Num outro depoimento ensinando o público a dar golpe, Danilo acusa Dilma de ter impedido a saída das pessoas do Brasil, alerta para uma "guerra civil" das "Farc" e diz que Bolsonaro vai melhorar "a nossa imagem". O *Fantástico* lhe dedicou uma matéria no domingo, dia 3. Está sendo mantido na Penitenciária de Plymouth desde o início de fevereiro. Será posto em processo de deportação depois do julgamento. Vive em situação migratória irregular.

Reportagem 4

[ARMAS DE FOGO](#) 21/MAI/2019 ÀS 14:28

Após decreto de Bolsonaro, qualquer cidadão pode comprar um fuzil



Bolsonaro segura fuzil da Taurus

Decreto de Bolsonaro que regulamenta uso e porte de armas no país libera compra de fuzil por qualquer cidadão. Taurus confirma "fila de 2 mil clientes" em busca de fuzis. Críticos falam em "legalização das milícias"

A fabricante de armas brasileira Taurus informou nesta segunda-feira, 20, que o decreto sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, que facilitou o acesso de civis a armamentos, também inclui a possibilidade de a população comprar um fuzil, o T4 semiautomático de calibre 5,56.

À *TV Globo*, a empresa disse aguardar a entrada em vigor da regulamentação para “imediatamente atender os clientes”. “Temos uma fila de 2 mil clientes”, informou a empresa, que tem sede no Rio Grande do Sul. “Estamos preparados para atender em até três dias as demandas dos nossos clientes.”

A Casa Civil, ligada ao Palácio do Planalto, disse que o decreto não enquadra o fuzil T4 como arma de uso permitido. Segundo o órgão, a arma “é de uso restrito e, por isso, o cidadão comum não consegue adquiri-la”. “A informação não procede”, declarou.

Em 2017, quando Bolsonaro já se apresentava como candidato à Presidência, ele esteve em um stand da Taurus durante uma feira de produtos de segurança e disse que o T4 seria liberado para alguns grupos.

“Se eu chegar lá, você, cidadão de bem, vai ter num primeiro momento isto aqui em casa (e aparece segurando uma pistola). E você, produtor rural, no que depender de mim, vai ter isto aqui também (e aparece segurando um fuzil T4). Cartão de visita para invasor tem que ser cartucho grande mesmo, com excludente de ilicitude, obviamente.”

O decreto do presidente aumentou o limite da energia cinética das armas permitidas para 1.620 joules; a Taurus diz que a energia cinética do seu T4 é de 1.320 joules.

Bolsonaro assinou o decreto no dia 7 e, entre as mudanças, o documento liberou o uso de armamento restrito. Além disso, o texto prevê que 19 categorias não tenham de comprovar a efetiva necessidade para portar armas.

O texto é contestado pelo Ministério Público Federal na Justiça e por partidos no Supremo Tribunal Federal.

Poder de fogo

“O T4 é um fuzil de assalto, de uso militar policial. A versão que vai estar disponível para o civil não tem essa opção de rajada. É tiro a tiro. E essa, sim, se o cidadão cumprir todos os quesitos

legais vai poder ter um desse em casa”, explicou Benê Barbosa, especialista em armas e integrante do Movimento Viva Brasil.

A medição do poder de fogo de uma arma é feita pela quantidade de energia liberada no momento do disparo, a energia cinética. Até antes da assinatura do decreto, os brasileiros só podiam comprar armas com energia cinética até 407 joules. Isso se refere a revólveres, de calibres 32 e 38, e pistolas de calibre 380.

Após o anúncio da fila de 2 mil clientes para compras de fuzis, as ações da Taurus na Bolsa de Valores operavam em forte alta nesta terça-feira (21). Os papéis preferenciais da fabricante de armas tinham alta de 8,48%

Armas autorizadas antes do decreto:

- Revólveres, de calibre 32 e 38
- Pistolas de calibre 380

Armas liberadas com o decreto:

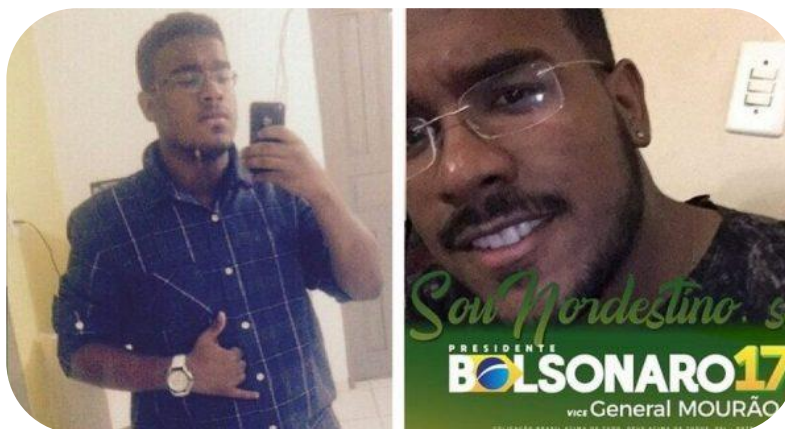
- Pistola de calibre ponto 40
- Pistola nove milímetros
- Pistola de calibre 45
- Carabinas semiautomáticas
- Fuzil T4

Informações da agência estado.

Reportagem 5

[MULHERES VIOLADAS](#) 05/JUN/2019 ÀS 20:09

Universitário agride árbitra de futebol e imagens causam revolta



O estudante Rodrigo Quixaba se declarava fã de Jair Bolsonaro nas redes sociais. Ele apagou seus perfis após agredir uma mulher

Estudante agride a socos, de maneira covarde, uma árbitra de futebol após receber o cartão vermelho durante uma partida na Universidade Federal do Delta do Parnaíba. O jovem, que se declara fã de Bolsonaro e “cidadão de bem”, apagou todas as suas redes sociais e está foragido

Uma árbitra de futebol foi covardemente agredida pelo estudante universitário Rodrigo Quixaba, de 30 anos. As agressões foram captadas em vídeo e deixaram internautas indignados (*vídeo abaixo*). O caso aconteceu durante uma partida de futsal do campeonato da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), no Piauí. A vítima é a árbitra Eliete Fontenele, de 42 anos. Rodrigo é estudante de engenharia de pesca e encontra-se foragido até a publicação deste texto. A polícia realiza diligências desde a noite de segunda-feira (3) para capturá-lo. A delegada Anamelka Cadena, diretora da Secretaria de Segurança Pública, declarou que o caso tem que ser analisado e investigado para saber se enquadra na Lei Maria da Penha. “Infelizmente são casos que acontecem no nosso dia a dia, dentro dos lares; quando são filmados ou fotografados chocam muito, é uma situação que a gente tem que usar todos os meios para responsabilizar quem pratica. Só a investigação que vai identificar qual a modulação jurídica que vai ser enquadrada, mas houve uma agressão física, foi visível”, afirmou a delegada. O jovem, que se apresenta nas redes sociais como fã de Jair Bolsonaro e “cidadão de bem”, ainda chegou a ser perseguido por estudantes logo após desferir os socos, mas conseguiu fugir. Ele deletou todos os seus perfis nas redes sociais.

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba divulgou uma nota sobre o episódio:

“A Direção do Campus Ministro Reis Velloso vem, por meio desta nota, tornar público o REPÚDIO de toda e qualquer ameaça ou agressão ocorrida nas dependências do Campus.

Recentemente tivemos dois episódios lamentáveis, um de agressão durante atividades esportivas concordadas aos alunos e um outro episódio de ameaça à família de um professor do campus. Em ambos os casos serão aplicadas as normas regimentais assim como o Campus contribuirá com os órgãos de segurança e os procedimentos legais adotados em cada caso. Os processos de sindicância oficiais serão iniciados imediatamente para que sejam tomadas as providências legais. Será nomeada uma comissão para apuração administrativa, cooperando com os demais órgãos, também acionados, para elucidação do caso, seguindo os ritos da lei e os regramentos institucionais. Sobre o ocorrido durante um evento esportivo entre estudantes nesta segunda-feira,

esta Direção vem a público informar que, a partir de então, estão proibidas todas as atividades na quadra esportiva do Campus até a apuração do referido caso.

Desta forma, a Direção reitera seu compromisso com a integridade e o respeito entre os agentes da comunidade acadêmica e comunidade externa, norteando-se sempre pelos aspectos normativos desta Instituição de Ensino Superior, ao tempo que se solidariza com as vítimas e enseja o movimento contra todo tipo de violência. Manteremos a comunidade informada dos desdobramentos legais, dando toda transparência a investigação para os dois casos citados”.

Reportagem 6

[TRÁFICO DE DROGAS](#) 27/JUN/2019 ÀS 11:22

[Militar preso com 39kg de cocaína é mais um "cidadão de bem"](#)



O sargento da aeronáutica Manoel Silva Rodrigues, preso com 39kg de cocaína.

Sargento da aeronáutica preso com 39kg de cocaína em avião presidencial é mais um "cidadão de bem". Nas redes sociais, Manoel Silva Rodrigues publicava fotos fazendo arminha com as mãos em passeatas pró-Bolsonaro. Ele acompanhou o presidente em outras viagens. Manoel Silva Rodrigues é o nome do [militar brasileiro preso em Sevilha, na Espanha, com 39 quilos de cocaína](#). Ele transportou a droga em um avião presidencial reserva da FAB. O homem é sargento da aeronáutica e faria a viagem de volta como tripulante no avião do presidente Jair Bolsonaro entre Sevilha e o Brasil. Bolsonaro está no Japão para a reunião do G20. O sargento já havia acompanhado Bolsonaro em outra viagem, de Brasília a São Paulo, no dia 27 de fevereiro. Na ocasião, a agenda oficial da Presidência consta que Bolsonaro foi realizar exames médicos na capital paulista.

Informações do Portal da Transparência mostram que Manoel Silva Rodrigues foi reembolsado em R\$ 201 por despesa de viagem em 27 de fevereiro, sob a seguinte justificativa:

SC – 01.52 TRANSPORTE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

No Twitter, Jair Bolsonaro disse que a prisão do militar na Espanha “não tem relação com sua equipe”. Mas o Comando da Aeronáutica divulgou nota dizendo que o “sargento partiu do Brasil em missão de apoio à viagem presidencial”. O governo tem demonstrado desconforto com o episódio e divulgou diferentes versões sobre a participação do militar na viagem de Bolsonaro ao Japão – que tinha escala prevista em Sevilha, repentinamente mudada para Lisboa. Primeiro, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB), afirmou que o militar integraria a equipe do voo no retorno de Bolsonaro para o Brasil. Depois, Bolsonaro e Mourão passaram a dizer que o sargento não tinha relação com a equipe presidencial.

Por fim, o Comando da Aeronáutica confirmou que o sargento estava em “missão de apoio à viagem presidencial”, mas não integraria a tripulação da aeronave presidencial. Ainda segundo o Portal da Transparência, o salário do sargento Manoel Rodrigues é de R\$ 7.298. Nas redes sociais, o militar publicava fotos fazendo arminha com as mãos em atos pró-Bolsonaro e se comportava como um militante da moralidade, da ética e dos bons costumes. Seus perfis foram apagados após sua prisão. Entre 18 e 20 de março, Manoel Rodrigues participou de outra viagem com a comitiva presidencial. O objetivo: “transporte do escalão avançado da Presidência”. Em 24 de maio, o sargento da aeronáutica fez bate-volta de Brasília a Recife, acompanhando Jair Bolsonaro, que passou todo o dia em Pernambuco.

Nesta quarta-feira (26), os senadores Randolfe Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Wetervon Rocha (PDT-MA) apresentaram requerimento para convidar o ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), general Augusto Heleno, para prestar esclarecimentos à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado sobre o caso.

Reportagem 7

[MULHERES VIOLADAS](#) 04/OUT/2019 ÀS 16:19

Veterinária espancada por "cidadão de bem" está sem movimento em um dos braços



Murilo Morais é personal trainer e cantor gospel

Veterinária espancada por "cidadão de bem" está sem movimento em um dos braços. "Nunca tinha visto nada tão brutal", revelou homem que interveio e salvou a vítima

“Ele batia só na minha cabeça. Foi chute, murro. Tive uma fratura completa no rádio e ulna [ossos do antebraço]. Iniciei minha fisioterapia, estou sem movimento do meu braço esquerdo. Tive um corte no supercílio, teve que dar ponto. Graças a Deus, eu não tive nenhuma lesão na cabeça mais grave, mas foi muito violento.”

O depoimento acima é da [veterinária que foi espancada pelo namorado](#), Murilo Morais, na noite de 28 de agosto. O casal, que estava junto há 4 anos, seguia para a igreja no momento das agressões.

Murilo Morais, 33, que está preso preventivamente, trabalha como personal trainer. Cidadão de bem, temente a Deus, Murilo é também “cantor gospel” e tem canal no Youtube. “Quando o mundo cai ao meu redor, eu descanso em Teus braços de amor”, canta ele em um vídeo publicado no youtube, mas que foi removido recentemente.

Murilo responderá por tentativa de feminicídio. Ele só parou de bater na namorada porque um policial civil apareceu na cena do crime. “Nunca tinha visto nada tão brutal”, revelou o policial. Uma câmera de segurança registrou quando Murilo dá socos, chutes e bate a cabeça da vítima várias vezes contra o chão.

De acordo com o policial, ele estava parado na porta do condomínio próximo à praça em que o crime aconteceu, pois a filha dele mora no prédio. “Tinha um carro na minha frente com um casal de idosos e eu vi quando o senhor saiu e começou a gritar: ‘Não faz isso com ela não, não faz não’”, lembrou.

“Eu saí do carro rapidamente. Fui lá ver, e o cara estava dando socos no rosto dela. Eu comecei a verbalizar de longe, pedindo para ele parar que eu era polícia, mas ele não parava”, contou.

As imagens gravadas pela câmera mostram que Murilo se afastou da namorada. Segundo o policial, foi neste momento que o personal foi para cima dele. O temor do agente era que Murilo tomasse a sua arma.

“Eu fiquei cercando ele, nem deixando chegar perto da menina nem chegar perto de mim, e ele dar um bote e tomar a minha arma, porque ele é muito forte. Se pega a minha arma ali, ele podia matar a mim e a ela”, contou.

“Não era normal o jeito que ele estava. Ele não estava com medo, eu apontava a arma a todo tempo, e, mesmo assim, ele vinha para cima de mim, tive que dar um disparo para o alto. Depois do disparo, ele parou de se aproximar de mim”, comentou.

“Eu fiz isso para evitar atirar diretamente nele, para advertir. Mesmo assim, ele voltou na menina, falou alguma coisa e saiu correndo. Aí fui correndo atrás dele para fazer um acompanhamento. A gente correu ali quase meio quarteirão, até ele cansar e uma pessoa ajudar a prendê-lo. A Polícia Militar chegou e fez a prisão. Ele não falou nada”, lembrou.

“A cena foi muito pesada mesmo. Ele chutava muito o rosto dela, pegava distância e chutava o rosto dela com bastante brutalidade. Ela teve o braço fraturado em vários lugares. Ela ficou bem machucada”, relatou o policial, que não quis ter sua identidade revelada.

Reportagem 8

[MULHERES VIOLADAS](#) 16/OUT/2019 ÀS 14:27

["Cidadão de bem" é condenado por estuprar menina de 10 anos](#)



O pedófilo Fred Pontes

Bolsonarista presidente da Associação dos Conservadores praticou atos libidinosos diversos da conjunção carnal com menina de 10 anos. Conhecido por vociferar contra a corrupção e pela "defesa dos bons costumes", será que ele ainda defenderá a castração química?

Mauro Donato, [DCM](#)

Fred Pontes é o típico bolsonarista. Participou de carreata durante a campanha presidencial, trajou camiseta com estampa do rosto de Bolsonaro, vociferou contra a corrupção.

Ele é presidente da Associação Nacional dos Conservadores (Acons), com sede estabelecida em Brasília. Conservador, entendeu? Pela família e os bons costumes. Cara de bom moço.

Pois bem. Fred Pontes acaba de ser condenado em definitivo a 6 anos de reclusão por infração do art. 214, c/c artigo 224, alínea 'a' do Código Penal.

A saber: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso".

O homem de família, o cidadão de bem, já havia recebido a sentença em outubro do ano passado. Recorreu, mas o Tribunal de Justiça da Bahia – por unanimidade – acaba de negar a apelação e manteve a decisão do juiz Paulo Ney de Araújo.

“Condenação confirmada porque a prova carreada aos autos demonstra, de forma segura e conclusiva, que o réu praticou atos libidinosos diversos da conjunção carnal com a vítima, menor de 14 anos de idade, consistentes em retirar a roupa desta e esfregar o pênis na menina e em agarrá-la por trás e passar a mão em sua vagina, condutas que caracterizaram os delitos de atentado violento contra o pudor com violência presumida pelos quais foi corretamente condenado.”

Será que o pedófilo Fred Pontes ainda é a favor de castração química depois disso?

Aos fatos

Treze anos atrás, Fred Pontes tinha 30 anos de idade. Uma menina, com então 10 anos (!!)

foi até sua casa. Era aluna da mãe de Fred, então professora.

O libertino aproveitou-se da situação e convenceu a garotinha a ir até seu quarto, onde se deu a cena descrita acima e que me nego a esmiuçar (quem aprecia sordidez pode consultar o processo, é o 0002298-56.2007.8.05.0146 da Vara Crime de Juazeiro).

O rapaz tem ficha longa na Polícia Civil em Juazeiro e Petrolina. Em 2016, ele despejou toda sua bestialidade contra uma estudante universitária de 18 anos que havia se manifestado pelo Facebook a favor do aborto.

“Olha a cara dessa desgraça. Defende aborto, mas não gosta de homem. Vai pra puta que lhe pariu doidinha. Lambe cu de comunista. No dia que vc engravidar e abortar, aí nós conversaremos. Você na cadeia e eu rindo de sua cara cafajeste”, escreveu Fred. A família da vítima prestou queixa na Delegacia da Mulher.

Naquele mesmo ano, ele já tinha tomado um processo da professora Janaína Guimarães igualmente por injúrias e difamação. Ela trata de questões de gênero na universidade de Petrolina.

Não satisfeito, Fred Pontes invadiu o auditório da universidade durante um debate sobre o projeto Escola sem Partido e quase agrediu outra professora.

Fred Pontes é bolsonarista raiz. Com seu título de “presidente” da aberração chamada Associação Nacional dos Conservadores, já fez conferência via internet com Olavo de Carvalho para tratar de “temas relevantes”.

Adepto de termos chulos, de ataques morais e de misoginia, Fred Pontes agora vai fazer gesto de arminha atrás das grades (entretanto, como não é negro nem pobre, cumprirá em regime semiaberto).

Reportagem 9

[DIREITA](#) 28/NOV/2019 ÀS 15:15

"Cidadão de bem" espanca idoso até a morte em Santa Catarina



Fábio Leandro Schlindwein e Antonio Carlos Rodrigues Furtado

Idoso é espancado até a morte por bolsonarista em Santa Catarina. Vítima é eleitor de Lula e polícia acredita que crime pode ter ocorrido por divergência política

Antônio Carlos Rodrigues Furtado, de 61 anos, foi espancado até a morte na tarde da última quarta-feira (27/11) em Balneário Camboriú, Santa Catarina. As informações são da [imprensa local](#).

O autor do crime é Fábio Leandro Schlindwein, de 44 anos. Segundo o boletim de ocorrência, Fábio estava “muito alterado e proferindo palavras impróprias de cunho ofensivo” quando começou a agredir o idoso.

Mesmo com a vítima no chão, o autor teria continuado com as agressões. Antônio Carlos Rodrigues teve uma parada cardíaca e morreu no local.

“A viatura do SAMU se deslocou ao local e prestou atendimento a vítima que estava em parada cardíaca, entretanto, a vítima não resistiu e veio a óbito no local”, diz o boletim de ocorrência.

Embora a vítima seja eleitor de Lula e um esquerdista histórico da região, as primeiras informações davam conta de que o assassinato não tinha a ver com divergências políticas.

No entanto, a hipótese não é descartada pela polícia, que já começou a ouvir as primeiras testemunhas do crime. O próprio autor do crime admitiu para os policiais que Antônio veio conversar com ele “sobre política”. Ambos se alteraram e as agressões iniciaram.

Testemunhas afirmam que Fábio, que é eleitor fervoroso de Bolsonaro e se declara “cidadão de bem”, é intransigente e tem pavio curto. Segundo a polícia, o agressor é muito mais forte fisicamente do que a vítima.

Ainda de acordo com a investigação, após perceber que poderia ter matado Antonio, o próprio Fábio ligou para a polícia dizendo que estava sendo ameaçado, mas testemunhas desmentiram sua versão e o apontaram como o agressor.

O boletim de ocorrência ainda informa que após as primeiras agressões, “a vítima caiu no chão, e o autor continuou a agredi-lo. Em ato contínuo, a vítima levantou-se e pediu para cessar com a agressão, pedido este ignorado pelo autor do fato. Neste momento, a vítima caiu novamente no chão, desta vez, desacordado”.

Reportagem 10

BARBÁRIE 27/DEZ/2019 ÀS 22:06

"Cidadão de bem" que matou trans em motel ganha liberdade



Leonardo (esq.) é casado e tem filhas. Ele confessou ter matado a trans Marcelle (dir) em motel

Justiça liberta "cidadão de bem" que confessou ter matado trans em motel. Homem é casado, tem filhas e se autopromove defensor da moral e dos bons costumes nas redes sociais

Leonardo Cafer Júnior, de 44 anos, foi libertado pela Justiça de Marília (SP) na última quarta-feira (25). O administrador de empresas é réu confesso no inquérito que investiga o assassinato da transexual Marcelle Brandina, de 23 anos.

No último dia 18 de dezembro, a defesa de Leonardo protocolou um pedido de liberdade provisória, que foi atendido pelo juiz Décio Divanir Mazeto, da 3ª Vara Criminal.

Leonardo, que é casado e tem uma filha, cometeu o crime em um motel após combinar o encontro com a trans pelo celular. Ele foi preso em sua própria casa no dia do crime e admitiu ter assassinado a vítima.

Em depoimento à polícia, o administrador justificou o assassinato de Marcelle como uma “reação emocional”. Segundo ele, a vítima teria pedido dinheiro para não divulgar o encontro dos dois.

“Leonardo disse que chegou sozinho no motel e ficou aguardando a vítima, com a qual havia combinado o programa por meio de um aplicativo. Ele disse que pagou R\$ 100 do programa, mas Marcelle também teria lhe cobrado pagamento de R\$ 60 para o transporte”, conta o delegado Valdir Tramontini.

“Em seguida, o réu teria pago uma nota de R\$ 50 e outra de R\$ 20 e pediu R\$ 10 de troco. Isso teria irritado bastante Marcelle que, segundo ele, passou a exigir a quantia de R\$ 500 para não expô-lo nas redes sociais”, afirmou o delegado.

Marcelle foi morta por estrangulamento e teve o corpo abandonado na zona rural de Marília com todos os seus pertences pessoais, como bolsa e celular. Sem subtração de qualquer bem, a polícia descartou caso de latrocínio — roubo seguido de morte.

Leonardo mora em Oriente (SP), cidade vizinha a Marília, responde na Justiça por homicídio qualificado e pode responder ainda por ocultação de cadáver. Ele deve ser submetido a julgamento pelo Júri Popular, mas ainda não há data prevista.

Nas redes sociais, Leonardo Cafer Júnior se comporta como um homem de família que tem aversão à corrupção. Ele se declara apoiador de Jair Bolsonaro e da Operação Lava Jato. Em uma das publicações, o homem chega a defender Flávio Bolsonaro.

Reportagem 11

NOTÍCIAS 20/NOV/2019 ÀS 16:10

"Cidadã de bem" é presa com 30 kg de pasta base de cocaína em avião

"Cidadã de bem" bolsonarista é flagrada com 30 kg de pasta base de cocaína em avião. Ela teve a prisão preventiva decretada pelo TJ-SP



O avião onde estavam os 30 kg de pasta base de cocaína

Jornal [O Liberal](#), via [DCM](#)

O TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) decretou nesta segunda-feira (18) a prisão preventiva de Janaína de Dominicus da Silva, presa no último domingo em um avião carregado com cerca de 30 kg de pasta base de cocaína que fez um pouso forçado em Elias Fausto.

De acordo com o boletim de ocorrência, a aeronave saiu do aeroporto municipal de Americana no último sábado em direção a Santa Catarina e retornaria para a cidade [de Americana] quando parou em Elias Fausto.

A mulher, de 46 anos, foi detida em flagrante no interior do avião e negou saber da presença do entorpecente.

Ela passou por audiência de custódia no fórum de Monte Mor e o flagrante foi convertido em preventiva (prisão sem prazo para acabar). A reportagem entrou em contato com o advogado da indiciada nesta segunda. Ele disse que retornaria o contato com um posicionamento, o que não ocorreu até a publicação desta reportagem.

Segundo o delegado da DISE de Americana, Luís Carlos Gazarini, a droga encontrada no mercado brasileiro vale em torno de R\$ 600 mil e na Europa pode chegar a R\$ 2,4 milhões. No site da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) o avião de pequeno porte está com a documentação em ordem e apto para voar.

De acordo com o administrador do aeroporto de Americana, Marcos Daniel Araújo, o avião foi locado pelo antigo proprietário há meses, mas não possuía mais contrato desde que ocorreu a venda.

Há cerca de um mês e meio, o piloto pousou no aeroporto porque necessitava de um reparo depois que houve uma pane na estrutura, de acordo com o proprietário da oficina que atendeu o caso. A mulher, que pediu para não ser identificada, afirma que o próprio piloto pediu para ela um lugar para que pudesse guardar o avião por alguns dias.

Ela então conversou com o dono de um hangar e conseguiu que ele a mantivesse lá. No último sábado, um homem e uma mulher chegaram no aeroporto dizendo que retirariam a aeronave para irem até a praia de Porto Belo, em Santa Catarina, ainda segundo a proprietária da oficina.

A aeronave caiu na área de uma fazenda de Elias Fausto. O proprietário acionou a Guarda Municipal, que realizou a prisão da mulher. Janaína é natural de São Roque e possui habilitação para voar. A DISE de Piracicaba apura o envolvimento de um outro homem, que seria o piloto.

Janaína é bolsonarista e 'cidadã de bem', como deixava claro em suas redes:



Janaina de Dominici
18 de setembro de 2018 · 🌐

👍👎👏👍 111 20 comentários
9 compartilhamentos

🔗 Compartilhar

Ver mais 6 comentários

██████████ Nosso futuro presidente...
1 a

██████████ Feia... #SQN...
1 a

██████████ k.com/story.php?
story_tid=247ou3249132934&id=18064
6605828599
1 a

██████████ respondeu · 4 respost*

Reportagem 12

DIREITA 16/DEZ/2019 ÀS 23:10

Bolsonarista aparece em bar usando suástica nazista e polícia não faz nada

Homem que aparece em bar usando suástica nazista é bolsonarista e 'cidadão de bem'. Em longo depoimento, primo se manifesta: "ele enfrenta problemas psíquicos, mas agiu de maneira consciente". PMs que não fizeram nada serão investigados.



José Eugênio Adjuto

A Polícia Civil de Minas Gerais instaurou um inquérito para apurar o caso do homem flagrado com uma braçadeira vermelha com uma suástica ao centro — ao estilo daquelas usadas por oficiais da Alemanha nazista — na cidade de Unaí (MG), a 600 km de Belo Horizonte.

José Eugênio Adjuto, de 57 anos, foi fotografado em um bar no último sábado vestindo o adereço no braço. O inquérito foi aberto pela repercussão nas redes sociais. A Polícia Militar foi acionada por frequentadores do local e enviou viaturas, mas, segundo testemunhas, não o abordou.

Em nota, a PM diz que os policiais que estiveram no local não entenderam que o caso se encaixaria no primeiro parágrafo do artigo 20 da lei de racismo (7.716/1989), que prevê reclusão de dois a cinco anos de prisão e multa.

O texto lista entre os casos passíveis de punição: “fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo”.

Para os PMs, o uso da braçadeira em local público não se enquadrava nos casos citados na lei. A nota diz que o homem foi orientado a tirar a faixa, “para evitar problemas de segurança que poderiam advir em razão da indignação de outras pessoas presentes”.

Os policiais registraram um boletim de ocorrência interno, que é encaminhado pelo Comando da Unidade. Um procedimento administrativo foi instaurado para apurar se a atuação e o protocolo adotado foram adequados.

A Polícia Militar diz que o homem foi abordado por policiais, mas depoimentos de pessoas que estavam no local afirmam que os agentes conversaram apenas com o gerente do bar. E que foi ele quem pediu que o homem tirasse a braçadeira.

Uma nota divulgada pelo bar, no domingo (15), diz que o ocorrido foi “resolvido da melhor maneira possível, por agentes policiais (sem violência) e sob a égide da lei”.

Um vídeo de cinco minutos mostra policiais falando com um homem de camisa preta, que seria o gerente, enquanto o homem com a braçadeira permanece sentado. A polícia vai embora e o homem que trabalha no bar se dirige ao outro, que aponta duas vezes para o braço enquanto conversa, mas fica no local.

Uma pessoa, que pediu para não ser identificada, conta que a PM foi acionada por volta das 19h30 e o homem deixou o local às 21h50. Ele só tirou a faixa três minutos antes de sair.

“A situação é preocupante, porque todo mundo sabe o que foi o nazismo, o terror que aquele símbolo representa, e alguém ostentar aquilo no meio das pessoas assim, sem providência alguma ser tomada, nos deixa com sensação de impotência”, comentou o advogado Danilo Caetano.

Bolsonarista

José Eugênio Adjuto, conhecido como Zecão Adjuto, é pecuarista dono de uma empresa que cria bois para corte, em Unaí. Nas redes sociais, ele se comporta como um militante pró-Jair Bolsonaro, compartilhando inclusive publicações dos filhos do presidente.

O seu primo, Francisco Adjuto, publicou um texto no Facebook, dizendo que “abomina” a atitude do parente e que ele sofre de “problemas psíquicos”. Leia a íntegra abaixo.

Às amigas e amigos do facebook, a todos que me conhecem, e, sobretudo, a quem interessar possa: sou integrante da família Adjuto, portanto, como muitos gostam de dizer aqui em Unaí/MG, sou dos Adjutos. E com muito orgulho.

Sei que a minha família, como todas as outras, têm acertos e defeitos, todos eles inerentes aos seres humanos, mas, irmanada com milhares de outras valorosas entidades familiares, sempre amou e lutou muito para que a nossa cidade chegasse onde chegou, ou seja, num lugar maravilhoso para se viver.

Vi, ontem, com muita tristeza, uma vexaminosa cena de meu primo José Eugênio Adjuto, popularmente conhecido por Zecão Adjuto, sentado em um dos bares mais movimentados da cidade e usando uma suástica nazista em seu braço esquerdo, fato que chamou a atenção de dezenas de pessoas que estavam no referido estabelecimento comercial e de milhões de outras no Brasil e mundo afora, marcadamente nas redes sociais, tendo, algumas delas, até mesmo, chamado a polícia para averiguar a situação, eis que a apologia ao nazismo aqui no Brasil e em diversos outros países do mundo é crime punido com pena até bastante elevada.

Ao ser identificado o meu primo, muitas pessoas passaram a agredir a minha família, os Adjutos, como um todo, coisa que eu absolutamente não concordo, pois não sou responsável pelas sandices de qualquer parente meu, e principalmente levando-se em consideração que os dedos das mãos não são iguais.

Abomino o que o meu parente fez, e, apesar de saber que ele enfrenta sérios problemas psíquicos de saúde, fato que é do conhecimento de várias pessoas que também o conhecem aqui na cidade, sei que ele agiu de maneira consciente, e por isso mesmo, não passo a mão leve na sua atitude, ao contrário, reprovo-a veementemente, eis que isso não é o papel de uma pessoa que pretende viver em uma sociedade plena, fraterna e justa, e, portanto, só me resta pedir desculpas à sociedade unaiense, porque a cidade, mais uma vez, fica famosa no mundo inteiro por causa de imbecilidades aqui praticadas.

Como dito, sou dos Adjutos, mas não vivo de bengala de sobrenome, porém, sempre que puder, vou soerguê-lo, pois tenho muito orgulho dele e de meus ancestrais, sendo de se destacar que a minha família, como um todo, não pode ser execrada por um ato isolado de um dos seus.

Espero que ele acerte as suas contas com a polícia e a justiça pelo que fez, para que aprenda a ter a humildade que a vida nos exige, e, sobretudo, a fim de que não manche os nomes de seus honrados pais, Domingos Brochado Adjuto e Walderez Lepesqueur Adjuto, pessoas boníssimas, honestas, generosas, solidárias, amáveis, trabalhadeiras, e que deram uma excelente e esmerada educação ao seu filho, pois eu sou prova disso.

Se ele não assimilou, não é por culpa deles, que também, de onde estiverem, pois já foram chamados para a vida eterna, devem estar extremamente envergonhados.

Com informações da Folha de São Paulo.

ANEXO C – Comentários de reportagem sobre Jean Wyllys agrupados por categorias

Categoria 1: Associação a crimes

Nome	Comentário	Like	Dislike
<i>Britador</i>	Vai se especializar mais ainda?! O cara já é fera no assunto! 171!	6	14
<i>Osorio abreu silva</i>	Que tal devolver o dinheiro do povo ? Que tal falar menos besteira? Vc nao é vitima de perseguição. Vc é um mentiroso. Isto sim.	236	32
<i>9999BBB</i>	Vai fazer residencia em HAWARD com dinheiro que roubou do povo brasileiro que seria para ONG em Salvador. Tem que extraditar esse ladrão para chegar aqui no BRASIL ALGEMADO.	205	20
<i>José Eduardo Ambra</i>	Segundo consta aqui no Brasil é o provável mandante do PSOL para esfaquear o Bolsonaro por isso fugiu do Brasil O MP ainda quer apurar o mandante que tinha ódio do Bolsonaro e quem paga os quatro advogados do Adélio. Poderia ter sido ele que recebeu Adélio na Câmara. A investigação continua	154	34
<i>Juca tanga</i>	Deve ter conseguido a vaga com o fies dos amigos do lulo kkk	156	28

Categoria 2: Deslegitimação

Nome	Comentários	Like	Dislike
<i>Felipe Airam</i>	Ai sim, cada um dá aulas de sua especialidade. Nessa aula, ele deve ensinar como inventar que foi ameaçado sem dizer por quem, onde e quando. No próximo semestre ele poderia dar aulas de como vender cargo parlamentar também. Parabéns! Felicidades!	12	19
<i>B51</i>	esse será aluno nota 10 pois já é professor nesse tema .	8	12
<i>Avestruzez</i>	VAI DAR AULAS EM CUBA, VENEZUELA, COREIA DO NORTE.... OS ELEITORES DELE SÃO CEGOS MSM!!!!!!!	73	16
<i>FrDavid</i>	Tanta coisa para se preocupar no Brasil, mas a mídia fica perdendo tempo com uma coisa insignificante desta	57	9
<i>Ivaldo Cabral de Lucena</i>	Tadinho buaaaa	30	10
<i>Lauro Barreto</i>	Cobra cuspideira tem que ir para Venezuela Cuba Rússia , usa não é lugar para isto aí.	101	21
<i>Janela</i>	E o Kiko? Já foi tarde. Foooooraaa!!	52	18
<i>Luiz Alfredo Locatelli</i>	Moleque imbecil, vai se alfabetizar!	77	26
<i>Valter Boroske</i>	Por onde andar continuará sabotando a sociedade. Prepará seu ódio contra a sociedade tradicional e ao Estado brasileiro. Representante do que existe de pior na política.	144	15
<i>André Victor</i>	Quem está financiando a boa vida desse xarope? Por que esse elemento, que se diz socialista, só viaja para países ricos? Muita hipocrisia.	177	19
<i>Brunno Venezia</i>	Aposto que ele será expulso de lá !!! Trump, manda ele pro Brasil de volta !!!	189	31
<i>dBm84</i>	Gente como um elemento desse só veio a denegrir a imagem dessa universidade. Depois que o LULA ganhou título de doutor na Europa, eu espero de tudo atualmente. Nada me surpreende mais!!!	235	39
<i>José Eduardo Ambra</i>	O que um sujeito desse naipe merece ?	140	30
<i>Abrindo Mentas</i>	Ué, mas ele não defende o sistema cubano ? Qual a lógica disso ? Vai estudar em Cuba sem vergonha !!!	114	23
<i>Antaris</i>	Boa sorte Wyllys !! Desejo que encontre motivos suficientes para continuar aí !!!	157	27

Categoria 3: Ironia

Nome	Comentários	Like	Dislike
Rosedorio	Harvard agora é comunista? Kkkk INVEJA MATA!! Façam um abaixo assinado para que Flávio Bolsonaro faça residência sobre milícias.	21	5
Rosedorio	Faz assim então!! faz um abaixo assinado pro Bolsonaro ir a harward e explicar a facada fake e Flávio explicar sobre milícias	11	2
ArbeitMachtFrei	ESSE É O CRIADOR DO BOSONARO!	8	32
Beller	Enfim vai mostrar a verdadeira cara do Fake News pessoalmente. Kkkkkkk	49	10
Luciano Costa Lima	Lá a faculdade não é gratuita, como ele gosta de pregar aqui no Brasil. Tem que pagar. Quem está financiando seus estudos ?Verdevaldo? Venezuela e cuba tem faculdade gratuita . Pq não foi pra lá se sempre falou que o ensino lá é uma maravilha ?	100	18
carecad2	um socialista (COMUNISTA) morando num país capitalista kkk	95	14
Igor	Virou pedreiro ?!	55	24
Leonardo Vidigal	Será um exemplo de democracia, basta não contestar as opiniões do professor que dará para assistir tranquilamente a esse grande aprendizado. Essa turminha consegue sempre uma boquinha das boas mesmo, ser professores em Havard não será mais sinônimo de excelência	132	23
Marcos Cr	Residência hahahahahahaha. Pra depois falar que foi formado em Harvard. Esquerdistas são safados mesmo né...	199	29
IGOR SOUTO			
DAMASIO	Morar na Venezuela ou Cuba esse safadin não quer né?!?	238	21
Renato Felix	Havana não?	224	25
Paulo Capella	Não sabia que João Williams era pedreiro também.	171	19
Gerenildo Jose de Oliveira	O discordo não condiz com a prática. Ele deveria está fazendo residência em Cuba, Venezuela...	285	27
Julio Cezar Lopes de Oliveira	Uai, porque não Cuba ou Venezuela ? Ah, esqueci..socialismo pros burros e Estados Unidos pra mim..	224	28
Romilson Abel Magno	Ele não odeia tanto os EUA? Pq vai pra lá? Vai entender esses comunistas...	215	19
Vinicius Barbosa de Oliveira	Eu juro que li resistência no título	77	8
Paulo Roberto Carvalho de Oliveira	Não entendi, porque não em Cuba, Venezuela ou melhor, Coréia do Norte. Capitalismo para mim e socialismo para vocês amiguinhos. Hipocrisia, a gente vê por aqui.	169	18
Josafá Andrade			
Aranha Júnior	Cheira ovo, pra Cuba vc não quer ir né? Viva o Capitalismo	165	31
JacareRex	A censura nos comentários é pra não magoar o dignissimo e querido ex deputado??mas, ele não será esquecido... nem mesmo no capitalismo, que tanto repudia...	147	25
JacareRex	Se tudo der certo, este país capitalista ficará pequeno pra sua inteligencia... e irá finalmente para Cuba ou Venezuela... porém, se não descobrir sozinho, com certeza, a direita vai te ajudar ...	96	18
Jotajota	O engraçado é ele escolher o ensino dos EUA!! Por que não Cuba? Por que não Venezuela? Por que não a Rússia? Por que não na tão idolatrada Argentina (Che Guevara)?	138	20
José Eduardo Ambra	Quem praticou crime de ódio?	64	9
EuclidesTorreao	ele terá salário para estudar quem banca isso?	87	12
Luis Carlos Miranda	Pra ele fazer residência por lá, deve ter arrumado uma vaga de pedreiro . Me poupe jornaleco Extra, não tinha nada melhor pra noticiar?	91	17

<i>Rafael Manzano</i>	Imperialismo americano né? Aham...sei...	118	14
<i>Danilo Sivieri Bueno</i>	Tem que ir para Venezuela, lugar de comunista!!!	152	21
<i>Luiza Aparecida Faria</i>	Deveria fazer em Cuba e Venezuela já que simpatiza muito com os Ditadores e a pobreza desses países... No capitalismo dos EUA vc não se encaixa...	172	36
<i>Cesário Leite</i>	Ué?! Porque ele não faz em Caracas ?!	140	22
<i>Luciano Alves</i>	Jean Willys, se contradizendo é pouco	160	28
<i>Valdir Gonçalves</i>	Ue, ele nao vai estudar na Venezuela ou Cuba ?Kkkkkkkkkkkkk	209	28

Categoria 4: Ódio

Nome	Comentários	Like	Dislike
<i>FrDavid</i>	Jean Willys, faça nos um favor, MORRA	71	18
<i>Cast</i>	Cuba é o melhor lugar para ele ficar. Que por lá suma.	180	23
<i>LeonidasServrt</i>	Tem um amigo lá que já está preparando uma surpresa pra ele, podem aguardar kkkkk	131	23
<i>Hudson Minervini</i>	Devia ser deportado para Cuba e ficar por lá...	155	25
<i>José Eduardo Ambra</i>	Não preciso me esconder atrás de apelidos porque o que falo é de conhecimento público	52	8
<i>Cheguei</i>	Esse indigente tinha que fazer residencia no inferno!	113	20

Categoria 5: Ofensa Pessoal

Nome	Comentários	Like	Dislike
<i>Sergio Luiz</i>	Se mantem como? De onde vem o dinheiro para o sustento? Isso dai não passa de mais um enganador do povo!	32	19
<i>Cesar Brasil</i>	Mas esse bosta não é comunista?? Vai fazer o que EUA? Como um bom comunista tinha que ir para Venezuela ou Cuba.	62	19
<i>Meire Conde</i>	Esse li-xo humano é o próprio fakenews!	85	22
<i>Stern</i>	O comunismo é pros os outros e não pra ele. É um hipócrita !!!COMENTÁRIO	64	14
<i>Avante Palestra</i>	Esse camarada é o capeta em pessoa, queria criar leis obrigando as religiões a aceitar suas ideias e convicções satânicas. Isso sim é ditadura	26	15
<i>MSoares</i>	Cuidado com o talibã , eles ameaçaram atacar os EUA.	53	9
<i>Marco Antonio</i>	QUEM JÁ FOI HARVARD, ACEITAR UMA CUSPIDEIRA LAMENTÁVEL.	68	15
<i>Ster</i>	#NemdegraçaestudoemHarvad	33	16
<i>osorio abreu silva</i>	Uai. O verme sabe ler?	135	22
<i>Fikadica</i>	Se depender de mim vc não entra,	134	28
<i>Flávio Pieroti</i>	Que bo.....sta	135	35
<i>Jose Carlos Gregório</i>	Esse lixo não faz outra coisa na vida a não ser falar sobre fakenews e minorias sexuais.	135	15
<i>Drummond de Andrade</i>	Por que esse lixo não vai fazer residência em Cuba, Venezuela ou Coréia do Norte? Nos discursos dessa gente os EUA não prestam, pelo menos para a gente.	209	32
<i>EloeDebarba</i>	vai fazer em Cuba, aonde você DEFENDE tanto , para ver se aceitam traía igual você	180	32
<i>JBrasileiro</i>	Cuba, Venezuela, Nicaragua...nem pensar né? Pilantra, cana lha.	180	29
<i>Morgana Melthox</i>	harvard popularmente conhecida como escola de xaropes... eles nem sabem lá que em nosso país o idioma é o portugues... tem videos no youtube mostrando isso, eles pensam que aqui só tem floresta e indio... nunca vi gente mais JEGUE neste planeta, e agora com este PROFESSOR de quinta categoria, vão ficar ainda mais emburrecidos do que já são ! NOTA ABAIXO DE ZERO !	108	50

Categoria 6: Ofensa Política

Nome	Comentários	Like	Dislike
sutnas	Esses comunistas de M distribuem o que não lhes pertence, mas adoram o mundo capitalista, porque quando termina o dinheiro o comunismo acaba. Viva o capitalismo que move o mundo e faz o mundo girar para frente, Terra, capital e trabalho filosofia de Karl Marx , mas que nunca trabalhou, socialismo é atraso.	41	11
José Eduardo Ambra	Não entendo a impunidade deste país. Deve ter muita gente dos vermelhos infiltradas nas instituições públicas. O bolsonaro vai ter trabalho para fazer um boa limpeza republicana	136	26
José Eduardo Ambra	Adélio segundo amplamente divulgado pela imprensa foi membro do PT e depois por muitos anos do PSOL Não entendo porque a justiça não segue essas pistas deixadas pelo Adélio.	80	8

Categoria 7: Ofensa Sexual

Nome	Comentários	Like	Dislike
nikon1963	GRANDE PROFESSOR, SABE E Q.....A R.:.....;????	16	8
Carlos Alberto Carneiro	Ave Adão	33	16
Cabrunco Kid	Vai querer fazer um quete e vai ficar preso por lá eternamente kkkkkkk	96	24
Márcio Rodrigues	Quem está bancando? Não é em Cuba que ele deveria estar abrigado? Pensa num bem que ele fez sair só Brasil.	242	35
André Cirino	Residência em queimar a rosca! Vtc	198	39
Jeferson Rocha dos Santos Junior	Vai mamar Harvard inteira rsrs	149	12
Lucimara Pereira	Ele que se mete com Trump p ver como seradeportado!B....sinistra!	133	25

Categoria 8: Comentários neutros

Nome	Comentários	Like	Dislike
<i>Radiola</i>	ENQUANTO ISSO, TEM GENTE QUE JÁ SABE FRITAR HAMBÚRGUER !!!!!!! E AINDA ACHA QUE ISSO É QUALIDADE !!!!!!! KAKAKAKAKAKAKAKAKAKAKA	24	48
<i>Q</i>	A ignorância não tem fim. O Jean vai fazer o que as pessoas que comentam estas idiotices deveriam fazê-lo: Estudar!!!!!! Cabresteiros sempre serão cabresteiros vida de gado dos ignorantes.	27	84
<i>Vegita</i>	Esse cara é letrado, enquanto o Bozo não sabe escrever um parágrafo com três linhas e uma regra de três simples. Kkk	62	240
<i>Profe</i>	Vim aqui só pra ler o mimimi dos bolsoleeeshohahahahaha EU TO AMAAAANDO chora mais q ta pouco	44	252
<i>Paulo</i>	Nossa, foi aceito em Harvard! Meus parabéns! Não escolhem qualquer um para estar lá dentro	44	172
<i>José Eduardo Ambra</i>	Sou escritor e já escrevi mais de 10 obras	8	54
<i>TemMasAcabou</i>	E vida que segue	17	9
<i>Antaris</i>	Globo, tentei fazer meu comentário mencionando "pessoas com pensamentos inovadores" e meu comentário foi bloqueado !Liberdade de expressão sempre !!!	98	9